



O «VÉRTICE» DE UMA RENOVAÇÃO CULTURAL

Imprensa periódica na formação do Neo-Realismo (1930-1945)



LUÍS AUGUSTO CHAVES DA COSTA DIAS

O «VÉRTICE» DE UMA RENOVAÇÃO CULTURAL

Imprensa periódica na formação

do Neo-Realismo (1930-1945)

Tese de Doutoramento em HISTÓRIA especialidade de HISTÓRIA DA CULTURA

apresentada à FACULDADE DE LETRAS da UNIVERSIDADE DE COIMBRA

sob a orientação de

PROF. DOUTOR LUÍS MANUEL DOS REIS TORRAL

PROF. DOUTOR ANTÓNIO PEDRO COUTO DA ROCHA PITA

2011

Resumo

Procurando dar respostas a uma linha de pesquisa aberta pelo grupo de Correntes Artísticas e Movimentos Intelectuais sediada no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, o presente trabalho visou inquirir se o Neo-Realismo português constituiu uma corrente estética, portador de uma visão estética própria e alternativa aos modelos seus contemporâneos, a partir do território histórico em que os seus protagonistas se confrontaram em (e com) determinadas circunstâncias da vida cultural e política. Tratava-se de saber se (e como) o Neo-Realismo resistiu ou não a um apelo exclusivamente diacrónico, num tempo em que importantes batalhas pareciam sugerir aos escritores e artistas um empenhamento imediato da literatura e da arte em torno de um conteúdo; mas também se a doutrinação estética então produzida, com maior ou menor lucidez que a urgência da realidade e os níveis de maturidade dos seus autores teriam permitido, sustentou as práticas criativas; e, finalmente, se as respostas da criação literária, artística e ensaística evidenciaram, por parte dos protagonistas, resultados concordantes, unívocos ou, pelo contrário, terão aberto soluções dissonantes ou justapostas. Para tal, foram empreendidas investigações no sentido de recensear os percursos pessoais e as trajectórias de grupos aí onde os afloramentos exploratórios, *espontâneos* na criação e na reflexão deram lugar a uma *organização da espontaneidade* num amadurecimento em público – *processo de formação* em que o surgimento de tais protagonistas em publicações periódicas juvenis, num longo período entre 1931 e 1940, se desvelou como processo discursivo, de pensamento e de criação *em devir*, até ao momento da sua consagração como autores e, conjuntamente, como movimento cultural.

PARTE III

O «VÉRTICE» DE UMA RENOVAÇÃO CULTURAL 271

Capítulo XII Uma nova cultura emancipadora 273

Capítulo XIII Juventude e geração 294

Capítulo XIV Intelectuais e artistas 312

Capítulo XV Neo-realismo e neo-romantismo 319

CONCLUSÃO 331

FONTES E BIBLIOGRAFIA 339

ANEXO

ROTEIRO DA IMPRENSA CULTURAL JUVENIL DOS ANOS TRINTA

Validade auxiliar e critérios de organização 3

Roteiro cronológico 5

*À memória vivíssima de meu Pai,
grande, único e mais severo Amigo*

*A meus filhos, Bernardo e Francisco,
do grande, único e mais severo Amigo*

Tributos

Antes de mais, à Fátima o reconhecimento, não obstante tardiamente e com a injustiça de ser curto o espaço para demonstrar o enorme tributo, pelo sacrifício que me permitiu uma disponibilização de alguns anos, demasiados, para um trabalho que não pode, por extenso, deixar de ficar-lhe (e sabe que fica) implícita e justamente dedicado.

Ao Professor Doutor Luís Reis Torgal pela escola única que foi a sua lição de companheirismo sem concessões ao rigor, pelo magistério com que estimulou as pesquisas que aqui desembocaram, sempre atento à disciplina de trabalho a que empresta todo o seu saber e toda a sua experiência pessoal.

Ao Professor Doutor António Pedro Pita cabe lugar muito especial pela sua condução num trânsito de discussões e numa partilha de conhecimentos e descobertas e, sobretudo, numa fraterna amizade que era já um verdadeiro seminário permanente antes mesmo do seu papel orientador.

No mesmo espírito, destaco igualmente o envolvimento conivente do Professor Doutor Luís Trindade nas leituras e anotações, nos debates e conselhos, nas trocas mútuas de informação que dão à amizade fraterna o mais vivo sentido de partilha. E, numa coorte, não pequena, de incentivos, seria impensável esquecer o muito que os meus conhecimentos devem, ainda – sem todavia discernir qualquer ordem de grandeza entre si –, aos Professores Doutores Teresa Cascudo e Paulo Jorge Fernandes, Dr(a)s. Helena Neves, João Arsénio Nunes, João Madeira e a todos que, ainda que de modo menos intensivo, souberam ouvir e ensinaram a saber ouvir.

Nas derradeiras linhas deste trabalho (que se lêem, afinal, com manifesta e justa vantagem, como introdutórias), inscrevo a dívida às qualidades profissionais da Dr.^a Gina Rafael que, numa fase inicial da pesquisa, foi compreensiva, sem regatear competência, quando responsável pela Área de Periódicos da Biblioteca Nacional, e à Dr.^a Ana Cristina Moreira, cujos ensinamentos no recurso aos motores de busca temática de que essa instituição dispõe, a despeito do seu comum desconhecimento, atalhou tempo precioso. Agradecimento que se estende à Dr.^a Maria de Lurdes Henriques e, muito em especial, à Dr.^a Teresa Revés Jorge do Arquivo Nacional - Torre do Tombo, a cuja diligência e paciente colaboração estou reconhecido. O mesmo devo à Dr.^a Isabel Prata da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na desenvoltura que concedeu às consultas aí realizadas.

Por fim (e em parágrafo próprio, para reconhecer que foi desde o princípio e tão generosamente, tão dedicadamente), ficarei sempre devedor ao empenho da Graça Silva que, como técnica de arquivo no Centro de Documentação do Museu do Neo-Realismo, persistentemente, teimosamente como ninguém, ajudou a retirar das catacumbas registos de informação preciosíssima, com uma intuição que merece a maior admiração e milhares de horas que obrigam ao reconhecimento do maior respeito.

Ao lado dos nomes das Dras. Maria Letícia Clemente da Silva e Maria Lucília Estanco Louro e dos Drs. Alberto Vilaça, Alberto Pedroso, Arquimedes da Silva Santos, Mário Braga e Raul Gomes inscrevo a dívida pelo privilégio que me concederam em dispor de documentação de raro alcance; aos Drs. Alfredo Caldeira e Carlos Santarém Andrade, perde-se já no tempo a contagem do meu entusiasmo pela quantidade e utilidade das informações e o gosto da tertúlia que sempre as envolve.

Introdução

sobre uma hipótese de trabalho entre a memória e a história

Um dos aprendizados na orientação desta tese consistiu, justamente, no interrogar com precisão sobre o que representa uma tese. Não academicamente, mas naquilo que significa a construção científica de um objecto: as condições em que se colocam hipóteses pertinentes de trabalho para as quais o curso das investigações pretende dar uma solução. Dito de outro modo, trata-se de colocar *a* interrogação, de preferência única e concisa, de que a tese constitui a resposta. No meu caso, poderia inquirir, por exemplo, à maneira do célebre opúsculo de Mário Sacramento, publicado em 1968, se *Há uma Estética Neo-Realista?* Não o irei fazer, pelo menos deste modo...

Pois, não me cumprindo, por precaução científica, penetrar o enredo de sentidos que o fenómeno estético em si envolve (sem deixar de inscrever, desde já, o reconhecimento da autonomia do objecto artístico), pretendi entrar no terreno das circunstâncias externas em que o discurso artístico se confrontou com o sentido teleológico alienado pela história. E, assim, colocado numa perspectiva de história cultural e política, em vista do tempo preciso em que o Neo-Realismo se desenvolveu como fenómeno, comecei por interrogar se esse terá correspondido, em rigor, a uma corrente estética essencialmente definida pela acção de *sujeitos criadores* ou, consabidas as suas raízes ideológicas ¹, encontrou condições gerais para representar, afinal, um movimento cultural de mais ampla participação de *sujeitos históricos*.

Para responder à questão, cabia inserir o processo de desenvolvimento desse fenómeno nas coordenadas da época (entendidas como um cronótopo de tempo e

¹ Vd. Carlos Reis: *O Discurso Ideológico do Neo-Realismo Português*, Livr. Almedina, Coimbra 1983.

espaço como entidade una que aproveita da sugestão de Minkowski), não do modo subsidiário com que se coloca a história da cultura nas correspondências gerais com a história de uma época, mas auscultando esse processo evolutivo no seu terreno próprio. Melhor, ainda, ao invés de estudar o neo-realismo em coordenadas espaço-temporais determinadas, investir nas próprias coordenadas de evolução desse movimento ou corrente. E, nestas, procurei saber, portanto, se o fenómeno que se designou por *Neo-Realismo* constituiu uma corrente artística ou foi antes, em termos mais genéricos, um movimento cultural que (e em que medida) traduziu nas suas expressões estéticas o que Bourdieu designou por «formas *enfemizadas*» de ambições ideológicas mais vastas ², num contexto de necessárias identidades que nem por isso escondeu importantes heterogeneidades que Mário Dionísio, em 1958, numa conferência tão célebre como o opúsculo atrás citado, teceu como sendo o campo de *Conflito e Unidade da Arte Contemporânea*.

Auscultar no terreno próprio da história cultural, começando pelo domínio empírico dos fenómenos, implica um estudo em profundidade a partir das matrizes originárias que, tanto quanto os textos e seus discursos, foram os itinerários dos indivíduos e dos grupos e, através das redes de relações estabelecidas, os meios e os lugares de percurso e de fixação, até ao momento da sua completa pertinência histórica. Trata-se, em suma, de proceder a um inquérito em tudo novo ao caudal de manifestações que desembocou na afirmação de uma geração que deu corpo ao que, nesse mesmo percurso, os próprios intervenientes designaram por Neo-Realismo, baptizado (mal ou bem) em 1938, e que constituiu, por si só, a consciência própria e a evidência da autonomia adquirida por tal movimento.

As hipóteses de trabalho de que o presente estudo tenciona apresentar resultados de investigação e representa um primeiro patamar de respostas globais num projecto de

² Pierre Bourdieu: *O Poder Simbólico*, ed. Difel, 4ª ed., Algés 2001, pp. 13-14.

pesquisa mais vasto no sentido de uma compreensão global do neo-realismo português, suas origens, natureza e características – tal trabalho partiu dos inúmeros diálogos e preocupações e das tentativas comuns de conhecimento que, de há anos, alimento com o Prof. Doutor António Pedro Pita, pioneiro e, hoje, o grande especialista português das problemáticas neo-realistas. Debatíamos sobre a importância de aproximações precisas à génese histórica desse movimento para melhor entendimento dos próprios aspectos estéticos e, em tal processo, o conhecimento do papel desempenhado pelos mecanismos de difusão cultural – lembrou ele, um dia, os lances de uma longínqua conversa com Joaquim Namorado que afirmara, entre o exagero provocatório em que era pródigo e a confiança militante de que era prova, terem-se desenvolvido nos *anos trinta* importantes «movimentos culturais juvenis» em torno de inúmeros jornais e revistas de «província». Sendo caso de saber quantos, afinal, poderia precisar teriam sido os títulos dessa imprensa periódica, o poeta de *Aviso à Navegação* asseverou ter na memória «aí uns cinquenta»...

A imprensa periódica, terreno por excelência do espaço público contemporâneo³ e muito particularmente na *era das massas* que o século XX representou, constituiu-se, deste modo, como terreno empírico onde terá ficado em boa parte sedimentado o processo de formação daqueles movimentos que coube por inteiro nos *anos trinta* e nas sequelas imediatas que se prolongaram a meados da década seguinte, num contexto histórico repressivo em que a relação entre correntes artísticas e movimentos intelectuais atingiu a máxima intensidade. E também o máximo paroxismo, porquanto, no horizonte de rupturas em que se moveram tais correntes e movimentos, as condições de emergência de uma jovem geração correspondeu a uma espécie de *grau zero*, um pouco à maneira barthesiana, a partir do qual essa mesma geração se deu a conhecer em público e em público exibiu um processo de construção de escrita, portanto, de discurso. Mas,

³ Vd. Jürgen Habermas: *L'Espace Publique. Archéologie de la Publicité Comme Dimension Constitutive de la Société Bourgeoise*, ed. Payot, Paris 1993.

ainda, duplo paroxismo, no sentido em que, expor(-se) em público no contexto histórico da época exige reconhecer – porque essa foi condição de construção dos objectos escritos – as modalidades de compreensão da palavra escrita na construção/relação de discursos como «práticas contrastantes» em determinadas condições⁴ e não apenas em função de condições de recepção.

A questão tem sido central no estudo do Neo-Realismo, desde as vagas memórias tardias de intervenientes no movimento até aos estudos que a este se abriram, sobretudo a partir da década de 1980: os primeiros ditames estético-ideológicos e as manifestações artísticas de expressão neo-realista encontraram consabidamente o seu lugar de difusão inicial em alguns títulos periódicos que, por alturas da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), se tornaram referência veiculadora de um *sol nascente*, e o próprio órgão literário do movimento, a partir dos desenlaces da II Guerra Mundial (1939-1946), terá constituído o *vértice* de um encontro de poetas, novelistas, artistas, críticos e ensaístas, se não mesmo o corolário da ampla influência cultural e social daquele movimento. *Alguns* periódicos, disse. O seu conhecimento estava, até hoje, longe do referencial considerado por Namorado. Pois importava, para um completo e rigoroso recenseamento dessa imprensa, avaliar se (e como) se manifestou um processo paulatino de evolução desde os limbos mais difusos das origens, ao qual Mário Dionísio, participante da primeira hora, se referiu como tendo sido «espontaneamente, da inquietação, da generosidade e da ingenuidade – da fecunda, exaltante e fraternal ingenuidade – desses tantos jovens que foram ao encontro uns dos outros pelo seu pé». E ao inquirir os materiais mais profundos desse percurso histórico, esta pesquisa transformou-se, como na sugestiva imagem de José Rodrigues Miguéis em busca do *outro*, um grito «para o fundo dos tempos» a que respondeu «um imenso sussurro de vozes inumeráveis»...

⁴ Roger Chartier: *A História Cultural Entre Práticas e Representações*, 2ª ed., ed. Difel, Lisboa 2002, p. 137.

Além de mais, importava auscultar em profundidade tal processo de evolução, num diálogo entre a história e a sociologia da cultura e, como já dei a entender, com a história dos intelectuais e a história intelectual⁵, para lá dos lugares do senso comum – fora dos quais os objectos científicos devem definir-se –, e para lá dos lugares comuns que se reincidem sem necessidade de confirmação ou alargamento exploratório e que, entre as abordagens mais gerais ao Neo-Realismo, a montante e a jusante de juízos de valor, permanecem frequentes. Na fronteira da subtil intercepção entre a definitiva história e a história do tempo presente em que cabe a tematização de fenómenos como o Neo-Realismo – objecto tanto de ódios até ao fel da polémica como de exaltações à mais sublime referência heróica –, a intervenção de mecanismos de mediação interpretativa, sem desvalorizar o papel imprescindível da perspectiva teórica, adquire decisiva importância. Com uma tal afirmação pretendo justificar apenas que, numa tese de ideias em que esta se pretende filiar, não dê lugar a quaisquer enquadramentos teóricos preliminares, uma vez prevenido, conforme aconselha Bourdieu, «contra o feiticismo dos conceitos e da teoria, que nasce da propensão para considerar os instrumentos “teóricos” [...] em si mesmos, em vez de os fazer funcionar, de os pôr em acção.»⁶

Um pressuposto teórico parece-me, todavia, dever mobilizar desde já, pois que ele mesmo concorre a configurar o *corpus* temático que cabe na cronologia explícita deste estudo: procurando definir a natureza de um fenómeno cultural no contexto da sua evolução, entendi por quadro necessário e suficiente o da sua génese. Trata-se, portanto, de proceder aqui a um inquérito das suas condições. Se (e, como hipótese, essa é já a implícita totalidade de conhecimentos em que me movo, o «campo epistemológico» na

⁵ Vd. Vincent Duclerc: «Les intellectuels: un problème pour l'histoire culturelle», *Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, n° 31 (Abr.), Paris 2003, pp. 25-39.

⁶ P. Bourdieu: ob. cit., p. 27.

acepção que lhe dá Foucault ⁷), conforme o horizonte de longa duração que tem norteado as minhas investigações, o *ciclo histórico* do Neo-Realismo português se prolongou até ao momento de instauração de uma retrospectiva crítica no seu próprio seio, de que a conferência de Fernando Namora, proferida na Academia das Ciências, em 1960, representou o assento majestático para consagrar um *Esboço Histórico do Neo-Realismo* e foi exemplo cimeiro, aliás, de um esforço colectivo de reflexão autocrítica nessa época – fica delimitado, como o estudo que se segue procura mostrar, o seu período de *formação* até 1946, altura em que esse movimento ou corrente traduziu num órgão literário próprio e permanente a sua definitiva *afirmação*. É da constituição do neo-realismo como movimento cultural autónomo, desde a sua gestação, que aqui me ocupo, pressupondo a pertinência que tem o estudo da sua génese, tanto na determinação dos fundamentais elementos caracterizadores do movimento como dos limites e condicionamentos da sua matriz de evolução.

Finalmente, distinguidos os propósitos introdutórios, creio ter podido chegar à condição de discernir no sentido inverso, que é o da história, da admirável definição que Joaquim Namorado deu da memória sobre os passos da sua própria geração, ao afirmar que «a história que se faz tem razões diferentes das histórias que se escrevem».

⁷ Michel Foucault: *As Palavras e as Coisas*, Edições 70, Lisboa 1988, p. 53.

PARTE I

O «PONTO CRÍTICO» DA IMPRENSA PORTUGUESA

ENTRE 1930 E 1940

Capítulo I

A imprensa periódica no horizonte das transformações do campo intelectual nos *anos trinta*

Herdeira directa dos ideais republicanos de educação e manifestação cívica dos cidadãos – no esteio, por seu turno, dos legados iluminista e romântico de uma intervenção pública pelas letras –, a imprensa periódica fundada desde os alvares da década de 1930 numa postura de oposição ao regime que se doutrinou como *Estado Novo* caminhou, a passos largos, para um terreno de empenhamento cultural que, transcendendo as margens do que até então se entendia por cultura (constituindo, portanto, uma nova ideia de cultura), conduziu ao aparecimento do movimento designado por Neo-Realismo. Com implicações sociais e políticas mais profundas, o fenómeno do *engagement* generalizado de entre-guerras, que correspondeu à emergência de uma consciência da historicidade do homem e da necessidade da sua intervenção, parece ter carreado as condições precisas de uma rápida mudança no quadro do pensamento estrita e tradicionalmente republicano. Tal processo, atingindo o máximo paroxismo no «ponto crítico» que os *anos trinta* representaram ¹, dimensiona ainda na época uma profunda transformação da consciência intelectual portuguesa de que a imprensa periódica foi horizonte de pública visibilidade.

Para além de culminar esse que foi um longo processo de agremiação dos jornalistas portugueses ² e de trazer para a praça pública um número cada vez maior de

¹ Eric Hobsbawm: *A Era dos Extremos. Breve História do Século XX. 1914-1991*, 2ª ed., Edit. Presença, Lisboa 1998, pp. 19, 146 e ss.

² A questão é enquadrada por Maria Helena Ângelo Veríssimo: *A Classe dos Jornalistas nos Anos 30/40. Uma Elite do Estado Novo*, ed. Minerva, Coimbra 2003; para um contexto mais vasto, ver Isabel Nobre Vargues: «A afirmação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes?», *Revista de História das*

profissões intelectuais que não pertenciam propriamente à categoria dos *homens de letras* conforme o tipo de intelectual romântico liberal, a imprensa prolongou, no curso da República de 1910, pela quantidade dos títulos como pela sua qualidade ³, a tendência do último quartel do século anterior para se constituir como lugar de manifestação pública de grupos, de aparelhos, de escolas, de vanguardas... «como lugares de afirmação colectiva», ainda com vista ao salto de muitos para qualquer «caminho individual» ⁴, se não para a insinuação pessoal que a projecção crescente da imprensa assegurava, mesmo sob perda de qualidade literária do próprio jornalismo ⁵.

Para o estudo que aqui importa desenvolver, creio dever notar-se que, no limite das potencialidades que se abriram à visibilidade de uma acção intelectual que tendeu a retrair o quadro de burgueses cultos isolados e de vivências profissionais de afirmação corporativa ou próxima, os jornais puderam constituir-se como órgãos de projecção de desígnios globais, nomeadamente culturais, traduzindo mundividências próprias. A proliferação de jornais e revistas de incidência cultural nas primeiras décadas do século XX beneficiou «do facto de serem empreendimentos com redacções colectivas e públicos estáveis», constituindo «órgãos em que se fixaram as simpatias, crenças, linguagens, argumentos e referências que deram sequência aos tempos» ⁶.

Neste sentido, o contexto da lenta evolução da imprensa veio a concorrer decisivamente para a afirmação pública no nosso país de uma nova consciência de intervenção a partir da designação substantiva e plural de um novo tipo de «intelectuais»

Ideias, vol. 24, Coimbra 2003, pp. 157-175 (incl. as principais fontes para o estudo da imprensa na transição de século).

³ Em panorama descritivo, Daniel Pires: *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1900-1940)*, ed. Grifo, Lisboa 1996, vol. 1, passim; numa perspectiva analítica, ver os ensaios de AA.VV.: *Revistas Ideias e Doutrinas. Leituras do Pensamento Contemporâneo*, Livros Horizonte, Lisboa 2003, em especial a visão de conjunto de Luís Crespo Andrade: *Introdução. Quatro Notas Breves*, pp. 11-18.

⁴ Clara Rocha: *Revistas literárias do Século XX em Portugal*, Imp. Nac.-Casa Moeda, Lisboa 1985, pp. 20-21 e 33 e ss.

⁵ Para uma perspectiva estrutural do jornalismo português e da sua relação com as transformações do espaço público nacional entre o último quartel do séc. XIX e primeiro do séc. XX, é fundamental partir do estudo de Paulo Jorge Fernandes: *A Era dos Jornais*, in *Transformações Estruturais do Campo Cultural Português (1900-1950)*, actas do Colóquio, Coimbra 2004, no prelo.

⁶ Luís Crespo Andrade: loc. cit., p. 11.

⁷ que, em circunstâncias históricas de crise e sob uma nova bandeira tricolor de Verdade, Justiça e Razão, tiveram ensejo de aplicar «à ordem política uma notoriedade adquirida algures» ⁸. Mas, autonomizando do prestígio simbólico que o trabalho intelectual lhes conferiu socialmente um estatuto capaz de afirmar uma consciência crítica, simultaneamente *mediadora* e *mobilizadora*, os modernos intelectuais desenvolveram sobretudo um discurso de intervenção ética e racionalmente qualificado, na medida em que o intelectual moderno «não será [tanto] o homem “que pensa” [...], mas o homem que comunica um pensamento» ⁹; isto é dizer, epistemologicamente falando, que essa foi uma consciência potenciada pela afirmação de um «discurso da *universalidade* da razão» ¹⁰, mas que se expressou nas condições exactas, historicamente consideradas, de difusão da palavra nos meios capazes de formar uma opinião pública ou que nela procurou influir como porta-voz da superação de uma crise de valores e em nome de valores universais.

Ora, na tradição cultural republicana que se seguiu ao *5 de Outubro* não é demais enfatizar o proeminente papel sociocultural desempenhado pela revista *A Águia* (1910-1932), à sombra de cuja envergadura foram ainda fundadas cinco universidades populares e desenvolvida uma intensíssima actividade editorial norteadas pela comum ideia de regeneração nacional e, portanto, de renovação cultural, a despeito de uma evidente heterogeneidade literária de quantos, ao longo de duas décadas, colaboraram nas sucessivas séries da revista, desde persistências do neogarrettismo à teorização de um saudosismo estético, de expressões decadentistas às primeiras manifestações modernistas e a todos os *ismos* em que se espalhou a transição do século, à procura de

⁷ Na acepção proposta por Louis Bodin: *Os Intelectuais*, ed. Arcádia, Lisboa 1971 e desenvolvida por Christophe Charle: *Naissance des “Intellectuels”. 1880-1900*, Les Édit. du Minuit, Paris 1990, p. 63.

⁸ Jacques Julliard, Michel Winock: *Dictionnaire des Intellectuels Français. Les Personnes, les Lieux, les Moments*, Édit. du Seuil, Paris 1996, p. 12 (trad. do original).

⁹ Pascal Ory, Jean-François Sirinelli: *Les Intellectuels en France de l’Affaire Dreyfus à nos Jours*, 2ª ed., ed. Armand Colin, Paris 1992, p. 9.

¹⁰ Expressão de António Pedro Pita, a quem agradeço a leitura provisória do texto, em reelaboração final e ampliação, proferido como conferência ao colóquio *Os Intelectuais e os Poderes*, Coimbra 2003, na mesma direcção de Jurgen Habermas: *O Discurso Filosófico da modernidade*, 3ª ed., ed. Dom Quixote, Lisboa 2000.

caminhos...¹¹, numa erudita «estruturação concreta» das «diversas tendências que desde o fim do século se prolongavam.»¹² Longe de alcançar uma perseguida regeneração, como se pretendia com a «realidade essencial» nomeada pelo saudosismo cultural dominante entre a falange de *A Águia*¹³, na generalidade os órgãos de intervenção e criação de matriz republicana ruminaram um pensamento em crise, tanto mais evidente quanto a construção mítica de um «destino» que marcara o optimismo do imaginário e da propaganda republicanas no seu todo¹⁴ esbarrou nos impasses da república parlamentar¹⁵. O próprio «pedagogismo cultural da “Renascença Portuguesa”» não passou da «mistura [de] muita “artisterie” de um decadentismo literário já apenas dado à efusão verbal glosadora de paisagens crepusculares» a que não faltou persistência na «ilusão romântica dos alfabetizados como porta-voz[es] de exigências sociais»¹⁶.

Ora foi justamente de uma cisão no quadro intelectual ligado àquela revista cultural – e ao órgão equivalente para o domínio do pensamento político-social, que foi *A Vida Portuguesa* (1912-1915), no vasto campo da mesma *Renascença Portuguesa* de onde partiram, aliás, todas as fissuras culturais importantes do novo século que aí justamente

¹¹ Na perspectiva cultural que aqui interessa, importa remeter para as sínteses de Fernando Guimarães: *Simbolismo, Modernismo e Vanguardas*, Imp. Nac.-Casa Moeda, Lisboa 1982; *id.*: *A Poesia da Presença e o Aparecimento do Neo-Realismo*, 2ª ed., Brasília Edit., Porto 1981 (em particular os cap. 2 e 3, respectivamente *Uma Fénix que renasce: a linguagem* e *Entre o primeiro e o segundo Modernismo: o nacionalismo literário*), pp. 31-65; mais especificamente sobre o movimento da *Renascença Portuguesa*, de entre um vastíssimo espectro bibliográfico, remeto para Joel Serrão: *Renascença Portuguesa*, in *Temas de Cultura Portuguesa*, Portugal Edit., Lisboa 1965, e Alfredo Ribeiro dos Santos: *A Renascença Portuguesa – um Movimento Cultural*, ed. Fund. Engº António Almeida, Porto 1990; num quadro mais vasto dos movimentos finiseculares e seus prolongamentos nos inícios de novecentos, vd. J. C. Seabra Pereira: *Do Fim-de-Século ao Modernismo*, in Carlos Reis (dir.): *História Crítica da Literatura Portuguesa*, vol. 7, ed. Verbo, Lisboa 1995; *id.*: *O Neo-Romantismo na Literatura Portuguesa. 1900-1925*, F.L.U.C., Coimbra 1999 (Dissert de Doutoramento, polic.).

¹² J. de Sena: *Tentativa de um Panorama Coordenado da Literatura Portuguesa de 1901 a 1950*, in *Estudos de Literatura Portuguesa – II*, Edições 70, Lisboa 1988, p. 71.

¹³ Ver Teixeira de Pascoais: «Renascença», *A Águia*, n.º 1, 2ª sér., Porto 1912, p. 1.

¹⁴ Para o fundamental da questão, ver Amadeu Carvalho Homem: *A Propaganda Republicana (1870-1910)*, Coimbra Edit., Coimbra 1990; *id.*: *A Ideia Republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*, Livr. Minerva, Coimbra 1989; Fernando Catroga: *Os Inícios do Positivismo em Portugal. O Seu Significado Político-Social*, Sep. de *Revista de História das Ideias*, vol. I, Coimbra 1977; *id.*: *A Importância do Positivismo na Consolidação da Ideologia Republicana em Portugal*, Sep. de *Biblos*, vol. LIII, Coimbra 1977, pp. 283-327.

¹⁵ Para uma perspectiva de conjunto, ver a sugestiva síntese que constitui o capítulo sobre *A Traição dos Intelectuais*, de Rui Ramos: *A Segunda Fundação (1890-1926)*, in José Mattoso (dir.): *História de Portugal*, vol. 6º, Edit. Estampa, s.l. 2001, pp. 463-494.

¹⁶ J. de Sena: ob. cit., p. 72.

se pode dizer ter começado ¹⁷ – que surgiu o projecto da revista *Seara Nova* (1921-79), quando o regime entrou na rota de uma república de «bonzos» e rapidamente transportou uma crise moral que, à esquerda e à direita, estimulou a entrada em cena de uma nova *inteligência* cada vez mais estandardizada em campos radicalizados, por mais profunda que se mantenha na realidade a natureza multipolar dos conflitos ¹⁸. Para o que à história dos intelectuais interessa, a ideia de uma *republicanização* (quer a sua recomposição reformista ou uma mais integral reformulação dos seus pressupostos, excluindo a rejeição integralista de orientação monárquica) colocar-se-ia como horizonte ideológico em processo de radicais reflexões. Mas quais foram, ao menos nas suas linhas gerais, as transformações fundamentais da figura do intelectual até à dobragem para os *anos trinta*? A questão reveste-se da maior importância já que procurarei, mais adiante, identificar os modos de construção de um papel histórico que os intelectuais de vocação neo-realista se atribuíram já como portadores de imanência das grandes transformações históricas.

Por ora, nas páginas de *A Águia*, a marca do *intelectual*, que se pretendia distinto do homem comum «prisioneiro dos seus sentidos», saía do voo do *poeta* no olhar panorâmico sobre o mundo – das alturas do céu ou, na melhor hipótese terrena, dos elevados penhascos, segundo imagens na própria revista –, pois, distinguia Jaime Cortesão,

[...] o Poeta é o que, rompendo esse cárcere para logo caminha liberto, e paira e voa vertiginosamente num perpétuo, surpreso, extasiado deslumbramento pelo mundo imenso, encantado, pululante de maravilhas, que fica para além dessa prisão. ¹⁹

¹⁷ L. A. C. D.: *O Século XX começou em 1915. Ensaio para a génese dos modernos intelectuais portugueses*, conferência ao colóquio internacional *Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-Americano*, Rio de Janeiro 2004, a pub. em actas.

¹⁸ Ver Michel Winock: *Nationalisme, Antisémitisme et Fascisme en France*, Édit. du Seuil, Paris 1982, p. 158; ainda Fernando Rosas: *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976)*, Edit. Notícias, Lisboa 2003, pp. 51 e ss.

¹⁹ Jaime Cortesão: «O poeta», *A Águia*, n.º 1 (1 Dez.), Porto 1910, 1ª sér., p. 5.

Mas, para além desta figura do *poeta* – ou *artista* (ainda que esta noção, mesmo entendida pelo escritor como sinónima de trabalho estético, respeitasse a um campo reduzido na cena cultural portuguesa), capaz de «libertar as almas» a partir de um diálogo místico de que retira os «cânticos sublimes»²⁰, mas transgredindo, apesar disso mesmo, as fronteiras de uma profissão intelectual propriamente dita – desembocaram ainda nas primeiras décadas do século XX português alguns dos estatutos sucedâneos e em processo de emancipação, a partir da esgotada figura dos *homens de letras* de oitocentos, que anunciaram igualmente uma aproximação ao moderno modelo dos intelectuais. Se não compete proceder aqui a um desenvolvimento que está ainda por fazer no seu conjunto, importa estabelecer as principais figuras deste processo.

Antes de mais, a figura do *cientista* (sábio e filósofo, ao mesmo tempo), cujo rápido reconhecimento público de um papel social directamente desempenhado nos progressos gerais da sociedade não foi estranho à projecção do cientismo positivista entre nós²¹, procurou cristalizar, como nenhum outro, o modelo da verdade desinteressada aplicável mesmo fora do domínio do seu saber especializado: aliás, a república parlamentar não apenas reconheceu de imediato o seu novo peso político, nomeadamente através da sua forte representação nos órgãos electivos, como chegou a atribuir ao saber *técnico*, no paroxismo da crise do regime, uma capacidade de regeneração incontornável de que foi exemplo a defesa de uma espécie de «corporativismo» dos saberes nas propostas de Raúl Proença para a reforma da segunda câmara legislativa.

Mais complexo, embora justifique derradeiro destaque numa nomenclatura em recomposição nessa transição secular portuguesa, o modelo difuso do *publicista* que atravessou o nosso «longo século XIX», segundo os moldes românticos e liberais do

²⁰ *Id., ibid.*

²¹ Entre os passos pioneiros no estudo de um discurso intelectual que provém das profissões científicas em Portugal, ver Maria Rita Lino Garnel: «O poder intelectual dos médicos. Finais do século XIX – inícios do século XX», *Revista de História das Ideias*, vol. 24, Coimbra 2003, pp. 213-253, que deve ler-se em contiguidade com *A Consolidação do Poder Médico: a Medicina Social nas Teses da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (1900-1910)*, comunic. ao 1º Congresso Internacional de Cultura Humanístico-Científica «Miguel Bombarda e as Singularidades de uma Época», Coimbra 2003, a publ. em actas.

escritor público, mais profeta do que arauto das causas públicas (semi-herói, semi-deus)²², ensaiou no primeiro quartel do século XX o seu canto de cisne. Herdeiro próximo da noção iluminista do *homem de letras*, correspondendo justamente a um modelo de intelectual notabilizado pelo aparecimento na praça pública através das letras, fosse qual fosse a sua ocupação profissional precisa, o *publicista* teve por denominador comum a partilha de uma posição culta em geral no quadro burguês. Embora de modo lento no período finissecular, a figura desse escritor público foi perdendo a sua eficácia à medida que o campo intelectual se pulverizou numa morfologia de profissões em crescimento de efectivos e em conquista de autonomia profissional, cedendo lugar a outros estatutos de pública notoriedade que se apresentaram como portadores de uma representatividade, de homogeneidade e de consenso (dizendo mesmo universalidade), de que atrás se simplificaram alguns modelos. Rapidamente, a figura do publicista ficou reduzida ao espécime do jornalista, que manteve por algum tempo um significado sinónimo ou confundido com o de escritor público até ao momento da definitiva proclamação de uma autonomia do estatuto profissional, num trajecto que se sabe ter sido longo²³: os *anos vinte* e, de modo mais evidente, os *anos trinta* de que fundamentalmente aqui se trata, ocuparam o ponto terminal de um debate em torno da figura do jornalista²⁴ e da sua ocupação de um espaço preciso que não pode deixar de considerar-se serôdio, uma vez contemporâneo já do aparecimento dos intelectuais como *élite* de novo tipo²⁵.

²² Ver Paul Bénichou: *Le Temps des Prophètes. Doctrines de l'âge Romantique*, ed. Gallimard, Paris 1977; *id.*: *Les Mages Romantiques*, ed. Gallimard, Paris 1988.

²³ Ver Rosa Maria Campos Sobreiro: *Os Jornalistas Portugueses. 1933-1974*, F.C.S.H./Univ. Nova de Lisboa, Lisboa 2001 (Dissertação de Mestrado, polic.); além de Maria Helena Ângela Veríssimo: *Os Jornalistas nos anos 30/40*, ed. cit.

²⁴ Um afloramento desta questão foi já intentado por Luís Trindade: *O Espírito do Diabo. Discursos e Posições Intelectuais no Semanário O Diabo, 1934-1940*, ed. Campo das Letras, Porto 2004, pp. 47 e ss., sendo estudada nos trabalhos para a sua Dissertação de Doutoramento.

²⁵ Uma primeira aproximação de conjunto deste processo em L.A.C.D.: *Para a história dos intelectuais portugueses A constituição de um campo intelectual e o horizonte de «republicanização da república» na moderna intelectualidade da esquerda*, conferência ao Congresso Internacional *O Artista Como Intelectual. No Centenário de Fernando Lopes-Graça*, Coimbra 2006.

Valerá, por isso, considerar o significado do momento crucial que representa o aparecimento da revista *Seara Nova* na mais séria tentativa de viragem na crise do pensamento e da acção republicanos, na medida em que o *espírito seareiro* procurou representar uma reiteração dos «intelectuais», proclamados como única *elite* competente na salvação da cidade. E não pode ser visto como acaso que a própria direcção de *Seara Nova* se apresente como um corpo colectivo... Esta nova «elite» - *deus ex máquina* na sociedade laica —, que a revista *Seara Nova* organicamente traduzia como porta-voz, era quase um *partido dos intelectuais* contra as elites sociais, políticas, academizantes ou outras, tradicionalmente responsáveis pela cidade em crise; daí,

Compete ao intelectual exercer a sua acção directora, pois é na medida em que essa acção se exercer que a probabilidade se transformará em certeza [...] que, dando-se a um postulado idealista, lembrem constantemente aos homens a tabela de valores sem a qual a vida humana perde o seu sentido, e proclamem incansavelmente o primado do espiritual.

26

A *Seara Nova* trouxe pela primeira vez, de modo indiscutível, à cena pública um debate sobre a própria função social dos intelectuais como nova elite esclarecida, desde o momento em que colocou no centro da «crise da cidade» uma necessária reformulação da importância da elite. Desde o primeiro momento, aliás, porquanto a revista nasceu explicitamente sob este horizonte:

*Todo o país tem de aceitar a responsabilidade que lhe cabe no desastre colectivo; todo o país e em especial a sua elite. A vida política de uma nação é, em grande parte, o reflexo da sua vida intelectual, dos seus movimentos de ideias, das aspirações mais profundas do seu escol.*²⁷

²⁶ [Raul Proença]: «Para um evangelho duma acção idealista no mundo real», *Seara Nova*, n.º 135 (1 Nov.), ano VII, Lisboa 1928, pp. 286-87.

²⁷ Raul Proença: «[Editorial]», *Seara Nova*, n.º 1 (15 Out.), Lisboa 1921, p. 1.

Essa «revista de doutrina e crítica» procurou representar, em geral, uma manifestação de resposta à crise da república parlamentar no interior da própria tradição republicana: correspondeu, em simultâneo, à descolagem de um pensamento de pendor social que foi o cooperativismo mutualista de referência individualista representado, aliás miticamente, por António Sérgio e à ressalva ética de uma prática política na *res publica* no horizonte de uma orgânica de competências individuais pela qual batalhou Raúl Proença. Entre os aspectos que potenciaram um *espírito seareiro* (consagrado tão posteriormente sem o reduzir à sua mais rigorosa significação histórica), a ideia de uma «reforma das mentalidades» constituiu o travejamento central da acção doutrinária da revista, com implicações culturais que herei de desenvolver, mas tal reformismo fazia depender das precisas condições de formação de uma elite as possibilidades de renovação²⁸. Não pode, por conseguinte, deixar de considerar-se que, se o pensamento e a intervenção *seareiros* – no período clássico do seu advento, entre 1921 e 1926, a que a adjectivação deve com precisão corresponder e para além do qual não importa aqui considerar as miscigenações que veio a sofrer – correspondem à primeira formulação de um papel consciente e activo dos *intelectuais* na explícita invocação de um capital simbólico próprio e caucionador de sistemática acção política, social, ética e cultural; mas a verdade é que, no essencial, esse pensamento não abandonou o quadro demoliberal de figurino individualista, idealista e utópico e, segundo também creio, representou mesmo a sua derradeira expressão²⁹. Neste sentido, colocado numa perspectiva de salvação da «crise da cidade», o pensamento *seareiro* foi tipicamente, em

²⁸ Sobre a teorização da elite e sua função social, ver L. A. Costa Dias: *A República e a Elite Seareira*, in *Uma Anti-Seara em «Seara Nova»*, ed. Centro Estudos Interdisciplinares Século XX, Coimbra 2002 (Cadernos do Ceis20; 3), pp. 11-20; para um enquadramento do *campo seareiro* na moderna noção de *intelectuais*, ver a parte introdutória de L. A. Costa Dias: «Missão histórica» e o “papel dos intelectuais” na filosofia da cultura de Bento de Jesus Caraça», *Revista de História das Ideias*, vol. 24, Coimbra 2003, pp. 415-421.

²⁹ Ver Fernando Farelo Lopes: «A “rendição” da cultura liberal», *Análise Social*, n.º 64 (Out.-Dez.), Lisboa 1980, 2ª sér., vol. XVI, pp. 799-809; *id.*: *O Liberalismo Decadente da Seara Nova (Algumas Hipóteses)*, in AAVV: *O Fascismo em Portugal*, ed. A Regra do Jogo, Lisboa 1982, pp. 141 e ss.; embora excessiva, merece referência a relação com o autoritarismo estabelecida por M. Vilaverde Cabral: *The Seara Nova Group (1921-1926) and the ambiguities of Portuguese liberal elitism*, Sep. de *Portuguese Studies*, sep. do vol. 4, ed. The Modern Humanities Research Association, Londres 1988, pp. 181-195.

curto-circuito, um «pensamento da crise e pensamento em crise»³⁰ na medida em que não se descartou do quadro pequeno-burguês de sobrevivências liberais, ineficaz na salvação da cidade.

Deste modo visto, seria já fastidiosa (e não passaria de puro exercício no inquirido que estritamente me proponho realizar) uma enumeração das largas dezenas de títulos que, posteriores à implantação da República e até princípios da década de 1930, se anunciaram como periódicos *de literatura e arte* e aqueles que se reivindicaram *do pensamento e da crítica social*, segundo ostentavam com frequência os próprios cabeçalhos³¹. Nestes, sobretudo nos jornais e revistas de explícita vocação interventiva, sobreviveu a figura do *publicista* de oitocentos, cioso do seu estatuto de *notável* num meio intelectual de reduzida influência no espaço público, avesso à mobilidade nas fronteiras sociais e à abertura a novas camadas, envolvido em polémicas e críticas em circuito fechado³².

Finalmente, a partir do regime imediatamente saído da chamada «revolução nacional» iniciada em 28 de Maio de 1926, que passou à história sob o aforismo de Ditadura ou Ditadura Militar, e sobretudo com a instauração do sucedâneo Estado Novo, as preocupações sociais, políticas e culturais erigidas nesse princípio de século como *regeneradoras* acabaram por demonstrar a fragilidade dos fundamentos ideológicos dos agrupamentos tradicionais na oposição aos fenómenos fascistas e às soluções autoritárias em geral, o que de resto foi um fenómeno europeu. Cedo, manifestaram-se – de par com uma correspondente falência das propostas paternalistas que mal escondiam aristocráticas invocações populares nas consignas culturais e mentais de educação das massas – as carências dos postulados da esquerda republicana e os programas vagamente socialistas no combate ao fascismo. Por vezes, houve mesmo

³⁰ *Overture(s)*, in *Des Années Trente: Groupes et Ruptures*, Édit. du Centre National de la Recherche Scientifique, Paris 1983, p. 16.

³¹ Conf. o manancial de informação recolhido por Daniel Pires: ob. e vol. cit.

³² Um dos resultados das investigações de Luís Trindade no estudo do meio intelectual português que desemboca na década de 1930, consubstanciou já o texto, de que me foi consentida leitura mais atenta, de uma conferência que aguarda publicação: *Introdução à Vida Intelectual. Perspectivas e limites dos intelectuais portugueses em crise nos anos trinta*, Coimbra 2003.

lugar ao colaboracionismo ou, pelo menos, demissionismo em face do ascenso autoritarista; e não pode, até estudo detalhado, afastar-se a hipótese de uma integração passiva na ordem *estadonovista* que creio ter absorvido um considerável número de quadros intermédios do campo republicano, num processo geral de reciclagem política: «Tudo confundido, numa mesma massa fluida, informe, descaracterizada, desprestigiante, inoperacional»³³, numa generalizada «rendição» à Ditadura, e depois ao Estado Novo», que se verificou ao «nível dos dirigentes partidários nacionais» como «nas elites locais» do republicanismo «liberal»³⁴.

De um modo geral, os programas das correntes directamente vindas da manta-de-retalhos republicana, sobretudo de um campo democrático da esquerda, do socialismo e do pensamento operário (excluída a análise do campo intelectual da direita portuguesa) não ultrapassaram as utopias, antes de mais, pela incompreensão das raízes económicas da crise do sistema liberal: essencialmente políticos, na melhor das hipóteses apresentaram magros e caóticos vislumbres de propostas sócio-económicas. Se os propósitos mais radicais do campo socialista, reclamados por discípulos assumidos de Antero de Quental, não iam além de um proudhonismo ou um saint-simonismo, na melhor das hipóteses actualizado por propostas mutualistas, mas sem qualquer assomo prático, já para os herdeiros do *31 de Janeiro* que, desde a revolta republicana de 1891, os pontos programáticos para uma alteração da estrutura económica não iam além de anacronismos de velhas propostas. Como fenómeno de arrastamento ao longo da década de 1930, só mesmo o prestígio individual de alguns republicanos e anarquistas de vulto sobreviveu (porque o campo intelectual é, antes de tudo, a firmação de um prestígio que se transfere para a área do simbólico), com um eco cada vez mais reduzido no espaço público, conferindo de perto com o campo político propriamente dito sem

³³ José Rebelo: *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*, ed. Livros e Leituras, Lisboa 1998, pp. 159-160.

³⁴ Fernando Rosas: *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976)*, Edit. Notícias, Lisboa 2003, pp. 52-53.

qualquer «viragem» no plano das grandes figuras dirigentes tradicionais³⁵; a breve trecho, o seu lugar foi ocupado por uma jovem geração de intelectuais que justamente, como se verá, na falta de uma natural projecção de recém chegados, se legitimaram nas noções de *juventude*, *geração* e *intelectual* com que ocuparam o meio da imprensa periódica e daí organizaram a sua influência a todo o espaço cultural e político.

Ora, na sequência da derrocada republicana e passado o imediato desnorteamento face ao pronunciamento do *28 de Maio* de 1926, definhados os restos do *reviralhismo* que foi assaltando episodicamente uma minoria de aguerridos resistentes, completamente desorganizadas as hostes republicanas e os seus dirigentes presos ou exilados depois do desastre da revolta de Fevereiro de 1927 que o poder reprimiu com «um estilo de dureza inusual até então»³⁶, a sua imprensa periódica desapareceu por inteiro e com assinalável rapidez antes de atingido o final da década seguinte (quadro 1).

Quadro 1. Natureza dos jornais políticos em circulação no continente

	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Situacionistas	40	35	66	57	93	45	53
Republicanos	81	52	51	50	41	15	-
Republicanos da esquerda	14	35	-	-	-	-	-
Republicanos liberais	1	-	-	-	-	-	-
Socialistas	1	-	-	-	-	-	-
Monárquicos/integralistas	11	11	1	-	-	-	-

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal*, 1930-1941

³⁵ Ver José Pacheco Pereira: *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política*, ed. Temas e Debates, vol. 1, Lisboa 1999, pp. 161-162.

³⁶ Maria Carrilho: *A Projectada Liga Republicana e as Últimas Tentativas dos Liberais contra a Institucionalização do Estado Novo*, in AAVV.: *O Estado Novo das Origens ao Fim da Antarcia (1926-1959)*, Edit. Fragmentos, Lisboa 1987, vol. 1, p. 179; vd. A. H. De Oliveira Marques: *A Liga de Paris e a Ditadura Militar (1927-1928)*, Publ. Europa-América, Lisboa 1976; Hipólito de la Torre Gómez: *Algumas Notas em Torno da Contra-Revolução do 28 de Maio*, in AA.VV.: *O Estado Novo das Origens ao Fim da Antarcia*, ed. cit., pp. 165-177.

Assim, data de 1932 a extinção oficial da imprensa adstrita aos «republicanos da Esquerda democrática» e aos «republicanos da União Liberal»; logo em 1934, os jornais dos «republicanos democráticos» (no ano anterior acumularam valores de outras designações desaparecidas das estatísticas); finalmente, em 1937, desaparecem das estatísticas oficiais quaisquer referências gerais a órgãos «republicanos».

Ainda que a realidade mostre terem permanecido em circulação regional diversos jornais de explícita referência republicana, importa sobretudo que a designação tendera a deixar de cobrir o seu espectro histórico preciso: caso sintomático, já de âmbito nacional, o jornal *Liberdade*, por extenso designado como «semanário republicano», foi fundado em 1927 com a colaboração decisiva de Manuel Alpedrinha que, entre 1930 e 1932, era membro do Secretariado do Partido Comunista recém reorganizado sob a égide do operário arsenalista Bento Gonçalves, seu primeiro secretário-geral³⁷; já nos finais de 1934, a publicação entrou numa fase de difusão ideológica «filomarxista»³⁸ (que, aliás, levaria ao seu encerramento), depois de uma acirrada campanha crítica nas suas páginas contra o afogamento do Partido Socialista.

Pois nas hostes socialistas o desenlace foi mais pacífico, decorrendo de forma autodemissionária, levada a cabo por Ramada Curto, num quadro de pressão da arrumação geral das forças políticas a que se sabe ter sido sujeito³⁹; e foi-o, aliás, com o beneplácito do próprio regime que autorizou a realização da célebre Conferência Nacional de Coimbra em 1933 para decidir, num «golpe de misericórdia»⁴⁰, o seu próprio desaparecimento. Correspondeu isto ao que Salazar visionara no ano anterior, que o partido socialista, com «a feição e a forma de actuar dos outros partidos

³⁷ Testemunho recolhido por João Arsénio Nunes: «Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-33)», in *Análise Social*, n.º 67-69 (Jul.-Dez.), Lisboa 1981, 2ª sér., vol. XVII, p. 723.

³⁸ J. A. Azevedo Gama: *O Periódico Académico Republicano «Liberdade» no Contexto da Oposição Estudantil ao Regime: 1928-1935*, Fac. Psicol. e Ciências da Educação, Lisboa 1987 (Dissert. Mestrado, polic.), pp. 90-91.

³⁹ Informação (3 Jan. 1933) de Assis Gonçalves: *Relatórios para Oliveira Salazar (1931-1939)*, ed. Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista/Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa 1981, p. 47.

⁴⁰ Ver [Anónimo]: «A análise do Programa Socialista – O golpe de misericórdia», *Liberdade*, n.º 211 (2 Jul.), Lisboa 1933; a consulta dos documentos foi dada em *Pensamento*, n.º 47 (Fev.), Porto 1934, pp. 89-96.

republicanos», era já «força condenada à dissolução»⁴¹. Oficialmente, conforme registo estatístico, conquanto cada vez mais escassa a tal respeito, a imprensa dos meios «socialistas» tem óbito certificado em 1932.

Quase simultâneo (ou muito ligeiramente retardado) foi o enfraquecimento da afirmação ideológica e da influência pública do movimento anarquista e anarco-sindicalista; apesar dos seus principais escritores e jornalistas manterem uma coesão de grupo em diversas publicações, a sua imprensa mais importante sucumbiu drasticamente nas primeiras arremetidas do repressivo da censura e do «controlo administrativo» ou às mãos do antirepublicanismo militante mais radical. O seu principal baluarte, órgão da Confederação Geral dos Trabalhadores, o diário *A Batalha* (1919-27) teve as suas instalações assaltadas pelos grupos fascistas de Rolão Preto ou afins, e a sua sobrevivência clandestina em séries de publicação posteriores, sobretudo até 1937, correu com a intermitência exemplar de fenómeno moribundo⁴². Com as prisões «em série» de 1928, o movimento anarquista sofreu rude golpe e, em 1933, «ardeu tudo»⁴³ sob o fogo da «fascização dos sindicatos» que acabou com o associativismo de classe independente, substituído por uma actividade na órbita dos interesses do Estado corporativo. No que respeita à imprensa, os órgãos do anarquismo estiveram na primeira linha da repressão, entendidos como veículos de subversão social que o operariado representava na expressão radical de levantamentos e actos bombistas que foram comuns até à revolta da Marinha Grande em 1934.

⁴¹ Discurso (23 Nov. 1932) de Oliveira Salazar: *As Diferentes Forças Políticas em Face da Revolução Nacional*, in *Discursos. 1928-1934*, Coimbra Edit., Coimbra 1935, pp. 177-178.

⁴² Lançado pela União Operária Nacional (23 Fev. 1919), designação alterada para Confederação Geral dos Trabalho (Set.), *A Batalha* foi autorizada a reaparecer como semanário, a breve trecho, com uma 2ª série, em 1930, altura em que passou a tiragem clandestina: 3ª sér. em 1934, 4ª sér. entre 1935 e 1937 e, já tardiamente, uma 5ª sér. de 1946 a 1949, ao todo num total de cerca de 40 números publicados (vd. Jacinto Baptista: *Surgindo vem ao Longe a Nova Aurora... Para a História do Diário Sindicalista «A Batalha» (1919-1927)*, Liv. Bertrand, Lisboa 1977; João Freire: *Anarquistas e Operários (Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: o Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940)*, Ed. Afrontamento, Porto 1942.

⁴³ Ver depoimentos de Emídio Santana publicados por Luís Salgado de Matos: «Lisboa, 1920 – vida sindical e condição operária», in *Análise Social*, n.º 67-69 (Jul.-Dez.), Lisboa 1981, 3ª sér., vol. XVII, p. 948.

Devem, no entanto, incorporar-se todos os dados relativos ao afundamento desta imprensa periódica de modo a completar a leitura de uma realidade político-ideológica mais funda: a de que a rápida dissolução dos órgãos literários da oposição tradicional à Ditadura e ao Estado Novo e o desaparecimento da sua explícita referência pública, ao cabo de meia dúzia de anos de registos oficiais, é sintoma fundamental de uma perda progressiva de dinamismo na capacidade de chamamento e no eco público das forças culturais e políticas cujos ideários essa imprensa periódica pretendia veicular e de que um «reviralhismo» esforçado, porém cada vez mais desconjuntado e ingénuo foi dando prova ⁴⁴. Mas não é menos importante verificar em que medida o quadro das transformações do campo intelectual português foi, nos modos de circulação pública dos discursos, também resultado da acção dos aparelhos de repressão e de propaganda do regime. Se, como no resto do continente europeu, por essa altura, se assistiu a uma metamorfose generalizada das forças que se opunham à expansão dos autoritarismos ⁴⁵, importa avaliar em que medida a incidência dos mecanismos de repressão intelectual no nosso país, nomeadamente a actuação da censura na evolução da imprensa periódica, concorreu para as transformações políticas, culturais e mentais no quadro das resistências.

A questão é tanto mais importante quanto, por um lado, procurando situar-me fora do domínio de uma história das instituições em que habitualmente a censura tem sido estudada, a compreensão dos seus mecanismos de repressão carece de um adequado conhecimento empírico que reconstrua o processo de evolução das suas práticas. Da reconstituição dos dispositivos repressivos depende, por outro lado, a conveniente avaliação dos resultados do contraste entre «disciplina e invenção» na formulação dos discursos difundidos em público, uma vez que «o dispositivo que visa

⁴⁴ Conf. Luís Farinha: *O Revirambo. Revoltas Republicanas Contra a Ditadura e o Estado Novo. 1926-1940*, Edit. Estampa, Lisboa 1998.

⁴⁵ E. Hobsbawm: ob. cit., pp. 110-11 e 118.

criar controlo e condicionamento segrega sempre táticas que o domesticam ou o subvertem» sobretudo quando a produção intelectual «esteja submetida às vigilâncias e às censuras de quem tem poder sobre as palavras ou os gestos», criando uma realidade em que «se articulam as liberdades condicionadas e as disciplinas derrubadas.»⁴⁶ Porém, os modos dessa articulação, que serão acompanhados mais adiante, começaram nesse ponto de desarticulação em que os condicionamentos da disciplina derrubam a própria liberdade: de outro modo dito, incidindo no campo dos discursos em crise, importa saber se e em que medida a censura teve imediato resultado no entorpecimento da sua capacidade renovadora e na desmobilização do espírito crítico e combativo que em estudos de profundidade estão atestados⁴⁷. Daí a pertinência (para além da novidade) do rigoroso conhecimento da formação do aparelho censório desde os primeiros passos que se seguiram à Ditadura e o processo de sedimentação dos seus mecanismos e modos de actuação, que se fixaram justamente, no essencial, ao longo dos *anos trinta*.

Capítulo II

Os mecanismos de censura: esboço de um percurso de pragmática e lenta sedimentação

Antes de mais, levando à letra a matéria legislativa, os mecanismos de controlo das publicações periódicas adquiriram uma formulação positiva apenas com a instituição do Estado Novo, fixando-se pela primeira vez um monumento jurídico repressivo a partir de 1933 (decreto-lei n.º 22.469, de 11 de Abril), reforçado em 1936 (decreto-lei n.º 26.589, de 14 de Maio, com o respectivo *Regulamento dos Serviços de Censura*). Fora de um âmbito estritamente jurídico (as inúmeras tentativas de estudo dos seus mecanismos,

⁴⁶ R. Chartier: ob. cit., pp. 137-38.

⁴⁷ Ver Luís Trindade: *O Espírito do Diabo*, cit., p. 24.

mau grado a imensidão de experiências e depoimentos sobre a época, têm recorrido predominantemente ao quadro da legislação e não procedem a uma história fora das instituições), a censura tem sido objecto de um deficiente conhecimento por falta de matéria fáctica ao nível da sua evolução diacrónica, como se a sua estrutura se tivesse mantido estática e seus procedimentos de imediato estabelecidos e sem alterações.

Seja como for, porém, as medidas legislativas referentes ao estabelecimento e procedimentos de censura permitem pensar que a sua adopção sucessiva foi reflectindo realidades preexistentes à sua fixação e numa paulatina organização que se pretendeu juridicamente sistematizar *a posteriori*; daí a sucessão dos actos do governo nesta matéria até 1940, como que apurando os resultados sobre o que anteriormente fora legislado. Se deve ser analisada a sua evolução através de um alargamento exploratório da informação, é que o quadro jurídico do estabelecimento da censura pressupõe uma prática prévia e pragmática na medida de uma realidade mais comezinha, despreocupada de fixação jurídica e com o exemplo de modelos experimentados alhures.

Quadra, assim, também neste domínio, a famosa máxima de Salazar no discurso de inauguração da sede do Secretariado de Propaganda Nacional, numa sentença válida para todo o processo de construção e consolidação da autarcia do regime: «Tratemos do nosso caso comezinho.»⁴⁸ E a expressão reflectia, na verdade, o próprio senso comum político dos sectores reaccionários e autoritaristas que ocuparam a rede do poder a partir da chamada *Revolução Nacional*, estabilizada sob a designação de Estado Novo que Salazar pontificou. E, neste sentido, não deixa de ser pertinente registar também que a medida das «circunstâncias ocorrentes» em toda a política salazarista⁴⁹ teve o seu correlato na criação de um aparelho de Censura, paulatinamente organizado e politizado nas suas funções.

⁴⁸ Discurso (26 Out. 1933) de Oliveira Salazar: *Propaganda Nacional*, in *Discursos. 1928-1934*, ed. cit., p. 259.

⁴⁹ Conf. Jorge Ramos do Ó: «*As Circunstâncias Ocorrentes*». *Notas para a Compreensão do Pragmatismo Político de Oliveira Salazar*, in AA.VV.: *Salazar e o Salazarismo*, Publ. Dom Quixote, Lisboa 1989, pp. 189-218.

Sem quaisquer antecedentes em diplomas jurídicos, dir-se-ia ausente uma tradição repressiva próxima do Estado Novo em matéria de censura, tanto mais que os anteriores governos da Ditadura Militar haviam mesmo fixado em dois sucessivos diplomas de 1926 (de 5 de Julho e 2 de Agosto), sem posterior determinação em contrário, esta situação aparente:

*Artigo 1º. A todos é lícito manifestar livremente o seu pensamento por meio da imprensa, independentemente de caução ou censura e sem necessidade de autorização ou habilitação prévia.*⁵⁰

Aparência, ir-se-á ver se seguida... Pois não foi no quadro legislativo – tardio e, então, puramente ratificativo –, antes num plano subterrâneo de meros procedimentos administrativos que medrou um verdadeiro processo de fascização da censura à imprensa, nomeadamente enquanto aparelho repressivo no seu todo institucional e político, de que procurarei dar os seus traços mais importantes para o estudo que aqui importa.

Ora, no desenlace dos acontecimentos próximos do *28 de Maio*, ante os manifestos da Junta militar revolucionária que proclamavam as garantias da liberdade de opinião, os jornais viram, na generalidade, com expectativa os lances iniciais da «arrancada» do norte como um «movimento militar republicano»; e este teria surgido, segundo nessa imprensa se afirmava, contra a «ditadura» do governo António Maria da Silva deposto pelo golpe e sob a chefia de um «prestigioso republicano de 5 de Outubro», tal como era apresentado Mendes Cabeçadas⁵¹. Mas é sabido que, na sequência imediata do golpe de estado de 17 de Junho de 1926, que abriu a primeira brecha no «compromisso

⁵⁰ Decreto-Lei n.º 11.839, in *Diário do Governo*, n.º 143 (5 Jul.), Lisboa 1926, I sér., pp. 685-690 e decreto-lei n.º 12.008, in *Diário do Governo*, n.º 167 (2 Ag.), Lisboa 1926, I sér., pp. 905-911; apud Alberto A. de Carvalho e A. Monteiro Cardoso: *Da Liberdade de Imprensa*, Edit. Meridiano, Lisboa 1971, pp. 451 e 462.

⁵¹ Expressões repetidas pelo diário republicano *O Mundo*, a primeira das quais como título genérico de secção de notícias diárias na primeira página, entre o pronunciamento e o golpe de Gomes da Costa.

ideológico» da Junta ⁵² e, ainda, a despeito de prontas declarações do general Gomes da Costa em contrário ⁵³, foi criada «uma comissão militar presidida por um capitão que tem por missão fazer a fiscalização da imprensa» e constituída ainda por mais um capitão e três tenentes ⁵⁴; seria, então, imposta a célebre e duradoura vinheta que os cabeçalhos ou rodapés periódicos passaram a ostentar, como estigma sobre a liberdade de imprensa: «visado pela comissão de censura».

As redacções dos jornais, ainda numa «geral surpresa», limitaram-se a reproduzir, dias após, um «ofício» do 2º comandante da polícia de Lisboa, capitão Aníbal de Azevedo, que passava a obstar à livre circulação da imprensa:

Por ordem superior, levo ao conhecimento de v. ex.^a que, a partir de hoje, é estabelecida a censura à Imprensa, não sendo permitida a saída de qualquer jornal, sem que quatro exemplares do mesmo sejam presentes no Comando Geral da G. N. R. para aquele fim.

55

Por estes motivos de «geral surpresa», a redacção de *O Mundo*, um dos mais destacados diários republicanos, pareceu estranhar, de um modo que aparenta algo de ingénuo, a adopção de medidas censórias à margem de qualquer cobertura jurídica expressamente dimanada:

Não compreendemos como poss[a] exercer-se a censura prévia aos jornais sem que essa determinação apareça nas colunas do Diário do Governo, para assim ficar revogado – embora por força da... força – o artigo da Constituição que não permite tal violência.

56

⁵² Ver Jorge Campinos: *A Ditadura Militar. 1926/1933*, Publ. Europa-América, Lisboa 1975, pp. 55 e ss.

⁵³ «O sr. General Gomes da Costa [...] não está disposto a estabelecer a censura à imprensa» [entrevista], *Diário da Tarde*, n.º 363 (18 Jun.), Lisboa 1926, p. 8.

⁵⁴ «Comissão fiscalizadora de notícias tendenciosas», *Diário da Tarde*, n.º 364 (19 Jun.), Lisboa 1926, p. 8.

⁵⁵ Transcrito em «A censura à Imprensa foi ontem instituída, no meio de geral surpresa», *O Mundo*, n.º 8.592 (23 Jun.), Lisboa 1926, ano XXVI, p. [1].

⁵⁶ *O Mundo*, n.º 8.594 (25 Jun.), Lisboa 1926, ano XXVI, p. [1].

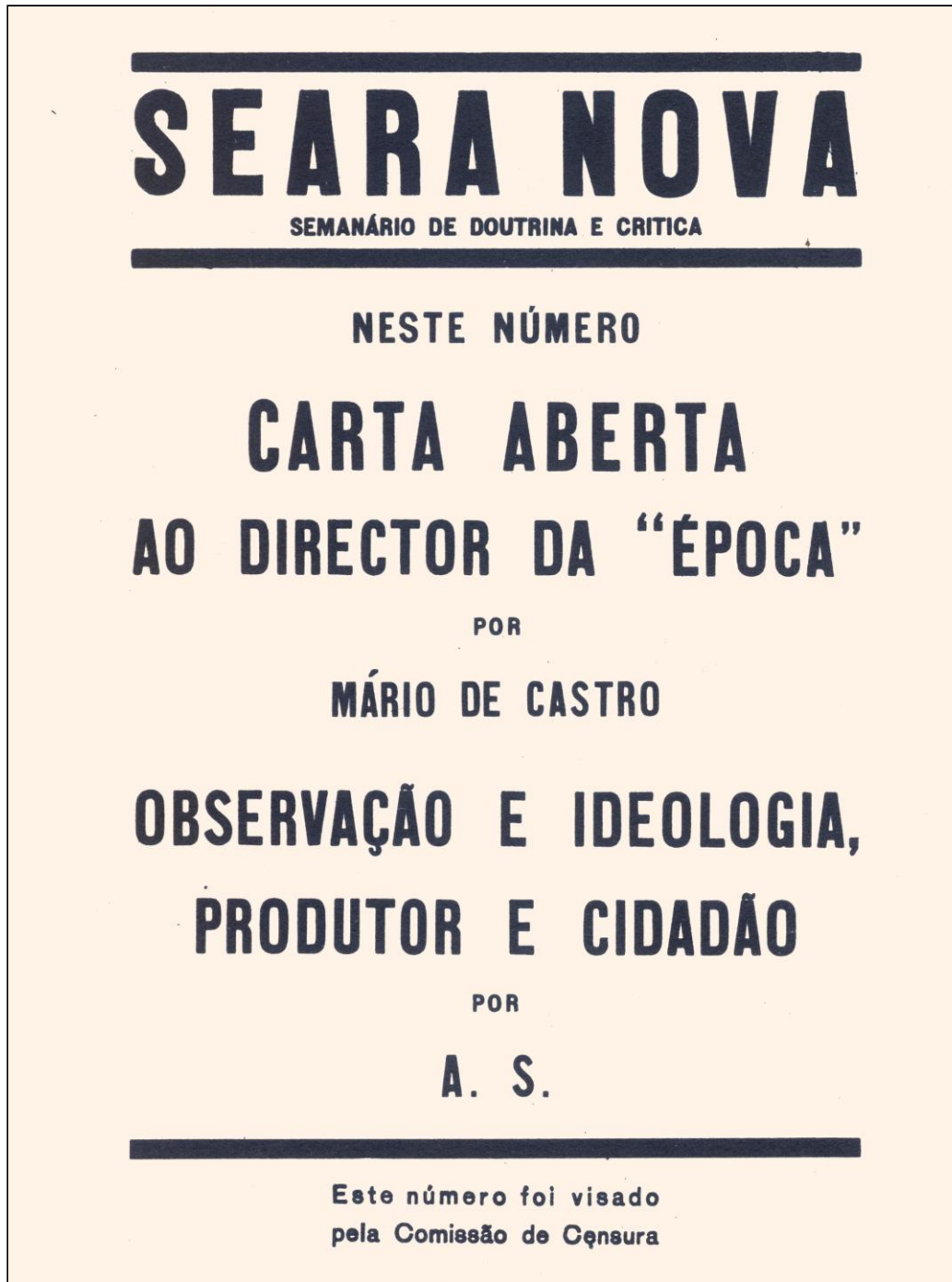


Figura 1. Primeiro número de *Seara Nova* visado pela Comissão de Censura

O que pode parecer ingenuidade, não passando dos limites ideológicos da pequena burguesia intelectual de filiação republicana, entronca numa incompreensão da essência dessa ditadura, chegando alguns sectores a acreditar na possibilidade de que esta pudesse regenerar a república, ao ponto de António Sérgio acreditar, já um ano passado sobre o «28 de Maio», que – e para que o que «suceder à ditadura não será de *maneira nenhuma* a volta ao *Parlamentarismo* anterior e ao antónio-maria-da-silvismo» – os intelectuais *seareiros* deveriam dar-lhe «o pensamento político e a máxima das propagandas»⁵⁷.

Mas no plano dos acontecimentos mais imediatos, poderá bem crer-se que uma hesitação generalizada (ou generalizável, embora se conheçam apenas factos circunscritos a Lisboa, que os diários noticiaram) tenha existido por parte das próprias autoridades executoras daquela determinação, na sequência de um vislumbre de resistência que os representantes da imprensa da capital então demonstraram⁵⁸. A situação chegou a tal ponto de embuste por parte das entidades mediadoras que estas permitiram crer, como aquele jornal ainda noticiou no decurso de reuniões das novas autoridades com os representantes da imprensa, que a medida de censura prévia não viria com certeza a vingar nem a ser consagrada na lei, afinal já então em preparação⁵⁹; e, à vista mesmo do diploma que os jornais secamente reproduziram parcial ou integralmente (antecipando, aliás, a publicação no diário oficial), ainda se questionava sobre se iria ou não ser aplicada prévia censura⁶⁰.

Mas, inapelavelmente imposta – e apesar das manifestações de desagrado ainda subsistirem nos meses seguintes à imposição da prática censória, nomeadamente sob a forma de caricaturas alusivas à censura e ao seu responsável ou de alusões gráficas em visível substituição dos cortes aplicados –, a regra não deixou de entender-se, de

⁵⁷ Carta de A. Sérgio a R. Proença (1927), in António Sérgio: *Correspondência para Raúl Proença*, Publ. D. Quixote, Lisboa 1987, p. 184.

⁵⁸ Arons de Carvalho: *A Censura e as Leis de Imprensa*, ed. Seara Nova, Lisboa 1973, pp. 35-37.

⁵⁹ «A censura», *O Mundo*, n.º 8.599 (1 Jul.), Lisboa 1926, ano XXVI, p. [1].

⁶⁰ Ver *O Mundo*, n.º 8.602 (4 Jul.), Lisboa 1926, ano XXVI.

imediatamente, como medida de polícia, dado que a sua aplicação dependeu directamente, no momento da sua aplicação inicial, dos militares da Guarda Nacional Republicana sediados nas suas instalações centrais do Largo do Carmo, finalmente sob a responsabilidade do coronel António Joaquim Prata Dias. Aliás, durante pouco mais ou menos os seis anos que durou a Ditadura Militar, dependendo o exercício de censura do Ministério da Guerra e mantendo relações de excepção militar, o procedimento criminal a que dava lugar em questões de delitos de liberdade de imprensa correria nos tribunais militares, sabendo-se que o foro do Tribunal Militar Especial nestas matérias foi mantido ainda nos primeiros tempos do Estado Novo ⁶¹.



*O coronel Prata Dias: —Que rebanho é este ?
—São as ovelhas que se deixam tosquiar todos os dias pela Censura*

Figura 2. Caricatura em *O Mundo* (1927) alusiva ao aparecimento da censura

Quanto, porém, ao estabelecimento de uma estrutura orgânica em que deveria especificamente assentar uma actividade censória, não obstante o completo silêncio público dos governos da Ditadura sobre o seu incremento, só pouco posteriormente foi estabelecida e de um modo subterrâneo, em sucessivos actos de pura administração.

⁶¹ Criados em 1930, os Tribunais Militares Especiais vigoraram até 1945.

Trata-se, afinal, de um exemplo que confirma a prática que veio a referir-se na célebre afirmação cabalística de Salazar sobre a propaganda nacional: «Politicamente só existe o que o público sabe que existe.»⁶² De facto, antes de instituída a Censura pelo decreto inaugural de 11 de Abril de 1933, seguida da criação formal de uma Direcção-Geral dos Serviços de Censura em 29 de Junho do mesmo ano, já um conjunto de disposições e procedimentos administrativos dimanados pelo governo, através do próprio organismo censório, foram regulando em silêncio, desde 1926, sobretudo de forma regular a partir de 1928, o funcionamento sistemático de uma estrutura repressiva a nível nacional.

Entre esses instrumentos que foram, prática e paulatinamente, dando forma ao aparelho de Censura – circulares, instruções, regras, regulamentos, notas oficiosas e outros documentos «menores» de mero procedimento administrativo –, constam essas já conhecidas, tão importantes como nebulosas medidas emitidas em 28 de Agosto de 1931, por uma designada *Direcção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa* (portanto, preexistente, pois não se tratava de um documento fundador) através de uma *Circular urgente*⁶³, que dava implicitamente conta da existência de uma estrutura administrativa com acção continuada nesse domínio. De acordo com essas «únicas instruções pormenorizadas e escritas de que temos conhecimento» para o período que antecede o Estado Novo⁶⁴, o documento esclarecia uma situação previamente existente:

*A Censura foi instituída pelo Governo da Ditadura Militar com o fim de evitar que seja utilizada a Imprensa como arma política contra a realização do seu programa de reconstrução nacional*⁶⁵.

⁶² Discurso (26 Out. 1933) de Oliveira Salazar, *loc. cit.*

⁶³ *Circular urgente da Direcção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa* (28 Ag. 1931), apud. Alberto A. de Carvalho e Cardoso Monteiro: *ob. cit.*, pp. 492-494 (sem menção de origem da fonte, provavelmente a partir de um arquivo de jornal ou revista para que a circular foi emitida); reprod. in *A Política de Informação no Regime Fascista*, ed. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista/Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa 1980, vol. [1], pp. 49-52.

⁶⁴ Alberto A. de Carvalho e Cardoso Monteiro: *ob. cit.*, p. 250.

⁶⁵ *Circular urgente*, *cit.*, pp. 493.

Neste sentido, procuravam sistematizar-se as «Directivas que, desde o início, têm orientado esta Direcção-Geral» e fixá-las para «atenção das suas Delegações», instruindo a capacidade destas na orientação da imprensa para a obra «civilizadora» que, «de *forma insofismável*, deve frequentemente ser expressa no jornal, clara e nitidamente pela ordem e disciplina contra a loucura e a violência.» Tratava-se, em suma, de municiar uma «arma política» em favor da «reconstrução nacional»⁶⁶. E mesmo que não seja de crer, como penso, na imediata eficácia de funcionamento de tal estrutura – tanto mais que a sucessiva legislação de 1933 a 1936 iria fixar progressivamente uma máquina adequada às exigências de repressão e propaganda –, o mais importante no conteúdo normativo dessa circular reside na definição das instruções que deveriam nortear a inteligência dos censores (já efectivamente em exercício àquela data). E aí afirmava-se, entre os pontos que assegurariam o «eficaz meio de propaganda» das «forças morais da Nação», toda a latitude, quer repressiva quer dissuasiva, da acção e dos passos do censor na vigilância sobre a imprensa periódica e na possibilidade de policiar a compostura das peças publicadas:

18º. Um jornal inteligentemente dirigido pode ser óptimo auxílio em diligência de serviços de polícia.

Isto representa, sem mais, a intenção de investir os censores de verdadeiras funções de policiamento sobre as formas de expressão pública. Porém, como a tendência centralizadora do Estado tivesse mantido dependente da capital, até princípio dos anos 40, como irá ver-se, o efectivo funcionamento orgânico da censura à imprensa, os resultados da sua acção fizeram sentir-se lentamente, mesmo depois da legislação de 1933. Registou-se, sim, com maior evidência, um persistente e eficaz controlo sobre a criação de novos títulos periódicos, mas as suas consequências só foram, ainda assim,

⁶⁶ Preâmbulo à *Circular urgente*, cit., pp. 492-493.

marcantes aí por volta de 1935-36, à beira da nova e mais enérgica sistematização jurídica de 1936.

No presente, sem preocupações exaustivas de análise ao extenso fundo de medidas administrativas de censura tomadas ao longo do período da Ditadura Militar, importa clarificar, antes de mais, que a sua adopção teve imediata sequência à entrada em funções de oficiais do Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, conforme permite já hoje revelar um fundo, ainda assim parcelar, do Arquivo de Censura ⁶⁷. Assim, no conjunto das «regras que devem ser observadas na Censura prévia à imprensa» de pronto dimanadas por circular de 1 de Julho de 1926 (ao contrário do que, quatro dias depois, o primeiro decreto sobre a matéria expressamente fixava), a imposição de exame prévio estabelecia que os «jornais enviarão quatro provas de granel» de todos os artigos «que contenham matéria política e noticiário de acontecimentos que se referissem à ordem pública», ficando no essencial o que respeitasse a noticiário do estrangeiro e os *faits divers* de sociedade «dispensado de remessa» ao «gabinete de censura» ⁶⁸ chefiado pelo coronel Prata Dias. Este gabinete, com a dimensão acessória que o próprio termo sugere, poderia estar, segundo circular de 13 de Setembro de 1926, diluído num designado Serviço de Ligações do Ministério da Guerra ⁶⁹, mas fica por conhecer a estrutura orgânica e funcionalidade dos serviços criados, pelo menos até 1928. Nesta altura, uma circular «confidencial» de 30 de Setembro ⁷⁰, emitida pelo mesmo militar, dá conhecimento da existência de uma Direcção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa, entretanto ampliada, a que deveriam subordinar-se oficialmente as «Comissões de Censura estabelecidas nas diversas cidades ou noutras localidades do

⁶⁷ Lisboa, A.N.TT., [Arq. Cens.]. Refere-se a parte de documentação ensacada pela comissão de extinção daquele organismo após 25 de Abril de 1974 e entrada na Biblioteca Nacional, com posterior depósito na Torre do Tombo em simultâneo com o Arquivo Salazar. Os documentos adiante nomeados têm como referência provisória: N.º de Remessa 761, mencionando-se em seguida pela ordem dos documentos (porém, sem numeração no arquivo) conforme sequência no respectivo arquivador.

⁶⁸ Arq. Cens., 761, [doc. 6, p. 1].

⁶⁹ *Id.*, [doc. 1].

⁷⁰ *Id.*, [doc. 5, pp. 1-6].

Continente» – ainda que nova circular, de 26 de Dezembro, fizesse distribuir um *Regulamento dos Serviços de Censura à Imprensa da Província* que documenta a criação de nova estrutura com a extinção daquelas comissões e a transferência das suas funções exclusivas para oficiais do exército no activo ou na reserva ⁷¹.

Tal facto permite pensar que a arquitectura transitória destes serviços não terá diferido muito das medidas de excepção tomadas por António José de Almeida durante a presidência de Bernardino Machado, com a crise do conflito mundial de 1914-1918. A Lei n.º 495, de 28 de Março de 1916, adoptada pelo imediato decreto n.º 2308, de 31 do mesmo mês, numa vertente «civil», fora transformada pelo decreto n.º 3534, de 10 de Novembro de 1917, numa vertente militar ⁷², deixando estabelecida uma situação permanente que a República Nova do presidente-rei Sidónio Pais não desdenhou em retomar, depois de sucessivas e contraditórias portarias, no decreto n.º 4436, de 17 de Junho de 1918 ⁷³, que por sua vez a subsequente Nova República Velha não revogou expressamente e veio, aliás, a retomar sempre que a conveniência impunha medidas excepcionais na proximidade das inúmeras revoltas desses tempos.

Desta amalgamada e vizinha tradição que tem escapado nos estudos sobre a matéria terá resultado, até ao culminar do ano de 1928, com as mínimas e necessárias adaptações ao regime de Ditadura Militar, o imediato funcionamento dos serviços de censura: assim, conforme determinava esse que constitui o primeiro *Regulamento* de serviços até ao momento conhecido, foram finalmente extintas as *velhas* comissões de censura herdadas dos restos das medidas de excepção republicanas (cujos presidentes ficaram então obrigados à entrega dos respectivos arquivos, que o tempo se encarregou de tresmalhar sem deixar rasto). Aqueles serviços passaram então a ser directamente desempenhados, em exclusivo, por oficiais (sendo automaticamente reconduzidos nas

⁷¹ *Id.*, [doc. 12].

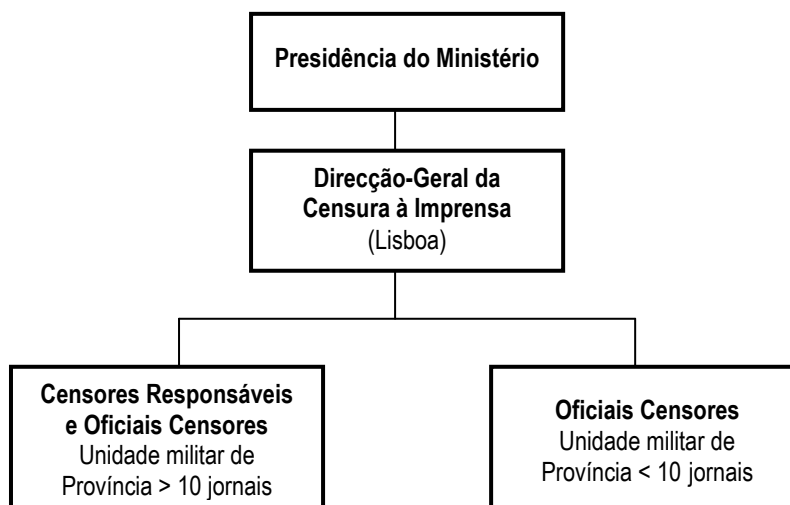
⁷² Apud Alberto A. de Carvalho e Cardoso Monteiro: ob. cit., pp. 435-437 e 441.

⁷³ *Id.*, *ibid.*, pp. 446-448.

funções os censores que possuíam patente militar, uma vez solicitadas as respectivas propostas aos comandos das unidades e regiões do exército por parte dos candidatos aos lugares) nas localidades em que, simultaneamente, fossem editados títulos periódicos (estabelecido um censor em exercício para menos de dez títulos periódicos por localidade, um censor responsável e segundo censor nas localidades com dez títulos ou mais, sob nomeação aprovada pela presidência do governo, já não simplesmente pelo Ministério da Guerra) e nas quais estivessem aquarteladas unidades militares (organograma 1).

O mesmo documento não reconhecia ou, pelo menos, não estabeleceu qualquer descentramento de funções em que claramente ficasse definida a latitude da censura local, estando toda a actividade dos oficiais censores dependente da verdadeira *inteligência* dessas funções que era desempenhada pelos serviços centrais estabelecidos na capital do país, isto é dependentes directa e imediatamente do novo poder político. Tal significava que as comissões de censura eram vistas como elos de transmissão, e foi essa a matriz inicial, a partir da qual o aparelho censório se desenvolveu e foi estendendo paulatinamente o seus tentáculos repressivos.

Organograma 1. Organização dos serviços de censura em 1928



Fonte: D.G.S.C.I., Regulamento de 26 de Dezembro de 1928

Que esta organização não satisfazia completamente os objectivos em vista – sobretudo pela inadequação de uma estrutura baseada exclusivamente no aparelho militar ao controlo quotidiano de instituições da sociedade civil – dá-se conta em duas circulares de 1929 que, já em expressa «harmonia com a orientação do Exm^o. Ministro do Interior», entendia exigir-se o concurso dos governadores civis e administradores do concelho na observância dos interesses do Estado em assuntos de política local ⁷⁴. Aliás, por essa altura, era posta em causa, pelo próprio organismo superior, a confusão que a diferente natureza institucional gerava nos contactos entre o local das publicações e a localização da unidade militar em que o censor exercia funções, ao ponto de considerar-se não estar ainda assegurada uma relação completa dos jornais do país com indicação dos respectivos censores: a inoperância e as contradições chegaram ainda a ponto de o director-geral admitir, numa destas últimas circulares, a possibilidade de os próprios responsáveis dos jornais se considerarem a si mesmos dispensados do envio de provas a censura prévia nos «assuntos que não tenham matéria censurável», concessão que apenas seria retirada «aos Jornais que revelarem não a usar convenientemente» ⁷⁵. Essa prerrogativa de dispensa, para além de explicar a incapacidade do aparelho censório, ainda em organização, em cumprir as suas funções nas centenas de títulos da imprensa periódica que então circulavam, permitia eximir de censura os jornais considerados situacionistas ou sejam os jornais que não continham anteriores conotações com os meios republicanos do regime deposedo.

As contradições que a situação evidenciava viriam a ser progressivamente alteradas a partir da súbita nomeação interina do major de artilharia Álvaro de Salvação Barreto na direcção dos serviços de censura, comunicada já pelo próprio aos vários serviços por circular de 23 de Julho de 1930; e, pelo seu punho, foi assinada uma importante circular, de 2 de Agosto, verdadeiro documento de doutrina sobre a matéria que notava a

⁷⁴ Arq. Cens., *ibid.*, [docs. 13 e 14].

⁷⁵ *Id.*, [doc. 13].

necessidade de «unificar a acção destes Serviços» na «nova fase política da Ditadura», pois da sua «inteligente colaboração» se argumentava depender grande parte do êxito da «obra que o Governo se propôs realizar»: dir-se-ia que, nomeadamente quando se entendiam tais serviços como «verdadeiros postos de observação e de defesa», a instituição da Censura entrava numa fase de esclarecimento político que acompanhava, de facto, a via de clarificação ideológica do próprio regime que começava a ser delineada por Salazar e entendia dever participar no seu todo.

É deste modo que, procurando contrariar a persistência de uma actividade isolada dos censores e da sua falta de compreensão de uma acção sistemática, essa última circular considerava ainda que, para alcançar «o bom desempenho da sua missão, [...] devem os Oficiais procurar interessar-se no progressivo desenvolvimento da acção de todos os organismos políticos», tendo em vista «firmar ideias sobre toda a actividade que interesse à Ditadura Militar»⁷⁶. Foi a partir deste momento que o aparelho de censura perdeu o carácter excepcional de medida político-militar para se estabelecer em plena sede político-administrativa, com uma natureza duradoura e, sobretudo, enquadrada nos desígnios mais gerais do poder.

Para tanto, o novo dirigente, arrancado do oficialato jovem que ascendera com o *28 de Maio*, levou a cabo um «assalto» ao aparelho de censura à testa de meia dúzia de oficiais menores e encarregou-se de nortear a estrutura central e os princípios do organismo que passou a dirigir de acordo com as doutrinas autoritaristas ascendentes no aparelho de Estado, nomeadamente as suas tendências centralizadoras. Portador de uma nova racionalidade política (não meramente burocrática e muito menos de expediente militar), Salvação Barreto procurou que a actividade preventiva e repressiva do censor se enquadrasse em objectivos politicamente informadores para o interior da própria instituição e ideologicamente inculcadores para o exterior. Para tanto, procurou que os

⁷⁶ *Id.*, [doc. 16, pp. 1-2].

executores dessem conta da sua acção sistemática em relatórios mensais «em que se[jam] focados os pontos de vista [...] sempre colhidos da observação inteligente dos factos e que signifiquem a opinião, pessoal e fundamentada do Oficial»⁷⁷.

Neste espírito político, em que se presente já próxima a relação com os interesses e determinações do governo – que a breve trecho seria de «contacto diário» –, circulares emitidas em 15 e 20 de Agosto de 1930 davam conta do restabelecimento de Delegações e Comissões de censura, às quais se determinava pela primeira vez o aparecimento do *lápiz azul*, tornado célebre com o decorrer do tempo, que representava a intromissão censória da Direcção-Geral, agravada ou correctiva em relação aos censores propriamente ditos, marca que hierarquicamente se sobreporia aos «cortes» a vermelho efectuados nos organismos da província – forma de melhor instruir também o espírito do ofício, a partir da clarividência superior, aos oficiais de censura locais⁷⁸ e concorrer para uma uniformidade de actuação que constituísse, ao mesmo tempo, uma garantia da sua efectiva autonomia.

Estava iniciada uma longa prática, marcada por sucessivas medidas e ordens administrativas emitidas para esclarecimento dos oficiais (por vezes com indicação de novos procedimentos e técnicas no desempenho do ofício, do mais geral procedimento às minúcias das operações censórias), que daria lugar a novas e mais profundas reestruturações orgânicas dos serviços⁷⁹.

Tal reorganização viria ainda a sistematizar-se, depois de ultrapassado o que parece ter sido o processo de uma primeira grande disputa política que a documentação (no estado actual da consulta, pelo menos) não permite esclarecer, com o regresso do major Salvação Barreto, depois de breve ausência, já como Director-Geral e nas mais plenas funções decorrentes da definitiva substituição do coronel Prata Dias. Em 7 de Julho de

⁷⁷ *Id., ibid.*

⁷⁸ *Id.*, [doc. 17].

⁷⁹ Datam desta fase sucessivas circulares que introduziram novas práticas, sinaléticas, terminologia, procedimentos e elementos doutrinários, *id.*, [docs. 17-18, 20, 22, etc.].

1931, por circular dimanada em nome e por ordem do director-geral interino que demonstra perfeito esclarecimento ideológico e identificação plena com a evolução política, a instrução prática do aparelho era colocada sob o duplo plano «da inteligência e lealdade com que a Censura se exerce» e do reconhecimento do momento em «que a preparação do Estado Novo requer especial vigilância»⁸⁰; daí que uma circular da Direcção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa em 22 de Agosto tenha vindo a esclarecer o seu mais esclarecido papel na orgânica repressiva do regime e na marcha do seu novo mentor:

*Pretende esta D. G., em contacto diário com S. Ex^a o Senhor Presidente do Ministério, trazer S. Ex^a ao facto do que sob o ponto de vista da política geral, encarada através da Imprensa, se vem passando no País.*⁸¹

Foram justamente neste momento dimanadas as já conhecidas *Instruções Gerais*, pela supracitada circular de 28 de Agosto de 1931, assinada pelo novo director-geral e a que estava aposta a indicação manuscrita de *urgência* com a cor imperativa e hierárquica do *lápis azul*⁸². A partir, porém, do final do ano, nova ausência de Salvação Barreto criou um vazio de poder, durante largos meses visível na desordem de circulação dos procedimentos administrativos, constituindo um lapso de tempo com lacunas importantes no próprio arquivo documental. Ter-se-á tratado de um momento crucial no arrastamento de uma disputa de poderes já anterior?

Não constituindo esta uma perspectiva institucional e política, importa para o âmbito das incidências culturais que esta fase culminou com o definitivo regresso de Salvação Barreto que, em circular apoteótica de 4 de Novembro de 1932, reafirmava solenemente, na mais pura prosa paternalista e burocrática então em voga, «assegurar

⁸⁰ *Id.*, [doc. 31].

⁸¹ *Id.*, [doc. 34].

⁸² *Id.*, [doc. 35].

pessoalmente a todos os Snrs Oficiais que desempenham funções neste Serviço de que mais uma vez fui encarregado, o meu melhor desejo de facilitar por uma assistência cuidada e frequente o árduo e ingrato trabalho que lhes foi cometido e cuja importância nunca é demais encarecer.»⁸³ E, reafirmados por este modo os vínculos pessoais em que assentava a confiança no poder e o seu efectivo exercício, reconhecia as dificuldades da acção generalizada e uniforme do organismo a que presidia, justificando uma nova reestruturação a partir da prática comezinha e lentamente preparada, mas unificável somente por um escrupulosa orientação política:

Não posso afirmar que o serviço de censura na província é perfeito. Está mesmo muito longe disso. Nota-se nesta Direcção-Geral a falta de uniformidade no critério adoptado na apreciação da matéria que pelos jornais é apresentada às Delegações.

Por isso, concluía:

*Não há uma censura em cada distrito e muito menos em cada delegação: há a censura geral do governo da Ditadura que ele orienta e lbe é directamente subordinada.*⁸⁴

Cumpria, deste modo, uma afirmação forte e coesa do aparelho cujas transformações, de há uns anos operadas, constituíram uma verdadeira reorganização fascista da censura, na mais estreita consonância com a opção autoritária do regime entretanto alicerçada e reafirmada por Salazar em sucessivos discursos (considerados como corpo de «doutrina expressa» a que, aliás, uma seguinte circular, de 30 de Novembro, fazia referência⁸⁵) que prepararam a fundação de um novo Estado da organização política no país. Não pode olvidar-se que, então, já Salazar havia ditado a conhecida máxima nacionalista – *Nada contra a Nação, tudo pela Nação* – em prol da qual

⁸³ *Id.*, [doc. 48, ft.].

⁸⁴ *Id.*, *ibid.*

⁸⁵ *Id.*, [doc. 45].

«mais se impõe o desconhecimento das facções, dos partidos, dos grupos» e, uma vez desconhecida (publicamente, entenda-se) toda a «política de partido, da facção, de grupo a confundir-se ou embaraçar a política nacional», poderiam praticar «os governantes, a magnífica liberdade de só servir a Nação.»⁸⁶ Mais ainda, esta doutrina repressiva afirmara-se já, então, na importante alocução de Salazar conhecida por *discurso da Sala do Risco* na qual se afirmava que, «impondo a uns silêncio, assegurando a todos tranquilidade e segurança», o que estava em marcha era uma verdadeira *ditadura administrativa* pela qual, afiançava o próprio Salazar sobre esse percurso, «pode já afirmar-se estarem construídos os fundamentos e erguidos os mais sólidos pilares da obra de reorganização.»⁸⁷

A construção dos *sólidos pilares* da censura entrava justamente, então, na fase dos seus acabamentos decisivos: referida em documentos dos inícios de 1932⁸⁸ – e no âmbito da qual se procurou proceder ao primeiro cadastro da imprensa, agrupados os jornais nos que «Apoiam a situação», nos que «Hostilizam a situação» e nos «Indiferentes»⁸⁹ –, a definitiva reestruturação do seu aparelho foi difundida por circular de 23 de Dezembro desse ano⁹⁰, com aplicação a partir de 1 de Janeiro seguinte, dando conta de um organismo entretanto amadurecido (organograma 2).

Trata-se de um documento de sistematização que fixa uma prática em construção, pelo menos desde 1930, e no qual a Direcção-Geral dos Serviços de Censura, conforme explicitada aprovação do Ministério do Interior (cuja tutela, como foi assinalado, vinha com o tempo a impor-se), é apresentada como cabeça macrocéfala de um aparelho repressivo cujos poderes tinham vindo a crescer lentamente. De forma directa e imperativa, essa direcção-geral orientava, a partir de um responsável imediatamente

⁸⁶ Discurso (21 Out. 1929) de Oliveira Salazar: *Política de Verdade, Política de Sacrifício, Política Nacional*, in *Discursos. 1928-1935*, ed. cit., pp. 34-35.

⁸⁷ Discurso (28 Maio 1930) de Oliveira Salazar: *Ditadura Administrativa e Revolução Nacional*, in *Discursos. 1928-1935*, ed. cit., p. 52.

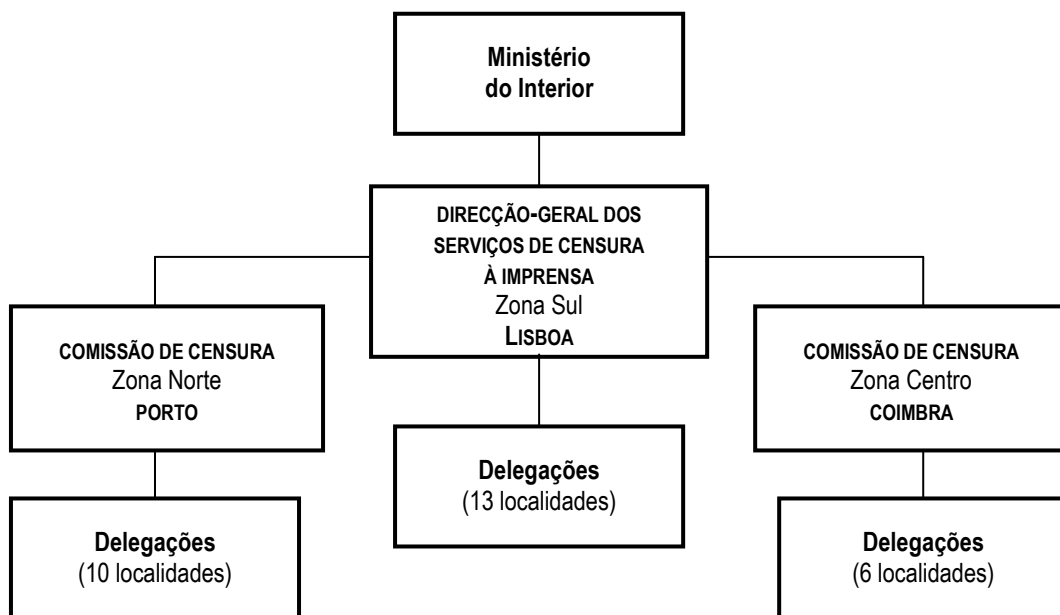
⁸⁸ Circular de 2 de Janeiro de 1932, Arq. Cens., *id.*, [doc. 38].

⁸⁹ Circular de 9 de Janeiro de 1932, *id.*, [doc. 40]

⁹⁰ Arq. Cens., *id.*, [doc. 49].

auxiliado por dois adjuntos e um secretário, os presidentes das *Comissões de Censura* ou *Comissões de Zona* sediadas em Lisboa, Coimbra e Porto (sendo a primeira substituída, conforme expressamente fixado, pela própria Direcção-Geral, formalmente na pessoa de um dos adjuntos), e as *Delegações* com sede em 29 cidades do continente e ilhas, onde funcionavam delegados efectivos e auxiliares ⁹¹.

Organograma 2. Modelo de reorganização dos serviços de censura (1932)



Fonte: D.G.S.C.I., Circular de 23 de Dezembro de 1932

Foi, na verdade, este aparelho que constituiu o modelo de toda a organização posterior dos serviços de censura, não obstante tenha vindo a acentuar-se ainda a sua tendência centralizadora até ao final da década: por ora, o modelo deste aparelho repressivo baseava-se, como esta circular fundadora arbitrava, na actividade das delegações locais que o documento exaustivamente fixou, com destaque para o volume

⁹¹ *Zona Norte* com *Delegações* em Braga, Bragança, Chaves, Guimarães, Lamego, Peso da Régua, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Viana do Castelo e Vila Real; *Zona Centro* com *Delegações* em Aveiro, Caldas da Rainha, Castelo Branco, Guarda, Leiria, Viseu; *Zona Sul* com *Delegações* em Beja, Elvas, Estremoz, Évora, Faro, Lagos, Portalegre, Santarém, Setúbal, Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada e Funchal (cada uma com um delegado efectivo e delegados auxiliares).

das atribuições de que se viam investidas e a definição do prolixo arquivo de documentação e informação obrigatório em cada uma delas. Porém, o decreto que instituiu a Censura em 11 de Abril de 1933, com a aplicação imediata que dispunha, não fazia expressa menção da Direcção-Geral que aí se substituíra por uma Comissão Central de que a Comissão de Censura de Lisboa fazia as vezes (art. 5º ⁹²) com subordinação imediata «ao Gabinete do Ministro do Interior». Se o presente estudo não comporta a análise do que parece ter sido o culminar de um conflito de autoridades – mas sabe-se que, então, «a opinião dos “Rapazes da Ditadura” a respeito da acção do Ministério do Interior» indicia a existência de disputas ⁹³ –, a verdade é que fica sanado pelo decreto de 29 de Junho, com nova redacção daquele artigo que, em suma, veio formalmente reconhecer a existência e poderes da Direcção-Geral dos Serviços de Censura: o aparelho de Censura demonstrava, em suma, toda a vitalidade orgânica laboriosamente construída no contexto dos vários poderes, representando um poder em vias de expandir-se.

Neste sentido, a existência de um *Projecto de Regulamento da Lei de censura à Imprensa* entretanto apresentado, por volta de Abril ou Maio desse ano, pelo seu director-geral ⁹⁴, corrigindo de um ponto de vista que parece estratégico alguns aspectos do funcionamento orgânico (aí desaparece, nomeadamente, a Comissão de Censura de Coimbra, que sabemos não ter acontecido, e as quatro delegações das ilhas surgem na dependência dos respectivos governos civis) em relação ao modelo pouco antes definido – em nada altera a importância decisiva desse modelo de 1932, que correspondia, na verdade, ao desenvolvimento prático e efectivo do aparelho de censura. O relatório que Salvação Barreto enviou em 19 de Abril de 1933 ⁹⁵, na sequência do seu projecto e

⁹² Ver Decreto n.º 22469 (11 Abr. 1933), apud Alberto A. Carvalho e Cardoso Monteiro: ob. cit., pp. 496-497.

⁹³ Ver Relatório (22 Jan. 1933) de Assis Gonçalves: ob. cit., p. 60.

⁹⁴ Arq. Cens., *id.*, [doc. 51].

⁹⁵ *Id.*, [doc. 66].

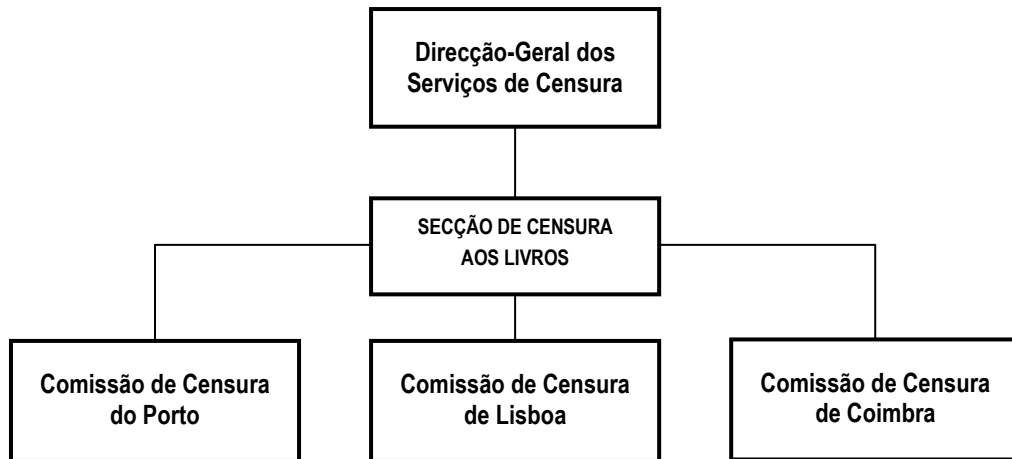
levado ao conhecimento do próprio Salazar (segundo indicação anotada no cabeçalho do documento), terá contribuído para, com o beneplácito do Presidente do Conselho, repor a reorganização intentada internamente pelos serviços de censura. O certo é que, por circular difundida em 13 de Junho aos presidentes das Comissões de Censura e Oficiais Delegados, Salvação Barreto declarou dirimido o impasse gerado pelo decreto de Abril – que, aliás, considerou aproveitado pelos «jornais e revistas que habitualmente marcam a sua posição de combatividade menos leal e de oposição sistemática» –, embora «a própria hesitação notada nos Serviços de Censura durante o mesmo período» se considere ter servido «para que[,] da expectativa a que foi forçada por circunstâncias lógicas perante acontecimentos de tanta importância, recolhesse para o futuro os ensinamentos que lhe permitiram, e ao Governo, avaliar das tendências desses mesmos jornais»; mas, considerava sobre o anterior conflito, «uma vez atenuado, requer o grau de rigor que é próprio nestes serviços.»⁹⁶

Aliás, imediatas medidas administrativas dimanadas da Direcção-Geral dos Serviços de Censura permitem perceber que, por determinação de 29 de Agosto de 1933, as delegações de censura nas ilhas ficavam na imediata dependência da Direcção-Geral, conforme «alterações havidas nos termos da lei»⁹⁷. Para além das comissões de censura de Coimbra e Porto, a de Lisboa ficava instituída na prática como *Comissão Central*, facto nomeadamente perceptível no teor das *Instruções*, datadas de 20 de Fevereiro de 1934⁹⁸, para a organização de uma *Secção de Censura ao Livro* que, directamente subordinada à Direcção-Geral, era criada junto da Comissão Central e dirigida por um oficial assistido por auxiliares próprios e com um delegado em cada uma das duas outras comissões de zona com atribuições exclusivas neste domínio (organograma 3).

⁹⁶ *Id.*, [doc. 67, p. 1].

⁹⁷ *Id.*, [doc. 73].

⁹⁸ *Id.*, [doc. 120].

Organograma 3. Secção de Censura aos Livros (1934)

Fonte: D.G.S.C.I., Instruções de 20 de Fevereiro de 1934

Finalmente, uma circular do Gabinete do Ministério do Interior, datada de 11 de Agosto de 1934, reiterava por superior reconhecimento político, toda a autoridade adquirida pela Direcção-Geral dos Serviços de Censura, determinando que esta regulava na especialidade «as indicações que o Governo, pela Presidência do Conselho e Ministério do Interior», entendia transmitir e aplicar aos jornais e mais publicações⁹⁹. Esta autoridade político-administrativa de facto e de direito que circulares de 31 de Agosto e 25 de Setembro do mesmo ano ampliaram (ou limitaram-se a admitir), ao darem conhecimento da operacionalidade autorizada no plano repressivo, junto e em conjunto com a acção da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, Administradores dos Concelhos e Polícia de Segurança Pública¹⁰⁰.

Com a sua institucionalização e resolvida a conflitualidade institucional emergente com a sua fixação jurídica, o aparelho de censura aplicou de imediato «todo o grau de rigor» próprio dos serviços plenamente constituídos, levando a efeito um amplo levantamento da imprensa em circulação. O relatório pessoal de Salvação Barreto, há pouco referido (com que apelara à arbitragem do próprio Salazar no reconhecimento

⁹⁹ *Id.*, [doc. 125].

¹⁰⁰ *Id.*, [docs. 122, 123].

dessa Direcção-Geral e, em particular, dos serviços prestados pelo seu director-geral), vagamente referira uma actuação incidente em cerca de 900 títulos diários, que davam lugar a uma intensa actividade «quer por escrito quer pelo telefone» entre os vários organismos ¹⁰¹. Instaurara deste modo um clima de permanente policiamento da imprensa, cujos efeitos sobre a produção literária colhe, justamente no momento do seu aparecimento, toda uma jovem geração de intelectuais em busca de afirmação de valores. Já no final de 1933, a Direcção dos Serviços de Censura determinou a instauração de rigoroso inquérito a todas as publicações, em forma de censo, cujos «Boletins» e «Mapas» para preenchimento deveriam assinalar a antiguidade e periodicidade dos jornais, com destaque para a sua «Natureza», «a tinta vermelha – classificando a publicação segundo a sua atitude em relação à Situação (Estado Novo)» ¹⁰². Do resultado deste primeiro inquérito à imprensa não são conhecidos os seus resultados directos, porém os dados que um relatório do Secretariado de Propaganda circunstanciou e interpretou para o Presidente do Conselho ¹⁰³, denotando ao mesmo tempo a conjugação de esforços dos organismos de censura e de propaganda que então se fez rapidamente sentir.

Á vista deste processo de constituição do aparelho censório, conquanto lentamente sedimentado e sem deixar de ser permeável às admiráveis obras de engenharia da inteligência criadas na resistência aos mecanismos de violência sobre o pensamento e a expressão, não creio poderem identificar-se-lhe simples sinais de «moderação» ou de «alheamento de tentações totalitárias tendentes ao completo controlo das consciências» ¹⁰⁴. Pois, além do controlo administrativo, do exercício de prévia censura e da suspensão temporária e definitiva de jornais e revistas, a reserva

¹⁰¹ *Id.*, [doc. 66].

¹⁰² Circular de 23 de Dezembro de 1933, *id.*, [doc. 94].

¹⁰³ S.P.N.: *Relatório sobre o Estado Actual da Imprensa da Província*, 1 Jan. 1934, reprod. in *A Política de Informação no Regime Fascista*, ed. e vol. cit., pp. 56-63.

¹⁰⁴ Conf. Manuel de Lucena: «Interpretações do salazarismo: notas de leitura crítica – I», *Análise Social*, n.º 83, Lisboa 1984, vol. XX, p. 435.

discricionária sobre a informação a que deveria ser dispensado público sigilo tornou-se uma prática corrente, invariavelmente através de circulares, em abundante azáfama burocrática. Aliás, procurou fazê-lo com um poder de antecipação que demonstra a exacta identificação política da censura com a acção do governo. Desde cedo, a capacidade de prevenção de factos susceptíveis de ferir a «ordem pública» pôde atingir sintomática expressão do espírito censório, como a circular que, em 12 de Outubro de 1932, prevenia os presidentes das comissões de censura e delegados para «todo o cuidado na censura» a observar a respeito de quaisquer «referências ao Sr. António Ferro [...] e da sua nomeação para Director-Geral do Secretariado da Propaganda Nacional»...

¹⁰⁵ A partir de então, uma vez estabilizada a orgânica da instituição, a emissão de circulares que norteou o procedimento administrativo tendeu a restringir-se a matéria puramente discricionária sobre a informação permitida na imprensa, pretendendo definir-se com antecipada precisão os assuntos sujeitos a censura e o grau da sua aplicação, numa atitude normalizadora e de homogeneidade de critérios que a emissão de um *Boletim* interno para inteligência dos censores veio generalizar ¹⁰⁶.

Consumada a obra lenta e diligentemente construída desde 1928, com uma primeira reestruturação em 1930 e particular esclarecimento de objectivos políticos e métodos a partir de 1931 – mercê da actuação, que se assemelhou a um assalto reorganizador (que nem terá sido inteiramente pacífico) levado a cabo por um punhado de jovens oficiais de baixas patentes sob a orientação do major Salvação Barreto –, o decreto de 14 de Maio de 1936 pôde formular, em definitivo, a latitude da fascização do aparelho de censura, nomeadamente ao afirmar no seu preâmbulo:

¹⁰⁵ Arq. Cens., *id.*, [doc. 78].

¹⁰⁶ Diverso de um boletim de *Informação*, um pouco posteriormente emitido pelo S.P.N., o *Boletim* dos Serviços de Censura não encontra, até ao momento, rasto nos arquivos, embora a ele vários documentos emitam referência.

*Outra coisa não se pode entender nem consentir. É na verdade zelar pela elevação da nossa imprensa periódica não permitir que fique exclusivamente confiada ao acaso ou ao capricho a publicação de órgãos cujo baixo nível, independentemente das doutrinas ou matérias versadas, constitui por si mesmo factor de deseducação social.*¹⁰⁷

Não carece de insistência, mesmo em termos gerais, esmiuçar os interstícios ideológicos que subjazem às medidas censórias do Estado Novo, já amplamente estudados¹⁰⁸. Mas importa aqui clarificar a noção de que este último diploma, logo pela sua estrutura formal, reproduz o carácter eminentemente imperativo fixado pelo legislador ao estabelecer a observância das matérias proibidas no funcionamento da imprensa periódica. Disso é exemplo o artigo 1º, que parte da fórmula inequívoca: «Nenhum jornal diário poderá publicar»...

Portanto, à linguagem jurídica daquele decreto subjaze, mais que uma atitude dissuasória dos espíritos, uma eminente postura repressiva que tendeu a ser levada ao ínfimo pormenor: aí, foram estabelecidas importantes restrições de ordem política («que seja reconhecida a idoneidade intelectual e moral dos responsáveis pela publicação»), assim como básicos entraves de ordem económica («que tenha sido feita prova suficiente dos meios financeiros») na criação de novos órgãos da imprensa. No fundamental, pois, esta legislação constituiu um instrumento da luta política e social, num momento em que decisivamente se fixava a doutrina oficial contra toda a «ideologia [que] é oposta à do Estado» e contra aqueles «que incansavelmente trabalham por destruir os princípios fundamentais da Constituição política» – tratava-se de organizar, portanto, um vasto combate aos «inimigos da sociedade e do Estado» em defesa «dos que não desejem tomar posição em questões políticas»¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Decreto n.º 26.589, in *Diário do Governo*, n.º 112 (14 Maio), Lisboa 1936, I sér., pp. 519-520, apud. Alberto A. de Carvalho e Cardoso Monteiro: ob. cit., pp. 512-514.

¹⁰⁸ Jorge Ramos do Ó: *Os Anos de Ferro. O Dispositivo Cultural Durante a «Política do Espírito». 1933-1949*, Edit. Estampa, Lisboa 1999, pp. 34-36.

¹⁰⁹ Apud. Alberto A. de Carvalho e Cardoso Monteiro: ob. cit., pp. 512-514.

Não pode deixar de ver-se como corolário, na assentada mesma em que o governo de Salazar definiu a norma geral, a publicação anexa de um profuso *Regulamento dos Serviços de Censura*¹¹⁰ que meticulosamente fixava toda a prática anteriormente edificada e, certamente, a ampliava a novas e mais completas medidas, por modo a garantir o seu primeiro e peremptório articulado: «A Censura é exercida prévia e repressivamente.» Em consequência, regulava-se uma máquina tentacular com 22 *Delegações de Censura* espalhadas pelas capitais de distrito do continente e ilhas, sob controlo de 3 *Comissões de Censura* que dividiam o país em tantas outras zonas administrativas, sediadas em Lisboa (*zona Sul*), Coimbra (*zona Centro*) e Porto (*zona Norte*), finalmente dependentes da *Direcção dos Serviços*, fixada na capital (arts. 2º e 3º).

Não sendo caso de dissecar toda esta estrutura burocrática que deveria envolver algumas centenas de comissários, delegados, censores, revisores (além de pessoal administrativo e auxiliar), aos quais estava prescrita toda uma imensa actividade de verificação de objectos jornalísticos, enviados em triplicado – incluindo «Anúncios e reclamos», bem como toda e qualquer «Pormenorização de suicídios e crimes» ou «casos de vadiagem, mendicidade, libertinagem», referências a «coacção pelo escândalo» ou «anúncios de astrólogos, bruxas, videntes e outros», publicação de «correspondência amorosa», «permuta de empregos públicos», «indústrias ilegais», «emprego suspeito de capitais» ou «empréstimos imorais» (arts. 6º e 7º) –, duplicados de telegramas ou textos por telefonema das agências de publicidade e estações postais (art. 10º), bem assim todos os exemplares de obras, tanto nacionais como estrangeiras, incluindo traduções, «apresentados espontaneamente, requisitados pelos serviços de censura ou a estes remetidos por qualquer entidade» (art. 14º) –, a despeito, dizia, da definição de toda uma máquina cuja montagem careceria de rodagem, importa destacar a importância prática que o diploma implicitamente reconhecia à estrutura centralizada na capital, para a qual

¹¹⁰ *Id., ibid.*, pp. 516-524.

todos os documentos atrás mencionados, ou seja uma das cópias referidas, deveriam ser enviados (art. 6º § 2º e art. 13º). Foi toda a vida política, social, cultural e mental portuguesa que se pretendeu por este modo reprimida, numa higiene censória de enormes proporções.

Como de um verdadeiro centro macrocéfalo, sim, dependeu na prática, como haverá de exemplificar-se, a eficácia repressiva que, além do mais, passava a exercer-se de modo mais disciplinado e atento sobre as novas publicações, cujos elementos constitutivos deveriam estar sujeitos à autorização da toda-poderosa Direcção-Geral, desde as condições financeiras que à partida assegurariam a vida de cada título proposto até ao aval na escolha nominal dos seus responsáveis. A actividade centralizadora deste verdadeiro *instrumento de governo* que foi a Censura veio a ser, aliás, contabilizada com resultados estatísticos impressionantes: a exaustiva «leitura e comentário de todas as publicações periódicas» a cargo dos censores terá rondado uma média anual de 31 mil exemplares de publicações, dando lugar «à elaboração de relatórios diários e semanais» que em cada ano ascendiam a cerca de 4 mil documentos exarados pelos competentes serviços e dimanados para diferentes organismos da administração ¹¹¹.

O reconhecimento do papel desempenhado pelo major Salvação Barreto (um desses «Rapazes da Ditadura», segundo o perfil sugerido a Salazar, «rapazes novos, de sangue na guelra, activos, prudentes, inteligentes, bem compenetrados do problema político do governo [...] para realizar a reorganização do País» ¹¹² – veio a prolongar-se para além da chancela do próprio ditador, como se viu, na sequela de conflitos internos que envolveram a sua direcção nos serviços de censura. Depois de afastado destes, com a subordinação orgânica ao Secretariado Nacional de Informação em 1943, esse militar foi de imediato promovido aos quadros da União Nacional e acedeu à Assembleia

¹¹¹ Secretariado Nacional de Informação: *Um Instrumento de Governo. Vinte e Cinco Anos de Acção (1933-1958)*, ed. S. N. I., Lisboa 1958, pp. 44.

¹¹² Informação (4 Fev. 1932) de Assis Gonçalves: ob. cit., p. 21.

Nacional e, mais tarde, como presidente do Município de Lisboa, teve assento na Câmara Corporativa ¹¹³ numa sucessão de cargos que se estendeu ininterruptamente até 1959.

Capítulo III

Incidências da censura e da propaganda na história cultural e política

Se, nos anos anteriores à institucionalização do Estado Novo, a prática censória fora uma realidade marginal (deve insistir-se) à definição de um quadro jurídico claro, já para os meados dos *anos trinta* são finalmente visíveis os entraves criados à livre circulação da imprensa periódica por parte de um aparelho que se impunha «a bem da Nação». O processo de fascização do aparelho de censura, em marcha decisiva desde 1930, cabe no diagnóstico de conjunto feito pelo chefe do governo a essa *marcha lenta*, dois anos volvidos, já nas vésperas da institucionalização de um novo *statu quo*:

Foi-se fazendo, nos dois anos decorridos, uma propaganda lenta do Estado Novo – lenta e difícil pelas indecisões naturais de obra em começo, pelos preconceitos existentes, pelas resistências revolucionárias, pelos hábitos intelectuais inveterados, pelo receio que inspiram as grandes transformações políticas e sociais, pelas confusões estabelecidas e as erradas interpretações. ¹¹⁴

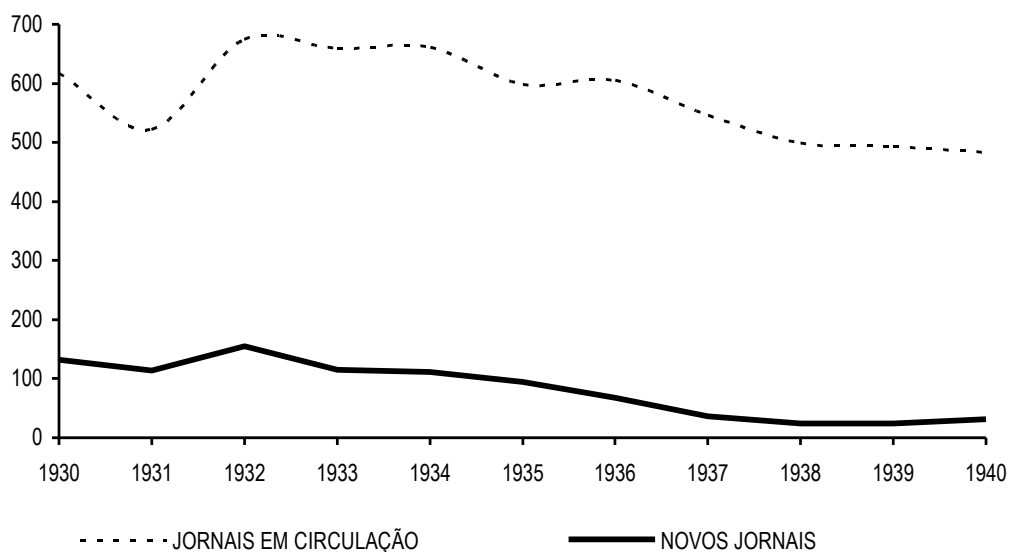
Ora com a instauração do Estado Novo e a definição dos monumentos jurídicos que lhe deram reconhecimento, a repressão censória – que *preconceitos, resistências, hábitos*

¹¹³ Assembleia Nacional: *Diário das Sessões*, n.º 31, Lisboa 1935, I Legisl., p. 592; *id.*, n.º 2 (28 Nov.), Lisboa 1938, II Legisl., p. 6; *id.*, n.º 4 (30 Nov.), Lisboa 1942, III Legisl., p. 13; *id.*, n.º 58 (27 Nov.), suplem., Lisboa 1946, p. 585, e n.º 57 (25 Mar.), p. 994.

¹¹⁴ Discurso (23 Nov. 1932) de Oliveira Salazar: *As diferentes forças políticas*, ed. cit., p. 160.

inveterados, confusões e mesmo *erros* nas medidas a precisar, finalmente, justificavam aprofundar-se – foi construindo mais visível eficácia, sobretudo através de um controlo administrativo que procurava limitar previamente as condições e possibilidades de circulação de novos jornais e revistas. Os seus resultados podem, a partir de então, considerar-se imediatos (gráfico 1).

Gráfico 1. *Frequência de novos jornais na circulação nacional*



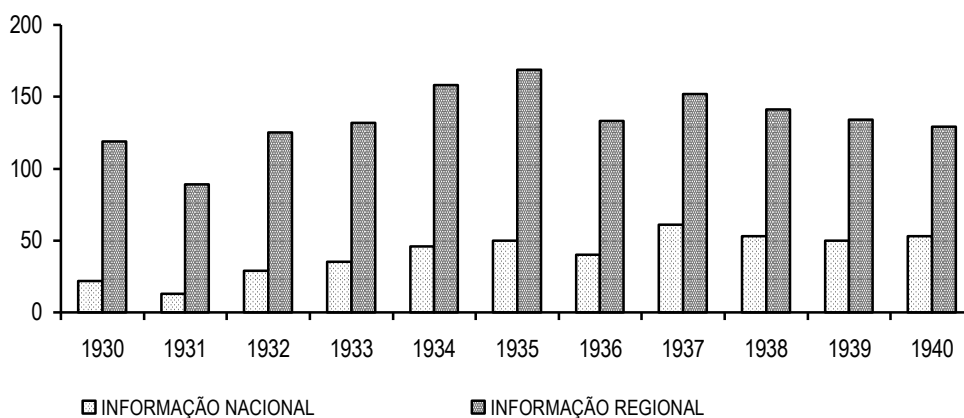
Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal, 1930-1940*

Antes de proceder a uma leitura dessa eficácia, não pode passar despercebida a relativa estabilidade no volume global de títulos que, ao longo desta década de reacção autoritarista e de consolidação de um novo regime, circulou em todo o país. Torna-se necessário perceber que, para os fins de reiteração e reprodução ideológica junto da «opinião pública» que o decreto de 1936 reconhecia, o regime «atribui à imprensa, como órgão mais importante dessa opinião, uma função de carácter público», propondo-se, por isso mesmo, «zelar pela elevação da nossa imprensa periódica» para que esta não fique «confiada ao acaso ou ao capricho». Trata-se, afinal, do mesmo propósito que, no vizinho regime espanhol, o decreto que instituiu a Delegação do Estado para a Imprensa

e Propaganda propunha como objectivo central: «Empregar toda a imprensa diária e periódica e os demais meios de notícias [...] para dar a conhecer os factos do Movimento Nacional»¹¹⁵.

Mas o cômputo geral de uma circulação relativamente estável de jornais de informação encontra ainda explicação se se não perder de vista a importância de uma vasta imprensa regional, então assegurada por sectores da pequena burguesia urbana dos pequenos centros que deram expressão à base social de apoio no advento do Estado Novo. Está aqui a pensar-se num funcionalismo de província que assegurou a má qualidade literária e jornalística, por vezes escudado nos pequenos e médios interesses do comércio e da indústria locais que não deixavam de participar ou influir na imprensa regional e em grande parte patrociná-la. A sua importância, pelo peso político-social nas populações, é considerável e, portanto, estratégico, tanto mais visível ao medir a sua dimensão no conjunto dos jornais informativos de circulação nacional (gráfico 2).

Gráfico 2. *Relação nacional e regional dos jornais de informação (1930-1940)*



Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal*, 1930-1940

¹¹⁵ Cit. por Manuel Ramirez: *A Etapa Totalitária do Novo Estado em Espanha: em Especial da sua Ideologia*, in AAVV.: *O Estado Novo das Origens ao Fim da Antarcia*, vol. cit., p. 108; importa seguir Javier Terrón Montero: *La Prensa en España Durante el Régimen de Franco*, ed. Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid 1981 e ainda Alberto Pena Rodríguez: *El Gran Aliado de Franco. Portugal y la Guerra Civil Española: Prensa, Radio, Cine y Propaganda*, Edicions do Castro, Corunha 1998.

Retendo dados relativos ao ano de 1930 sobre os jornais classificados especificamente como órgãos de *informação geral*, os títulos regionais ou denominados «regionalistas» representavam quase 85% do total deste conjunto; e, ao longo da década, é patente que os órgãos de informação da província mantiveram um peso constante que rondou sempre os 80% relativamente aos títulos de âmbito nacional.

Além do mais, constitui uma evidência, durante a década em inquérito, o reforço consentido pelo regime aos jornais regionalistas, que atingiram um peso médio de 20% no conjunto de toda a imprensa em circulação, chegando a cifrar-se em quase 30% já para o final desse decénio.

Não pode ignorar-se que (por incapacidade de meios, sobretudo na província, mais que uma vez reconhecida, como se viu acima, pela Direcção-Geral de Censura), para lá dos títulos periódicos habitualmente sujeitos a censura prévia por motivo das conhecidas posições ideológicas, uma parte considerável da imprensa beneficiou, até 1936, de autorização para se eximir desse controlo antecipado dos artigos em matéria que os redactores entendessem não ser censurável. Tal dispensa tinha aplicação aos órgãos regionais, tanto mais naturalmente quanto mais periférica aos grandes centros essa imprensa se situava, dado o menor impacto da informação na opinião pública e o carácter inócuo da maioria dos factos locais no quotidiano político; de resto, os serventuários do regime nas diversas localidades assim como as várias autoridades tinham na generalidade uma relação próxima com os próprios jornais e com quem neles escrevia, constituindo um universo de caciquismo local com o reconhecimento geral de notáveis reverenciados.

Sedimentado o aparelho repressivo, os obstáculos da censura acabariam por fazer sentir-se, porém sem desníveis pronunciados até ao final da década. Se, pelos motivos em geral apontados acima, permite explicar-se o crescimento absoluto como relativo da chamada imprensa «regionalista» nos primeiros *anos trinta*, já na segunda metade da

década a progressão da «imprensa de província» constituiu resultado directo de uma clara instrumentalização ideológica desde logo definida pelo Secretariado de Propaganda, segundo relatório emitido pelos seus serviços logo nos começos da sua actividade ¹¹⁶. Os resultados de uma acção no sentido de constituir um «bloco dos jornais situacionistas» (designação em que se incluíam os órgãos designados por «simpatizantes») tiveram expressão imediata e representaram, no entendimento do relator desse documento, motivo para esta conclusão que merece a pena destacar:

Sendo a imprensa um dos melhores meios de propaganda teremos assim servido um dos principais objectivos deste Secretariado. ¹¹⁷

Os resultados do cadastro levado a efeito pelos serviços de censura foram circunstanciados nesse mesmo relatório em quadro estatístico – que aqui se simplifica (quadro 3) para clarificação das conclusões do próprio relatório –, visando organizar um controlo, lento e paciente, da imprensa com pleno conhecimento da situação e em condições de influir no seu rumo.

Se a estratégia desta acção concertada da censura e da propaganda, conforme regista o recenseamento, denota uma rápida eficácia na transformação dos horizontes da imprensa regional, o êxito da operação de intoxicação da opinião pública não se mede apenas por esse controlo relativo dos alinhamentos expressos pelos jornais (ou assim entendidos pelos organismos de repressão e susceptíveis de estabelecer-se em «blocos»), em ritmo de crescimento até à segunda metade dos *anos trinta*, mas deve sobretudo avaliar-se pela capacidade absoluta de influência da produção jornalística autorizada ou fabricada pelos aparelhos de repressão e de propaganda. No *existir* o que efectivamente

¹¹⁶ Relatório de Silva Dias (red. Chefe): *Ação do S.P.N. na Imprensa da Província durante o Ano de 1934*, reprod. in *A Política de Informação no Regime Fascista*, ed. cit., vol. [1], pp. 66-72.

¹¹⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 72.

se *sabe que existe* residiu, como é sabido, a chave do método de saneamento e inculcação dos espíritos.

Quadro 2. *Natureza política da imprensa regional segundo o S.P.N. (1933-1934)*

Distritos	Situacionistas e simpatizantes		Neutros		Anti-Situacionistas	
	1933	1934	1933	1934	1933	1934
Aveiro	13	19	6	4	16	13
Beja	2	3	2	2	5	3
Braga	8	9	6	5	5	5
Bragança	-	3	1	-	1	-
Castelo Branco	5	6	3	1	1	1
Coimbra	10	13	3	6	10	5
Évora	3	10	7	2	1	2
Faro	3	5	5	4	2	1
Guarda	5	5	2	3	4	1
Leiria	5	7	3	1	2	-
Lisboa	5	10	4	2	3	4
Portalegre	2	6	8	4	2	1
Porto	10	13	5	3	10	9
Santarém	6	9	5	1	1	-
Setúbal	8	6	3	3	4	1
Viana do Castelo	5	8	2	-	7	5
Vila Real	4	7	2	1	2	1
Viseu	8	8	2	1	5	4
Total	101	148	69	43	81	56

Fonte: *Política de Informação no Regime Fascista*, ed. cit., p. 71

Mesmo nos órgãos de circulação nacional, com duas ou três exceções (já então os casos do *República*, reaparecido em 1931, e *Diário de Lisboa*), é consabido que a generalidade dos jornais noticiosos se manifestava afectada ao regime, como foi o exemplo do *Diário de Notícias*, ou manteve, como *O Século*, a mais enxuta neutralidade que se apresentou colaborante. Tanto o crescimento em número de títulos periódicos em circulação (quase para o dobro entre o princípio e o final da década, conforme demonstra o gráfico 2) como o gradual aumento das suas tiragens (lento, é certo, mas

efectivo ¹¹⁸) durante este período de formação e consolidação do Estado Novo constituíram o próprio garante da difusão e promoção do estado de graça do regime. Para tanto, o secretariado para a propaganda, além de subvencionar um número apreciável de jornalistas pela elaboração de artigos para as suas redacções ¹¹⁹, envolveu uma falange de «várias centenas de jornalistas dentro dos chamados Serviços de Informação e Imprensa», sob a chefia de Artur Maciel ¹²⁰. E foi este quadro profissionalizado, recrutado no seu próprio meio, que criou «todo o noticiário oficial» especialmente para a imprensa escrita e de radiodifusão, com a produção de uma vasta prosa de gabinete que podia atingir a meia centena de milhar de textos por ano ¹²¹, antes mesmo do aparecimento de um boletim de *Informações* que, a partir de 1940 e em expedita forma policopiada, ganhou o estatuto de mentor da imprensa, sistematizando e conferindo maior rigor às funções que um anterior *Boletim* da censura já emitira, pelo menos na segunda metade dos *anos trinta*, de forma avulsa embora irregular ¹²².

Mas, à relativa estabilidade geral dos jornais em circulação (sem escamotear, contudo, o seu decréscimo absoluto) foi correspondendo, inversamente, uma quebra no ritmo de aparecimento de novos títulos (quadro 4), sujeitos estes ao crescente controlo administrativo prévio: o número de 132 títulos fundados no continente durante o ano de 1930 desce para 94 em 1935 e drasticamente para 32 em 1940. O efeito é tanto mais significativo quanto é certo que a censura sobre as centenas de títulos em circulação pelo país (617, 598 e 511 títulos difundidos no continente nas mesmas datas) requeria uma máquina repressiva que, como terei ocasião de identificar, levou tempo a sedimentar a sua eficácia e foi somente possível já à beira dos *anos quarenta*. Foi, portanto, exercendo

¹¹⁸ É nos jornais de maior tiragem que se regista maior expansão: com média entre 5.500 e 9.500 exemplares circulavam 6 títulos em 1930, 17 em 1934 e 46 em 1940; com tiragens médias superiores a 9.500 exemplares editavam-se 25, 31 e 34 títulos, respectivamente nas mesmas datas.

¹¹⁹ A. Pena Rodríguez: *El Gran Aliado de Franco*, ed. cit., p. 105.

¹²⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 35.

¹²¹ Secretariado Nacional de Informação: *Um Instrumento de Governo*, ed. cit., p. 44.

¹²² Não existindo ainda qualquer recolha sistemática deste *Boletim*, o estado actual dos arquivos de censura permite detectar apenas a sua existência.

uma repressão sobre os títulos da imprensa periódica que se pretendiam fundar e sobre os recém constituídos que a censura pôde mais fácil e rapidamente ser exercida, aspecto que permite explicar a sua influência determinante no carácter efémero da larga maioria dos estreantes na época.

Quadro 3. Índices de evolução da imprensa nacional (1930-1940)

	1930	1935	1940
Total em circulação	100	96	77
Novos títulos	100	73	24

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal*, 1930-1941

Aliás, para melhor compreender esta tendência de controlo de novos títulos, deve acrescentar-se que veio a acentuar-se na imprensa em geral até ao final dos *anos cinquenta* – já muito justamente designados por «anos de silêncio»¹²³, numa expressão que tem em conta a crescente escassez de meios de difusão da criação literária e artística que não apenas os da imprensa periódica. E tal tendência veio somente a inverter-se entrados já os *anos sessenta*, altura em que os primeiros indicadores de recuperação das publicações periódicas vieram a ultrapassar os índices da década de 1930 e anunciaram a aproximação dos tempos da «revolução da informação» que se manifestaram, de acordo com os atrasos do nosso país no contexto europeu e ocidental, já na transição para a década de 1970.

Regressando à época em estudo, pode, enfim, concluir-se que, no saldo das lutas políticas e sociais entre as expressões directa e imediatamente sobreviventes do ideário republicano e os sectores que se identificaram no campo reaccionário, a imprensa periódica alinhada no caudal de promoção, de aceitação ou simples condescendência

¹²³ Rui Mário Gonçalves: *A década do silêncio. 1951-1960*, in *Arte Portuguesa nos Anos 50*, ed. Câmara Municipal de Beja/Fundação Calouste Gulbenkian, Beja/Lisboa 1992.

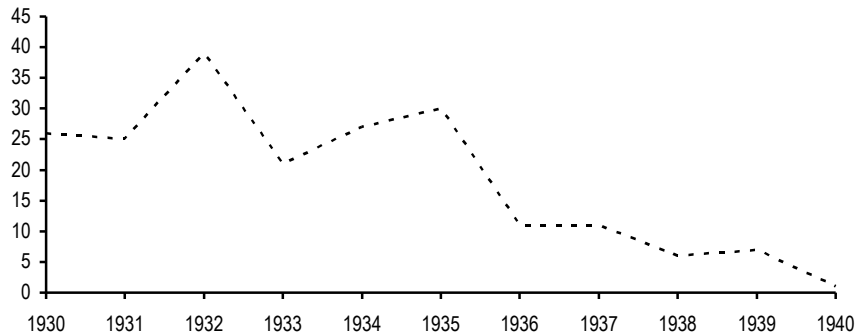
relativamente à ascensão vitoriosa dos valores daquele último campo (fixados em geral na defesa do nacionalismo, da ordem e do equilíbrio) explica a relativa estabilidade geral na circulação nacional de jornais. Mas, por isso mesmo, a constância e equilíbrio na vida dos periódicos, para lá de razões de ordem técnica e financeira (não devendo esquecer-se que tais aspectos foram importantes, em particular durante a situação de guerra a partir de 1936), dependeu da confiança do poder nos mecanismos dissuasores e repressivos ou, no limite, de uma aceitação passiva do regime e da ordem estabelecidos até onde a ideia da sua subversão o permitisse. Os jornais que a nomenclatura estatística oficial começara por designar, no início da década, como «situacionistas»¹²⁴ – reforçados a partir de 1933 por órgãos «nacionalistas» e ainda os cancelados expressamente pela União Nacional –, diluíram-se, depois de 1938, numa mais genérica designação de jornais de «ação política e social», quando a política salazarista de supressão geral de clivagens ideológicas, à esquerda e à direita, pôde sustentar-se no efectivo controlo político e social da informação difundida pela generalidade da imprensa periódica. Aliás, logo após a passagem desta década para a seguinte, as estatísticas perdem por completo a miudeza de informação, desaparecendo dos inquéritos oficiais qualquer referência à natureza política dos jornais. Mas, já no plano social, os anuários dão apenas fé das publicações corporativas como órgãos de classe, numa identificação mistificadora destes com os interesses do Estado.

Ora, a repressão censória levada a efeito desde os governos da Ditadura exerceu, de imediato e preferencialmente, um controlo sobre a imprensa de explícito âmbito político-social, em especial a respeito dos órgãos dos meios laborais (gráfico 3), ainda que a larguíssima maioria dos títulos periódicos desta natureza tenha passado, como é natural, para uma existência clandestina, circulando à margem e a despeito dos

¹²⁴ Vd. quadro 1, p. 27.

mecanismos de controlo administrativo propriamente dito e sendo, portanto, alvo de perseguição semelhante às organizações políticas e sociais promotoras.

Gráfico 3. *Frequência de novos títulos da imprensa operária e sindical (1930-1940)*



Fonte: Victor de Sá: *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical*

Logo em 1930, o director do organismo censório destacava no topo das preocupações dos «diferentes organismos de Censura» a de, a par da vigilância das manifestações das forças políticas tradicionais, «acompanhar igualmente os esforços realizados pelos naturais inimigos da Ditadura no sentido da sua organização, assim como o movimento associativo das classes operárias»¹²⁵. Mas, de modo visível, foi no campo sindical que entre 1933 e 1936 a grande maioria da imprensa, clandestina ou não, baqueou ante a repressão. O *Reduto*, por exemplo, órgão oficial da Federação dos Transportes tido pelo periódico «vermelho» da Comissão Inter-Sindical, a central comunista paralela aos anarquistas da C.G.T., faria circular um número próximo dos 30 mil exemplares quando foi suspenso em 1933¹²⁶.

No terreno explicitamente político, se no ano de 1930 foram pela última vez recenseados oficialmente meia dúzia de jornais tidos por comunistas¹²⁷, esfumando-se

¹²⁵ Arq. Cens., n.º remessa 761 [doc. 16].

¹²⁶ Bento Gonçalves: *Dois Palavras*, in *Os Comunistas*, ed. A Opinião, Porto 1976, pp. 131 e 157.

¹²⁷ *Anuário Estatístico*, cit.

com rapidez na actividade ilegal, já a vasta família das tendências republicanas foi perdendo lentamente os seus órgãos, caindo de cerca de uma centena de títulos para metade desse número entre o início e os meados da década, para desaparecerem em definitivo em 1937. Não pode, por isso, esquecer-se que os resultados desta repressão se ligam directamente ao êxito do controlo e perseguição aos organismos políticos e sindicais que produziam tal imprensa, não sendo de estranhar que apenas se edite em 1940, clandestinamente, o jornal *Avante!*

O espaço de oposição das forças políticas e sociais, até então tradicionalmente republicano ou de expressão anarquista, abriu-se decisivamente ao movimento e ao ideário comunista, que visava afirmar e ampliar a influência do marxismo e da sua estrutura de organização política. Ora, tal processo veio naturalmente a reflectir-se no campo da actividade cultural e com resultados doutrinais que não é caso de analisar para já, mas com notórias consequências de hegemonização do terreno antifascista que herei de tratar adiante.

Importa, por ora, lembrar que após a chamada primeira «reorganização» do *partido de novo tipo* em 1929, sob a direcção de Bento Gonçalves (altura em que compreendia, segundo relatório de Manuel Pilar à Conferência da Amadora, cerca de 40 militantes), e até à prisão do primeiro secretário-geral em 1935 (período em que, pelo menos, decuplicou o número de militantes ¹²⁸) – o Partido Comunista Português triplicou os seus quadros no período situado entre 1934 e 1943 que culminou com o processo designado por segunda «reorganização», passando de 400 para mais de um milhar de membros activos, para rondar os 7 mil em 1946 ¹²⁹.

¹²⁸ Bento Gonçalves: loc. cit., p. 141; ver João Arsénio Nunes: «Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-33)», art. cit., p. 716; José Pacheco Pereira (introd. e notas): «Acta da Conferência do PCP de Abril de 1929», in *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 2 (Jan.-Abr.), Porto 1984, pp. 21-35.

¹²⁹ Ver João Arsénio Nunes: *Comunismo*, in Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito (dir): *Dicionário de História do Estado Novo*, Bertrand Edit., Venda Nova 1996, vol. I, p. 177.

Com particular relevância para os aspectos que aqui interessa estudar, foi a área do comunismo atraindo um número influente de intelectuais e de nomes prestigiados no meio cultural (como de resto aconteceu por toda a Europa ¹³⁰), beneficiando certamente de condições históricas mais vastas que as que concorriam para a transformação do quadro do pensamento em Portugal ¹³¹. Mas foi justamente nesta altura, entre 1935 e 1937, que as estatísticas oficiais reproduzem a liquidação definitiva dos órgãos de imprensa da oposição tradicional, emergindo então de modo decisivo no nosso país toda a capacidade de resistência e de afirmação ideológica do comunismo, veiculadas igualmente no campo cultural. O fenómeno de constituição e alargamento de uma vasta imprensa cultural refractária à «situação», com os contornos que serão objecto mais adiante, não deixa de reflectir estas transformações.

Creio, porém, que a difusão de novas perspectivas culturais num campo que escapou aos «dispositivos culturais» do Estado Novo constitui um problema mais complexo do que aparenta, por motivos de ordem diversa. Antes de mais, deve considerar-se que o aparelho repressivo directamente relacionado com o processo de fascização ideológica condicionou de modo genérico e radical a evolução da imprensa cultural (quadro 5), mesmo ampliando o conjunto assim designado às publicações científicas, incluindo as de âmbito pedagógico, do mutualismo e assistência, as revistas académicas, etc.

Trata-se, portanto, de um largo espectro (demasiado largo, porém justamente eficaz para apreender toda a extensão do obscurantismo), muito para além do campo cultural propriamente dito e representando, por isso, tudo quanto no âmbito do pensamento, da criação intelectual e da actividade cívico-humanista se difundiu na imprensa (desentranhados, porém, os títulos desportivos e de áreas do lazer). A escassez

¹³⁰ Ver E. Hobsbawm: ob. cit., pp. 129, 153, 169-70.

¹³¹ Ver João Madeira: *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais (dos Anos Trinta a Inícios de Sessenta)*, Edit. Estampa, Lisboa 1996 (sobretudo Segunda Parte).

dos números representa um indicador seguro do reduzidíssimo dinamismo cultural consentido pelo regime. Mesmo com a precaução de que muitas publicações fugiam ao controlo rigoroso do depósito legal (instituído, como se sabe, em 1935¹³²), o domínio estatístico satisfaz o estudo do quadro geral e das tendências, mesmo que em miudeza não tenha podido recensear as publicações de vida *subterrânea* que, conforme será visto mais adiante, explodiram sobretudo na segunda metade dos *anos trinta*.

Quadro 4. Jornais culturais e científicos em circulação por capital de distrito (1930-1940)

Distritos	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940
Aveiro	1	-	3	4	1	1	4	2	1	3	3
Beja	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Braga	4	-	6	2	3	3	2	2	2	1	2
Bragança	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Castelo Branco	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Coimbra	6	5	9	8	12	13	12	7	5	4	6
Évora	-	2	-	3	1	3	2	2	-	2	1
Faro	3	1	2	3	2	3	-	1	-	-	-
Guarda	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Leiria	1	-	1	3	2	1	-	1	-	-	-
Lisboa	74	54	76	85	86	59	65	44	33	37	33
Portalegre	2	-	2	3	1	-	-	-	-	-	-
Porto	12	13	18	27	26	16	16	17	6	9	7
Santarém	2	6	3	3	1	1	2	-	-	-	-
Setúbal	2	2	5	5	4	4	4	-	-	-	-
Viana do Castelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Vila Real	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Viseu	1	2	2	1	1	2	1	-	-	-	-
Total	111	85	127	147	142	106	108	76	47	57	52

Fonte: *Annário Estatístico de Portugal*, 1930-1941

A apresentação de um quadro de informação tão extenso permite (para além de posterior remissão) ter ideia uma mais precisa do modo como o aparelho repressivo

¹³² Deu origem ao *Boletim de Bibliografia*, publicado a partir de 1935.

atingiu, com inegáveis resultados, os seus objectivos obscurantistas: não deixa de notar-se que, por exemplo, se até 1934 (mau grado a intermitência atrás registada) havia circulado pelo menos um título dessa imprensa cultural em 14 dos 18 distritos do continente, no final da década apenas 6 dessas regiões administrativas logravam manter este tipo de publicações periódicas. As oscilações no ritmo de sobrevivência de órgãos culturais e científicos reflectem por certo um aspecto estrutural, por força de baixíssimos níveis de formação cultural da generalidade da população, agravada por um envelhecimento da população alfabetizada entre a anterior e a década de 1930.

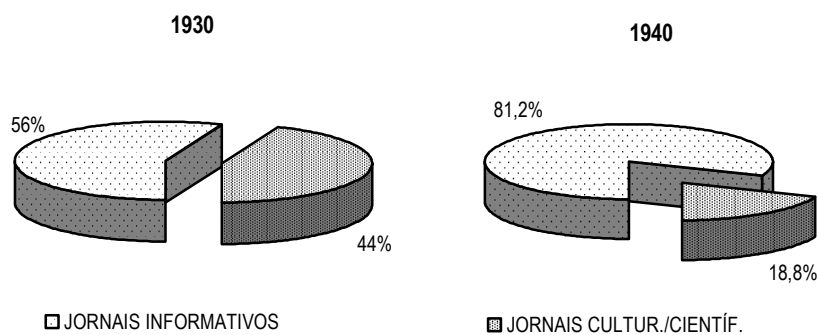
Que não seja por isso, é evidente que a relação existente, antes de 1933, de um jornal de natureza cultural e científica por cada cinco títulos em circulação nacional recuou rapidamente para cerca de 10% após a entrada em vigor dos mecanismos resultantes do novo regime. E ao facto não foi estranha, sobretudo, a constituição de uma política precisa por parte do Secretariado de Propaganda Nacional para cuja órbita tenderia, até final da década, o controlo da estrutura central de censura, situação finalmente instituída com a criação de um Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação, em 1940, a que presidia o próprio Salazar. Uma conclusão se impõe: para além de não ter tido precedência, o fenómeno de inculcação ideológica tornou-se subsidiário da tendência repressiva e obscurantista que teve por base – não o inverso.

Não é difícil calcular, extraídos da mostra anterior os órgãos de natureza científica e de actividades cívico-humanísticas, quão reduzida terá chegado a ser, nos *anos trinta*, a publicação de jornais e revistas estritamente vocacionados para a literatura e a arte... E não deixa de interessar o reconhecimento de que, recebendo uma herança de regular e diversificada proliferação de jornais culturais após a instauração da República (que reproduziam a variedade de tendências estéticas e de movimentos intelectuais), nem o regime transitório da Ditadura Militar significativamente alterou, em termos relativos, o

peso da imprensa cultural: até 1933, os jornais que têm aqui sido englobados num âmbito cultural alargado representavam então cerca de 30% do conjunto das publicações periódicas sem referência política. Foi sobretudo com a institucionalização do Estado Novo que esses baixaram a 25 % em meados da década, para atingirem uma relação que pouco excedia os 10% já no final do período em estudo.

De outro modo dito, pode ainda registrar-se que, no início da década de 1930, essa imprensa cultural e científica que havia conhecido uma relação quase paritária com o número de jornais informativos, tanto nacionais como regionais, passou no final da década para menos de 20% (gráfico 4), e chegou mesmo a representar menos de 10% nesse ano de fatídica repressão que foi o de 1937, com particular incidência no campo intelectual ¹³³.

Gráfico 4. *Relação entre jornais informativos e a imprensa cultural e científica em circulação (1930-1940)*



Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal (1930-1940)*

Foi sobretudo a partir de 1936 que este processo sofreu, pois, uma inversão irreversível, deixando claro que a «política do espírito» de António Ferro exerceu uma contenção calculada na difusão de revistas e jornais culturais, antes investindo ideologicamente numa estratégia de captação e controlo das elites culturais. Nos dados

¹³³ João Madeira: ob. cit., pp. 70-71.

carreados, nada há que remeta para uma política de difusão cultural, fora de um cenário de espectáculo e de inculcação ideológica em que o secretário da propaganda foi, sim, o instrumento de *mise en scène* que se havia proposto perante Salazar.

Tanto em relação ao período republicano como, sobretudo, ao que se lhe seguiu torna-se importante compreender, ao menos, o significado do que Ferro designou por «política do espírito». Pois o quadro de pluralidade e heterogeneidade culturais que marcaram o período da I República tendeu a transformar-se, rápida e drasticamente, em expressão uníssona, baseada, segundo creio, numa habilidosa política de mistificação do «moderno» como «novo» que, por extensão, pôde confundir-se com «modernismo»... nunca com vanguarda. Se a tanto chegou o jogo de palavras (não de conceitos) do secretário da propaganda, foi para se professar, do modo mais caseiro e obsoleto, «numa vanguarda de aleluia e não de trevas!...»¹³⁴. Deixando de lado qualquer jogo de palavras, trata-se de algo que, em rigor, antes quadra na muito sugestiva noção de «vanguarda da retaguarda»¹³⁵.

Mesmo sem pôr em causa a sinceridade «modernista» de António Ferro (embora, como questão, mereça mais profunda e urgente exploração o seu «radicalismo esteticista que se confundirá com o sensacionalismo de magazine»¹³⁶ ou «a iconoclastia ruidosa» pervertida «em exuberantes modismos de salão»¹³⁷), consensual é a obediência da sua acção ao imaginário do Estado Novo, às formas da sua legitimação e, como afirmei, aos seus interstícios ideológicos mais gerais.

Se não é negligenciável um lado (sobretudo euro-meridional, em que avulta o futurismo) de *atitude* que conteve o nosso modernismo de princípio de século, como expressão de escândalo que entusiasmou um punhado de jovens intelectuais em ruptura

¹³⁴ Discurso (21 Fevereiro 1935) de António Ferro: *Política do Espírito e sua Definição*, in *Política do Espírito. Prémios Literários (1934-1947)*, ed. cit., p. 29.

¹³⁵ Ver Marco Palla: *O Regime Fascista Italiano*, in AAVV.: *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia*, vol. cit., p. 65.

¹³⁶ Jorge de Sena: ob. cit., p. 74.

¹³⁷ Luís Adriano Carlos: «presença e a estética modernista», *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 12-13 (Outono), Lisboa 2003, sér. 3, p. 66.

com o academismo de situação da I República – ao qual uma *arte de experiência* pôde emprestar, como em Ferro, os atributos pessoais de talento fácil e de variegadas formas, de expressão límpida e de graça extravagante, sentido de espectáculo e de exibição lúdica –, o que historicamente aqui importa é que, nos alvares dos anos trinta e durante essa década, esse revolucionarismo estético perdera o seu poder de ruptura e foi nas suas generalidades e mais vagos pressupostos que assentou a «política do espírito» que, com o tempo (em pouco tempo), não passou de um novo academismo de *bom gosto*, de *pastiche* e de folclore esteriotipado. E, neste sentido, pode admitir-se como *natural* uma cedência de uma sua aspiração primeva ao moderno quer ao peso do tradicionalismo e das concepções nacionalistas na seiva do regime, quer ao dos academismos e tendências artísticas e literárias mais serôdias ¹³⁸ de que as publicações periódicas oficiais foram exemplo e proveito.

Mas adensa-se, por isso mesmo, consideravelmente a importância que teve na época (e o significado que assume no seu estudo) a persistente atenção da «política do espírito» e dos esforços do seu mentor aos novos expoentes da falange modernista (a geração de 1927 que, afinal, proclamou o modernismo como movimento estético de um todo) ou ao que dela foi permanecendo, numa orientação estratégica de mobilização dos mais amplos sectores intelectuais onde também, segundo a conhecida máxima, *todos não seriam demais*. Daí, a persistência nesta aproximação viria a constituir nos *anos trinta*, como terei ocasião de compreender melhor, uma encruzilhada nas escolhas da mais jovem geração de intelectuais que, em meados da década, iniciou a procura de novos caminhos na actividade cultural. Para tanto, torna-se necessário identificar que, no final da década anterior, ao aparecimento de uma filiação modernista na literatura, na arte e na crítica, com os propósitos totalizantes e unificadores propostos em geral pelo grupo da revista

¹³⁸ Aos estudos já referidos deve acrescentar-se o de Margarida Acciaiuoli: *Exposições do Estado Novo. 1934-1940*, Liv. Horizonte, s.l. 1998, pp. 24-35.

*Presença*¹³⁹, não foi estranha a introdução de um escopo normativo e estabilizador nas intenções desse modernismo que se pretendeu como um classicismo¹⁴⁰. Segundo creio, tal facto não escapou às ambições de António Ferro, dominadas pela instituição da *norma*, no seu sentido jurídico, como ordenação do edifício estético-cultural oficial em que a função do *moderno* adquiriu, a despeito de oscilações em medida de força com outras tendências, um sentido de *forma*.

Neste sentido, pois, a relação com o *moderno* no seio de uma «política do espírito» não decorreu naturalmente, isto é como consequência inevitável da matriz literária e das práticas juvenis de António Ferro que se sabe remontarem à edição de *Orpheu*, mas também à publicação de uma folha académica de teor patriótico, *Alma Nova*, de que Ferro foi também, pouco antes, proprietário¹⁴¹. Depois da experiência, consabidamente fortuita, que o ligou à edição daquela revista modernista, a imediata actividade literária de Ferro instalou-se sobretudo – da poesia à conferência, da novela e do conto ao teatro, dos paradoxos ao manifesto – numa retórica de exibicionismo iconoclasta que não foi capaz de ombrear com a sua fulgurante carreira jornalística. Sobre a sua criação literária, foi o próprio escritor quem veio a desvalorizar o lapso de irreverência futurista (concentrado entre 1920 e 1925), não apenas como literatura «cheia de exageros, de irregularidades, de desequilíbrios, de heresias», mas sobretudo porque via já «com indignação que repugna» à sinceridade de português católico e verdadeiro:

*A obra que eu escrevi aos vinte anos não é minha, é dos meus vinte anos, é de alguém que morreu...*¹⁴²

¹³⁹ Entre outros trabalhos do mesmo autor, ver a síntese de Vieira Pimentel: «Da “pré-presença à presença», *Leituras*, cit., pp. 17 e ss.; sobre este carácter totalizador, vd., p. e., Joana Matos Frias: «Cine presença», *Leituras*, cit., pp. 75 e ss.; Teresa Cascudo: «À luz do presencismo: uma leitura do ensaio *Introdução à música moderna* (1942), de Fernando Lopes Graça», *id.*, pp. 107 e ss.

¹⁴⁰ Deve entender-se válida para o conjunto da *Presença*, Gaspar Simões e Casais Monteiro especialmente incluídos, a análise de L. Adriano Carlos: «O classicismo modernista de José Régio», *Revista da Faculdade de Letras*, Porto 1991, vol. VIII, II sér., pp. 103-134.

¹⁴¹ Ver L.A. [Luís Amaro: «Nota»], *Colóquio Letras*, n.º 117-118 (Set.-Dez.), Lisboa 1990, p. 38.

¹⁴² António Ferro: *Estudo crítico*, in *Leviana*, 4ª ed., Lisboa 1929, p. 28.

Restou a projecção da actividade jornalística que António Ferro caldeou, dando lastro ao seu espírito culto tanto quanto ao desejo de proeminência e protagonismo, num alargamento de relações nos meios nacionais como no estrangeiro, durante cerca de duas décadas que ao cabo lhe permitiram tornar-se porta-voz de resíduos políticos, culturais e ideológicos vários e, por vezes, desencontrados. Independentemente das opções que foi tomando no caminho percorrido – mas essas foram, justamente, as de um percurso que o levou dos acordes de uma *Sinfonia Heróica* ao presidente-rei Sidónio Pais ¹⁴³ até à exaltação salazarista do «caminho que vai da casa térrea de Santa Comba, onde ele aprendeu a ler, ao Ministério das Finanças, onde ensinou um país a governar-se» ¹⁴⁴ –, atente-se que, entre os *anos vinte* e os *anos trinta*, Ferro atravessou, provavelmente como ninguém, um vasto espectro de famílias e parentescos intelectuais, culturais e políticos resultantes da crise da república parlamentar. Em constante mutação e actividade ¹⁴⁵, tais grupos ou campos cruzaram-se e confrontaram-se, amalgamando um conjunto de elementos comuns que o difusor da «política do espírito», interpretando e habilidosamente reutilizando, veio a sistematizar e a dar corpo num processo de direcção hegemónica com sucesso relativo a curto prazo no plano da cultura e das elites culturais, mas cujo êxito inculcador, a longo prazo, no plano das mentalidades não pode ser contestado.

Foi certamente a esse percurso de atenta compreensão e captação de recorrências, finalmente protagonizadas por Ferro, que Franco Nogueira aludiu com clareza para justificar a escolha natural do autor da *Praça da Concórdia* para o cargo de secretário de propaganda do novo regime: «As suas relações internacionais, o passado boémio-literário, mentalidade cosmopolita, convívio com os liberais, conhecimento que já adquirira de Salazar, e o seu absoluto compromisso com o regime tornaram óbvia a sua

¹⁴³ *Id.*: «Sinfonia heróica», *O Jornal*, n.º 125 (5 Dez.), ano I, Lisboa 1919, p. [1]; apud. Ernesto Castro Leal: *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*, Edições Cosmos, Lisboa 1994, pp. 240-45.

¹⁴⁴ *Id.*: *Salazar. O Homem e a Sua Obra*, s.l. 1933, p. 107.

¹⁴⁵ Ver Ernesto Castro Leal: *ob. cit.*, pp. 97 e ss.

nomeação»¹⁴⁶. Tratava-se de uma selecção que recaía naturalmente sobre a figura capaz de representar o máximo *compromisso* com a ordem por parte do diverso campo intelectual e do variado universo cultural e político, isto é o ponto de máxima estabilização dada ao verdadeiro sistema de placas giratórias em que se moveram os campos intelectual e político nos *anos vinte*.

Aliás, como se sabe já¹⁴⁷, a própria expressão de uma «política do espírito», que o novel secretário da propaganda salazarista se honrou apenas «de ter popularizado, entre nós»¹⁴⁸, fora explícita e amplamente doutrinada, antes da sua *vulgarização* institucional, pelos principais mentores da revista *Seara Nova*, ora constituindo, na acepção *seareira*, a dimensão pública de um exercício espiritual inaugurado no plano individual, ora o modo de formar a mentalidade e a cultura da comunidade em geral e dos seus dirigentes. Daí, até à definição da necessidade de um «poder espiritual», foi um pequeno passo que permite compreender a função «dum órgão director das consciências»¹⁴⁹, isto é independente dos partidos e, como se pretendia, representado pela própria *Seara Nova*. O *campo seareiro*, se bem que tenha configurado um paradigma coerente de pensamento e de actividade intelectual em que não há que duvidar do seu democratismo e antifascismo, esteve, aliás, em casos significativos, aberto a soluções em que – para utilizar mesmo uma sintomática terminologia sergiana – comungaram «esquerdistas» e «direitistas»¹⁵⁰, num terreno de recorrências que configura a crise da consciência intelectual portuguesa na época. Num plano simétrico, alguns programas de raiz nacionalista, ao desenhar programas para «um terreno neutro em que cabem

¹⁴⁶ Franco Nogueira: *Salazar*, Coimbra 1977, vol. II, p. 242.

¹⁴⁷ Ver L. A. Costa Dias: *A República e a Elite Seareira*, ed. cit., pp. 25-28.

¹⁴⁸ A. Ferro: *Política do Espírito e sua definição*, in *Política do Espírito. Prémios Literários*, ed. cit., p. 17.

¹⁴⁹ Raul Proença: «A União Cívica e a “Seara Nova”», *Seara Nova*, n.º 22-23 (Abr.-Set.), Lisboa 1923; pub. in *Páginas de Política (1921-1924)*, Lisboa 1939, p. 278.

¹⁵⁰ Ver João Medina: *O Pelicano e a Seara. Integralistas e Seareiros juntos na Revista Homens Livres*, ed. António Ramos, Lisboa 1978; id.: *Sérgio e Sidónio. Estudo do ideário sergiano na revista Pela Grei. 1918-1919*, in AAVV.: *Estudos sobre António Sérgio*, ed. Inst. Nac. de Investig. Científica-Centro de Hist. da Univ. de Lisboa, Lisboa 1988, pp. 7-30 (Cad. Clio; 2); António Farelo Lopes: «A revista *Pela Grei* (doutrina e prática política), *Análise Social*, n.º 72-73-74, Lisboa 1982, vol. XVIII, pp. 759-72; cf. M. Vilaverde Cabral: art. cit.

monárquicos e republicanos, uma plataforma patriótica» como pretendeu, por exemplo, a Acção Nacional de Filomeno da Câmara em 1924, invocavam expressamente os homens da *Seara Nova*¹⁵¹ aos quais caberia, segundo se afirmava, uma dívida doutrinária.

Neste sentido, António Ferro foi o intelectual por excelência das recorrências mais persistentes de uma época da história cultural e da história intelectual do século XX e, como hábil organizador dessas ideias, sentimentos e aspirações recorrentes nas elites da época, protagonizou a sua reutilização, sob os ditames ideológicos do Estado Novo, num caldo de cultura tão vasto quanto lho permitiram as resistências culturais e intelectuais. Desse modo, pois, referindo-se ao que sua *política do espírito* representava no fundamental, pôde desde cedo afirmar com propriedade que «ela corresponde a uma aspiração definida, legítima, dos intelectuais portugueses»¹⁵². Mais do que proceder a uma *composição* de tendências estéticas, de orientações políticas ou de personalidades intelectuais nas suas expressões mais básicas, esteve em condições de definir e organizar, uma vez instalado na estrutura directora e difusora do apelo ideológico do Estado Novo, um programa de *hegemonia* sobre essas tendências, orientações e personalidades com vista à sua neutralização.

Mas como foi conjugado no mesmo tempo verbal – esteticamente falando ou, mesmo, em termos genericamente culturais – o discurso de uma modernidade normativa com os «fins superiores» tornados imperativos pelo *Chefe do Estado*, nos quais não cabiam «o amoralismo e a arte pela arte, como frutos lindos de ver-se mas inaproveitáveis ou nocivos»? – A resposta é que na criação literária e artística, obedecendo aos ditames de Salazar, «não há remédio senão levar às últimas consequências as bases ideológicas sobre as quais se constrói o novo Portugal.»¹⁵³ Na

¹⁵¹ Ver *Diário de Lisboa*, n.º 866 (4 Fev.), Lisboa 1924, ano III, p. 9; repub. in *Seara Nova*, n.º 32 (1 Mar.), Lisboa 1924, pp. 163-65.

¹⁵² A. Ferro: ob. cit., p. 17.

¹⁵³ *Palavras de Salazar* (introd.), in António Ferro: *Política do Espírito. Prémios Literários (1934-1947)*, ed. cit., pp. 11-12.

salvaguarda incontornável do conteúdo ideológico do regime, o modernismo estético encomendado para as grandes manifestações públicas da autoridade do Estado teria de ser superficial, como penso no essencial ter sido, e eminentemente decorativo; e, neste sentido, não existiu contradição numa modernização (antes, actualização) da ideia (conteúdo) de passado glorioso e de nação promissora a que, justamente, aquela actualização não conferia essencialmente mais que esplendor expressivo por meio do qual «o presente se poderia integrar» como se «fosse um efeito» desse passado nacional¹⁵⁴. Neste sentido, finalmente, com as cautelas que julgo necessário resguardar até investigação mais detalhada, as realizações (e, para António Ferro, também uma política) do Estado Novo no domínio da cultura não passaram de um *modernismo de repartição*¹⁵⁵. Pois, «numa época, note-se, em que a propaganda ideológica não raro se assumia como tal de forma aberta e desenvolta», uma perspectiva distanciada sobre o panorama geral permite dizer «que, no domínio da cultura, o salazarismo terá despendido mais energia a vigiar e a proibir do que propriamente a estimular uma criação»¹⁵⁶.

Ora, quando olhamos para a imprensa periódica cultural directamente promovida por iniciativa pessoal de António Ferro ou a ele ligada, ou ainda chancelada pelo secretariado ideológico do regime que dirigiu (nas sucessivas designações por que oscilou tal organismo ao longo do Estado Novo, entre *propaganda*, *informação* e *turismo*), não pode deixar de concluir-se estarmos perante realizações da mais pura cultura política que cumpriu, no sentido mais lato, os desígnios estado-novistas. Neste contexto ou, melhor, assim contextualizada por apropriação da política oficial, uma expressão moderna da arte pôde surgir, aos olhos da geração intelectual emergente na segunda metade dos *anos trinta*, como invólucro, ao menos passivo, da cultura oficial do Estado

¹⁵⁴ M. Acciaiuoli: ob. cit., p. 13.

¹⁵⁵ Tomo de empréstimo a expressão felicíssima na colectânea de Lauro Cavalcanti (org.): *Modernistas na Repartição*, 2ª ed. rev., Edit. Univ. Fed. RJ/Minc-IPHAN, Rio de Janeiro 2000.

¹⁵⁶ Carlos Reis: *A produção cultural entre a norma e a ruptura*, in António Reis (dir.): *Portugal Contemporâneo*, Publ. Alfa, vol. IV, p. 211.

autoritário e repressivo identificado com as forças fascistas que ameaçavam o mundo, sem que tal necessariamente ofuscasse o horizonte de renovação de conteúdo na tradição moderna da arte, da literatura e da cultura, enfim. A juvenil imprensa cultural, em torno da qual irei estabelecer em seguida os itinerários de formação, emergência e evolução relacional da geração que lhe deu impulso e dinamismo, com todas as tensões e factores de influência que podem (re)constituir-se nos percursos de busca, nos trajectos de definição, essa imprensa, dizia, constituiu um palco privilegiado de auscultação do (contra)ponto crítico em que se desenvolveram perspectivas de renovação e em condições e modalidades que o seu estudo permite detectar.

PARTE II

ITINERÁRIOS DA IMPRENSA CULTURAL

NA FORMAÇÃO DO NEO-REALISMO

Capítulo IV

A imprensa periódica cultural como veículo de uma «inquietação» humanista

A partir da segunda metade dos *anos trinta*, com a institucionalização do Estado Novo, a intoxicação generalizada da opinião pública exercida através do controlo administrativo e da censura à imprensa periódica passou sucessivamente do domínio do Ministério do Interior para o do Secretariado de Propaganda Nacional, tendendo a fundir num todo coerente os dispositivos repressivo e de propaganda sob a batuta da «política do espírito». Porém, esta, mais que a simples popularização de uma expressão, generalizou-a o secretário da propaganda como política cultural do regime – melhor é dizer como política destinada a cumprir os desígnios ideológicos mais gerais do salazarismo, cuja preponderância de valores nunca foi posta em causa por qualquer estratégia de grupos e em qualquer fase dessa política, mesmo sem esquecer a inspiração fascista dos principais dirigentes da propaganda ¹.

No momento da sua conversão institucional, a «política do espírito» definiu-se, desde logo, claramente como estratégia dirigida às elites intelectuais, impondo, por um lado, «fomentar o desenvolvimento da literatura, da arte e da ciência, acarinhando os artistas e pensadores, fazendo-os viver numa atmosfera em que lhes seja fácil criar» – criação e pensamento em «*manifestações espirituais que nos libertam do realismo (não digo da realidade...), que nos facilitam a evasão do quotidiano.*» ² Em consequência, tratava-se, por outro lado, de «combater sistematicamente, obra da vida ou obra da arte, tudo o

¹ Vd. Adolfo Casais Monteiro: *O País do Absurdo. Textos Políticos*, ed. República, Lisboa 1974, pp. 8-9.

² Discurso (21 Fev. 1934) de A. Ferro: *Política do Espírito e sua definição*, in *Política do Espírito. Prémios Literários*, ed. cit., p. 18.

que é feio, grosseiro, bestial, tudo o que é maléfico, doentio, por simples volúpia ou satanismo!» – resultando daí a defesa de uma obra de «independência do espírito [...] liberta da escravidão do materialismo tirânico, insinuante, que pretende constantemente suborná-lo, embriagá-lo.»³ Norma, espiritualidade e abstencionismo – contra anarquia, materialismo e racionalidade.

Presente-se na defesa da norma dessa espiritualidade o enraizamento numa ética fundada no pensamento católico secular, que assenta no pressuposto primeiro da concepção do homem como pecado: «A desordem somos nós mesmos!...» – afirmou peremptoriamente António Ferro. É, pois, da natureza ontológica do ser assim concebida que deveria erguer-se, como verdadeiro combate pela ordem, a inquietação do artista, assim também expressamente definida pelo secretário da propaganda: «Este combate para chegar à ordem é a própria arte.»⁴

Neste sentido, a *política do espírito* correspondeu, como «inquietação da ordem», a uma luta de remissão espiritual que era *o próprio* da arte e tinha o seu corolário na integração dos intelectuais numa totalidade estabilizadora que constituía a «orgânica do Estado», incumbido este de «apenas, criar as condições materiais e morais para que o Espírito não se sinta estrangeiro ou intruso, para que os artistas e os escritores sejam, pelo menos, tão úteis à vida social como o operário, o comerciante ou o industrial.»⁵ Assim integradas nos «regimes de autoridade» as realizações da actividade artística e literária, «indispensável se torna que esses artistas e escritores, por sua vez estimulem o Estado, reconhecendo o pouco ou muito que ele fez, não fingindo passar-lhes despercebido o que se está realizando em seu favor». Subordinada que devia permanecer toda a actividade criadora à lógica ordenadora da sociedade no seu todo, ficavam de um mesmo passo entendidos os limites consentidos, a montante e a jusante dessa actividade:

³ *Id.*, *ibid.*, p. 18.

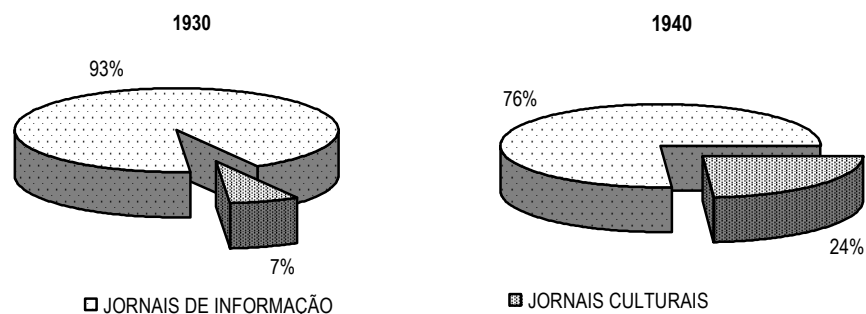
⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 24.

⁵ Discurso (6 Mar. 1937) de A. Ferro: *Bom combate*, in *Política do Espírito. Prémios Literários*, ed. cit., p. 59.

*Não devem esses regimes coarctar, evidentemente, a liberdade criadora do artista enquanto essa liberdade se move nos domínios do que pode ser considerado arte. Mas quando se passam as fronteiras do informe, do monstruoso, onde a arte é uma ficção ou um crime, as medidas higiénicas impõem-se.*⁶

A repressão censória impôs-se então como *medida de higiene ideológica natural* contra tudo o que Salazar, no seu reconhecido maniqueísmo, unificou contra uma «doutrina subversiva, demasiado habilidosa, claramente habilidosa. Perante essa doutrina a censura, infelizmente, não pode deixar de actuar, porque se transforma, nesse momento, na função natural num regime autoritário»⁷. Na verdade, porém, esse monolitismo político imposto pelo salazarismo, assegurado pelos mecanismos de repressão e controlo administrativo que eram parte integrante da natureza autoritarista, não foi capaz de impedir com imediato sucesso a «habilidosa» proliferação de publicações de âmbito cultural que, ao longo dos *anos trinta*, transgredindo as regras de vigilância censória, adquiriram um crescente volume (gráfico 5) e, sobretudo, uma importância que pretende avaliar-se nas transformações sócio-culturais então ocorridas.

Gráfico 5. *Relação entre novos jornais informativos e novos títulos culturais (1930-1940)*



Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal, Boletim de Bibliografia Portuguesa* e publicações periódicas estudadas

⁶ Discurso (16 Maio 1936) de A. Ferro: *Liberdade e arte*, *ibid.*, p. 44.

⁷ A. Ferro: *Salazar. O Homem e a Sua Obra*, ed. cit., p. 49.

Segundo esta perspectiva geral, o índice de novos títulos literários, que em 1930 não chegavam a 1/10 do número de órgãos de informação lançados, correspondia, uma década volvida, a cerca de 1/4 dos periódicos informativos criados. Mas é, justamente, um recenseamento microscópico da imprensa cultural publicada ao longo desta década que, constituindo a pesquisa empírica essencial deste trabalho, permite detectar um panorama que efectivamente contrariou o obscurantismo da política cultural salazarista⁸ e reconstituir o quadro que correspondeu à rápida emergência de uma nova geração intelectual. E se, antes de mais, a actividade desta geração escapou quanto e enquanto pôde à higiene ideológica e ao processo de atracção das elites tradicionais que o regime intentou, fê-lo através de uma imprensa verdadeiramente subterrânea, fora das estatísticas oficiais e atenta a modos organizados de furtar-se ao controlo da repressão.

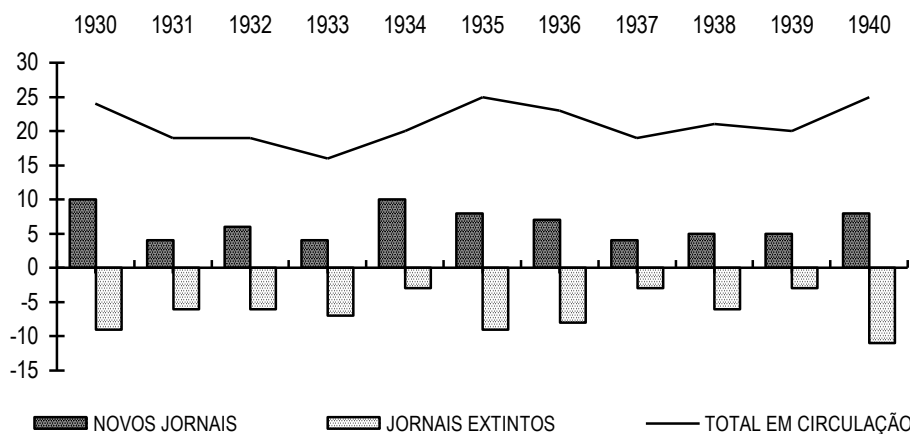
Os indicadores de crescimento dessa imprensa cultural não podem, desse modo, deixar de considerar-se testemunho de uma notável capacidade de resistência (melhor, de conquista, crescente e persistente, de um espaço resistente que começou por ter uma mais difusa expressão de recusa, como se verá), embora, confinado aos *anos trinta*, esse tenha constituído um fenómeno que não pode ser remetido para a mera efemeridade própria das páginas periódicas em que surgiu, ainda que tenha constituído expressão absoluta de reduzida influência pública e possa, por isso mesmo, entender-se a vida intelectual como uma *outra* realidade dentro da realidade portuguesa. Este horizonte relativo não pode mesmo perder-se, aliás, sob pena de se não compreender a autonomia do campo intelectual e da sua evolução neste período de inquérito.

Mas, se o crescimento e a persistência do movimento impulsionador de uma imprensa cultural que, como se afirmou, foi em grande medida subterrânea, constitui efectivo exemplo de que, então, a censura «era reconhecidamente imperfeita», tal imprensa não emergiu tendo por único destino e «como técnica única, a capacidade de

⁸ Cf. gráfico 4, p. 72.

ludibriar o poder»⁹. Pois o fenómeno é tanto mais relevante quanto é evidente que o esforço de sobrevivência desses títulos – entre jornais e pequenas revistas, suplementos, secções ou páginas de divulgação com incidência especialmente literária – sugere, ante as dificuldades de absoluto crescimento (gráfico 6), um processo continuado e não o resultado de iniciativas de ludíbrio isolado. Dito de outro modo, nessa imprensa cultural – de que irei destacar o seu caudal mais dinâmico, cobrindo um movimento de explosão de que, até ao momento, se conheciam as manifestações mais visíveis e, em grande parte, mais tardias, já resultantes do amadurecimento desse mesmo processo – foi-se determinando e organizando uma nova geração de intelectuais cuja *inquietação* se definiu, antes de mais, contra a *ordem* e, por isso, foi ao encontro de um humanismo que se pretendeu interveniente.

Gráfico 6. Movimento anual dos novos jornais culturais (1930-1940)



Fontes: *Anuário Estatístico de Portugal*, *Boletim de Bibliografia Portuguesa* e publicações periódicas estudadas

A despeito da oscilação entre o número de títulos culturais fundados e extintos em cada ano, não deixa de ser notória a estabilidade de uma linha de continuidade que

⁹ Cf. J. Ramos do Ó: ob. cit., pp. 37-38.

assinala um conjunto significativo de jornais em circulação, cujo total constitui o volume de publicações acumuladas em cada ano com os órgãos sobrevividos dos anos anteriores. Mesmo depois da legislação sobre matéria de censura em 1933 e 1936, o circuito desta imprensa cultural característica dos *anos trinta*, na qual despontam os jovens valores intelectuais da geração que veio a dar corpo ao Neo-Realismo (e não apenas os que firmaram créditos como poetas, romancistas ou ensaístas), mau grado os baixos valores absolutos em número de títulos e de tiragens, foi obra dessa impressionante resistência, mais acentuada na segunda metade da década.

Essa tendência, quebrada a partir da transposição para a década seguinte, uma vez finalmente agravadas as condições para a criação e permanência de jornais de «doutrina subversiva», veio a prosseguir em publicações de natureza não periódica, através das quais esses jovens se constituíram como «novíssima geração» literária; então, já no contexto europeu dos finais do conflito mundial de 1939-1945, quando o autoritarismo português se procurou apresentar, segundo a fórmula célebre e engenhosa de Salazar, *mais democrático que as democracias liberais* vencedoras, o movimento neo-realista veio então a afirmar-se, ao nível da imprensa periódica, num *vértice* da anterior dinâmica e com efectiva predominância no campo cultural português.

Procurando auscultar de perto a informação sobre os novos títulos culturais, é visível que na maioria dos anos damos fé de um balanço negativo ou, quando muito, uma igualdade entre o número de títulos recém-criados e dissolvidos, o que aconteceu concretamente em 1932 e 1933, 1935 e 1936, 1938 e 1940 (a despeito de um acréscimo de publicações neste último ano, a que não foi estranho o influxo de propaganda do regime em torno do *Duplo Centenário*, em cujas cerimónias avultou a célebre Exposição do Mundo Português). De um modo geral, o balanço não é positivo na maior parte deste período; e valerá a pena constatar, para efeitos comparativos que realçam o movimento registado nos *anos trinta*, terem sido fundados, no conjunto das décadas de

1930 e 1940, 109 periódicos literários (dos quais 71 na primeira dezena de anos), enquanto foi de 104 o total de títulos extintos (também 71 na primeira das décadas).

Seja como for, assistiu-se, sobretudo no campo referencial da resistência à cultura política do Estado Novo, a uma natural transferência de muitos dos debates e formulações ideológicas mais gerais para um discurso que se reposicionou em função da cultura; por isso mesmo, foi encontrando a imprensa cultural crescentes dificuldades de circulação em órgãos de imprensa próprios e duradouros, sujeita que estava a sua manutenção aos diversos arbítrios que a lei previa e que a eficácia dos censores foi com o tempo agravando. Daí também o carácter geralmente efémero dos periódicos literários, demonstrado cumulativamente nas duas décadas subsequentes (quadro 5), mesmo nos casos em que, como foi pelo menos claro na imprensa dos anos *trinta*, a sua capacidade de circulação fica atestada por tiragens que chegaram à ordem dos milhares de exemplares ou quando, em torno deles, se geraram movimentos de apoio e de ampliação dos círculos de colaboradores e de leitores, como naqueles em que a situação administrativa e financeira era considerada, no mínimo, satisfatória para a prossecução dos projectos editoriais, ou ainda quando as iniciativas, sendo subsidiárias como no caso das páginas literárias, não suportavam encargos significativos.

Quadro 5. *Duração média das publicações literárias (1930-1949)*

	Nº	%
< 1 ano	67	65
1 < > 5 anos	21	21,4
> 5 anos	14	13,6
Total	103	100

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal*, 1930-1941

Com características muito estáveis durante vinte anos, em pouco mais de uma centena de revistas e jornais culturais lançados nas décadas de 1930 e 1940, 65% não ultrapassou o primeiro ano de existência: a escassez de sobreviventes é notória. Recordo que os únicos títulos a atravessar todo este período – além da já aqui referida *Seara Nova*, cuja larga heterogeneidade entretanto reforçada, entre colaboradores e público, e a ausência de um alinhamento ideológico então bem definido na esquerda asseguraram a publicação, com maior ou menor regularidade – resumem-se à especializadíssima revista *Biblos* (1925-), de extracto exclusivamente académico e editada pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e ao vimaranense *Gil Vicente* (1925-1974), periódico de que se designou como «revista da portugalidade» e contou com a colaboração assídua de uma vasta falange intelectual de direita que assegurou a longa sobrevivência deste símbolo da «cultura nacionalista».

Sobretudo nesta década de ascensão do Estado Novo, até ao apogeu da sua política cultural – atingido na monumentalidade das manifestações artísticas do Mundo Português¹⁰, corolário de um «estilo português de 1940» segundo expressão antecipada pela clarividência de Ferro¹¹ –, o autoritarismo chegou a patrocinar ou, em órbita próxima, consentiu até onde lhe foi útil alguns jornais de literatura e arte com relativo sucesso na lógica, que já procurei definir, da «política do espírito». Para além do que afirmaram em linha editorial própria, em geral de lição nacionalista, esses títulos comungaram ainda o esforço de captação de colaborações entre produtores culturais diversos, numa desenhada investida pela hegemonização no espaço cultural português que, não deixando de demonstrar a sua permanente fragilidade, acabou por vir a mostrar-se de curta duração. Tal capacidade de atracção ou recepção de tendências que, à primeira vista, parece não quadrarem nos postulados mais estreitos dessas publicações,

¹⁰ Ver Margarida Acciaiuoli: ob. cit., pp. 107 e ss.

¹¹ A. Ferro: «Carta aberta aos portugueses de 1940», *Diário de Notícias*, n.º 25.991 (17 Jun.), Lisboa 1938, ano 74º, p. [1].

no meio de ordeiro convívio cultural, mais não confirma que a geral compreensão ou, de modo objectivo, a natural aplicação da gestão de recorrências e consensos desenvolvida pelo secretário da propaganda.

Devem apontar-se alguns dos títulos dessa imprensa cultural impulsionados por quadrantes diferenciados das elites autoritaristas, em terrenos mais ou menos próximos dos desígnios então manifestados pelo regime e a eles obedientes. Quero referir, antes de mais, aqueles periódicos que tiveram limites pontuais, acabando sujeitos à estratégia salazarista de deliberado apagamento dos discursos ideológicos: antes de todos, o caso de *Fradique* (1934-35), tentativa bem delimitada da mais pura e prosaica exaltação do fascismo italiano e do nacional-socialismo hitleriano, redigida por alguns dos foliculários mais medíocres e provocatórios alinhados com a ideologia fascista, Ribeiro Colaço, António Tinoco, Dutra Faria, Manuel Anselmo, Rolão Preto e C^{ia}; mas, ainda, *O Bandarra* (1934-35), que foi o mais próximo exemplo da intentada ligação «nacionalista cem por cento» ao modernismo em pleno «grito da Política do Espírito nas ruas de Lisboa», sob a direcção do próprio António Ferro e com um número considerável de comuns colaboradores *fradiqueiros*. Em ambos, porém, não desdenharam publicar alguns dos mais destacados poetas e ensaístas da revista *Presença*, colaborações que no primeiro desses jornais foram frequentes, a despeito de José Régio essa altura considerar o conteúdo geral de *Fradique* como obra de verdadeira «literatura de amadores»¹².

Ora para os jovens que despontaram já nos *anos trinta* para a actividade literária, o envolvimento nessa estratégia de cooperação intelectual não deixou de parecer em tudo estranho aos intuitos de renovação cultural então sentidos, não sendo por isso caso isolado, pelo contrário sintomático, que uma juvenil revista de arte e crítica de adesão modernista tornasse *indispensável* censurar tal colaboração, que manifestou através de exemplo cabal:

¹² [Redacção]: «Semanários literários», *Presença*, n.º 46 (Out.), Coimbra 1935, p. 15.

«Fradique» o jovem jornal das elegâncias e das guloseimas, caminha de vento em popa.
Até o escritor Aquilino Ribeiro já aderiu ao paladar...¹³

Mas já outros órgãos literários foram, consolidada a formação do Estado Novo e estabilizado o clima de exclusão de clivagens ideológicas no interior do próprio regime, o espelho característico e duradouro do seu imaginário cada vez mais estreito: para além das páginas sumptuosas que viria a exhibir a revista *Panorama* (1941-73), destinada propriamente a representar a mais pura versão oficial da propaganda cultural e turística do regime como *panorâmica*, à medida do seu título, de uma nação ordeira e ordenada, registam-se ainda as revistas *Ocidente* e, sobretudo, logo no início da década seguinte, *Atlântico*. Este último título procurou desde o seu aparecimento actualizar e dar novo lastro ao programa cultural e político de António Ferro, que aliás dirigiu a publicação, começando a inverter o sentido de explícita invocação «modernista» que antes houvera correspondido ao predomínio de um investimento junto das elites culturais mais promissoras nos começos dos *anos trinta* e, na altura, reunidas em torno de exposições *independentes*, terminando a dar norma e forma oficiosa ao *mundo português*.

Tal como o trajecto de *Ocidente* (1938-1973) também evidencia (abstraido um breve período inicial, ainda marcado por posições fortemente reaccionárias), o universo intelectual que essas revistas procuraram em geral ampliar tendeu, a partir de então, a tornar-se oficial e, sem invocações de escola explicitadas ou por qualquer modo (sobre)valorizadas, passaram a corresponder mais cabalmente à denominada como *época de Salazar*, essa em que «são todos, afinal, ajudados, amparados, até sem darem por isso, pela hora de renovação que estamos vivendo, pelo nosso indiscutível renascimento espiritual, pelo impulso arrebatador da nação em marcha.»... época em que até «mesmo os próprios inimigos podem utilizar-se, inconscientemente, do clima intelectual e

¹³ [Redacção]: «Páginas indispensáveis», *Momento*, n.º 5 (Mar.), Lisboa 1934, 2ª ser., p. [13].

cultural desse regime»¹⁴, num paternalismo ao cabo do qual pouco mais restou que uma elite tradicionalista, académica e instalada.

Valerá a pena compreender definitivamente o papel que um órgão como *Atlântico* (1942-1950) passou a desempenhar, tanto mais pelo seu estatuto de órgão literário oficial do Estado Novo português sob patrocínio do Secretariado de Propaganda Nacional (em edição conjunta, aliás, com o homólogo Departamento de Imprensa e Propaganda brasileiro¹⁵), como corolário de um reajustado princípio da «política do espírito» a um consenso por completo definido pelas obras de Salazar, verdadeiro autor de um desígnio total:

Não são os autores nem as suas paixões que interessam à posteridade mas as suas obras que nunca podem ser alheias às condições do meio em que foram concebidas e realizadas.

16

Para trás ficava então cada vez mais distante a anterior simbiose «modernista» que a política de António Ferro inicialmente arvorara, por motivos de reprodução de um capital de valor imediato, e há algum tempo já haviam-se agravado fendas (que as dissidências no interior do próprio campo *presencista* de algum modo reflectem) em uma conformidade não poucas vezes ao sabor dos jogos «dos interesses e das estratégias de cada um» que marcam os envolvimentos intelectuais¹⁷. Pois cabe recordar que, como veio a acontecer no próprio interior das práticas artísticas da revista *Presença* (1927-1940), não foi de todo estranha ao sentimento manifestado pelo seu rápido e efectivo «desgaste»¹⁸ a consciência de alheias apropriações oportunistas da ideia moderna da arte

¹⁴ Discurso (27 Abr. 1943) de A. Ferro: *A época de Salazar*, in *Política do Espírito. Prémios Literários*, ed. cit., pp. 140-41.

¹⁵ Sobre as relações dos dois organismos ver Heloísa Paulo: *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*, Livraria Minerva, Coimbra 1994.

¹⁶ Discurso (27 Abr. 1943) de A. Ferro: cit.

¹⁷ Ver Michel Winock: *Le Siècle des Intellectuels*, Édit. du Seuil, Paris 1997, p. 53.

¹⁸ Expressão de A. Casais Monteiro: *A Poesia da «Presença». Estudo e Antologia*, ed. Ministério da Educação e Cultura/Serviço de Documentação, Rio de Janeiro 1959, p. 28.

e de conformismos geradores de um «escolaticismo»¹⁹ nas rupturas aí registadas entre 1930, com o afastamento de Branquinho da Fonseca, Miguel Torga e Edmundo Bettencourt²⁰, e 1940, com a demarcação de Casais Monteiro que pôs termo à própria revista de arte e crítica²¹. A evocação desses marcos dissidentes permite compreender que, justamente entre ambos, tenderam na sociedade portuguesa a estremar-se os campos intelectuais em referência aos desígnios autoritaristas, de um lado, e a uma oposição que, por outro lado, foi protagonizada por valores de renovação sob hegemonia do que constituiu a «galáxia da cultura marxista, pura e simplesmente, e com uma coerência, com uma organização interna, com uma capacidade de se determinar em relação praticamente a todos os temas da sociedade portuguesa»²².

Ora, de um lado e outro (e a despeito das vicissitudes impostas por um regime de censura e uma situação geral de repressão organizada às formas de expressão), os projectos culturais reproduziram e participaram de estratégias ideológicas determinadas que configuraram um quadro de luta geral pela hegemonização no campo intelectual, especialmente na década em estudo. Com justos motivos, patenteavam em geral os actores nos meados dessa década que «o quadro das ideologias encaminha-se para uma nova arrumação», uma vez «que a época é de evidente e profunda transformação»²³. E, tratando-se de um processo que envolveu as elites intelectuais, o vasto domínio do que na época se foi entendendo por terreno da cultura situou-se na primeira linha dessa luta.

Não creio, porém, que o quadro histórico geral em que tal luta se inscreveu possa autorizar, só por si, a conclusão extremista de que a cultura foi uma forma da

¹⁹ Perspectiva acusada em carta de Albano Nogueira a Casais Monteiro (Out. 1935), Lisboa, Biblioteca Nacional, Arq. Cult. Port. Cont., E15/2510.

²⁰ Ver João Gaspar Simões: *História do Movimento da «Presença»*, Atlântida Livr. Edit., Coimbra [1958], pp. 48 e ss.

²¹ *Id.*, *ibid.*, pp. 65 e ss.; divergências sobre a condução da *Presença*, em polémica com Gaspar Simões, foram registadas em artigos, mais tarde compilados, de A. Casais Monteiro: *O Que Foi e o Que Não Foi o Movimento da Presença*, ed. I.N.-C.M., Lisboa 1995, pp. 39-54.

²² Eduardo Lourenço: *Uma Revisitação ao Neo-Realismo*, in *Neo-Realismo. Reflexões sobre um Movimento*, Actas do Encontro, ed. C.M.V.F.X., V. Franca Xira 1999, p. 40.

²³ José Ribeiro dos Santos: *Fogo!*, s.n. (Tip. Seara Nova), Lisboa 1935, p. 20.

intervenção política então se revelar, conferindo-se-lhe um valor subsidiário que não foi efectivamente o entendido na época – que o mesmo não é contrariar a forte presença de um corpo ideológico no terreno cultural. No que concerne, pelo menos, ao processo de formação do movimento neo-realista, o simplismo daquela hipótese não contemplaria o enraizamento de uma concepção *integral* da cultura que, como se verá, foi o próprio ponto de partida dos factores de comunicação dos intelectuais com a comunidade. No essencial, a revalorização da cultura e as propostas da sua renovação em função de elementos sociais mais amplos, no esteio de uma recuperação de concepções realistas desde o princípio de século, correspondeu a um sentido revolucionário com que os intelectuais se pretenderam envolvidos nas grandes transformações que atingiam todos os homens. Como nunca, até então, o cumprimento de um «papel histórico» por parte dos intelectuais foi considerado, acima de qualquer problemática do *trabalho* específico do escritor e do artista, como *função* social específica e incontornável no tempo histórico vivido ²⁴. Daí que Bento Caraça, antes mesmo de sistematizar a ideia de uma *cultura integral* como *problema central* do seu tempo, tivesse começado por condensar a resolução dos problemas a partir da formação de uma *consciência integral* em cada homem:

Cultura, sempre cultura e, se é necessário adjectivá-la, direi cultura revolucionária. Revolucionária em que sentido? No sentido de que ela deve tender a dar a cada homem a consciência integral da sua própria dignidade, o conhecimento completo de todos os seus direitos e de todos os seus deveres. ²⁵

Nas condições de constituição dessa comunidade de homens cultos, segundo uma raiz rousseauiana de democracia que lhe confere uma profunda marca iluminista, a *cultura integral* representava finalmente o terreno a partir do qual a emancipação resultava

²⁴ Vd. L. A. Costa Dias: «"Missão histórica" e o "papel dos intelectuais" [...]», art. cit.

²⁵ B. J. Caraça: *Os Objectivos da Universidade Popular Portuguesa*, in *Cultura e Emancipação*, ed. cit., p. 64 (texto dos princípios programáticos daquela instituição apresentado em 16 Out. 1930).

da *consciência colectiva das massas* – que era, afinal, o *problema central* da época, o da mobilização consciente para uma obra emancipadora geral ²⁶. Por este motivo, também, Rodrigues Miguéis, numa carta imediata à polémica que, pelo início dos *anos trinta*, instaurou a sua definitiva ruptura com as concepções elitistas das práticas culturais e políticas de que o grupo *seareiro*, a que até então estivera ligado, se apresentava como representante mais proeminente no cenário da oposição ²⁷, acusava que «os intelectuais da Seara Nova continu[av]am agarrados ao lema “está no pensamento como na ideia”»; e a este contrapunha uma fórmula de intervenção – «É tempo de nos convenceremos de que tudo deve estar no “pensamento como na acção”» ²⁸ – cujo correlato artístico conduzia ao estabelecimento de uma íntima relação entre a ideia de um novo conteúdo e as formas da sua concretização estética, conforme Miguéis generalizou neste enunciado:

Aprendemos que as ideias, que as palavras, geradas num gesto anterior, são o começo doutro gesto, e que é preciso ir da ideia e da palavra para o movimento, para as coisas, e destas para as ideias, incessantemente, infatigavelmente. ²⁹

Se a *palavra*, a *imagem* ou o *gesto* são definidos como representações de *ideias* e estas portadoras de significações (ou *coisas* significadas), para o escritor ou artista importava manter uma reinvenção incessante, capaz de adequar novos significados. Entre *conservar* e *destruir*, numa simultaneidade dialéctica, deveria resultar a síntese de heranças e rupturas. Mas, independentemente (pelo menos, para já) das leituras e desenvolvimentos que o tema dessa adequação veio ou não a suscitar, a perspectiva desta «mensagem» de Miguéis às novas gerações aclara que o discurso ideológico que veio a ser incorporado

²⁶ Ver A. P. Pita e L. A. Costa Dias: *Bento de Jesus Caraça: um universo intelectual entre a emancipação e a cultura*, est. introd. a Bento de Jesus Caraça: *Cultura e Emancipação*, ed. cit., pp. 27 e ss.

²⁷ Sobre importância da polémica que, a este respeito, Rodrigues Miguéis travou com alguns dos *seareiros*, ver António Pedro Pita: *A Recepção do Marxismo pelos Intelectuais Portugueses (1930-1941)*, ed. Centro de Estudos Sociais, Coimbra 1989.

²⁸ Carta de J. Rodrigues Miguéis a Sarmento Pimentel (10 Mar. 1931), cit. por Mário Neves: *José Rodrigues Miguéis. Vida e Obra*, Edit. Caminho, Lisboa 1990, p. 86.

²⁹ R. Miguéis: «Mensagem da juventude», *Gládio*, n.º 1 (31 Jan.), Lisboa 1935, pp. 4-5.

pelo Neo-Realismo não foi directa e imediatamente tributário de meros dados circunstanciais – sejam eles os aspectos repressivos, nomeadamente censórios, que finalmente limitaram a difusão de ideários opostos aos do Estado Novo –, antes procurou exprimir no terreno geral da cultura essa íntima colaboração discursiva com a realidade. O mesmo não é dizer, por isso, que esse movimento tenha ficado imune às circunstâncias históricas precisas em que surgiu, nomeadamente as que coarctaram a livre expressão do pensamento, cuja resposta aos mecanismos censórios e repressivos contribuiu para desenvolver, sob um espírito geral de recusa, um instinto gregário e uma codificação de linguagens na geração que despontou até finais da década de 1930 e se afirmou na seguinte como movimento autónomo sob a designação de Neo-Realismo. Isto quer dizer que a presença de um discurso ideológico – sem esquecer um referencial estruturante (mas que não creio necessariamente estrutural) de tematização antifascista³⁰ – correspondeu, em primeiro lugar, à leitura de problemáticas humanas que, em seguida, a evolução concreta dos acontecimentos histórico-sociais e políticos contemporâneos envolveu na definição de práticas conscientes, inclusive na criação em arte. Contemporânea da enunciação de novas problemáticas culturais foi a emergência da geração de jovens intelectuais que se pretende aqui estudar, uns em percurso de formação estudantil, outros em experiência forjada num contacto mais próximo com as lutas sociais, cuja revelação em público no curso dos *anos trinta* não tem sido seguida na sua evolução precisa ou seja no próprio terreno da actividade cultural³¹.

De um modo geral, o estudo dos percursos individuais e colectivos dessa jovem geração tem estabelecido as relações decisivas, embora parciais, entre a participação de alguns desses jovens intelectuais nas formações políticas nacionais da época e nas

³⁰ Ver, p. e., L. A. Costa Dias: *A obra de Manuel da Fonseca e o ciclo histórico do neo-realismo português*, introd. a Manuel da Fonseca: *O Vagabundo na Cidade*, Edit. Caminho, Lisboa 2001, pp. 9-22; no mesmo sentido em que define Luís Trindade: *O Espírito do Diabo*, cit., p. 17.

³¹ O convite fora já formulado, mesmo metodologicamente, por Mário Dionísio: «Depoimento», *Vértice*, n.º 365-366 (Jun.-Jul.), Coimbra 1974, vol. XXXIV, pp. 354-355.

estruturas que então marcaram o clima internacional, como a realização, em Moscovo, do Congresso do Partido Comunista e do Congresso dos Escritores Soviéticos, em 1934, e ainda o Congresso da Internacional e o das Juventudes Comunistas, em 1935³².

Porém, raramente tem sido assinalada a influência que terá exercido a crescente mobilização intelectual mundial desde 1934, cristalizada na dupla organização do Congresso Internacional de Escritores para a Defesa da Cultura (Paris, em 1935, e Valência/Madrid/Barcelona, em 1937³³) cujos trabalhos foram difundidos em francês pelo jornal *Monde*, de Henri Barbusse, ou ainda pela revista *Commune*, que ainda este co-dirigiu, sabendo-se que a leitura de ambos os títulos estava vulgarizada³⁴ de entre as «publicações mais significativas da vanguarda da inteligência francesa» que então influenciaram os jovens intelectuais portugueses, como veio uma década mais tarde a registar-se por extenso³⁵. A realização daquele evento chegou a ter (o possível) eco na imprensa portuguesa, nomeadamente num jornal que veio a tornar-se um órgão cultural importante da jovem geração³⁶. Foi, sem dúvida, a este contexto mais preciso do comprometimento intelectual da época que Joaquim Namorado se referiu ao destacar (nas exactas palavras, aliás, com que o exprimiu) as condições de mobilização contemporâneas do aparecimento da sua geração, «sofrendo uma influência ideológica das lutas que por toda a Europa se travavam na *defesa da cultura* contra a barbárie nazi-

³² Ver A. Pinheiro Torres: *O Neo-Realismo Literário Português*, Moraes Edit., Lisboa 1977, p. 9; J. Madeira: ob. cit., pp. 101-102.

³³ Ver a recente e exemplar compilação documental dos trabalhos destas reuniões de intelectuais em Manuel Aznar Soler (org.): *I Congreso Internacional de Escritores para la Defensa de la Cultura. Paris, 1935*, 2 vols., ed. Conselleria de Cultura de la Generalitat Valenciana, Valência 1987; Manuel Aznar Soler e Luis Mario Schneider (org.): *II Congreso Internacional de Escritores para la Defensa de la Cultura: Valencia-Madrid-Barcelona-Paris, 1937*, 2ª ed., 3 vols., Conselleria de Cultura de la Generalitat Valenciana, Valência 1987.

³⁴ Afloramento da questão em L. A. Costa Dias: «Uma enciclopédia do século XX. Projecto e projecção da “Biblioteca Cosmos”», *Revista Portuguesa de História do Livro*, n.º 10, Lisboa 2002, ano V, pp. 200-203; embora por estudar todo o impacto do *Monde*, ver Alberto Vilaça: *Resistências Culturais e Políticas nos Primórdios do Salazarismo. Realidades Coimbrãs e Outras*, ed. Campo das Letras, Coimbra 2003, p. 18-19, n.1; sobre o acesso coevo a *Commune*, conf. testemunho de Joaquim Namorado: *Tradições e Circunstâncias de um «Romance» Coimbrão*, ed. Comis. Conc. de Coimbra do PCP, Coimbra 1984.

³⁵ [Redacção]: «Editorial», *Vértice*, n.º 40-42 (Dez.), Coimbra 1946, vol. III, p. 3.

³⁶ Jaime Brasil: «Um congresso para a defesa da cultura», *Foz do Guadiana*, n.º 11 (9 Jun.), V. Real St.º António 1935, ano I, p. [1].

fascista.»³⁷ E na década de 1940 essa herança espiritual assumiria na resistência francesa o significado do racionalismo moderno em acção.

É, finalmente, sobre esse conjunto de influências da conjuntura histórica imediata que tem sido destacada a proliferação de uma actividade crítico-ensaística e de criação poética e ficcionista, sobretudo nos segundos *anos trinta*, em alguns jornais e revistas de cultura que parecem veicular, de forma já acabada, os princípios teóricos e estéticos do Neo-Realismo. Têm sido, deste modo, comumente convocados o jornal *O Diabo* e a revista *Sol Nascente*, aos quais se juntam também habitualmente a muito efémera *Altitude* e, com mais precaução, alguns meses da vida final de *Pensamento*, em cujas principais colaborações ficou consignada essa geração de jovens intelectuais de que, em rigor, se não conheciam com precisão as condições de aparecimento e de maturação³⁸.

Ora, ao alargar um inquérito à imprensa cultural dos *anos trinta* – fixando os títulos que, ao longo de toda a década, explícita ou implicitamente se reclamaram de uma *inquietação humanista* que desembocou na definição de um *novo humanismo* –, pretendeu descortinar-se as características que singularizaram as publicações juvenis criadas durante o período, registando todo o seu caudal nas condições que a pesquisa permitem e estabelecendo as conexões precisas com a formação do movimento neo-realista. Pois, antes da afirmação deste como movimento cultural autónomo, essa imprensa cultural e inúmeros projectos e actividades conexas que em seu torno se animaram constituíram um conjunto de movimentos juvenis cujas condições de evolução, desenhando uma rede de itinerários pessoais e de grupo, em boa parte determinaram a própria natureza do Neo-Realismo português.

³⁷ J. Namorado: *Um Romance Visto de Dentro* (pref.), in Fernando Namora: *Fogo na Noite Escura*, 14ª ed., Publ. Europa-América, Mem Martins 1988, p. 12 (subl. meu).

³⁸ Oportuna antologia de textos foi fixada, sobretudo a partir destes títulos periódicos, por Carlos Reis (org.): *Textos Teóricos do Neo-Realismo Português*, Seara Nova/Edit. Comunicação, Lisboa 1981; embora seja de notar que tal compilação não tinha em vista uma perspectiva diacrónica e evolutiva, mas um quadro de fixação do discurso ideológico subjacente à criação literária neo-realista.

Capítulo V

Movimentos culturais juvenis nos anos trinta

O inquérito estabelecido permite reconhecer numa primeira instância, situado entre 1931 e 1936 (com os naturais prolongamentos da luz que se não extingue num momento), uma intensa actividade cultural que elegeu o jornal como objecto privilegiado de experiência literária e foi levada a cabo por jovens que, na sua larguíssima maioria, não haviam atingido os vinte anos de idade, num fenómeno que já vinha designando por *movimentos culturais juvenis dos anos trinta*³⁹.

No seu início, as publicações ligadas a tais movimentos estiveram sujeitas, na sua irrupção expontânea, à inexperiência e exiguidade de meios (para além dos crónicos problemas financeiros e da baixa qualidade do parque tipográfico, foram importantes as restrições causadas pelos desvelos da censura propriamente dita e, ainda, da vigília de autoridades locais várias, escolares, concelhias e outras) e revelam um carácter difuso e disseminado, não concertadas com ideários precisos. O certo é que estes jornais e revistas juvenis, para além de um capital de experiência rapidamente acumulado, do recurso às redes de assinantes, da melhoria de imagem gráfica, da inventiva de linguagem apropriada aos meios repressivos – a breve trecho, «visavam, acima de tudo, constituir um aparelho ideológico que estruturasse uma determinada mundividência»⁴⁰. Mais ou menos perceptíveis (no início desta fase, menos; ou mais difusas e sustentadas em

³⁹ A partir dos textos para o catálogo da primeira exposição permanente do Museu do Neo-Realismo coordenada por L. A. Costa Dias: *Entre a realidade e a utopia*, ed. Mus. Neo-Realismo, V. F. Xira 1993; *id.*: *Os Movimentos Culturais Juvenis na Formação do Neo-Realismo: Características e Tendências de Evolução (1935-1945)*, in *Neo-Realismo. Reflexões sobre um Movimento*, Actas do Encontro, ed. C.M.V.F.X., V. Franca Xira 1999, pp. 73-82.

⁴⁰ A. Pedro Pita: «Estudos e documentos do neo-realismo. Notas sobre *A Mocidade* de Ponte de Sor», *Vértice*, n.º 440-41 (Jan.-Fev.), Coimbra 1981, Vol. XLI, p. 37.

pressupostos gerais) as opções ideológicas, de algum modo implícitas ou em vias de esclarecimento e amadurecimento, o processo de fixação dessa imprensa juvenil não foi linear, como terei ocasião de demonstrar, mas correspondeu a um fenómeno em processo descontínuo, em dispersão. Uma busca de caminhos...

Justamente, o carácter inicialmente difuso dos *movimentos culturais juvenis dos anos trinta* pode, com inteira justeza, diagnosticar-se de um modo geral na perspectiva deixada por Mário Dionísio, umas décadas volvidas, sobre as condições de encontro da geração de que foi protagonista pioneiro, num trânsito percorrido entre o impulso de uma ética humanista e a sua cristalização numa visão do mundo (e não no sentido inverso), nestas palavras precisas e impressivas:

*Sei que foi exactamente o mesmo [motivo] que levava a juntarem-se nesses cafés de Lisboa, como nos de Coimbra e do Porto, de Vila Franca ou de Santiago do Cacém, por essa mesma data, muitos jovens, universitários ou não (e muitos não): um coração pulsando por todos os «humilhados e ofendidos» [...]. Assim, apenas assim, espontaneamente, da inquietação, da generosidade e da ingenuidade – da fecunda, exaltante e fraternal ingenuidade – desses tantos jovens que foram ao encontro uns dos outros pelo seu pé, irresistivelmente movidos por um mesmo espírito de recusa, uma mesma esperança no homem*⁴¹.

Neste caminhar *pelo pé de cada um* (em sentido decerto não literal de absoluto isolamento individual) está implícita uma noção de devir que, desde já, interessa assinalar na natureza descontínua da criação e rápido desaparecimento de uma imprensa juvenil «de recusa» ou, melhor, da interrupção e reaparecimento de vozes, expondo(-se) em público e construindo-se no tempo, num processo de cristalina evolução. Tudo se passa como se as juvenis iniciativas, no aludido impulso irresistível dos seus promotores, reflectissem nos vários títulos periódicos – em jornais, revistas, suplementos e páginas

⁴¹ Mário Dionísio: *Manuel da Fonseca* (pref.), in Manuel da Fonseca: *Poemas Completos*, 2ª ed., Portugália Edit., Lisboa 1963, p. XIV; *id.*: «Depoimento», cit., p. 544.

literárias de estrutura própria, ou numa simples convergência de colaborações mais ou menos ocasional em iniciativa alheia – outros tantos ensaios para o exercício de *espaços de expressão* possíveis que acabaram por estabelecer-se, ao cabo de condições concretas, como *ocupação de um campo* intelectual mais preciso.

De entre escassíssimos vestígios que a este respeito restaram posteriormente, mesmo os que comparecem na reduzida literatura memorialística e biográfica, ainda assim publicada cerca de meio século depois dos acontecimentos, um interveniente em tais movimentos generalizou o testemunho de uma actividade «persistente de revistas como *Pensamento*, *O Diabo* e *Sol Nascente*, sem falar nas páginas literárias da imprensa regionalista que na altura proliferavam.»⁴² Em sentido igualmente vago, um outro trecho memorialístico, quase sem contexto e pouco generoso em miudezas com a excepção de sublinhar um heroísmo típico da geração, surge nas notas de um protagonista quase ignoto da posteridade – que foi, aliás, o da larguíssima maioria dos jovens que então participaram nesses movimentos – e depondo, além do mais, anonimamente e ao sabor de uma experiência que não era especificamente a de um escritor ou artista – como foi também caso característico dessa mesma maioria de intervenientes:

*Só com coragem, alguma habilidade e um trabalho empenhado, de quem não andava à procura de satisfazer vaidades, é que foi possível «enganar» as autoridades salazaristas e penetrar nas defesas que eles tinham montado. Arranjaram-se páginas literárias em grande número de jornais semanários da província.*⁴³

Esse movimento correspondeu, como bem notou José Gomes Ferreira, à própria génese do Neo-Realismo, antes da afirmação das figuras mais representativas e das suas

⁴² Alexandre Cabral: *Memórias de um Resistente*, [2ª ed.], Liv. Horizonte, Lisboa 1980, p. 78.

⁴³ José Ricardo [pseud. de Lino Lima]: *Romanceiro do Povo Miúdo. Memórias e Confissões*, Ed. Avante!, Lisboa 1991, p. 82.

principais criações, num quadro em que o impulso da experiência artística foi obra de fenómenos e de sujeitos dispersos, com os seus anónimos precursores:

*Muito antes de surgirem os livros de versos iniciais [...] começou o pulular dos poemas em que os Poetas se entrecruzavam na tentativa de fixar uma linguagem [...]. Versos hesitantes e alguns assinados por nomes de que já ninguém se recorda. Os eternos precursores esquecidos!*⁴⁴

Esta face oculta manifestou-se justamente na efemeridade de um *fogo* que, *na noite escura* que foi a antecâmara de uma geração, mal deixou cinzas da sua passagem:

*Também, como é regra principal nas gerações em luta, não faltaram nos anos de 30 os jornais e as revistas. De inúmeras espécies e matizes. [...] Sei lá! Uma nebulosa de garras ardentes que tudo arrebanhava num rojo de incêndio entusiástico...*⁴⁵

Ora, em tempos, Joaquim Namorado assegurara⁴⁶ terem podido *arranjar-se* dezenas de títulos periódicos, de alguma forma ligados ao contexto destes movimentos culturais que conduziram ao despontar do Neo-Realismo português. Por essa altura, deu ele mesmo lastro à mostra de algumas dessas folhas de cultura numa exposição que, oferecendo um cunho vivo à ideia de dinamização que sempre alimentara⁴⁷, idealizou e levou a efeito, em 1983, sobre *O Neo-Realismo e as suas Margens*; contudo, salvo alguns apontamentos sobre tal iniciativa, nada restou dos materiais seleccionados⁴⁸, perdendo-se a visão de conjunto que terá procurado avaliar com os objectos compulsados.

⁴⁴ J. Gomes Ferreira: *A Memória das Palavras – I. Ou o Gosto de Falar de Mim*, 4ª ed., Moraes Edit., Lisboa 1979, pp. 176-77.

⁴⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 177.

⁴⁶ Depoimento prestado a António Pedro Pita, quando colaborador da revista *Vértice*, entre finais da década de 1970 e meados da seguinte.

⁴⁷ Sobre o ideal de vulgarização cultural como condição para a «posse duma concepção geral do mundo e da vida», ver p. e., Joaquim Namorado: «O permanente e actual na formação da cultura», *Vértice*, n.º 198 (Mar.), Coimbra 1960, vol. XX, pp. 121; para uma perspectiva global, o estudo de António Pedro Pita (pref.): *Joaquim Namorado: uma Poética da Cultura*, in Joaquim Namorado: *Obras. Ensaios e Críticas. I*, Edit. Caminho, Lisboa 1994, pp. 47 e ss.

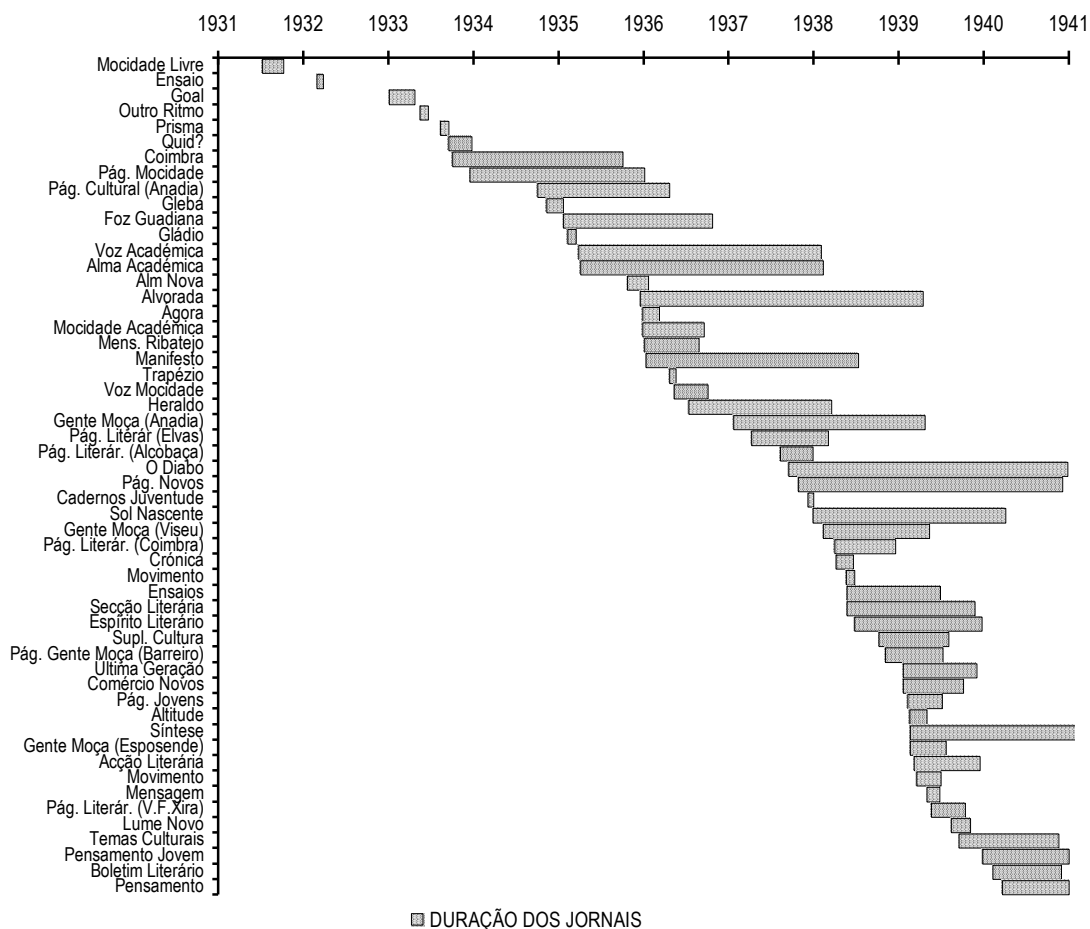
⁴⁸ V. Franca Xira, *Mus. Neo-Realismo*, Cent. de Doc., Esp. Lit. Joaquim Namorado, A5/7.146.

O optimismo da voz do poeta de *Incomodidade* – reconhecida «um pouco a opinião padrão, descontado o exagero que ele às vezes imprime ao seu discurso com a intenção de o tornar mais vivo, de marcar, como quem marca a ferro em brasa»⁴⁹ – encontra, afinal, confirmação no inquérito agora levado a efeito: no entrelaçado terreno da imprensa periódica da época, puderam inscrever-se para cima de meia centena de títulos culturais no curso dos movimentos juvenis em análise, cobrindo os *anos trinta* de uma ponta a outra (gráfico 7). Permite, pois, este estudo um balanço finalmente fora dos meros juízos de valor e, sobretudo, para lá das referências encomiásticas dos próprios participantes.

Mas antes de proceder-se ao estudo de pormenor, pode ainda uma panorâmica dar imediata perspectiva geral dessa imprensa juvenil e da sua progressão no tempo, inscrevendo essa meia centena de iniciativas de difusão na sequência cronológica do seu aparecimento⁵⁰: espraiando-se ao longo dos *anos trinta*, de princípio ao seu final, deve finalmente registar-se que o conjunto das publicações não ultrapassou os finais de 1940, altura em que os títulos até então sobreviventes foram alvo de uma operação de embargo radical por parte das autoridades repressivas, com a sua extinção terminante e generalizada, o encerramento das suas redacções ou o abandono puro e simples das iniciativas editoriais sob a pressão de uma operação que tudo indica ter sido vasta. Trata-se, por conseguinte, de um processo de cruzamento de iniciativas a que deve ser conferida uma coerência interpretativa, à frente da qual reside a ideia de que a importância de tais movimentos se não esvai tanto na sua existência subterrânea como no breve fumo da sua extinção.

⁴⁹ José Ricardo: ob. cit., p. 74.

⁵⁰ A referência descritiva mais completa de todos os títulos periódicos é objecto de um roteiro cronológico da *Imprensa Cultural Juvenil dos Anos Trinta*, em anexo final.

Gráfico 7. Evolução dos jornais e revistas juvenis dos anos trinta⁵¹

Numa avaliação sumária do seu prolongamento temporal, sobressai a persistência que foi característica de tais movimentos centrados na publicação de jornais culturais, sobretudo a partir de 1936 (constituindo, de então até ao final da década, cerca de 70% dos títulos editados durante todo o período considerado), numa progressão descontínua, sim, mas que contrariou a tendência decrescente das estatísticas oficiais que já foi assinalada na circulação nacional de jornais culturais. Se, até cerca de meados da década, as revistas pioneiras surgem como ensaios muito efémeros ou com mais duradoura, porém espaçada, publicação – de que são natural exemplo os títulos que acompanharam de perto o ritmo lectivo do meio escolar de divulgação em que inicialmente se inseriram

⁵¹ A cronologia referente a *O Diabo*, *Sol Nascente* e *Pensamento* corresponde ao momento de predominância de escritores neo-realistas nas respectivas redacções (ver infra, pp. 196 e ss.).

—, a verdade é que, já na segunda metade deste decénio, não apenas se multiplicaram as iniciativas editoriais como a sua simultaneidade favoreceu a amplitude e inter-relação dos grupos promotores nessa teia de cumplicidades espirituais várias que tais processos estimulam ⁵². Nas suas primeiras manifestações — e quantas mais se não olvidaram definitivamente, perdidas nesse extenso anonimato *precursor* a que se referiu Gomes Ferreira, sem deixar fumo! —, não chegaram a editar-se mais de 3 títulos simultâneos, quando no seguinte desenvolvimento pode já registar-se uma sobreposição cronológica de 9 publicações, tendo chegado a circular 17 ao mesmo tempo no princípio de 1939. Com o tempo, umas e outras publicações, mal extintas ou numa sempre frágil sobrevivência, foram sendo cosidas pelos fios das colaborações simultâneas de alguns quantos jovens mais activos ou sedentos de intervir e criar; e, rapidamente, um enredo de relações cada vez mais estreitas foi-se estabelecendo. Mas antes de aprofundar todo este tecido cultural e social, bem assim a nervura ideológica em que se desenvolveu essa imprensa juvenil, resta avaliar a sua distribuição geográfica (figura 3) que completa no espaço a perspectiva geral da sua disseminação.

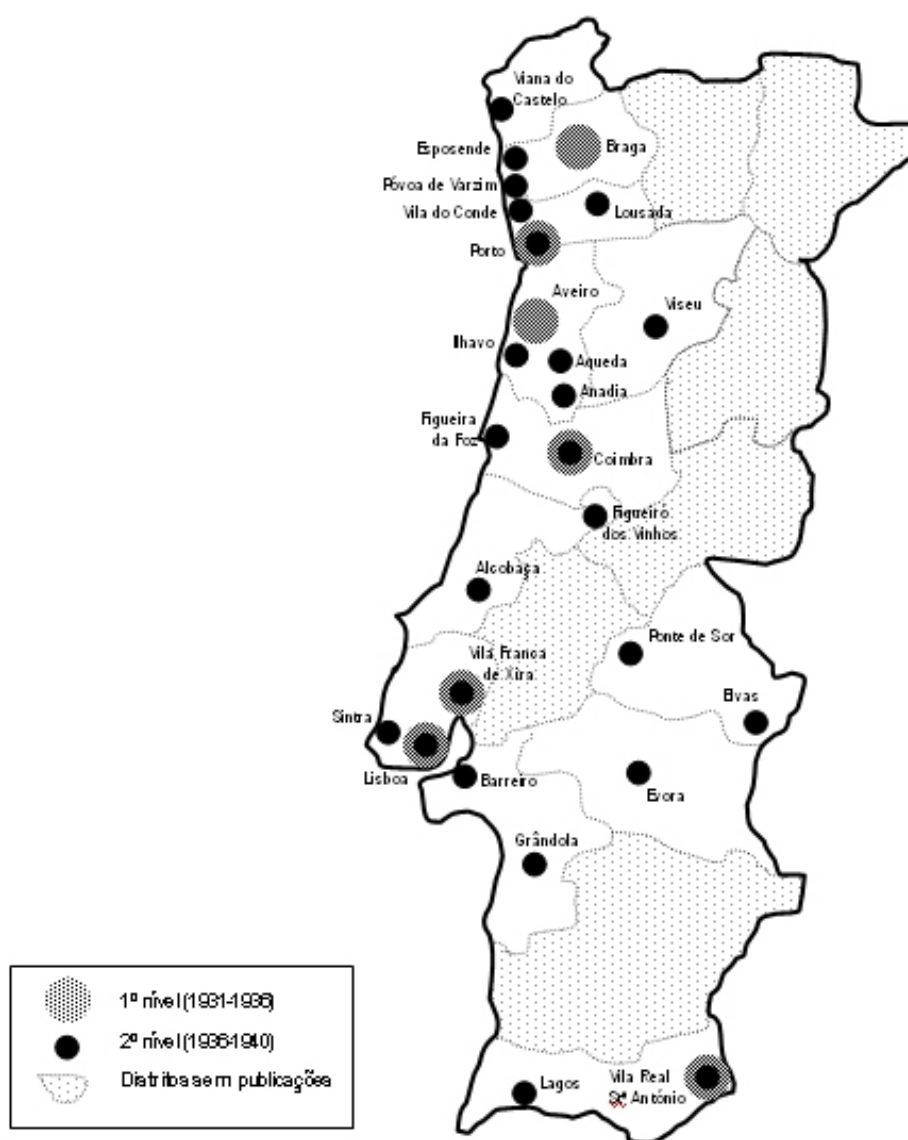
Ora, cartografada a dispersão deste fenómeno, ela é tanto mais surpreendente quanto, para além de uma considerável cobertura do continente (e, tanto quanto foi possível apurar, o fenómeno não se alargou às ilhas), o aparecimento dessa imprensa ocorreu de um modo significativo em localidades situadas fora dos principais centros urbanos, constituindo uma característica dominante para o conjunto destes movimentos. Em geral, ainda, o aparecimento das publicações juvenis ocorre para aquém dos distritos que então registavam os mais baixos índices na edição de imprensa cultural ou científica ⁵³, ainda que em algumas dessas mesmas regiões administrativas se registre um ou outro título periódico, sem alterar a geografia de isolamento do interior do país,

⁵² Ver Pascal Ory e J.-F. Sirinelli: *Les Intellectuels en France*, ed. cit., pp. 33-34; Jean-François Sirinelli: *Génération Intellectuelle. Khâgneux et Normaliens Dans l'Entre-Deux-Guerres*, ed. Fayard, Paris 1988, p. 12.

⁵³ Ver quadro 5, p. 70.

ocupando um meridiano de norte (sobretudo neste) a sul do continente (onde foram mais dispersos). Não obstante esta perspectiva de conjunto, devem distinguir-se nos movimentos promotores dessa imprensa juvenil dois grandes níveis, cronologicamente diferenciáveis, a que corresponderam traços distintos na formação, feição editorial e modo de circulação dos periódicos, bem como diferentes tipos de produção cultural e de formulação ideológica.

Figura 3. *Distribuição geográfica dos jornais e revistas juvenis (1931-1940)*



Porém, nas condições da sua evolução – isto é no contexto de precaridades várias, tanto endógenas como exógenas às iniciativas editoriais criadas e aos seus impulsionadores, e da própria efemeridade dos documentos que os suportaram –, deve ter-se em conta que a relação estabelecida entre a produção jornalística e a realidade poderá ter-se construído «segundo modelos discursivos e delimitações intelectuais próprios de cada situação descrita»⁵⁴, uma vez perante documentos que não são simples «objectos, mas objectivações que constróem de cada vez uma forma original.»⁵⁵ E, com esta precaução, importa não perder de vista que a tipologia proposta para a distinção de características nas publicações nesses dois níveis tenha conhecido alguma sobreposição de elementos de ambos cuja subtileza não é possível estabelecer de um modo linear e abstracto, de tal modo em cada uma dessas publicações podem auscultar-se situações com especificidades próprias que se não encontram noutras, mas também características que denunciam persistências anteriores ou anunciam um estágio posterior, num pragmatismo prevalecente na estratégia de criação e sobrevivência dos títulos.

Por outro lado, do ponto de vista da construção dos discursos, que para uma história sociológica da cultura são encarados como «acto de conjuntura» (numa noção de realidade vária que considera tanto as correspondências históricas como as relações sociológicas dos indivíduos, dos grupos e das suas representações), a riqueza dos elementos na transposição de um nível de publicações para outro, que correspondeu a uma verdadeira «passagem do estado de grupo prático ao estado de grupo instituído», não pode esquecer a totalidade do processo que implicou tanto a constituição de «propriedades distintivas» do conjunto de um grupo como a anulação do conjunto de «propriedades não pertinentes» dos seus membros de que tal processo partiu⁵⁶. Porque, no seu devir o processo implicou, no sentido mais profundo, uma relação complexa no

⁵⁴ Roger Chartier: *A História Cultural Entre Práticas e Representações*, 2ª ed., ed. Difel, Lisboa 1988, p. 63.

⁵⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 65.

⁵⁶ Pierre Bourdieu: *Ce Que Parler Veut Dire. L'Économie des Échanges Linguistiques*, ed. Fayard, s.l. 1989, p. 153.

trânsito «da experiência ao discurso da experiência»⁵⁷ que tanto remete para as condições e modos de construção dos discursos como para o seu relacionamento e para os modos da sua apropriação esperada ou efectiva. Trata-se de um todo conjuntural que a nova história cultural não abdica de construir e que se situa, na profundidade do «vivido», como «espaço onde todos os conteúdos empíricos são dados à experiência» na sua condição de possibilidade e em modos concretos de enraizamento numa fronteira de comunicação das «determinações da Natureza com o peso da história»⁵⁸.

Tratando-se de um processo em grande parte subterrâneo, tanto nos contornos gerais dos movimentos que o constituíram como na articulação das suas partes, nos itinerários individuais e colectivos como nos lugares e nos meios em que se cruzaram, as dificuldades de registo dessa imprensa explicam que esta tenha permanecido quase desconhecida durante tão longo tempo. Neste sentido, a determinação de camadas em níveis diferenciados na sua evolução envolve, mais do que uma arqueologia, o reconhecimento de uma verdadeira estratigrafia cuja sedimentação de elementos nem sempre se nos apresenta de modo perfeitamente nítido, muito menos homogéneo; pois, no trabalho de «captar o movimento criativo e activo» dos documentos em toda a profundidade das condições culturais e mentais, a reconstituição e a análise do vivido situa-se na ordem de uma «estrutura geológica»⁵⁹ de caracteres em processo de plena evolução sob a sedimentação dos dados empíricos.

Coloco, no entanto, a hipótese de uma fronteira entre essas duas grandes camadas por volta de 1936, constituindo um marco de separação pertinente que culmina o momento de *generosa, ingénua e espontânea* organização da juvenil inquietação. A partir de então, seguiu-se uma instância *organização da espontaneidade* que correspondeu, finalmente,

⁵⁷ Antoine Prost: *Sociale et Culturelle, Indissociablement*, in Jean-Pierre Rioux, Jean-François Sirinelli (dir.): *Pour une Histoire Culturelle*, Edit. du Seuil, Paris 1997, p. 136.

⁵⁸ M. Foucault: *As Palavras e as Coisas*, ed. cit., p. 360.

⁵⁹ No sentido em que emprega Franco Venturi: *Utopia e Riforma nell'Illuminismo*, reimp., ed. G. Einaudi, Turim 1997, p. 24; próximo da «mission de géodésie» de Jean-François Sirinelli: *Génération Intellectuelle. Khâgneux et Normaliens dans l'Entre-Deux-Guerres*, ed. Fayard, Paris 1988, p. 10.

às práticas conscientes de uma estratégia que tendeu para a formação de uma consciência de grupo (construída explicitamente nas noções de *juventude* ou *geração*), para a constituição de formas discursivas comuns e, depois, para a procura de uma hegemonização no espaço cultural (ou *intelectual*) português. Determinar com precisão este processo é o objectivo dos seguintes capítulos, nos quais se procura auscultar a sua evolução no jogo das práticas e das representações e no confronto destas com o tempo de cultura em que se construíram, sem esquecer que os objectos culturais em torno dos quais se desenvolve a pesquisa, essa imprensa de existência precária e efémera, são portadores de experiências multiformes.

Capítulo VI

Um primeiro nível: os jornais de âmbito escolar

Pode identificar-se nos *movimentos culturais juvenis dos anos trinta* um primeiro estrato de publicações, lançadas entre 1931 e 1935, cujas principais características consistem na sua quase exclusiva circunscrição escolar (ou em que a relação liceal ou universitária dos seus intervenientes é de algum modo importante e predominante) e numa capacidade de difusão certamente reduzidíssima para fora do espaço social de origem. Deste modo, antes de mais quanto aos dados que atestam a sua efectiva circulação, os títulos periódicos deste nível não terão ultrapassado em média, na melhor das hipóteses, tiragens de 500 exemplares – assim está confirmado terem sido, por exemplo, os casos de *Alvorada: jornal cultural dos estudantes do Liceu José Falcão*, fundado por Fernando Namora e colaborado pelos muito jovens, adolescentes ainda, Carlos de Oliveira e Egídio Namorado, e de *Ágora: revista de cultura universitária*, dirigida por José Neiva, ambos de

Coimbra e criados em 1935⁶⁰, embora a primeira destas publicações tenha sobrevivido até 1939 como verdadeira escola de iniciação. Em todo o caso, algumas publicações em que foi possível apurar (ou, por forma indirecta, perceber) a existência de tiragens mais elevadas, essas apresentam, por isso, indícios de circulação mais alargada que o estrito meio de origem.

Por outro lado, conheceram estes títulos, na maioria dos casos, uma curta duração, para além de uma intermitência de publicação segundo o ritmo lectivo do ano escolar cujo exemplo limite foi a referida *Alvorada* que, prolongando-se até ao ocaso do período estudado, conheceu vários directores ao longo de quatro séries de publicação irregular e, por vezes, muito espaçada. Esses jornais destinavam-se sobretudo a uma população de âmbito estudantil cuja «apatia» ou «indiferentismo» eram um tópico de referência constante nessa mesma imprensa, e o meio não suscitou mais, então, que o convite ao exercício de uma ténue largada... Mas, ainda, como pode ver-se nos dois exemplos acima, o carácter heterogéneo de que tais movimentos ainda se revestiam então detecta-se na diferença de formações (e de meios) em iniciativas de âmbito tanto liceal como universitário, quase em simultâneo; mas também na natureza socialmente diversificada, se tivermos em conta que ao mesmo nível pertenceram publicações periódicas de grupos juvenis que seguiram a rota universitária, como as que se referiram antes; mas circularam também as que foram promovidas por grupos em que «poucos foram doutores»⁶¹, como a «mocidade esperançosa» surgida nas páginas do vilafranquense *Mensageiro do Ribatejo* sob o impulso de Alves Redol ou a «tertúlia autodidacta» animada por Alexandre Cabral a partir de uma inócua publicação lousadense que foi o mal impresso jornal *Heraldo*; ou ainda, como o grupo heterogéneo da «mocidade livre» que promoveu um homónimo jornal em Lisboa, orientados uns para temas universitários que interessavam colaboradores como Palma Carlos ou Hugo Baptista Ribeiro,

⁶⁰ *Boletim de Bibliografia Portuguesa*, vol. 1 (1935), ed. Biblioteca Nacional, Lisboa 1937, pp. 3.

⁶¹ A. Redol: *Breve memória ...* (pref.), in ob. cit.

incidindo outros em matérias de âmbito social tratadas por Francisco Lyon de Castro ou Heliodoro Frescata.

Mesmo exíguas que tenham sido estas experiências de iniciação, consideram-se neste inquérito, porém, convém referir, aquelas que constituíram já um ponto de encontro de expressões várias – em grupos naturalmente limitados aquando da sua constituição –, excluindo os ensaios de revelação individuais, mesmo que esses tivessem colocado alguns dos jovens em conjugação ocasional, a partir da qual se forjaram afinidades mais tarde reveladas. Neste sentido, não são consideradas no contexto destes *movimentos*, além de diversas outras sobretudo na primeira metade da década em estudo, as publicações em que surgiram jovens como Políbio Gomes dos Santos, que colaborou no jornal *Novo Horizonte*, de Avelar ⁶²; ou os primeiros acordes poéticos que colocaram em rota casual Manuel da Fonseca e Paulo Crato no jornal *Renovação*, que começou a publicar-se em Santiago do Cacém e só em Grândola, para onde passou a sua redacção e com o mesmo título, veio a atingir relevo sob o estímulo de João Pedro de Andrade ⁶³; ainda a aproximação entre Armando Bacelar e Lino Lima com insipiente participação nas colunas do *Notícias de Famalicão* ⁶⁴, ou o encontro de Leão Penedo e Gentil Marques em Faro no inocentíssimo jornal *O Mocho* ⁶⁵. Sem que as referências para os primeiros *anos trinta* aqui terminem, sobretudo numa «nebulosa» de anónimos ou mesmo (hoje) ignorados participantes, cabe dar os exemplos de Lobão Vital e André Valmar (pseudónimo que José António de Castro viria mais tarde a reutilizar) ambos colaboradores isolados em inúmeros jornais do Porto; ou, ainda, o caso do muito juvenilmente malgrado Vinha dos Santos que, no desdobramento com o pseudónimo de Sérgio de Moraes, foi um franco-atirador precoce na direcção de diversos jornais como *Áquila*, do Porto, *Esposendense*, de Esposende, *Estrela do Minho*, de Famalicão, *O*

⁶² Lisboa, B.N., Arq. Lit. Portug. Contemp., Espólio de Políbio Gomes dos Santos, N52/12-25 e 26.

⁶³ Informação recolhida por generosa verificação de João Madeira.

⁶⁴ Ver *Armando Bacelar e Lino Lima. Testemunhos de Luta pela Liberdade*, ed. C.M.F., Famalicão 1996.

⁶⁵ Embora com brevíssima entrada para esta publicação, ver Daniel Pires, ob. e vol. cit., p. 238.

Marcoense, de Marco de Canavezes, *Vida Social*, do Montijo, *Jornal de Monção* ou *Defesa de Aronca*, antes de se agrupar com inúmeros jovens da sua geração nos jornais *Aurora do Lima*, de Viana do Castelo, e *A Regeneração*, de Figueiró dos Vinhos, entre outros... É o passo seguinte que importa neste inquérito, quando as sociabilidades estabeleceram práticas comuns, tornando-se susceptíveis de tendências culturalmente gregárias e manifestando uma espontânea vontade de intervir e criar num meio que se lhes apresentou, com mais ou menos nítida consciência, de algum modo hostil à vontade de livre renovação. Foi, em suma, o momento que, em termos semelhantes aos de Mário Dionísio, Fernando Namora veio a caracterizar deste modo:

*Era um apelo mais espontâneo do que premeditado, um desejo de manifestar, com a generosidade e o afogo de tudo o que começa, a sua adesão às classes oprimidas que eram chamadas ao despertar de uma consciência social.*⁶⁶

Assim, uma das revistinhas pioneiras, cujo título se apresentou justamente como *Ensaio* (tentativa que não passou, aliás, do número de lançamento), fundada em 1932 por Políbio Gomes dos Santos e Ivo Cortesão, ambos liceais em Coimbra, definia como básica ambição que foi, afinal, denominador comum neste estrato de âmbito escolar, a de «arquitectar um campo de treinos, onde os alunos dos liceus pudessem ensaiar as suas faculdades literárias»; ainda sem concordância objectiva com um preciso universo ideológico, não se manifestava aí, pois, mais que um vago intuito de renovação para «a formação da nossa mentalidade – uma mentalidade sã que possa servir a Pátria num ressurgimento próximo.»⁶⁷ Gorado o seguimento do primeiro *ensaio*, pouco mais se pode vislumbrar sobre uma sequência de evolução das faculdades literárias dos participantes neste título pioneiro e de existência isolada, salvo a pista da actividade

⁶⁶ F. Namora: Em torno do Neo-Realismo, in *Um Sino na Montanha*, Livr. Bertrand, 5ª ed., Amadora 1979, p. 237.

⁶⁷ [Redacção]: «O que queremos?...», *Ensaio*, n.º 1 (22 Fev.), Coimbra 1932, p. [1]; este jornal não foi até hoje objecto de referência em qualquer estudo.

cívica de alguns, como a do jovem colaborador Mário Temido, que dentro de dois ou três anos chegariam a dirigentes académicos⁶⁸. Seja qual for, porém, o destino mais prematuro ou a sorte mais duradoura, esta imprensa escolar determina ostensivamente o terreno dos destinatários que era o mesmo dos produtores do discurso literário, marcado por uma experiência exclusivamente estudantil – isso mesmo no-lo esclarece, por exemplo (e para além do título da própria publicação), a mesma *Alvorada* na hora do seu lançamento:

*Saiu o nosso jornalzinho, simples, mesmo acanhado no seu primeiro voo, incerto ainda, contando apenas com a boa vontade de todos nós. [...] Este jornal, caros colegas, é apenas um meio de alguns (os que quiserem dentre nós) expandirem as suas ideias, e sua imaginação de novos, ansiando por vencer.*⁶⁹

Em geral, a vocação desta imprensa escolar como «campo de treinos» literário ficou implicitamente associada à posição de um correlativo inconformismo, conforme expressa um artigo de *A Voz Académica*, revista que era «propriedade da Associação Escolar do Liceu José Estevão» de Viseu e dirigida por Mário Sacramento:

*Não liga importância alguma aos grandes problemas sociológicos que à sua volta se agitam. Se ouvem alguém falar sobre mocidade, alcunham-no logo de “Vermelho excomungado, anarquista endiabrado”*⁷⁰.

Aliás, uma outra revista sua contemporânea, *Alma Académica*, publicada no Porto com o concurso de delegados em inúmeras escolas de uma larga periferia nortenha (entre os quais, de um número que chegou aos 27 delegados escolares, o mesmo Mário

⁶⁸ V. Franca Xira, M.N.R., Cent. Doc., Esp. Liter. Joaquim Namorado, ms., s.d., A5/7.150/A-C; Ver Alberto Vilaça: *Para a História Remota do PCP em Coimbra*, pp. 67 e ss.

⁶⁹ [Redacção]: «Este jornal», *Alvorada*, n.º 0 (1 Dez.), Coimbra 1935, p. [1]; como espaço para «apenas uma iniciação, um esboço de aprendizagem» afirmava o editorial «Apresentação», *Alma Nova*, n.º 1 (26 Out.), Braga 1935, p. [1].

⁷⁰ Mendonça e Silva: «Paisagem...», *A Voz Académica*, n.º 4 (21 Maio), Viseu 1935, ano I, p. [1].

Sacramento), acusava no editorial de lançamento, por um lado, o «mais completo estado de indiferença» no meio juvenil e a sua falta de participação na vida cultural; daí, por outro lado, manifestar a sua intenção de afirmar-se no essencial como espaço para «iniciar os novos, entusiasmando-os para tal fim.»⁷¹

O vago sentido renovador que trespassa estas juvenis publicações ressuma ainda nas páginas da revista vilafranquense *Goal*, promovida em 1933 por Alves Redol e um círculo de próximos amigos de adolescência ligados, como o futuro grande escritor, ao horizonte imediato do mundo do trabalho numa região com característicos problemas sociais. Esta publicação jovem propunha-se (epidemicamente, como afinal comprova uma sua leitura mais atenta) ater-se ao desporto⁷²: ao cabo de dez números, deu lastro a uma vocação cronística aparentemente residual sobre a paisagem social ribatejana em pinceladas que, ao ritmo da «ampulheta da vida dos Pobres», mal se distinguem de um paternalismo, à maneira de Raul Brandão, na defesa dos humilhados e ofendidos. Mas daí pretende já descolar, numa perspectiva que se amplia à tensão de um mundo e um tempo que deveria revelar-se entre o «mais belo ou mais trágico, mais humano ou mais irreal...»⁷³ de uma hora que estes jovens ainda não actualizaram completamente. Neste sentido, comungava-se aqui um ambiente de iniciação que caracterizou as revistas escolares. Não é, contudo, difícil imaginar o impacto que, no pequeno meio de uma vila ribatejana, terá causado uma revista de aparência moderna e graficamente cuidada, lançada aos quatro ventos por jovens cujas actividades se não esgotavam, como se verá, na iniciação literária.

Ainda no mesmo ano, surgiu uma iniciativa literária de alunos dos liceus Alexandre Herculano e Frederico de Freitas do Porto que, embora efemeramente reduzida ao primeiro número, representou uma tentativa mais sólida de criação cultural.

⁷¹ [Redacção]: «Aos leitores», *Alma Académica*, n.º 1 (2 Abr.), Porto 1935, p. 3.

⁷² Ver Garcez da Silva: *Alves Redol e o Grupo Neo-Realista de Vila Franca*, Edit. Caminho, Lisboa 1990, pp. 52 e ss.

⁷³ A. Redol: «... E continua», *Goal*, n.º 1 (11 Jan.), V. F. Xira 1933, p. [1].

Trata-se de *Outro Ritmo*, revista que foi – pelo motivo da sua raridade bibliográfica e igual escassez de referências coevas⁷⁴ – um cometa no universo, até agora escassamente conhecido, de publicações que indiciaram e alegadamente prepararam o terreno ideológico do Neo-Realismo português⁷⁵.

Editada por Lobão Vital, a publicação não deixou efectivamente de caracterizar, antes de mais, a hora em que nasceu, quando no «mundo paira a atmosfera pesada duma tempestade» de que urgia tomar consciência. Daí a proposta que marca o editorial, deste modo indistinto, ao menos explicitamente:

*Lutar por ALGO é, dentre o obscuro cepticismo ideológico, da época que passa, a nossa mais terna aspiração.*⁷⁶

A mesma obscuridade dos tempos lê-se na própria colaboração de dois ilustres professores portuenses que dão cobertura intelectual à iniciativa, Abel Salazar e José Marinho, o último dos quais não deixa de referir (num sentido que não é o do subtil discernir filosófico) «que esforçando-se por ser claro tem de chegar a ser obscuro e resignar-se a ser obscuro.»⁷⁷ Adivinha-se, por isso mesmo, a importância que, por ora, adquiriria o impulso dado por estes docentes às juvenis iniciativas, com a mesma natureza tutelar reconhecida a outras grandes figuras intelectuais da época que colaboraram em muitas destas publicações culturais, enquanto os seus jovens promotores não adquiriram o sentido de autonomia geracional que viriam a reclamar a breve trecho.

⁷⁴ A única referência coeva a esta revista foi encontrada in *Seara Nova*, n.º 339 (20 Abr.), Lisboa 1933, que a regista muito extensamente como «revista mensal das letras, artes, divulgação científica, filosofia, sociologia, crítica, crónicas, desporto, cinema»; a consulta do que penso ser único exemplar da revista, não detectado nas bibliotecas públicas, deveu-se ao favor do Dr. Alfredo Ribeiro dos Santos, a quem agradeço a cópia completa do seu exemplar.

⁷⁵ Ideia excessiva muito postumamente reproduzida a partir de Joaquim Namorado: «Breves notas sobre a personalidade e a obra de Redol», *Vértice*, n.º 322-23 (Nov.-Dez.), Coimbra 1970, vol. XXX, p. 915; *id.*: *Obras. Ensaios e Críticas*, ed. cit., p. 234.

⁷⁶ [Redacção: «Editorial»], *Outro Ritmo*, n.º 1, Porto 1933, p. 1.

⁷⁷ José Marinho: «Aforismos sobre umas coisas e outras», *id.*, p. 7.

Mas, se o tom que percorre os textos dos principais colaboradores estudantis desta agradável revista portuense é, da poesia à prosa, cadenciado por uma linguagem predominantemente romântica e idealista, de expressão por vezes arresadadamente barroca, permanece claro que esse *algo* que aspiram a realizar é mesmo um *outro ritmo* que pulsa no discurso de renovação:

*O belo ideal que em nossos corações foi de princípio Ilusão; abandonou, enfim, o mundo das fantasias líricas, para se integrar, audaciosamente, na múltipla complexidade do Real.*⁷⁸

Mas é ainda apenas *algo* indistinto (ou indistintamente expresso, a partir da simples recusa de uma consciência ilusória a libertar-se), por isso mesmo contingente como o horizonte que, entre o presente e o futuro, busca o poema de outro jovem colaborador:

*Vamos os dois assim na vida fora,
inconscientes, sem vermos onde vamos
os caminhos mais ruins atravessamos
por onde vai a dor que nos devora!*

[...]

*Mas quando, enfim, vier o fim do mundo
Romper os laços deste amor profundo
Que vai connosco pela vida triste,*

*sabemos lá se olhando, alucinados,
ficamos a chorar desesperados,
vendo que além do mundo nada existe!*⁷⁹

Não tardou que essa pura *vontade de criar* literariamente – expressão de um impulso iniciático para uma fantasia criadora ainda sem rigorosos discernimentos – surgisse

⁷⁸ [Redacção: «Editorial»], *id.*

⁷⁹ Fernando de Araújo Barros: «Contingência», *id.*, p. 11.

ligada aos primeiros vislumbres de uma nova racionalidade capaz de integrar as audácias da beleza artística, como anunciaram Mário Dionísio (que então assinava com os apelidos Assis Monteiro) e Jorge Domingues no editorial da revista *Prisma*, por eles criada em meados de 1933 ⁸⁰: no número solitário deixaram pronunciada a vontade de afirmar «uma selecção de directrizes, uma coisa vaga apesar de firme, em que o sentimento puro de Vanguardismo se cruza com os laivos necessário[s] da Ponderação.»

⁸¹ São as palavras de um docente convidado a tutelar as intenções dos «estudantes que formam um bloco em torno da revista “Prisma”», que melhor e mais sugestivamente esclarecem o *vago* sentido desses «vanguardistas, que querem que a Arte se emancipe dos artifícios duma indumentária duvidosa» ⁸². Tudo se passa como se esses jovens fizessem, sem precisa consciência do que faziam...

Sobre os caminhos da arte moderna, Mário Dionísio limitava-se por ora, nesse artigo muito juvenil, mais do que a formular novidades nos princípios programáticos e nas práticas artísticas, a inscrever uma negação de rumos anteriores (desentranhando-se, nomeada e explicitamente, da designação dos «novos» de génese futurista) motivada por espírito de inquietação:

Somos Novos, bem novos! Queremos ideias e pensamentos novos!

Contudo não somos futuros. A nossa estrada (talvez simples vereda) corre muito longe desses caminhos modernos que abrangem numa longa teia todos os campos e todas as acções [...] em que se chama Arte a tudo, em que se chama Arte a nada... ⁸³

Os vagos e indistintos germes de uma consciência que irrompia por entre a denunciada apatia geral do meio juvenil tiveram então esta expressão poética:

⁸⁰ Ver Mário Dionísio: *Autobiografia*, ed. O Jornal, Lisboa 1987.

⁸¹ [Mário Dionísio] Assis Monteiro: «In limine», *Prisma*, n.º 1 (Jun.), Lisboa 1933, p. 3. Daniel Pires (ob. cit., vol. I, p. 295) não associou esta publicação a Mário Dionísio que assinou com os apelidos.

⁸² João de Castro: «Para onde?», *id.*, p. 5.

⁸³ [Mário Dionísio]: art. cit. (subl. no orig.).

*Uma chama, talvez, que cresce, cresce,
E, cada vez mais fúlgida, incandesce
A braseira da minha mocidade.*⁸⁴

A partir deste ponto, em que sobressai a necessidade de definir directrizes de integração no *real* ao puro anseio de criação dessas expressões de *vanguarda*, pode compreender-se que um jovem colaborador de outra revista escolar lisboeta, *Quid?*, com quatro números difundidos na segunda metade de 1933, sob a direcção colectiva de Guy de Oliveira, Duarte Rodrigues e Moura Vitória, pudesse anunciar tratar-se já de um verdadeiro movimento de generalização de ideias renovadoras que corria por entre a juventude, uma vez que, afirmava justamente um dos colaboradores, «em revistas que rapidamente se percorrem para logo se abandonarem, começa[va] a pressentir-se uma ânsia magnífica de renovação».⁸⁵

Ora, não é fortuito, conforme vejo, que a urgente abertura de horizontes renovadores coincida com uma referência crítica ao conhecido percurso de poeta vanguardista a jornalista instalado feito pelo difusor da *política do espírito*, surgida num texto que lhe é por completo dedicado e que, no mesmo artigo, o autor considerava ser «o expoente máximo da degradação mental duma época»⁸⁶. Se pode pressentir-se como a apropriação oficial da arte moderna por parte de António Ferro terá constituído uma aberração aos olhos dessa juventude intelectual, é que a redefinição de uma modernidade artística teria de operar-se segundo novas directrizes. Naturalmente, a série de artigos sobre a literatura contemporânea em que tal referência se integrou não logrou continuar, apesar de anunciada para os fascículos seguintes, e o último número da revista, com menos páginas que os anteriores, não chegou a publicar a maior parte das

⁸⁴ Seabra Dinis: «*Ânsia*», *Coimbra. Jornal de Estudantes da Universidade*, n.º 10 (22 Jan.), Coimbra 1935, p. 8.

⁸⁵ Almeida e Silva: «Aspectos da literatura contemporânea», *Quid?*, n.º 2 (Out.), Lisboa 1933, p. 16. Recenseada esta revista por Daniel Pires (ob. cit., vol. I, p. 298), não lhe conferiu porém a importância que as colaborações efectivamente denotam, nem a relação que os seus colaboradores tiveram posteriormente com outros periódicos juvenis.

⁸⁶ *Id., ibid.*, pp. 14-15.

colaborações antes prometidas, circunstância que, registada na generalidade das publicações periódicas, permite aquilatar o peso da repressão censória.

Certo é que rapidamente se afirmou a percepção do que se entendia ser «uma nova *Escola*, de contornos ainda muito vagos, de cores esbatidas» que um colaborador do jornal *Gleba*, surgido logo em seguida, radicava na transformação dos «horizontes da nossa literatura» e no aparecimento de um «*pensamento novo* [que] rompe a densa camada das ideias mortas» em que «meia dúzia de novos, estuantes de entusiasmo, soltam o seu belo grito de revolta»⁸⁷. Não pode, assim, deixar de reter-se a ideia de que a emergência de uma *selecção de directrizes* renovadoras para a cultura portuguesa teria de operar a partir do sentido de demarcação entre as *ideias mortas* e um *pensamento novo*, que não põe necessariamente em causa as conquistas da modernidade artística, mas nesta rejeita os «artifícios duma indumentária duvidosa».

Aliás, a contiguidade de leitura que estou a sugerir entre aquelas duas publicações liceais e este outro jornal é autorizada pelo facto de que, da literal junção dos responsáveis das duas anteriores revistas escolares de Lisboa (e extintas essas) veio justamente a resultar a publicação de *Gleba*, entre finais de 1934 e o princípio do ano seguinte, com cinco números, incluído o exemplar espécime de lançamento. Desde logo, o editorial de estreia deste *semanário de literatura e crítica* esclarecia o rápido amadurecimento intelectual dos jovens colaboradores (cuja direcção conjunta incluiu, por inteiro, os fundadores de *Prisma* e *Quid?*, agora estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa), ao inscrever esta velada adesão a um materialismo de integração dialéctica que inspirava o jornal: «norteia-se pelos princípios filosóficos que buscam com perturbante ansiedade a sua doutrinação no campo da mais pura e evolutiva verdade científica», para concretizar, já numa alusão ao materialismo histórico, que essa «filosofia engloba todas

⁸⁷ Anjo Alva: «Aspectos da literatura contemporânea», *Gleba*, n.º espéc. (Nov.), Lisboa 1934, p. 5 (sublinhados no original). Embora sem se lhe estabelecer a genealogia, este semanário mereceu devido destaque por parte de Daniel Pires (ob. e vol. cit., pp. 182-83), nomeadamente na relação que estabelece com um campo editorial mais vasto.

as manifestações da actividade humana». ⁸⁸ Ora, tal filosofia adquire o sentido orientador de uma perspectiva «utópica» que mergulha no «próprio sentido da vida»:

Ter uma «imagem do mundo» é viver uma época, é sentir o clima espiritual da sociedade que nos rodeia. ⁸⁹

E o perfeito entendimento dessa mundividência reside no dinamismo capaz de a tornar uma prática, como verdadeira missão histórica, num mundo preciso cujo «sentido social» interpreta:

E para bem a cumprir necessário é que se tenha uma imagem nítida do mundo, que se compreenda o todo universal, que se assimilem as ideias soberanas de um ciclo de civilização. Ter uma «imago mundi» é ter uma visão dinâmica do sentido social de uma época. ⁹⁰

Desta profissão de fé à empenhada reiteração de um conteúdo estético atento à complexidade da realidade histórica foi dado, visivelmente, novo passo: num artigo dirigido aos «moços de Portugal» em que procurava definir-se, como o título indica, uma *arte nova* – com uma epígrafe que, sugestivamente, convocava para o problema a autoridade de Plékanov, aliás amplamente citado em outros artigos do mesmo jornal como novidade teórica a seguir –, o autor definia a tese que viria a ser cara a uma problemática geral do Neo-Realismo e, poucos anos volvidos, afirmação lapidar nas polémicas de finais da década:

Que a Arte só tem uma escola – a Vida. E somos nós que fazemos a vida por nossas próprias mãos. ⁹¹

⁸⁸ [Redacção]: «Uma directriz», *id.*, p. [1].

⁸⁹ J. D. [Jorge Domingues]: «Imago mundi», *Gleba*, n.º 3 (25 Dez.), Lisboa 1934, p. 3

⁹⁰ *Id.*, *ibid.*

⁹¹ Vicente Martins: «Ars nova», *Gleba*, n.º esp., cit., p. 5.

Creio, porém, que este passo, mais do que a afirmação de uma *arte nova* em relação ao panorama das *escolas* estéticas, foi, sobretudo, o início de uma caminhada de empenhamento mais geral numa renovação da «vida» dos homens (que se faz «por nossas próprias mãos»), o que permitiu conduzir, nas condições de crescente restrição a um discurso límpido, à generalização da ideia de *real* como espaço imediato de rejeição da realidade de que se partia e de construção *ideal* de uma outra realidade, historicamente considerada. Então, não passa também sem referência que a leitura pública dessa relação cada vez mais insistente entre a arte e a vida social não tenha escapado aos próceres reaccionários que povoavam os pasquins na órbita do regime: foi nesse sentido que, em vão no último número de *Gleba*, procuraram os seus jovens redactores escamotear a acusação de «comunistoide»⁹² de que o jornal foi alvo na imprensa lisboeta. Além do mais, visualmente falando, o jornal terá granjeado atenção nos meios em que circulou (que não foram, pelos vistos, meramente universitários), à vista do aspecto gráfico moderno ostentado tanto pelo cabeçalho como pela sua paginação geral, sob o cuidado de Mário Dionísio⁹³.

Este ponto de viragem na afirmação de jovens energias foi o que Namora ficcionou no romance com que subscreveu a autobiografia da nova geração coimbrã, num passo em o artista descobre:

«Os problemas do mundo foram os homens exaustos e ressentidos que os inventaram ou provocaram. Mas a mocidade denuncia-os, salta-lhes por cima.»

*E só então reparavam que havia entre eles uma minoria na qual a insatisfação tinha já uma voz e uma esperança conscientes; minoria, por isso mesmo, olhada com desconfiança, como ameaça a uma juventude que necessitava de continuar irreflectida para se sentir verdadeiramente jovem.*⁹⁴

⁹² [Redacção]: «Um esclarecimento», *Gleba*, n.º 4 (1 Jan.), Lisboa 1935, p. 7.

⁹³ M. Dionísio: *Autobiografia*, ed. O Jornal, Lisboa 1987, p. 8.

⁹⁴ Fernando Namora: *Fogo na Noite Escura*, 11ª ed., Livr. Bertrand, Amadora 1995, p. 37.

O alargamento de públicos e de difusão para lá das estritas fronteiras escolares ou, pelo menos, a vontade expressa da sua concretização foi uma tendência das publicações destes primeiros movimentos que parece ter estado na base da extinção de um número significativo de títulos. Quando, por exemplo, os responsáveis de uma revista liceal como *Mocidade Académica*, iniciada em Lisboa no ano lectivo de 1935-36, procuraram divulgação fora do meio liceal de origem através de delegados, as sucessivas reedições do número inaugural do seguinte ano lectivo, que para o efeito de mais larga difusão foram promovidas, antecederam a imediato suspensão do título ⁹⁵; até então, haviam alargado as suas fronteiras de circulação ao meio liceal lisboeta, promovendo delegados em diversas escolas, inserindo mesmo secções específicas de algumas delas no corpo da revista e declarando-se depressa como «porta-voz das ideias da nova geração» que incluiria entre as «nossas realizações» a execução de uma colecção editorial e o lançamento de «suplementos» anexos ou mesmo jornais independentes na sua órbita ⁹⁶. Sorte idêntica teve o suplemento *Trapézio* que, mal adquiriu vida própria nas páginas da revista portuense *Pensamento*, não passou de duas edições em Abril e Maio de 1936, quando se apresentava como órgão dinamizador de «palestras de auto-cultura», de exposições e salões de arte, e de edições de poesia e romance que chegaram a suscitar agitação crítica nos jornais do Porto ⁹⁷. Exemplo um pouco tardio, também o embargo de outra revista escolar, *Alma Académica*, lançada no Porto em 1935 (e extinta em 1938, quando Armando Bacelar chefiava a sua redacção), sucedeu imediatamente ao anúncio da emissão de um programa radiofónico e de outras actividades de dinamização que a revista intentou finalmente protagonizar fora do estrito meio de origem.

Ora, a própria nomenclatura burocrática do Estado Novo arrumava a imprensa dos «académicos» entre a das estruturas «corporativas» (*Anuário Estatístico*), não

⁹⁵ *Mocidade Académica. Revista Cultural*, n.º 5 (Set.), Lisboa 1936.

⁹⁶ *Mocidade Académica*, n.º 2 (Jan.), Lisboa 1936.

⁹⁷ Ver descrição destas actividades no verbete respectivo do Roteiro Cronológico em anexo.

admitindo o regime que os jornais estudantis procurassem extravasar os mais estritos «interesses de classe» e as fronteiras da *corporação académica*. Desde cedo, o controlo da compostura estudantil nos limites assim definidos passou a ser objecto de atenção particular por parte do aparelho de censura, uma vez que, por circular interna de 28 de Novembro de 1930, era determinado aos censores este terminante princípio repressivo: «Os Jornais académicos serão tratados inexoravelmente sempre que procura[r]em imiscuir-se em questões de natureza política»⁹⁸.

Pois, a respeito do grau de formulação de «questões de natureza política» no conjunto de títulos que pertencem a este primeiro nível de publicações culturais, o vislumbre de opções ideológicas, mais ou menos patentes ou implícitas nas colaborações juvenis, começa por generalizar-se em enunciações mitigadas no comum denominador (expresso, aliás, em algumas dessas páginas) de «inquietação e humanismo». A expressão começou por estar associada a uma rejeição geral da «apatia» do meio, tendendo para um discurso de amadurecimento das relações de empenhamento dos indivíduos nas condições históricas vividas e, finalmente, uma posterior afirmação do conceito de *juventude* como factor de natural renovação. Neste trânsito de maturação, *A Voz Académica*, revista escolar aveirense dirigida por Mário Sacramento, ia já para dois anos de publicação, afirmava no editorial de um número de 1937 uma confiança na capacidade de renovação juvenil, em particular no domínio da criação literária, posta a certeza de que «virá um dia em que a mocidade [...] sofrerá mais com a desdita dos humildes que com o desdém da amada»⁹⁹.

Mas importa ter presente que, desde muito cedo, uma crítica do *indiferentismo* denunciava já, mesmo em termos difusos, uma rejeição do clima político-social de que a apatia juvenil se considerava resultado; neste sentido, o jovem redactor de uma *Página Cultural* que foi um dos primeiros suplementos inseridos num jornal de ampla circulação

⁹⁸ Lisboa, A.N.-T.T., Arq. Cens., nº rem. 671, [doc. 24].

⁹⁹ [Redac.]: «Ontem, hoje e amanhã», *A Voz Académica*, n.º 17 (15 Mar.), Viseu 1937, p. [1].

– anunciando, por isso mesmo, a tendência para extravasar o meio estudantil – remetia para o horizonte geral dos *Temas de hoje* os motivos de toda a inquietação:

A juventude é naturalmente inquieta. E a sua inquietação significa a manifestação dum mal-estar existente e a ânsia de um sonhado bem-estar.

O jovem de hoje é, sem dúvida, um significativo expoente dessa inquietação.

*Ele está formando a sua personalidade num ambiente estranho em que se entrecrocavam as forças mais discordantes.*¹⁰⁰

Generalizando referências ao «mais completo estado do indiferença»¹⁰¹ ou «indiferentismo apático»¹⁰², à «atmosfera corriqueira»¹⁰³ ou «macambuzice académica»¹⁰⁴, como expressões sinónimas de crítica à inércia juvenil, identificava-se pois uma recusa do ambiente de «coação» que lhe estava subjacente e constituía, afinal, factor essencial «que nos estimulou e nos trouxe à estaca»¹⁰⁵. Mesmo de forma mitigada, um desses aspectos foi a própria insinuação do clima de medo e censura da época: o pretexto de uma *simples* análise *semântica*, por exemplo, podia sugerir-lo, como exercitou uma colaboração de abertura da revista *Quid?* a partir de expressões em uso nos meios cultos da língua portuguesa. Ao analisar a origem histórica de suplícios e tormentos do santo ofício, concluía o jovem articulista sobre a persistência das ideologias reaccionárias nos tempos que se viviam:

*Com estas duas armas se adulteravam as obras e escritos respeitáveis e proibiam a publicação de outras em que a liberdade de ideias se manifestasse.*¹⁰⁶

¹⁰⁰ Seabra Dinis: «Temas de hoje», *Página Cultural. Publicação eclética*, n.º 26, supl. in *A Ideia Livre*, n.º 376 (16 Nov.), Anadia 1935, a. VIII, p. 4.

¹⁰¹ [«Editorial»], *Alma Académica. Revista Quinzenal de Letras*, n.º 1 (2 Abril 1935), Porto 1935.

¹⁰² [Mário Dionísio] Assis Monteiro: «In limine», *Prisma*, n.º cit.

¹⁰³ Cândido Frazão: «Porque não?», *Coimbra. Jornal de estudantes da universidade*, n.º 1 [bis] (3 Dez.), Coimbra 1933, p. [1] (o n.º 1, de 28 de Novembro, poderá ter sido um fascículo de lançamento).

¹⁰⁴ Mário Sacramento: «Da macambuzice dos novos», *A Voz Académica*, n.º 14 (15 Jan.), Aveiro 1937, p. 2.

¹⁰⁵ Cândido Frazão: «Porque não?», art. cit.

¹⁰⁶ Guy de Oliveira: «Das expressões portuguesas “Amarrado ao potro da ignomínia» e “infringir tratos de polé”», *Quid?*, n.º 1 (Verão), Lisboa 1933, pp. 14-16.

Cumpra, finalmente, não esquecer que esta foi a geração que emergiu e cresceu em simultâneo com a formação e desenvolvimento dos aparelhos repressivos, em particular os mecanismos de censura com que cedo privou periodicamente e que paulatinamente procurou subverter. Os esforços juvenis, desde a adolescência do seu aparecimento público, para ultrapassar as restrições censórias e moldar à adversidade a expressão literária tornaram-se no próprio modo de manifestação desses jovens como pensadores, artistas e escritores. Mesmo em revistas de mais pacífica irreverência, como foram sobretudo os títulos de circunscrição escolar que tenho vindo a caracterizar, a acção da censura deixou uma marca quotidiana, visível aqui e ali de modo mais ou menos notório.

Algumas redacções revelavam isso mesmo, tanto quanto a referência às práticas censórias podiam insinuar-se, incluindo os casos em que, como o mensário portuense *Alma Académica*, os títulos patenteavam melhores «condições económicas» de sobrevivência (e o volume de publicidade comercial, o mais elevado que se regista entre essas publicações, permite neste caso confirmar ¹⁰⁷) e o entusiasmo de algumas dezenas de muito jovens colaboradores via acumular colaborações com «falta de espaço» para publicação, não escamoteando os entraves ao regular aparecimento da revista e invocando, como podiam, «outros motivos, que são bem mais de lamentar, [e que] impediram que ela saísse pontualmente, todos os meses.» ¹⁰⁸ Compreende-se, pois, que esta jovem geração tenha passado de uma atitude vaga e indistinta de *recusa* a inscrever uma *resistência* sobre linhas manifestas (a despeito mesmo da censura), marcadas por uma posição de intransigência ética crescente: «A nossa posição é esta. Daqui não arredamos pé. Acima de tudo – queremos uma Pátria livre e dignificada!» ¹⁰⁹

¹⁰⁷ *Alma Académica* inseriu, ao longo da sua existência, entre 15% e 30% de publicidade nas suas páginas, chegando a totalizar 30 das 78 páginas na edição de Natal, n.º 10 (Dez.), Porto 1937, ano 3º.

¹⁰⁸ [Redacção]: «Boa nova», *Alma Académica*, n.º 5 (Jun.), Porto 1936, ano II, p. 3.

¹⁰⁹ [Redacção]: «Posição», *Coimbra*, n.º 5 (8 Fev.), Coimbra 1934, p. [1].

A designação de ideários mais precisos foi surgindo numa correspondência directa com a ampliação das relações desses jovens, nomeadamente com o reagrupamento de núcleos mais reduzidos e isolados em torno de novos títulos que alargaram e diversificaram as colaborações anteriormente circunscritas, cristalizando na actividade colectiva uma sistematização de ideias inicialmente dispersas. Mas é certo, ainda, que tal processo de fusão e alargamento de grupos – num meio restrito em que os percursos de cada um, mais tarde ou mais cedo, chegavam ao conhecimento de outros – não foi estranho ao estabelecimento de relações em torno ou em ligação mais ou menos próxima com figuras tutelares de uma geração intelectual anterior, numa comunhão de pressupostos básicos de renovação cultural que não implicavam apenas uma geração determinada, mas que os mais jovens reuniram no processo de um movimento, tornando-se referência, como Gomes Ferreira reconheceu mais tarde numa expressão que se tornou célebre ¹¹⁰, de aproximação aos que tinham *menos de vinte anos*.

Fácil é reconhecer que o conteúdo das publicações juvenis aqui em estudo de modo algum apresenta o esclarecimento e a clareza de ideias evidenciados por um jornal como *Globo*, publicado em finais de 1933 sob a direcção de Bento de Jesus Caraça e José Rodrigues Miguéis e que constituiu um dos expoentes maiores de veiculação do ideário marxista na imprensa da época. Pois o seu amadurecimento intelectual não deverá esquecer-se que era o de uma geração anterior à dos movimentos culturais juvenis dos *anos trinta* e que esta última, aliás, foi ainda uma geração posterior à que se envolveu nas movimentações e greves académicas de 1928 e 1931-1932 ¹¹¹, tocada quando muito pelo seu impacto. Merecem, por isso, ser aqui destacados três títulos (de circunscrição escolar, mas já ligados, pelo menos em parte, ao meio universitário de Lisboa) cujo posicionamento no trajecto dos seus colaboradores adquire maior relevo se não se

¹¹⁰ José Gomes Ferreira: ob. cit., p. 177.

¹¹¹ Ver Cristina Faria: *As Lutas Estudantis Contra a Ditadura Militar (1926-1932)*, ed. Colibri, Lisboa 2000.

perder de vista que o percurso desses jovens se fez justamente em estreito contacto com a actividade dos directores de *Globo*.

Pioneiro na formação dos movimentos culturais em análise, o jornal *Mocidade Livre* foi lançado em Junho de 1931 com direcção de Francisco Lyon de Castro e sob um lema que, inscrito no cabeçalho como subtítulo, indicava a grande questão que se colocava à nova geração de intelectuais que então surgia: *Cultura. Renovação*. Conforme era ainda frequente nesses primeiros *anos trinta*, a renovação cultural desta publicação filiou-se explicitamente em difusas consignas republicanas, colocando-se porém num postura de horizontes mais radicais, nomeadamente num texto assinado pelo seu responsável cujos princípios programáticos anunciavam a fórmula renovadora a realizar pela juventude, como síntese:

*Destruir... para construir em alicerces novos, mais sãos, mais puros, mais cristalinos.*¹¹²

Além do mais, o seu autor reconhecia que o problema português era solidário de transformações mais vastas num quadro de crise geral que se afirmava, contudo, dar mostras da sua superação, descobrindo assim um racionalismo confiante nesta utopia que haveria de tornar-se comum:

A humanidade parecia estar adormecida e que acorda agora sobressaltada com o esplendor duma nova Aurora.

Embora se desconheça a tiragem desta publicação, tudo indica que o seu número de lançamento esgotou a distribuição – facto não apenas referido no seguinte fascículo, como visível no entusiasmo das colaborações posteriores. Publicando logo após com

¹¹² F. Lyon de Castro: «Renovação», *Mocidade Livre*, n.º 1 (7 Jun.), Lisboa 1931, p. 3. Por não ser explicitamente um jornal cultural, não foi compulsado por Daniel Pires, ob. cit., nem é em geral referido por outros autores.

uma periodicidade irregular a que não foram estranhos entraves da censura (invocados como «motivos alheios» ao jornal), a saída do quarto e último número a 30 de Agosto faria estranhar a suspensão, uma vez que aí se anunciava uma nova «fase de reorganização geral» de que um novo formato e diferente roupagem gráfica eram já sintoma evidente ¹¹³. Não se extinguiu, porém, nesta publicação periódica a actividade dos seus promotores. Menos de dois anos volvidos – sem que o desconhecimento de alguma actividade entretanto desenvolvida permita excluí-la, a julgar pela dimensão do programa que logo em seguida levou a efeito –, este grupo deu origem à constituição de um círculo juvenil designado por *União Cultural «Mocidade Livre»* e chegou a formalizar-se em documento assinado pelos seus principais activistas, António Sequeira Zilhão, António Sebastião Gonçalves, Francisco Lyon de Castro, Heliodoro Frescata e Virgílio Rodrigues ¹¹⁴.

Em estreita ligação com a Universidade Popular Portuguesa, este agrupamento juvenil promoveu nas instalações daquela instituição de educação popular «uma série de conferências públicas que de certo modo focassem as ideias substanciais que informam os seus esforços em prol da organização consciente do pensamento moço.» ¹¹⁵ E tal programa de estruturação prática desse *pensamento novo* foi justamente inaugurado, em 25 de Maio de 1933, com a muito célebre conferência de Bento de Jesus Caraça sobre *A Cultura Integral do Indivíduo*, cuja evocação de abertura era precisamente dirigida, em nome desse grupo juvenil, a toda a jovem geração e nela pode ler-se:

[...] *a junção feliz, no seu próprio nome, das duas palavras «cultura» e «mocidade» abre horizontes rasgados para a esperança daqueles que, não tendo desesperado de viver dias*

¹¹³ Ver Roteiro Cronológico anexo.

¹¹⁴ Orig. ms. cedido por Helena Neves (publ. in Bento de Jesus Caraça: *Cultura e Emancipação*, ed. cit., Notas Complementares *in fine*, Nota 8, p. 191).

¹¹⁵ A Comissão Organizadora da União Cultural «Mocidade Livre»: *Antelóquio*, in Bento de Jesus Caraça: *A Cultura Integral do Indivíduo – Problema Central do Nosso Tempo*, Edições Mocidade Livre, Lisboa 1933, p. 5.

melhores, vêem precisamente numa renovação espiritual da geração nova a condição indispensável para a realização das ideias que lhes são caras. ¹¹⁶

Na conferência seguinte, a 8 de Junho, perante uma assistência de centena e meia de participantes (que correspondia à média de assistentes nas sessões então promovidas na U. P. P.), António Zilhão abordou ainda a relação entre *A Nova Geração e a Crise do Pensamento Contemporâneo*; já com 172 assistentes, Baptista Ribeiro, jovem universitário que viria a ser um brilhante matemático discípulo de Bento Caraça, proferiu em 29 de Junho uma palestra sobre *A Fisionomia Actual da Universidade* ¹¹⁷. Se ficou, além do mais, por realizar uma conferência sobre a paz, que chegou a anunciar-se, a verdade é que este conjunto de temas configura o tríptico fundamental de tópicos que mobilizariam a partir de então a juventude intelectual.

O acompanhamento destes itinerários, que se torna obrigatório perseguir, conduz ainda ao encontro de outros grupos que vieram a desembocar numa publicação cultural relevante, por motivos doutrinários que têm já sido, mesmo que vagamente, considerados ¹¹⁸: antes de mais, *Gládio*, publicado sob a orientação de um grupo redactorial em que pontuaram os nomes de Álvaro Salema, Vasco Magalhães Vilhena e Vitorino Magalhães Godinho, foi um *semanário de literatura e crítica* que não ultrapassou o próprio número de lançamento, em 31 de Janeiro de 1935, mas a sua posição no cruzamento de percursos vários, tanto quanto na comunhão e fixação de ideários mais precisos, adquire desde logo a maior relevância.

Se alguns dos seus elementos, com outros da anterior União Cultural, viriam a breve trecho a cruzar-se no jornal *Liberdade*, a que adiante irei referir-me, é da maior

¹¹⁶ B. J. Caraça: *A cultura integral do indivíduo*, in *Cultura e Emancipação*, ed. cit., p. 99.

¹¹⁷ [António Carlos Rodrigues: *Diário da*] *Universidade Popular Portuguesa*, Lv.º 2, pp. 36-38 (ms. cuja consulta não é demais agradecer ao Dr. Alberto Pedroso).

¹¹⁸ Ver Clara Rocha: *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, ed. cit., pp. 198, 452, 652; A. Pinheiro Torres: *O Movimento Neo-Realista em Portugal na Sua Primeira Fase*, ed. Inst. Cultura e Língua Portuguesa, 2ª ed., Lisboa 1983, p. 33.

importância (r)estabelecer uma rede de relações mais larga: pouco tempo antes, esses jovens redactores haviam abandonado (ou terão sido instados a abandonar) um projecto *anti-seareiro* de uma *Página da Mocidade*¹¹⁹ que Salema tinha sido convidado a dinamizar na revista *Seara Nova* a instância do próprio António Sérgio¹²⁰; e, neste último suplemento, entraram já em rota de encontro com Luís Regala e Manuel Filipe, vindos estes, por sua vez, das margens do Mondego onde, então estudantes, deixaram algumas páginas de colaboração promissora, entre 1933 e 1934, num *jornal de estudantes universitários* que, embora oficialmente chancelado pela respectiva Associação Académica e intitulado *Coimbra*, só muito superficialmente avaliado pode ser remetido para o campo das *revistas de tradição* da época, mormente de uma tradição estritamente coimbrã¹²¹.

Alguns dos mais jovens intervenientes no grupo *Gládio*, finalmente alargado, pelo menos os mais activos nesse tempo estiveram igualmente associados à Universidade Popular Portuguesa e aí proferiram também conferências ou participaram em leituras públicas com uma regular audiência. Particularmente activo neste período, Álvaro Salema tomou parte em 1934 nos «Serões Literários» com leituras e comentários às obras de H.-G. Wells (24 de Maio)¹²² e Anatole France (21 de Junho)¹²³, e em 1935 sobre a obra de Romain Rolland (15 de Fevereiro)¹²⁴. Ainda neste ano, Magalhães Vilhena proferiu uma longa conferência sobre *Aspectos do Pensamento Grego – A Luta pela Inteligência* (14 de Março)¹²⁵, na defesa de um racionalismo cuja filiação marxista se explicitou mesmo em referências a Marx e Engels.

¹¹⁹ L. A. Costa Dias: *Uma Anti-Seara em «Seara Nova»*, ed. cit., pp. 31 ss. (e antologia *in fine*); novas achegas de Alberto Vilaça: *Resistências Culturais e Políticas nos Primórdios do Salazarismo*, ed. cit., pp. 234-36, 282.

¹²⁰ Bilhete postal de A. Sérgio a Á. Salema (2 Dez. 1933), B.N., Arq. de Lit. Port. Contemp., N19/76.

¹²¹ Cf. Clara Rocha: ob. cit., pp. 445, 650.

¹²² [A. Carlos Rodrigues: *Diário da*] *Universidade Popular Portuguesa*, cit., p. 51 [texto publ. em *Página da Mocidade*, in *Seara Nova*, n.º 418 (6 Dez.), Lisboa 1934, a. XIII, pp. 154-158].

¹²³ *Id.*, *ibid.*, p. 54 (mesmo que eventualmente refundido, veio a integrar o volume de ensaios de Á. Salema: *Tempo de Leitura*, Lisboa 1982, pp. 37-40).

¹²⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 62 (*id.*, *ibid.*, pp. 41-48).

¹²⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 63 [publ. in *Seara Nova*, n.º 441 (27 Jun.), Lisboa 1935, ano XIV, pp. 140-142; n.º 443 (11 Jul.), *id.*, pp. 168-170; n.º 445 (25 Jul.), *id.*, pp. 205-207; n.º 447 (15 Ag.), *id.*, pp. 232-234; n.º 451 (12 Set.), *id.*, pp. 296-298].

Este grupo de jovens redactores, de *gládio* em punho – numa postura que lembra, salvaguardadas todas as proporções, a do Barbusse que animou em França o grupo de *Clarté* e depois escreveu de *Couteau entre les Dents*¹²⁶ –, determinou o espaço de um trabalho preciso e esclarecido dos intelectuais que se não confundia com o de uma difusa ou demagógica mobilização de massas, definindo porém nestas o *fulcro* ideológico de rigorosa referência que, como poderia esperar-se, não mais viria a ser proferido em público, pelo menos nestes termos:

*Feito, não para a grande massa – que, não participando da nossa ideia e do nosso objectivo – é deles o fulcro – «Gládio» dirige-se aos que pelo sofrimento e pela ânsia se situam inevitavelmente no campo do nosso pensamento. Deles, deles só, esperamos o apoio, o ambiente e o carinho indispensáveis ao futuro.*¹²⁷

Ora, nesse único exemplar do jornal *Gládio*, um artigo de Salema sobre o carácter antiburguês de uma nova cultura foi paradigma da afirmação inicial de uma atitude criadora a partir da qual se definiu uma nova concepção geral de representação em literatura e arte¹²⁸: quer a ruptura estética com o realismo queirosiano, sobretudo pelo seu perfil aristocrático, quer com o idealismo filosófico e o proudhonismo social anterianos aí implícitos – levaram já, muito justamente, a considerar este artigo como um marco na assimilação do materialismo histórico em Portugal no plano da cultura¹²⁹. Valerá apenas acrescentar ao que se já sabe o facto de que essa abordagem não fora uma perspectiva fortuita ou isolada, porquanto o mesmo Salema haveria de inserir em outro jornal juvenil do mesmo período, *Foç do Guadiana*, publicado em Vila Real de Stº António entre 1935 e 1936 sob a direcção de Vicente Campinas, um texto de doutrina

¹²⁶ Ver P. Ory e J.-F. Sirinelli: *Les Intellectuels en France*, cit., pp. 84-85.

¹²⁷ [Redacção]: «Rumo», *Gládio*, n.º 1 (31 Jan.), Lisboa 1935, p. [1].

¹²⁸ Á. Salema: «O anti-burguesismo da cultura nova», *Gládio*, cit., p. 4.

¹²⁹ A. Pinheiro Torres: *O Movimento Neo-Realista em Portugal na Sua Primeira Fase*, ed. cit, p. 33. Tem sido em geral reconhecida a importância desta publicação, ainda que Daniel Pires (ob. cit., vol. I, pp. 181-82), em contrário ao que penso, a filie no campo seareiro.

que marcava esta perspectiva de fundo para uma acção criadora que designava por *cultura proletária*:

*Uma concepção de cultura baseia-se sempre nas condições históricas do seu aparecimento e por consequência na mentalidade social dominante e no complexo das tendências espirituais que constituem a especial psicologia de uma época.*¹³⁰

Neste sentido, estabelecia a seguinte relação social, mental e intelectual na transformação das condições históricas profundas dessa época:

O declínio progressivo da sociedade burguesa e o papel preponderante que começa a desempenhar o proletariado e a pequena-burguesia proletarizada, levam o pensamento moderno a uma espécie de translação espiritual muito diferente daquela que nos precedeu no decurso da história.

Para além de sublinhar o conceito de *translação do sujeito*, a que virei mais adiante, é importante contextualizar que a tematização de uma «cultura proletária» fora posta em voga num período preciso, sobretudo a partir da Primeira Conferência Internacional de Escritores Proletários, realizada em Moscovo em 1927 sob o impulso da Associação Russa de Escritores; e, mau grado os contornos internos por esta desenvolvidos, nomeadamente com as conclusões do seu II Congresso de 1930 em Karkov, Henri Barbusse foi o principal divulgador dessa temática nos meios culturais do ocidente europeu, com particular destaque nos artigos publicados no jornal *Monde*, de que era director. Tal definição proletária de uma «cultura nova» teria validade até aos primórdios do *frentismo* intelectual do Congresso Internacional de Escritores para a Defesa da Cultura, realizado pela primeira vez na Mutualité de Paris, em Junho de 1935, sob

¹³⁰ Á. Salema: «Cultura proletária», *Foz do Guadiana*, n.º 18 (15 Set.), V. Real Stº António 1935, ano I, p. [1]. Do máximo relevo para o estudo das transformações estruturais por que passou o campo cultural português nos *anos trinta*, conforme será objecto mais adiante, a este jornal não tem sido feita qualquer referência nos estudos sobre o tema e a época.

impulso do mesmo Barbusse, entre outros intelectuais, a partir da Associação de Escritores e Artistas Revolucionários francesa e da revista *Commune*, em cuja redacção esteve associado a Louis Aragon, André Gide, Romain Rolland e Paul Nizan. Dos raríssimos ecos deste congresso no nosso país, viu-se já ter sido dado nas páginas de *Foz do Guadiana* por Jaime Brasil, que circunstanciou com rigorosa informação os trabalhos da reunião de Paris.

Tal circunstância permite notar que, na fase em que eram dados os primeiros e decisivos passos numa *organização da espontaneidade*, os jovens intelectuais portugueses beneficiaram do contacto com a realidade internacional, sobretudo no que concerne aos parâmetros de um papel da intelectualidade, que decisivamente acelerou um esclarecimento espiritual cada vez mais visível nas publicações culturais dos *anos trinta*, contribuindo ao mesmo tempo para a sua mobilização colectiva e o reconhecimento de um campo ideológico comum. Foi uma época que se definiu sob o signo de um *humanismo militante*, segundo a expressão de Thomas Mann que adquiriu nos meados da década ampla ressonância¹³¹. Porém, o passo que marcou a emergência e a urgência desse esclarecimento foi o mesmo que iniciou o caminho para uma redução de todo o aprofundamento estético às problemáticas culturais mais gerais.

Pois uma outra colaboração no mesmo semanário *Gládio*, em geral menos destacada, mas já aqui compulsada, interessa particularizar de novo; sob a assinatura de Rodrigues Miguéis, é da maior relevância a *mensagem* que aí dirigiu à juventude, constituindo um verdadeiro manifesto de doutrina para esclarecimento e norteamento de uma geração (imediatamente posterior à sua) no momento da sua formação, demonstrando que surgia em dadas condições históricas, e não outras:

¹³¹ Ver Thomas Mann: «Humanism and Europe», *The Living Age*, Set. 1936, pp. 67-68, cit. por Víctor Ouimette: *Los Intelectuales Españoles y el Naufragio del Liberalismo (1923-1936)*, ed. Pre-Textos, Valencia 1998, vol. I, p. 70.

*Mal das gerações novas que não encontram diante delas, aberto, o céu para os seus voos!
E daí, talvez não: que é muitas vezes através duma janela fechada, duma grade escura,
que se sonha mais livre e mais azul o céu. E nenhum voo é mais impetuoso, mais livre,
mais inquieto e alegre, que o da ave que, durante a noite, tenazmente rompeu a grade da
gaiola, para relançar-se nos perigos, nas lutas, nas incertezas heróicas do universo a que
pertence.*¹³²

Cumpria, por isso, discernir, com maior ímpeto e segundo um optimismo visceral que este texto evidencia, entre os materiais a conservar e a destruir historicamente:

Calem-se as vozes que repetem palavras envelhecidas, de conteúdo extinto...

Presente-se o mais fundo significado conferido à ressonância das *vozes*: afirmar que um velho conteúdo *desactualiza* as palavras, sugere que o pensamento estético das jovens gerações resida na capacidade de definir um conteúdo novo a dar às *vozes* que cantam. Obscurecido que esteja pela sombra o «universo a que pertence» – o que não pode constituir um limite, mas justamente um estímulo de revalorização do olhar sobre a realidade –, a procura consciente de uma *voz* colectiva, em que a do escritor se *reactualiza*, conduz a esta fórmula sugestiva de uma nova relação do sujeito criador com os outros:

*Cada um de nós grita «Eu» para o fundo dos tempos, e responde-lhe um imenso sussurro
de vozes inumeráveis.*¹³³

Numa aparente imersão do *Eu* criador que a sucção do indivíduo pela história parece, nesta época de especial comprometimento, sugerir aos escritores e artistas, trata-se de uma imagem que, no seu mais fundo significado, veio a tornar-se recorrente na

¹³² José Rodrigues Miguéis: «Mensagem da juventude», in *Gládio*, cit., p. 4.

¹³³ *Id.*, *ibid.*

mitologia neo-realista ¹³⁴ – a «voz que escuta» de Políbio Gomes dos Santos, ainda mais explicitamente e muito célebre «a voz que me dita os versos» de Joaquim Namorado, mas também subtilmente os sons que no búzio de João José Cochofel ressoam de longe. A imagem pressupõe, em última instância, as múltiplas expressões ou *vozes* de *cada um*, de experiências pessoais e sensibilidades artísticas ou modos diversos de mediar *inumeráveis vozes* de uma realidade. Tal é o sentido mediador que encontra na intimidade o muito jovem poeta Arquimedes da Silva Santos na hora da largada:

– *Só oiço dentro de mim*
uma voz que diz, suavemente,
que preciso partir. ¹³⁵

Esta perda do sujeito é, então, parcial, no sentido em que o «eu» descobre que é parte de um «nós», sem necessariamente subsumir o papel específico do artista: nisto consistiu esse conceito luminoso de *translação* do sujeito evocado por Salema, a que voltarei em mais detalhe, como uma deslocação de perspectiva do indivíduo sobre as realidades humanas de que toma consciência (com)participativa e devia conduzir a uma básica «restituição da cultura à sua verdadeira finalidade». Neste sentido, cumpria ao artista «interpretar a superior riqueza da existência» segundo este programa: «Substituir o inerte pelo intenso, o construído pelo vivido, o monumental pelo humano.» ¹³⁶

Ora, a despeito da escassa importância mediata de que, afinal, se revestiram muitos dos discursos que hoje descodificamos num primeiro impulso doutrinário destes títulos da imprensa juvenil – cuja efemeridade concorreu, quanto mais não seja, para a sua reduzida divulgação e imediata influência –, pode identificar-se o valor que

¹³⁴ Expressão sugestiva de Eduardo Lourenço: *Sentido e Formada Poesia Neo-Realista*, 2ª ed., Publ. Dom Quixote, Lisboa 1983, p.e. p. 57.

¹³⁵ Arquimedes da Silva Santos: «Poemeto», *Página Literária*, supl. in *Mensageiro do Ribatejo*, n.º 459 (11 Jun.), Vila Franca de Xira 1939, p. 3.

¹³⁶ Á. Salema: «Cultura proletária», art. cit.

desempenhou intrinsecamente esta actividade editorial no despontar de cada um desses jovens e, sobretudo, de uma consciência de grupo que se propunha, antes de mais, racionalista e voltada para as realidades sociais, na justa medida em que pretendeu acompanhar as transformações de tais realidades e envolvê-las no trabalho intelectual, sem que este se confundisse como motor de tais transformações ou seu terreno explícito. Mas tal imediatidade não deixou de ser expectativa de mediatidade de uma construção estético-doutrinária que, sucumbindo às mãos dos aparelhos repressivos, foi, em grande medida por isso, remetida para um foro cada vez mais pessoal dos (poucos) que prosseguiram numa reflexão artística. E neste sentido, finalmente, pode compreender-se que o rápido desaparecimento da imprensa de mais largo alcance teórico – situada na sedimentação final deste nível de publicações, por volta de 1934 e 1935 –, emaranhada na teia dos acontecimentos, tenha determinado o próprio desvanecimento do seu rigor inicial na memória dos factos por parte dos seus intervenientes, alterando os critérios de referência histórica dos movimentos que aqueles jornais e revistas impulsionaram em seguida.

Antes de o referir, porém, importa registar que estas primeiras publicações juvenis procuraram impulsionar ainda outras experiências de difusão editorial que, neste nível de circunscrição escolar, representaram uma clara manifestação de vontade de criação artística: surgiram então algumas colecções literárias ligadas à matriz originária dos jornais. É certo que, na maior parte dos casos, os periódicos deste nível dão notícia desta ou daquela edição em livro, promovida por alguns dos seus jovens colaboradores, algumas vezes promovendo títulos colectivos, numa demarcação de terreno revigorado pelo encontro de perspectivas comuns que percorreu todo o período em estudo¹³⁷. Em casos relevantes puderam, contudo, registar-se verdadeiras séries editoriais que chegaram a assegurar, mesmo por breve tempo, uma regularidade e um volume de

¹³⁷ Ver, p. e., *Pensamento*, n.º 70 (Jan.), Porto 1936, ano IV, vol. IV, p. 16; *Movimento*, n.º 1 (15 Maio), Lisboa 1938, p. 6.

publicação que só as condições de agrupamento tornaram possíveis; e, por outro lado, estas mesmas condições encontram nas colecções literárias indicador de um mais largo e crescente envolvimento de jovens autores, para lá dos habituais colaboradores nas folhas periódicas.

Uma dessas publicações juvenis, a revista *Momento* não pode deixar de compulsar-se, conquanto não caiba num rigoroso e estrito entendimento dos *movimentos culturais dos anos trinta* que conduziram ao Neo-Realismo, conforme mais adiante procurarei discernir sobre a sua importância mais precisa no contexto da época e numa perspectiva de história cultural. Com duas séries de publicação mais importantes entre 1932-33 e 1933-37 (com alguma irregularidade, antes de um epílogo isolado em 1938 com o subtítulo de *Manifesto de arte e crítica*, herdado ainda de transformação operada na 2ª série), este *quinzenário literário e artístico* que foi ainda subintitulado como *revista luso-brasileira de arte, cultura e crítica* reclamou-se de uma vanguarda modernista ¹³⁸. Rejeitando toda a iconoclastia de pura exuberância formal, duvidava da sinceridade de algumas franjas do que então se multiplicava como expressão *moderna*: um jovem colaborador da primeira hora e depois director da revista, encontrou ensejo na crítica ao II Salão dos Independentes, de 1932, para «fazer uma distinção entre modernistas conscientes e inconscientes» ¹³⁹. Mas o destaque que, por agora, concedo a esta publicação juvenil reside no facto de ter fundado, na sua órbita, umas Edições Momento cuja actividade editorial veio, pela mesma altura, a cruzar-se com outra de Edições Gleba, proveniente do homónimo jornal juvenil em que pontuaram Mário Dionísio e Moura Vitória, o último dos quais chegou a ser pontual colaborador da revista *Momento*, enquanto o primeiro publicou na sua colecção editorial o primeiro livro de poemas, até agora quase desconhecido, com o título de *Via Luminosa*.

¹³⁸ Cotadas separadamente na Biblioteca Nacional, as duas primeiras séries foram lucidamente articuladas por Daniel Pires (ob. e vol. cit., pp. 243-45), que coloca a revista no contexto do modernismo da época, conquanto olvidada a sua missão editorial.

¹³⁹ Artur Augusto: «Notas ao Salão dos Independentes», *Momento*, n.º 1 (Dez.), Lisboa 1933, 2ª sér., p. 8.

Quanto às Edições Gleba, tendo dado à estampa igualmente nos meados dos *anos trinta*, desvelou também um conjunto de novos valores num ritmo que constituiu uma primeira explosão editorial que, como a colecção anterior, não pode ficar sem referência (quadro 6). Tal foi uma experiência inicial neste âmbito organizada, promovendo jovens estreantes no campo poético, novelístico e ensaístico, incluindo o comum criador gráfico que deu nexos a ambas as colecções; tais iniciativas editoriais, conquanto sem uma orientação clara e uma natureza sistematizadora, não pode arredar-se de uma acumulação de experiência que veio a frutificar em posteriores colecções de vulto.

Quadro 6. *Colecções literárias juvenis em meados da década de 1930*

Colecções	1933	1934	1935	1936	Anúncio
Edições Momento	1	9	6	1	-
Edições Gleba	-	4	11	1	13

Se estas foram experiências com um sucesso relativo (e não foi possível, no estado tão lacunar dos testemunhos da época a este nível, determinar os motivos da sua interrupção, quando a informação disponível sugere possibilidades de continuação, nomeadamente pelo número de volumes que vieram a ser anunciados e não chegaram aos escaparates ¹⁴⁰), já outras iniciativas semelhantes mal passaram então da tentativa. Foi esse o exemplo de uma colecção Trapézio, em meados de 1936, apresentada entre as actividades ligadas ao suplemento que, com o mesmo nome, se destacou na revista portuense *Pensamento*: apenas com um volume colectivo e outro de autoria individual com publicação conhecida, chegou a ser anunciada, sob a mesma chancela das Edições Pensamento, meia dúzia de volumes poéticos de alguns jovens colaboradores que,

¹⁴⁰ No recenseamento destas colecções, procedeu-se à consulta e encadeamento de referências dos vários volumes existentes na Biblioteca Nacional; ver Roteiro Cronológico, cit., anexo final.

nalguns casos, vieram a promover simples edições de autor, certamente já com menores recursos de publicação e uma mais tímida capacidade de circulação ¹⁴¹.

Tendo por relevante que tais iniciativas editoriais, já então estimuladas por um sentido metódico e organizado, constituíram raiz próxima de experiências posteriores e, a breve trecho, com fundamental importância na afirmação desta jovem geração, certo é que, para além das dificuldades de edição, as novíssimas colecções literárias não foram promovidas sob uma unidade de pressupostos doutrinários, nomeadamente estéticos, que garantissem uma amplitude qualitativamente nova aos movimentos culturais impulsionadores. Tal como as revistas escolares que lhe deram origem, as colecções editoriais procuraram promover a revelação de valores jovens de uma forma organizada.

Este papel de carreamento de condições amplificadoras na afirmação de uma jovem geração literária veio a caber, ainda por algum tempo, ao desenvolvimento de novas formas de difusão periódica e à diversificação de relações através da imprensa, evidenciando que esta foi, além do mais, encarada como dispositivo de comunicação privilegiado. Porém, os pequenos jornais de âmbito escolar, no restrito meio de produção e restringidas condições de circulação, mais que um ensejo de participação isolada ou de pequenos grupos, sem eco nem horizontes de mais vasta influência, cumpriram uma *revelação de valores* que haveriam de amadurecer. Isto mesmo identificou, de modo clarividente, um editorial do jornalinho dirigido por Fernando Namora: «perdemo-nos por todo esse enredo de existências efémeras que nunca chegam a criar raízes», sem deixar de reconhecer, no entanto, à imprensa escolar que «a sua expansão é a expansão de muitas ideias, a fusão de muitos conhecimentos e a revelação de muitas forças» ¹⁴². É, pois, em outro nível de publicações, aparecidas entre 1936 e 1939 (algumas das quais, conquanto raras, estender-se-iam no máximo a 1940), que melhor se compreende a decisiva projecção dos *movimentos culturais* que os seus jovens participantes

¹⁴¹ *Trapézio*, supl. in *Pensamento*, n.º 73 (Abr.), Porto 1936, ano VII, vol. V, p. 16 (ver Rot. Cronol., cit.).

¹⁴² [Redacção]: «Vida jornalística», *Alvorada*, n.º 7 (26 Maio), Coimbra 1936, p. [1].

almejavam atingir. Ao mesmo tempo, nessas melhor se esclarece o percurso da sua formação em condições históricas precisas (e não apenas teoricamente idealizadas) e a medida exacta em que tais condições determinaram formas de organização ou dispositivos adequados.

Às dificuldades de lançamento e manutenção das revistas e jornais de tipo estudantil, bem como de outras realizações editoriais que se lhes associaram ou, de outro modo dito, aos embaraços materiais e legais na constituição de órgãos difusores desse «pensamento jovem» (mais uma expressão identificadora, que percorreu a imprensa juvenil desde *Outro Ritmo*, de 1933, a *Sol Nascente*, a partir de 1938) sucedeu uma tentativa generalizada de implantação no seio de periódicos já existentes, através de suplementos ou páginas de «gente moça» (outra expressão ainda que, na época, constituiu uma espécie de *santo-e-senba* da jovem geração de intelectuais) que prevaleceram numa circunscrição regional ou «da província», como então se designava, particularmente característica do conjunto de títulos desse segundo nível. Mas, ver-se-á ainda, o processo de tal implantação acabou por se tornar decisivo na imprensa dos grandes centros para os quais esses jovens convergiram e onde procuraram sedimentar a sua actividade de difusão em órgãos de dimensão nacional.

Capítulo VII

Um segundo nível: as páginas literárias juvenis

O conjunto de iniciativas literárias que constitui já um segundo estrato de publicações juvenis, com a incrustação de páginas culturais que adquiriram, implícita ou explicitamente, um estatuto mais ou menos autónomo dos títulos periódicos em que surgiram, constituiu a forma mais radical de existência subterrânea. Aliás, foi um atento

jornalista do reaccionário *Ação Nacional* quem, muito cedo, compreendeu a natureza destas «tentativas de endoutrinação subversiva, feitas por via subterrânea [...] – pedindo para elas a atenção da Censura jornalística»¹⁴³. Prosseguiram, porém, ao longo da segunda metade dos *anos trinta* com a intermitência que o aparelho repressivo foi sendo capaz de aplicar à novidade e à sua persistência.

Ora estas páginas e secções literárias surgiram no interior de títulos periódicos que, em número significativo de casos, ostentavam a designação de jornais «regionalistas» e tinham uma existência manifesta e eminentemente ligada aos «interesses locais». Pode exemplificar-se explicitamente com o semanário *Ideia Livre*, de Anadia (que editou uma precoce *Página Cultural* entre Outubro de 1934 e Maio de 1936 e, mais tarde uma *Página de Gente Moça* entre Janeiro de 1937 e Abril de 1939), título regional que se reclamava «defensor dos interesses da Bairrada»; ou ainda *O Comércio da Póvoa de Varzim* (onde surgiu a página cultural *Comércio dos Novos*, entre Janeiro e Setembro de 1939), intitulado «defensor dos interesses locais». Mais extensamente, o semanário *A Regeneração*, de Figueiró dos Vinhos (promotor de uma *Página de cultura moça* denominada *Boletim Literário*, em 1940), designava-se *defensor dos interesses dos concelhos do norte do distrito de Leiria*; e o *Jornal de Elvas* (que inseriu, entre Abril de 1937 e Janeiro do ano seguinte, uma *Página Literária*) anunciava-se extensamente como *órgão noticioso dos concelhos de Elvas, Campo Maior, Monforte e Arronches*¹⁴⁴. Se a maioria desses periódicos designava a sua natureza «regionalista e noticiosa», alguns acrescentavam expressamente uma vocação cultural a que os suplementos juvenis aí inseridos, mesmo que em curta duração, deram diferente feição, quer pela regularidade e dinâmica das colaborações literárias, quer em particular pela homogeneidade de sentido gradualmente conferida a uma cultura de grupo e a uma

¹⁴³ A polémica foi reproduzida por Seabra Dinis: «Outra vez», *Página Cultural. Publicação eclética*, n.º 25, supl. in *A Ideia Livre*, n.º 374 (2 Nov.), Anadia 1935, ano VIII, p. 4.

¹⁴⁴ Para maior detalhe de informação sobre estas diversas publicações, em especial as que constituíram secções, suplementos ou páginas literárias, nunca até hoje recenseadas nem sujeitas a estudo, remete-se invariavelmente para o Roteiro Cronológico, cit.

nova noção de cultura. Com rigor, foi às publicações deste nível que os já coligidos depoimentos de Joaquim Namorado e Lino Lima se referiam, sobretudo no ponto terminal dos movimentos culturais em que chegaram a circular, como já se assinalou, quase duas dezenas de iniciativas periódicas simultâneas ¹⁴⁵.

Ora, voltando ao cartograma anterior, que assinala a distribuição geográfica dessa imprensa no conjunto dos *movimentos culturais juvenis dos anos trinta* ¹⁴⁶, não constitui esforço identificar, numa visão geral, o aparecimento de um novo conjunto de iniciativas periódicas, a partir de 1936, num espaço que pode caracterizar-se como o da periferia de grandes centros urbanos, para os quais tenderiam a convergir de novo, ao caminhar para o final da década, os interesses sócio-profissionais dessa juventude. Em todo o caso, não deixou de ser efectivamente a partir desses núcleos urbanos que os movimentos juvenis se organizaram, a maior parte dos quais em torno de grupos originários cuja coesão ideológica e homogeneidade cultural (se é que existiu num momento inicial) não parece fácil de atestar sem estabelecer o roteiro de sociabilidades que atravessou, com toda a densidade, esses movimentos. Começamos justamente por detectar o essencial da evolução dessas relações de grupo.

Por motivos mais evidentes, podem começar por nomear-se os agrupamentos iniciais que receberam baptismo próprio dos seus intervenientes, através de designações que denotam um estatuto primevo de incipiente formação: antes de mais, o exemplo precoce do «grupo de rapazolas estudantes» que constituíram uma «mocidade esperançosa» vilafranquense, anterior a 1935 e tardiamente referida por Redol ¹⁴⁷, que foi seu dinamizador, vindo a desenvolver uma actividade sócio-cultural capaz de mobilizar

¹⁴⁵ Ver gráf. 7, supra, p. 103. Ressalvo sempre que o recenseamento desta imprensa só ficará próximo da realidade quando se proceder a um levantamento exaustivo da imprensa regional, junto das bibliotecas concelhias, pesquisa que não coube nos limites da presente tese que, no essencial, procurou atingir resultados qualitativos.

¹⁴⁶ Supra, p. 105.

¹⁴⁷ Alves Redol: *Breve memória para os que têm menos de 40 anos ou para quantos já esqueceram o que aconteceu em 1939* (pref.), in *Gaibéus*, 6.ª ed., Publ. Europa-América, Lisboa 1965; ver Garcez da Silva: *Alves Redol e o Grupo Neo-Realista de Vila Franca*, pp. 49 e ss.

esse núcleo promissor de jovens e fixar iniciativas periódicas no regional *Mensageiro do Ribatejo* entre 1936 e 1939. Por volta de 1935-1936, uma denominada «tertúlia autodidacta» reunida em torno de Alexandre Cabral, compreendendo a participação inicial de Fernando Augusto, Leonel Neves, José Fontinhas (grande poeta que viria a ser sob o pseudónimo tardio de Eugénio de Andrade), Sidónio Muralha, Nascimento Rodrigues (então com uso do pseudónimo juvenil de Ruy Chacal) e Mário Mota ¹⁴⁸, veio a subscrever a partir de então várias páginas literárias, sobretudo ao sul do Tejo. Também em meados dos *anos trinta*, um grupo que se terá designado por «Caminho» e formara no Porto a partir da actividade de Afonso de Castro Senda e de Vinha dos Santos ¹⁴⁹, veio a dinamizar inúmeros suplementos a partir de uma página pioneira na revista *Pensamento*, intitulada *Trapézio*, em que aquele grupo evoluiu para um clube de «jovens líras» ¹⁵⁰ que, por essa mesma altura, impulsionou diversos jornais a partir de Braga e Famalicão, de onde eram oriundos Armando Bacelar e Lino Lima. E ainda merece referência (tanto quanto a informação disponível permite) um apontamento de Joaquim Namorado ¹⁵¹, que distinguiu um «núcleo inicial» daquele que, depois de 1937, viria já a ser designado por «grupo» neo-realista de Coimbra: para além do próprio Namorado, fariam parte da formação fundadora Políbio Gomes dos Santos, Álvaro Feijó, Fernando Namora e António Ramos de Almeida.

Aquelas designações iniciais (e iniciáticas) remetem, pois, para uma existência isolada de pequenos grupos, com precários princípios comuns que sublinhei como sendo essencialmente de «recusa», expressão primeira de um todo que veio a revelar-se como cultura de «resistência». Compagina com esta exiguidade e limitações iniciais a afirmação tardiamente sugerida por Fernando Namora sobre o facto de estes

¹⁴⁸ Alexandre Cabral: *Memórias de um Resistente*, ed. cit., pp. 34-35.

¹⁴⁹ Ilídio Rocha (coord.): *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, Publ. Europa-América/Inst. Port. do Livro e das Bibliotecas, vol. IV, p. 499.

¹⁵⁰ Já recensado por João Madeira: *Os Engenheiros de Almas*, ed. cit., p. 111.

¹⁵¹ [Joaquim Namorado: s. tit.], ms., s.d., V. F. Xira, Museu do Neo-Realismo, Esp. Lit. de Joaquim Namorado, A5/4.59/B.

movimentos juvenis «eclodirem em vários lados, numa simultaneidade que não correspondia a um prévio e mútuo compromisso, mas sim à urgência em traduzir um clima»¹⁵². Tais condições inauguraram, não obstante, uma via para o desenvolvimento de instintos gregários a que a vontade de recusa e de resistência foi impelindo, como se viu, irresistivelmente para uma criação literária de paredes meias com uma activa consciência cívica.

Mas estamos aqui, na verdade, em presença de uma geografia diferente da que Mário Dionísio remetera para um momento de encontro «nesses cafés de Lisboa, como nos de Coimbra e do Porto, de Vila Franca ou de Santiago do Cacém, por essa mesma data»¹⁵³. Pois *essa data* correspondeu, segundo pode agora precisar-se, à fase originária dos movimentos, antes de um desenvolvimento ulterior em que o jornal, em vias de substituir o café como *lugar* de tertúlia intelectual (esse lugar de «concílio dos deuses» em declínio¹⁵⁴), se constituía como *meio* cultural que contribuiu para objectivar o estreitamento de relações, estimular a comunhão de modelos de pensamento e sedimentar uma linguagem comum. No contexto da actividade desta nova geração, o jornal foi o espaço incontornável de encontro experiencial, «como um laboratório ou cenário de mudança» em que esta juventude efectivamente se constituiu¹⁵⁵. Em suma, esta imprensa periódica eminentemente juvenil – com a abertura das suas redacções, a constituição de círculos de colaboradores e candidatos na expectativa de colaboração, o movimento para a angariação de assinantes e de amigos dos jornais, a preparação colectiva dos números a editar, a discussão dos temas a inserir e de toda uma arquitectura capaz de contornar o terreno repressivo dos censores, além de tudo o mais (como a actividade conspirativa, por vezes com motivos bem inocentes) que reforçou

¹⁵² Fernando Namora: *Em torno do neo-realismo*, in *Um Sino na Montanha*, 6ª ed., Publ. Europa-América, Mem Martins 1991p. 209.

¹⁵³ Mário Dionísio (pref.): *Manuel da Fonseca*, ob. cit.; *id.*: «Depoimento», art. cit., p. 544.

¹⁵⁴ Miguel Torga: *Diário I*, in *Diário. Vols. I-VIII (1941-1959)*, 2ª ed. integral, Publ. Dom Quixote, Lisboa 1999, p. 32; cf. ainda p. 82.

¹⁵⁵ José Machado Pais: *Culturas Juvenis*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa 1993, p. 35.

uma *mundividência* que esse meio jornalístico passou a constituir – permitiu equacionar e dar lastro a virtualidades de autonomização de uma nova geração, para a qual as condições históricas concorreram no sentido da rápida difusão de uma nova *mundividência* e os meios editoriais foram os seus instrumentos de comunicação.

Por ora (ainda em transição do espontâneo para uma existência organizada), esboçavam-se as condições de unificação dos elementos dispersos, de revelação dos valores potenciais... E, o que é mais – e este foi, talvez, o aspecto mais relevante, mesmo característico de tais movimentos, e aí reside a importância maior do seu estudo –, tal processo decorreu em público, na forma de um pensamento e de uma criação que se desenvolveram a céu aberto nas páginas dessa vasta imprensa cultural. E, a breve trecho, a experiência destes suplementos tornou-se o verdadeiro *método* de unificação de ideais e da sua consagração, como veio sugestivamente a reconhecer uma *Página da Gente Moça*:

*Esse método que podemos baptizar com o nome de «método das páginas», consiste em promover a publicação de secções juvenis dedicadas à difusão de cultura viva, europeia e actual, nos mais categorizados jornais da província.*¹⁵⁶

Algumas das secções periódicas juvenis deste nível explicitaram que a autonomia quase absoluta das páginas literárias, em relação aos títulos principais de que eram hospedeiras, se estabeleceu a partir de um centro difusor. O suplemento intitulado *Da gente moça*, que o semanário de Viseu *O Trabalho* incluiu nas suas páginas entre Fevereiro de 1938 e Abril de 1939, referia a sede de redacção na Rua do Paraíso, do Porto (morada de casal de António Lobão Vital e Virgínia de Moura e sede de outras publicações da época¹⁵⁷); o quinzenário *Ecos do Sul*, de Vila Real de St.º António, cuja página *Do espírito literário*, surgida entre Junho de 1938 e Dezembro de 1939, tinha a redacção localizada na

¹⁵⁶ [Redacção]: «Em torno do problema da cultura», *Página da Gente Moça*, n.º [9], supl. in *A Ideia Livre*, n.º 466 (7 Ag.), Anadia 1937, ano X, p. 5.

¹⁵⁷ Virgínia Moura: *Mulher de Abril. Álbum de Memórias*, Edições Avante, Lisboa 1989, p. 36.

Rua de Arroios, n.º 273, em Lisboa; ou, ainda, a intitulada *Página da gente moça*, editada de Outubro de 1938 a Agosto de 1939 no semanário *O Barreiro*, na localidade do mesmo nome, fixava a redacção na Rua Cândido dos Reis, em Vila Real de St.º António...

De modo esclarecedor e sintomático, surgiu no semanário *A Ideia Livre* um *eco* dos redactores da *Página da Gente Moça* sobre a sua proveniência:

*Os rapazes que aqui trabalham são, quase todos, estudantes de Coimbra e encontram-se, portanto, actualmente em plena faina de exames.*¹⁵⁸

E, quase em cópia química (que é, por si mesma, evidência sintomática da generalização de *métodos*, mostrando que, independentemente da latitude, as condições históricas encontraram idênticas respostas), uma *Página dos Novos*, um ano depois inserta no *Independência d'Águeda*, destacava este esclarecimento:

*Os rapazes que aqui trabalham, orientando e colaborando, são, na sua quase totalidade, estudantes de Coimbra.*¹⁵⁹

Além do mais, a autonomia do suplemento ganha ainda maior relevância quando essa pôde revestir-se, em alguns casos extremos, de aspectos tão insólitos como o da total inconformidade de posição ideológica em relação ao título principal da publicação periódica. O quinzenário *Mocidade*, de Ponte de Sor, dirigido por Garibaldino de Andrade, inseriu inúmeros artigos, sob a responsabilidade formal da redacção, em calorosa propaganda anti-bolchevique, enquanto a página juvenil *Ação Literária* aí inserida sob a direcção de Ruy Mendonça, de Fevereiro a Novembro de 1939, incluía a colaboração de uma já importante falange neo-realista, desde poetas e ficcionistas como

¹⁵⁸ [Redacção]: «Ecos», *Página da Gente Moça*, n.º [8], suplem. in *A Ideia Livre*, n.º 459 (19 Jun.), Anadia 1937, ano X, p. 4.

¹⁵⁹ *Página dos Novos*, n.º 10, supl. in *Independência de Águeda*, n.º 394 (11 Jun.), Águeda 1938, ano XXXIII, p. [2].

Fernando Namora, Álvaro Feijó, Manuel da Fonseca e Arquimedes Santos a ensaístas como Ventura Ferreira ou Rodrigo Soares, entre muitos outros que nessa altura multiplicavam colaborações em realizações similares e simultâneas. Em outro caso, ainda que a breve trecho, entre Fevereiro e Junho de 1939, surgiu uma *Página dos Jovens*, dirigida por João Rubem (pseudónimo de João Cupertino de Miranda, então activo participante em outras páginas literárias e futuro articulista da revista *Pensamento*) e amplamente colaborada por Armando Bacelar, no seio do tradicionalista *Ecos de Sintra* cujas colunas incensavam abertamente as obras do Estado Novo.

Mais surpreendente ainda é o contraste que se depara no semanário *Renovação*, de Vila do Conde, órgão de ostensiva defesa do salazarismo e da obra corporativista sob o lema «Pela Terra - Pelo Estado Novo», com a inclusão da página intitulada *Ensaios - Secção Literária*, durante um preciso ano, entre os meses de Maio de 1938 e de 1939. Orientado e contando inicialmente com a colaboração de figuras locais, a página veio a ser no essencial assegurada por um grupo juvenil oriundo de Coimbra que integrou Fernando Namora, João Rúben, Armando Bacelar (aliás, com o frequente pseudónimo literário de Carlos Relvas) e André Valmar (também pseudónimo, de José António de Castro). Num breve, mas conciso, artigo sobre «Juventude e cultura», assinado por Telmo Cruz (que poderá ser, uma vez mais, pseudónimo, não identificado), traduzia-se esta perspectiva de dinamização cultural já então bem do agrado desse grupo de colaboradores:

*A verdadeira cultura traduz uma orientação de espírito, a revelar-se numa atitude activa de crítica e esforço do indivíduo como estímulo de progresso e readaptação dos factores mentais das sociedades às bases materiais que as condicionam.*¹⁶⁰

¹⁶⁰ Telmo Cruz: «Juventude e cultura», *Ensaios - Secção Literária*, supl. in *Renovação*, n.º 54 (11 Mar.), Vila do Conde 1939, [2ª sér.], p. [3].

Além do mais (e não é indicador de menor relevo numa emancipação formal no contexto das publicações acolhedoras), significativo conjunto desses suplementos ou páginas chegaram a apresentar uma numeração própria que procurava assinalar a regularidade ou continuidade das iniciativas. Caso muito prolongado, o *Suplemento de Cultura*, inserido entre Outubro de 1938 e Julho de 1939 no jornal *Democracia do Sul*, manteve em cabeçalho próprio as referências ao ano de publicação, local, data e número de paginação. Por vezes, estabelecem uma numeração que vem a ser interrompida, sem perder no entanto diferenciação: a página “*Comércio*” dos *Novos*, publicada no *Comércio da Póvoa de Varzim* entre Janeiro e Setembro de 1939, chegou a apresentar nos quatro primeiros fascículos, também por extenso, o número, ano e data de edição, como se de uma publicação própria se tratasse, sendo posteriormente alterado para um formato mais limitado de secção, no final do jornal, embora em página inteira.

Diferentemente, noutros casos, como nas *Páginas Literárias* da *Gazeta de Coimbra*, entre Março e Novembro de 1938 e em ritmo sensivelmente mensal, a natureza distinta de suplemento foi marcada por um figurino gráfico de paginação, em tudo distinto do aspecto mais conservador do conjunto do título principal. Gradualmente, o suplemento, com uma *Porta férrea* de abertura que intitulava a secção editorial (indicativa da relação académica dos seus promotores), adquiriu uma visibilidade moderna em que veio a destacar-se, tanto mais pelo tom iconoclasta e provocatório, a apresentação da série poética *Da viagem ao país dos nefelibatas*, de Joaquim Namorado, que aí assinou com o pseudónimo de Álvaro Bandeira¹⁶¹.

Finalmente, mas nem por isso derradeiro aspecto, a maior parte desses títulos dependentes envergou frontispícios próprios, por vezes com ostensiva diferenciação gráfica, correspondendo verdadeiramente a um «protocolo de leitura, [como] indício

¹⁶¹ Álvaro Bandeira [pseud. de Joaquim Namorado]: «Da viagem ao país dos nefelibatas», *Páginas Literárias*, supl. in *Gazeta de Coimbra*, n.º 3791 (21 Maio), Coimbra 1938, ano 27º, p. [4].

identificador» de uma imagem imediata ¹⁶². Um dos exemplos pioneiros fora já dado pela *Página da Mocidade*, de intrusão *seareira*, que em dois dos primeiros números estampou, não obstante uma figuração clássica, a efígie heróica de um camponês de foice erguida ao alto. Mas se, de um modo geral, os frontispícios graficamente mais discretos lograram marcar uma posição de destaque geral que os jovens promotores pretendiam no interior do jornal, já outros títulos ostentaram uma qualidade gráfica de relevo que apelava para opções estéticas de feição moderna. Já um antecedente fora marcado pelo *escolar* jornal *Gleba*, de 1934-1935, mas algumas páginas neste segundo nível destoam mesmo do modelo de paginação principal do periódico acolhedor, exibindo uma criatividade plástica de linhas modernistas de que foi exemplo a *Crónica Mensal das artes, ciência, literatura e crítica*, publicada no *Jornal da Figueira* em 1938 ¹⁶³, ou ainda o caso particularmente criativo do suplemento *Lume Novo. Página quinzenal da gente moça*, que obteve publicação em 1939 no bi-semanário *Aurora do Lima* de Viana do Castelo e cuja roupagem gráfica, sobretudo no cabeçalho próprio, constituiu uma expressão moderna bem desentranhada do título principal em que a página estava inserida ¹⁶⁴.

A despeito de aparentemente se diluírem nas páginas de um título principal, essa autonomia material e formal das páginas literárias foi de par com uma primeira tendência para a formação de um sistema regional de trocas que procedeu a um estabelecimento de laços e cruzamentos entre os movimentos juvenis, numa rede de itinerários que é atestada na generalidade das publicações pelas remissões para a comunhão de colaboradores. É paradigmático o processo assumido a partir da *Página Literária*, editada no *Jornal de Elvas* entre Abril de 1937 e Janeiro de 1938, sob a tutela inicial da já referida «tertúlia autodidacta», na qual pontuavam os nomes mais assíduos de Fernando Augusto, João Tendeiro, Mário Mota e Alexandre Cabral: este grupo veio a

¹⁶² R. Chartier: *A História Cultural*, cit., p. 133.

¹⁶³ Certamente devido a posterior arquivagem autónoma em alguma biblioteca, esta página destacável foi tratada por Daniel Pires (ob. e vol. cit., p. 122) como publicação independente.

¹⁶⁴ Ver Roteiro final.

cruzar colaboração com semelhantes iniciativas de Vicente Campinas (extinto já o semanário *Foç do Guadiana*, que antes dirigira), assegurando na época a edição de quase uma dezena de páginas literárias ou títulos periódicos que ecoaram em toda a zona sul do país, desde Alcobaça, com a *Página Literária de Ecos do Alcoa*, a Vila Real de St.º António, com a *Página Literária de Ecos do Sul*. Do mesmo modo, adquiriu relevo o grupo que partiu inicialmente dos «jovens lirás» de Famalicão que, sob a actividade intensíssima desenvolvida por Armando Bacelar ou sob seu impulso (nalguns casos sob o pseudónimo de Carlos Relvas), assegurou um importante número de publicações que constituiu uma verdadeira rede de difusão cultural na região do Porto: aí se incluíram Braga, com a revista escolar *Alma Nova*, entre 1935 e 1936, o Porto, com a revista *Alma Académica*, que se prolongou de 1935 a 1938 (esta última, caracterizada na sua estreia por um nível escolar) e, finalmente, na Póvoa de Varzim, com o já referido suplemento «*Comércio*» dos *Novos*, publicado em 1939 nas páginas de *O Comércio da Póvoa*, em Viseu, com a página *Da Gente Moça* de *O Trabalho*, de 1938 a 1939, e Vila do Conde, com a página *Ensaio – Secção literária* do já aludido *Renovação*.

Mas é, além do mais, importante não perder de vista os ensaios para a implantação de páginas literárias que não lograram atingir autonomia em alguns títulos periódicos (ou mal chegaram a criar condições de preparação); ou, ainda, as tentativas de resistir à extinção ou de reactivar os suplementos que haviam cumprido um papel cultural cujo prolongamento, aliás nas condições de dispersão regional em que a maioria dessas páginas surgira, remava já contra o esforço, derradeiro neste processo, para uma concentração em torno de publicações firmadas já nos grandes centros da vida intelectual. Recensar todas as matizes desta imprensa periódica permite compreender, na sua real textura, o tecido diversificado e complexo de que se revestiram os *movimentos culturais juvenis dos anos trinta*; de contrário, poderiam invalidar-se, estatisticamente falando, registos que só no contexto dinâmico desses movimentos adquirem nexo.

Antes de mais, cabe referência ao grupo vilafranquense alargado e depurado a partir dos resíduos da «mocidade esperançosa» reunida em torno de Redol e que, nos princípios de 1936, procurou afirmar-se no regional *Mensageiro do Ribatejo* com um conjunto de colaborações concertadas que marca a passagem a este segundo nível de publicações (como o caso, que herei de desenvolver, do círculo juvenil coimbrão que partilhou colaboração no *Manifesto* de Miguel Torga). Entre 1 de Janeiro e 23 de Agosto de 1936, o semanário ribatejano evidenciou uma nova dinâmica literária, que passou ainda por uma redefinição gráfica do jornal, sob o lema inicial de uma trilogia de princípios que constituiu o seu programa de «Juventude, inquietação e humanismo»¹⁶⁵ e uma explícita e extensa inspiração em Henri Barbusse cuja dimensão *humanista* foi desde logo, no número inaugural desta fase renovadora, evocada em artigo cancelado por Jaime Brasil. Aliás, na falta de despesas próprias dos jovens colaboradores em matéria doutrinária, foi na leitura (e mesmo na tradução) do escritor e activista francês que ficou apontado o sentido estético a seguir pela jovem geração em postulados como estes:

*[...] as grandes correntes, as mobilizações e as batalhas da humanidade que elaboram o futuro, devem ocupar os que pretendem manifestar os reflexos da vida contemporânea. É desse drama colectivo e das suas irradiações que a literatura, que não pode guiar exclusiva e eternamente na análise psicológica em si, no caso particular, e nas variações desesperantes em torno do sentimentalismo puro, crescerá e se enriquecerá — embora dando aos sentimentos humanos o imenso lugar a que têm direito*¹⁶⁶.

Se não se descortinam motivos para o abandono das juvenis colaborações no semanário ribatejano que esses moços haviam justamente renovado — isto é, se esquecêramos, o que não pode naturalmente acontecer, a proeminência que parece terem localmente atingido as variadas actividades sócio-culturais de que, na época, a

¹⁶⁵ [Redacção: «Editorial»], *Mensageiro do Ribatejo*, n.º 305-306 (1 Jan.), Vila Franca de Xira 1936, ano VII, p. [1].

¹⁶⁶ H. B.[Henri Barbusse]: «Fragmentos de um testamento literário», *Mensageiro do Ribatejo*, n.º 310 (26 Jan.), V. Franca Xira 1936, ano VII, p. [1].

conferência hoje célebre de Redol sobre *Arte* terá sido, em termos doutrinários, um ponto alto ¹⁶⁷ –, o certo é que este grupo só reapareceu no desempenho de criação jornalística, cerca de um ano mais tarde, em outras publicações e, três anos volvidos já, numa *Página Literária* finalmente autonomizada em 1939, embora em curto lapso de tempo, nesse mesmo jornal de Vila Franca.

Diversas foram as condições de estreia da já referida «tertúlia autodidacta» no nortenho jornal *Heraldo*, publicado em Lousada como *semanário republicano, regionalista e de cultura*: constituído por uma só folha de impressão de inferior qualidade tipográfica, a insipiência dos recursos editoriais, além da explícita natureza cultural que o jornal se atribuía, explica não se tenham separado as colaborações dos jovens iniciadas em 11 de Julho de 1936 e mantidas ao longo de quase dois anos. De mais, vivia este grupo a experiência do seu encontro, multiforme e em variadas soluções de agrupamento, em simultâneo com iniciativas paralelas em outros locais onde lograram finalmente criar condições de autonomia; no seu primeiro ensaio lousadense, porém, nos «artigos de farta presunção e pouca sabedoria» e em «prosas deslavadas», conforme se lhes veio a referir o mais activo colaborador ¹⁶⁸, as alusões ideológicas são discretíssimas e não ultrapassaram vagas abordagens ao espectro de guerra na Europa ¹⁶⁹, do mesmo modo que as reflexões de âmbito estético não foram além de opções de genérica admiração «pela beleza do real» ¹⁷⁰.

De entre as tentativas mal sucedidas de criação de páginas ou secções autónomas ou da extinção repentina de outras, podem alguns casos explicar-se pela reacção pura e simples ao programa ou à postura juvenil de renovação em confronto com a linha editorial do título principal. São já conhecidas, ao menos nos seus contornos essenciais,

¹⁶⁷ Ver Garcez da Silva: ob. cit., pp. 79 e ss.; *id.* a análise à conferência sobre *Arte*, feita por A. P. Pita na introdução que foi convidado a escrever para esta obra.

¹⁶⁸ Alexandre Cabral: *Memórias de um Resistente*, ed. cit., p. 34.

¹⁶⁹ Z. Larbak [Alexandre Cabral]: «A guerra!...», *Heraldo*, n.º 265 (11 Jul.), Lousada 1936, ano VII, p. [1].

¹⁷⁰ *Id.*, «Considerações sobre o cinema», *Heraldo*, n.º 302 (3 Abr.), Lousada 1937, ano VIII, p. [1].

as dissensões que um suplemento *anti-seareiro* terá anteriormente gerado com o corpo redactorial de *Seara Nova*, sabendo-se que a inclusão da secção juvenil nunca perdeu o controlo directo e atento do grande mentor da revista que foi António Sérgio ¹⁷¹, ressaibado este, desde a polémica com Rodrigues Miguéis, com o «bolchevismo dos rapazes» e descrendo da «regeneração dos canalhas» que se desviavam do ideário *seareiro* ¹⁷². Não muito diferente terá sido porventura um pleito nas hostes socializantes da revista *Pensamento*: este mensário portuense de *divulgação social e científica, arte e literatura* incluiu inicialmente nas suas páginas uma muito activa secção juvenil designada por *Marginália modernista*, com diversificadas colaborações poéticas ao cabo das quais se autonomizou um suplemento, encabeçado pelo título de *Trapézio*, que não foi além de duas edições mensais em Abril e Maio de 1936. No caderno de lançamento, pode ler-se um manifesto colectivo em que os «jovens liras» se propunham realizar «um trabalho estruturalmente jovem, animado do mais amplo desejo de inquietação e humanismo» ¹⁷³ e com largo programa de palestras, edições próprias e exposições de arte. Animada por Afonso de Castro Senda e Vinha dos Santos e, curiosamente, num inspiração directa em Abel Salazar (a quem os jovens promotores, inicialmente participantes no já referido grupo «Caminho» do Porto, tinham já afinidades e ligações), a página literária saiu sob o lema de *movimento de arte positiva* a que não era estranha a ideia neo-positivista de uma socialização da cultura defendida pelo seu mentor. Merece a pena alguma demora na referência dos itinerários que conduziram a esta página que chegou a reunir uma vintena de «jovens liras».

Podendo posicionar-se, por alguma explicitação doutrinária que desde o início nele foi intentada, no primeiro nível de publicações juvenis, o aparecimento de *Trapézio* deve

¹⁷¹ Postal de António Sérgio a Álvaro Salema (1935), B.N., Arq. Lit. Port. Contemp., Espólio de António Sérgio, N19/76.

¹⁷² Cartas de António Sérgio a Câmara Reis (Paris, s.d., c. 1930), cuja consulta agradeço uma vez mais ao Dr. Alberto Pedroso.

¹⁷³ [Redacção]: «Nós», *Trapézio*, supl. in *Pensamento*, n.º 73 (Abr.), Porto 1936, ano VII, vol. V, p. 9.

em rigor colocar-se, tanto mais pela sua formal constituição como suplemento de cultura, na transição para um nível de afirmação colectiva de novos valores. Não deixa de notar-se que esse impulso de adestramento artístico começou por pretender reunir «poetas de alma jovem e de aspiração insatisfeita num mesmo esforço para uma resultante de Beleza e Arte pela Humanidade.» E acrescentava, finalmente, este parágrafo de afirmação renovadora das energias jovens:

*A tertúlia destina-se também a animar os novos — os que começam —, que muitas vezes valem mais que os “consagrados”, polarizando as suas energias numa mesma aspiração fecunda, e sincronizando-os num mesmo ritmo renovador.*¹⁷⁴

A importância de um novo *ritmo* renovador foi, aliás, de imediato definida como caracter distintivo de uma arte moderna a realizar um novo ritmo da vida, neste tom de manifesto que antecedeu a publicação de *Trapézio*, anunciando os propósitos da juvenil iniciativa:

*O ritmo da arte tem imperiosamente que seguir em paralelo o ritmo da máquina.
Hoje a poesia tem que ser sintética, atingindo directamente um fim, abstendo-se de considerações balofas.
À juventude actual, àqueles que despertam para a vida, que compreendem o castigo severo dum paroxismo inqualificável, compete erguer a voz e protestar. [...]
A arte tem de reflectir fielmente a inquietação do momento para ser digna desse nome.*¹⁷⁵

O «ritmo da máquina» não é já, a despeito de uma evidente herança de linguagem, a imagem espectacular de um tempo experienciável na arte, à maneira futurista, mas a de uma arte experienciável num tempo que se constrói novo a partir da compreensão do presente: pressupõe um homem, sujeito histórico que marca os novos tempos, e um

¹⁷⁴ [Anón.]: «Marginália modernista», *Pensamento*, n.º 67 (Out.), Porto 1935, ano VII, vol. IV, p. 4.

¹⁷⁵ Afonso de Castro [Senda]: «Do ritmo e da nova concepção de arte», *Pensamento*, n.º 68 (Nov.), *id.*, p. 8.

artista que assegura em transposição estética essa consciência da contemporaneidade – é o que estatui já o editorial colectivo de lançamento desta página:

*Todo o artista é homem; motivo por que – sob pena de trair a sua geração – não podem ser-lhe indiferentes os problemas que se agitam na época em que vive: – Eis o princípio máximo sobre que se cria Trapézio. Neste século em que cada minuto vale por um ano, Trapézio será o ponto onde há-de reflectir-se profundamente a tragédia do momento que passa, onde ecoarão soberanamente os gritos de angústia, de desespero, de heroísmo, lançados pelo espaço ao dealbar duma civilização – na idade da máquina.*¹⁷⁶

Conflito ou animosidade com a direcção da revista, desentendimentos internos ou intervenção da censura, o certo é que a fugaz existência de dois solitários fascículos do suplemento contrariou o fulgor à partida prometido pelo suplemento portuense, ainda mesmo que a actividade desses «jovens lirás» lhe sobreviesse, por algumas semanas mais, em colaborações já diluídas no corpo do título principal da revista e cada vez mais esparsas, uma vez gorado o prosseguimento da página¹⁷⁷.

Outros conflitos assumiram contornos mais violentos, quando as iniciativas juvenis encontraram oposição dos interesses nacionalistas e reaccionários dos periódicos locais em que as páginas se inseriram: foi exemplo o *Diário do Alentejo* que, em 1938, depois de incluir nas suas colunas colaboração de alguns membros da «tertúlia» de Alexandre Cabral, foi absorvido de forma autoritária pelos «letrados» da Legião Portuguesa local, mau grado os protestos frouxos e subservientes do director que acabou por não evitar o seu próprio afastamento do matutino bejense. Valerá recordar que este processo reaccionário de apropriação pura e simples de títulos periódicos, a coberto do autoritarismo então vigente, foi seguido em diversos pontos do país: num caso limite já referido, ao embargo da insólita tentativa de implantação juvenil em Vila

¹⁷⁶ [Anón.]: «Nós», *Trapézio*, suplem. in *Pensamento*, n.º 73 (Abr.), Porto 1936, ano VII, vol. V, p. 9.

¹⁷⁷ Não é inteiramente esclarecedora a correspondência de Afonso Castro Senda com Abel Salazar existente em Matosinhos, Casa Museu Abel Salazar.

do Conde, com a página *Ensaio* no jornal *Renovação*, foi o semanário imediata e temporariamente suspenso, ressurgindo alguns meses depois como órgão explícito da Legião Portuguesa na localidade, segundo passou a ostentar no cabeçalho.

Aliás, convém ter presente que, no período próximo das chamadas «manifestações anticomunistas» entre 1936 e 1937 (no clima de histeria organizado pelas estruturas de agitação próximas do Estado Novo e gerado pela erupção da vizinha guerra civil espanhola, que não deixou de influenciar a academia ¹⁷⁸), a imprensa reaccionária marcava já um completo predomínio entre os jornais de circulação nacional com conotação ou simpatia política identificada (quadro 7). Reunida sob designações de «nacionais sindicalistas» a «nacionalistas», passando pelos «católicos» tradicionalistas, os da União Nacional ou os que se diluíram na designação de «acção política e social», essa imprensa reivindicada pelo autoritarismo constituía o «bloco» de jornais «situacionistas» que vimos ter sido preparado pelo S.P.N.

Quadro 7. *Evolução da imprensa reaccionária (1932-1937)*

Anos	%
1932	8
1933	23
1936	68
1937	76

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal, 1930-1940*

O fortalecimento desta imprensa reaccionária foi, aliás, facilitada pela política de subvenção praticada pelo secretariado da propaganda, com distribuição de fundos a jornais e jornalistas, atingindo um sucesso que, ainda assim, só pela imposição coerciva

¹⁷⁸ Sobre a incidência nos meios académicos e culturais, ver Luís Reis Torgal: *A Universidade e o Estado Novo. O Caso de Coimbra. 1926-1961*, ed. Minerva, Lisboa 1999, pp. 112 e ss. (incl. bibliog. referida); sobre o contexto das relações do Salazarismo com o Franquismo, ver A. Pena Rodríguez: *El Gran Aliado de Franco*, ob. cit.

veio a ultimar a eficácia do seu predomínio sobre o movimento de proliferação das páginas culturais, em decisiva expansão até 1939. Ora os progressos visíveis do clima de intoxicação ideológica, de repressão generalizada e de controlo mais apertado da imprensa, sobretudo na dobragem dos meados da década, contribuíram justamente para desentranhar o processo de revelação da jovem geração que despontou nos *anos trinta* – de uma *irresistível, ingénua e espontânea* vontade de *recusa* inicial para uma estruturação discreta, subterrânea e engenhosa de dispositivos culturais e ideológicos de *resistência* numa *organização da espontaneidade* cujas características serão analisadas em seguida.

Retomando aspectos mais descritivos deste segundo nível de publicações, dentre as mais visíveis tentativas para assegurar, até aos finais da década e, sobretudo, já no seu termo, um prolongamento da actividade desenvolvida por algumas páginas culturais entretanto extintas, é cabal exemplo o semanário *A Ideia Livre*, de Anadia: coincidindo com o termo da *Página da Gente Moça* em Abril de 1939: entre outros, Armando Bacelar, Seabra Dinis e Victor de Sá ainda aí assinaram importante colaboração numa *Secção Literária* que se prolongou nesse ano, podendo destacar-se do primeiro um artigo intitulado *Hitler quer colónias* e, do último, a sua estreia como ensaísta de vertente historiográfica. Não lograram, porém, prolongar uma autonomia duradoura, tanto mais no ponto terminal deste processo em que as iniciativas organizadas na forma de páginas ou suplementos literários estavam cada vez mais sujeitas à pressão da censura e dos vários poderes oficiais e oficiosos; as próprias redacções dos jornais acabaram também por recear as consequências de inclusão de tais páginas e poderão ter sido mesmo instadas a excluí-las na forma organizada de suplementos literários.

Ora, no auge dos *movimentos culturais juvenis* que ocorreu entre 1938 e 1939, quando os vários agrupamentos haviam estabelecido conexão entre si e a troca de colaborações de umas para outras publicações correspondia já a uma ampla afirmação dessa geração, os redactores da página *Do Espírito Literário*, publicada no quinzenário algarvio *Ecos do*

Sul, faziam um balanço, válido para o conjunto dos movimentos, em que assinalavam, sobretudo, o efeito de *multidão* que todas essas iniciativas editoriais e a actividade de renovação sócio-cultural procuraram atingir:

*Nunca é demais verificar e aplaudir a acção importante que as páginas literárias podem desempenhar junto do povo [...] nunca deverão esquecer o seu papel nem trair a sua missão: levar cultura e humanidade à multidão.*¹⁷⁹

Descontada a retórica da influência «junto do povo», estas práticas editoriais e periódicas procuraram de facto criar um ambiente de «cultura e humanidade» com que a literatura se identificou decisivamente. Este nível de publicações – em que, no essencial, os títulos assumiram uma autonomia precária na forma de páginas literárias – permitiu justamente difundir e alargar uma mais ampla produção literária no contexto dos movimentos juvenis, dando lastro ao aparecimento de centenas de jovens intelectuais cujas colaborações se estenderam ainda à abordagem de temas de interesse científico e pedagógico, como ao tratamento de assuntos sociais e educativos, à selecção de autores nacionais como à tradução de estrangeiros, constituindo formas de vasta e diversificada participação cultural... que não apenas estética e, aliás, cada vez mais esfumados os aprofundamentos artísticos. Pois, no que respeita à produção intelectual nas dezenas de páginas e suplementos culturais reunidos neste segundo nível, não pode deixar de notar-se que a reduzida explicitação crítico-doutrinária, cada vez mais rara e remetida para um contexto polémico, cedeu lugar a uma criação predominantemente literária em poesia, conto, novela e crónica em que os mais dotados se revelaram e evoluíram, e lentamente adestraram as suas próprias técnicas de escrita.

Quanto ao «recoo» dos afloramentos teóricos e críticos de mais funda reflexão, que mal haviam amadurecido no primeiro nível de publicações (e aí se finaram), esse

¹⁷⁹ [Redacção]: «Quadro», *Do Espírito Literário*, n.º 12, supl. in *Ecoss do Sul*, n.º 41 (2 Abr.), Vila Real St.º António 1939, ano II, p. 4.

não foi evidentemente estranho à repressão intelectual que se fez sentir sobre a imprensa periódica, antes de mais na que estava sediada nos principais centros urbanos, o que aconteceu sobretudo a partir de 1936, quando importantes restrições se estabeleceram à constituição de novos títulos. Se é hoje difícil atestar documentalmente a intervenção directa da censura nestas publicações (ou de outras estruturas político-administrativas, desde as direcções escolares aos governos civis), novo testemunho tardio, conquanto raramente preciso e documentalmente verificável, regista as condições de encerramento de um desses títulos juvenis (publicado na transição que tem sido assinalada nos meados da década de *trinta*):

Intitulava-se A Voz da Mocidade (título fatídico que lhe deu a morte) e chegou ao oitavo número. [...] A folha sucumbiu, por fim, por razões óbvias para quem esteja recordado dos fenómenos de 1936. O nono número sofreu tantos cortes, que nem chegou a sair [...]. Do afundamento do jornal ficaram alguns salvados (duas gravuras do cabeçalho, as provas censuradas do 9º número e os recibos incobráveis das assinaturas), que repartimos fraternalmente ¹⁸⁰.

Por essa mesma altura, o encerramento da *Voz Académica*, de Mário Sacramento, em finais de 1937, foi por este invocada em posterior defesa judicial no tribunal de Aveiro, numa declaração de que tal prática discricionária era praticada sumária e correntemente:

Ainda estudante do liceu, o depoente viu arbitrariamente suspenso pela censura do Estado Novo o jornal que então dirigia, «A Voz Académica», órgão dos estudantes do liceu de Aveiro, apenas por defender, por forma correcta e legal, os interesses da juventude. ¹⁸¹

¹⁸⁰ Alexandre Cabral: *Memórias de um Resistente*, ed. cit., p. 37. Entre os «salvados», provas de página alternativas para um n.º 9 constam efectivamente do arquivo do escritor (V. Franca Xira, Museu do Neo-Realismo/Cent. Doc., Esp. Lit. de Alexandre Cabral, A4 (s. cota, cx. 17).

¹⁸¹ Apud Mário Sacramento: *Diário. Envelhecer (Jornal e Memórias)*, ed. Limiar, Porto 1975, p. 179 (ver tb., p. 17).

Tal facto permite, aliás, explicar o «método» de criação alternativa de páginas culturais em títulos periódicos já existentes (aquilo que, em designação aqui pouco rigorosa do ponto de vista histórico, poderia considerar-se um processo de *infiltração*) e perceber, ainda, que o corte entre os dois níveis diferenciados desta imprensa cultural juvenil se define pelo limiar da conquista de uma autonomia em condições adversas. Tal adversidade, posta, aliás, no contexto de um problema mais fundo da sociedade portuguesa da época, foi explicitada por Machado Franco no texto de apresentação de uma *Página dos Novos* por si fundada no seio do semanário *Independência d'Águeda* em 1937, ao apontar a solução dos suplementos literários para a abertura de um actividade dos «novos» com vista a participar no «problema máximo» que «é o da cultura»:

*E porque o nosso meio além de acanhado é abertamente hostil a iniciativas como, por exemplo, Revistas de Arte e Crítica e Cadernos Culturais – em que ingloriamente se queimam as melhores vontades e as mais sólidas inteligências – é que vimos lançar a ideia destas secções nos melhores jornais de província.*¹⁸²

O autor deste artigo, com forte influência no meio estudantil coimbrão, tornara-se rapidamente activista e dinamizador de iniciativas políticas e culturais¹⁸³; a alusão aos «Cadernos Culturais» que «ingloriamente se queimam» não deixa de aludir ao destino repressivo que, como adiante se verá, veio a ser o de uns *Cadernos da Juventude*, editados em Coimbra. E num «cantinho» de outro suplemento, igualmente dirigido por Machado Franco, o jovem redactor insinuou a presença da intervenção censória como um dos «fortes» motivos de embaraço à regular edição «contra os quais nada podemos»¹⁸⁴. Ora, apontados já os semanários «de literatura e crítica» juvenis que, no primeiro nível de

¹⁸² A. Machado Franco: «Falam os novos», *Página dos Novos*, n.º 1, suplem. in *Independência d'Águeda*, n.º (23 Out.), Águeda 1937, p. [2].

¹⁸³ Ver Alberto Vilaça: *Para a História Remota do PCP* [...], ed. cit., pp. 170 e ss.

¹⁸⁴ A Machado Franco: «Do meu cantinho...», *Página de Gente Moça*, n.º 2, suplem. in *A Ideia Livre*, n.º (6 Mar.), Anadia 1937, p. 2.

publicações, mal desenvolveram os postulados de renovação cultural como os que nortearam os jornais *Gleba* e *Gládio*, extintos à nascença, é altura de reter a impossibilidade radical de enveredar por um rumo de explicitação doutrinária, mesmo em fundamentos estritamente artísticos.

O exemplo até então mais cabal, num terreno de ideários de referência política, fora o semanário *Liberdade*¹⁸⁵: mantendo este jornal uma linha de intervenção próxima dos meios republicanos e operários desde a sua fundação, tornou-se paradigma da rápida transformação ideológica operada nos meios intelectuais, numa visível atracção pelo ascenso geral do fenómeno bolchevique e pelas manifestações de pacifismo como expressões associadas ao marxismo em voga na década de 1930¹⁸⁶; em princípios de 1935, no culminar de um derradeiro processo de renovação, passou pela abertura da redacção aos jovens «camaradas» Mário Dionísio, Álvaro Cunhal, Álvaro Salema, Magalhães Vilhena, entre outros, já num clima de difusão de trechos clássicos do marxismo (mesmo anagramados ou de outra forma mitigada a sua autoria), com transcrições das fontes acessíveis ou com artigos de vulgarização do materialismo histórico... não tardando, pois, a suspensão logo em Fevereiro desse ano, ao estilo discricionário dos mecanismos repressivos.

Creio encontrar-se aqui explicação fundamental para a insistência, que é aparentemente estranha, se não for resguardada uma análise detalhada das condições em que ocorreu, com que os suplementos e páginas culturais posteriores a 1936 procuraram (e este foi um aspecto caracterizador do «método das páginas»), constituir-se em geral e, aliás, expressamente à margem de princípios programáticos, isto é de explicitação doutrinária. Então, como afirmou, desde a primeira hora, uma *Página Literária* dirigida por Alexandre Cabral e Fernando Augusto no *Jornal de Evas*, entre Abril de 1937 e Janeiro de 1938, desta forma esclarecedora:

¹⁸⁵ Ver J. A. Azevedo Gama: *O Periódico Académico Republicano «Liberdade»* [...], cit.

¹⁸⁶ Ver A. P. Pita: «O marxismo na constituição ideológica e política...», art. cit., pp. 96-100.

*Pouco há a dizer. «Páginas Literárias» diz tudo.*¹⁸⁷

Ou, de modo mais explícito ainda, conforme veio a estabelecer-se nas *Páginas Literárias* insertas na *Gazeta de Coimbra*, entre Março e Novembro de 1938, uma actividade definida fora de um programa era justificada de um modo que implicitamente remete para o contexto cultural da época:

*Páginas Literárias não apresentam programa. Tal nome constitui, por si, um programa completo. Esta secção, aparece, não para imitar o Diário de Lisboa, mas para inscrever nas colunas da Gazeta, ao lado de nomes já conhecidos, os de alguns jovens a que falta meio de comunicação com o público interessado nas letras.*¹⁸⁸

Por esse motivo, o mesmo editorial lançava um verdadeiro aviso à navegação, que não é demais também destacar:

*Defendemos a independência literária e aconselhamos os mais novos a beberem das águas do seu poço.*¹⁸⁹

Todo o *programa* da jovem geração residia, por ora, na defesa desta autonomia (desde cedo, portanto, sublinhando o seu traço de novidade), liberta das correntes estabelecidas; daí que essas páginas literárias tenham, até ao ocaso da sua típica vigência, procurado «ser um veículo de revelação de valores novos», como acentuou Alves Redol ao leme de uma *Página Literária* no Mensageiro do Ribatejo:

¹⁸⁷ Z. L. [Alexandre Cabral]: «Para abrir...», *Página Literária*, supl. in *Jornal de Elvas*, n.º 484 (4 Abr.), Elvas 1937, ano 12º, p. 5.

¹⁸⁸ [Redacção]: «Porta férrea», *Páginas Literárias*, supl. in *Gazeta de Coimbra*, n.º 3768 (26 Mar.), Coimbra 1938, ano 27º, p. [1].

¹⁸⁹ *Id.*, *ibid.*

*Neste porto encontrarão abrigo todas as naus que venham lançar-se à conquista de caminhos inéditos entre nós – rota começada já, mas ainda por concluir.*¹⁹⁰

À letra, um anónimo colaborador do mesmo suplemento transferiu deste modo para o terreno poética o *programa* que acabo de revelar:

*Todos os navios podem vir ao nosso porto.
Nós recebemo-los de braços abertos.*¹⁹¹

Toda a novidade deveria, pois, consistir na prática de representações literárias, terreno de *conquista* do espaço cultural por parte de uma geração que se sentia nova, em tudo nova e fundada em geral numa posição (extra-estética) de ruptura que, embora vagamente, começara por ser designada como um *novo humanismo*. E, em lugar do ímpeto doutrinário de que a reflexão ficou coarctada, a generalização teórica de enquadramento de tais práticas assumiu contornos de vulgarização e de simplificação que a deficiente formação político-filosófica desses jovens facilitou e o embate imediato com outras correntes agravou.

A abertura deste novo estatuto de autonomização e generalização de práticas literárias eminentemente juvenis encontra um tipo representativo de objecto cultural numa iniciativa inaugural deste nível de publicações, qual seja a revista *Manifesto* de Coimbra, com publicação entre Janeiro de 1936 e Julho de 1938: marcada pelo equilíbrio de uma significativa cooperação juvenil com dissidentes *presencistas* e outras figuras deste campo literário que fundaram a publicação, pode dizer-se que o conjunto de colaborações desta revista passou por um eixo estético-doutrinário de integração do homem na sua historicidade e da sua compreensão numa comunhão de sentidos. E,

¹⁹⁰ Alves Redol: «Abertura», *Página Literária*, suplem. in *Mensageiro do Ribatejo*, n.º 455 (14 Maio), Vila Franca de Xira 1939, ano X, p. 3.

¹⁹¹ [Anónimo]: «Rapsódia», *Página Literária*, suplem. in *Mensageiro do Ribatejo*, n.º 459 (11 Jun.), Vila Franca de Xira 1939, ano X, p. 3.

nesta acepção, os discursos expressos tanto artística como ensaisticamente não criaram, com rigor, dissonâncias entre «novos» e «velhos», antes estabeleceram um horizonte de representações e concepções de uma arte moderna actualizada, por «imperativo da consciência»¹⁹², num conteúdo humano e social. A este respeito, a leitura de um artigo de Fernando Lopes-Graça permite conferir relevo à defesa de uma conformidade indissociável da arte com a vida, ao sustentar liminarmente:

*O homem e o seu destino, o homem e a sua salvação: eis o grande tema de toda grande obra de Arte.*¹⁹³

Impregnado desta consciência do momento nos destinos do homem – que é, conforme designa outro colaborador, «a maldição da História» de que o homem não pode libertar-se¹⁹⁴ –, Lopes Graça distinguia a posição dos artistas, como artistas, perante a vida: «Há os que pregam apenas a Beleza. Mas há os que pregam a Beleza e *mais alguma coisa*»¹⁹⁵ – aduzindo ao passo sublinhado esta nota longamente esclarecedora sobre a vivência total que espera da arte:

É claro que não pretendo diminuir o conceito de Beleza, reduzindo-a, como fazem muitos, a um hedonismo estético ou limitando-o à categorias formais de harmonia, de equilíbrio, de perfeição, etc. A Arte é para mim, como já disse algures, uma «actividade de conhecimento». Aquele mais alguma coisa refere-se apenas ao poder que certas obras e certos artistas têm de nos comunicarem, além de uma vivência artística, um tal ou qual impulso dinâmico numa determinada direcção do pensamento ou da acção, de fecundarem em nós germes metafísicos, que movem a nossa consciência a uma revisão e estimação de valores éticos.

¹⁹² Ver leitura que a este respeito faz Albano Nogueira: «André Gide e o imperativo da consciência», *Manifesto*, n.º 1 (Jan.), Coimbra 1936, pp. 6-7, 16.

¹⁹³ Fernando Lopes Graça: «A música e o homem», *id.*, p. 11.

¹⁹⁴ Paulo Quintela: «A lição histórica do “Fausto”», *id.*, p. 3.

¹⁹⁵ Sublinhado de F. Lopes Graça.

Correspondendo a essa *estimação de valores éticos* que o músico, o escritor ou o artista desdobram para lá das suas actividades como criadores de *obras de conhecimento*, aí onde se encontram com os outros homens no momento e no lugar da construção da vida, o jovem Ramos de Almeida prestava depoimento escrito, em termos ainda tímidos, porém numa perspectiva clara:

*Nós temos o nosso momento histórico e ser novo é compreendê-lo, é sofrer as angústias e gozar as possíveis alegrias que o imperativo do temporal e do espacial nos dá, é procurar afirmação para as interrogações que o meio nos põe, é lutar pela vida, não somente o banal e limitado «struggle for life» mas a luta pela verdadeira vida que não é essa que nos deram para viver.*¹⁹⁶

Tratando-se, no plano intermédio de dois níveis de publicações a que me reporto, de encontrar espaços de expressão disponíveis à difusão literária da mais jovem geração, foi natural uma inicial incorporação de colaborações juvenis sem interferência na estrutura dos títulos em que compareceram pela primeira vez: por isso mesmo, aquele *Manifesto* coimbrão (sob a direcção, mas também sob patrocínio poético de Miguel Torga) representou basicamente um estímulo à entrada na cena pública das letras de jovens como Álvaro Salema, António Ramos de Almeida, Joaquim Namorado e Paulo Crato que aí colaboraram em bloco. No fundamental, este *Manifesto* periódico foi mesmo por esses jovens considerado como limiar de uma transição, como adiante se verá; se o aparecimento das juvenis colaborações não procurou determinar e, de facto, não determinou nesta revista uma autonomização formal, é que se tratava, sobretudo, de criar literariamente e amadurecer em público, aí onde fosse possível estabelecer todas as formas de comunicação. Mais, aí mesmo, o próximo convívio com Albano Nogueira e Lopes Graça, ambos presos então por suspeita de actividade comunista (sabemo-lo ho-

¹⁹⁶ António Ramos de Almeida: «Um depoimento - novos e velhos», *Manifesto*, n.º 2 (Fev.), Coimbra 1936, p. 13.



Figura 3. Caricatura de Botelho (1937)

je, efectivamente desenvolvida), terá constituído uma experiência marcante os mais jovens colaboradores, em vista do exemplo de cidadania dado por Graça e Nogueira ¹⁹⁷.

Mas, nesse momento, foi a criação desenvolvida nos suplementos juvenis que assegurou a conjugação das novas energias de que a emergente geração a si mesma reconhecia. Visto no seu conjunto, o «método das páginas» procurou, como sugere o editorial das *Páginas Literárias* coimbrãs anteriormente referido, instituir uma criação literária independente de «imitações», por exemplo (aliás, aí explicitamente) em relação ao congénere *Suplemento Literário* que o *Diário de Lisboa* inseria nas suas páginas entre 1934 e 1939, inexpugnável no completo domínio de *presencistas* e *seareiros* (apenas aí destoou um depoimento de Rodrigues Miguéis ¹⁹⁸, que acabara de ver editada a sua *Páscoa Feliz*, e José Régio de imediato repudiou nas páginas de *Presença* ¹⁹⁹). Ilustração do controlo dominador desta elite tradicional foi então fixada pelo traço de Botelho: em caricatura até há pouco inédita, representa Gaspar Simões como paladino desse *Suplemento Literário* e da ideia de que «a literatura é uma forma de realização da personalidade», esgrimindo com o conjunto da imprensa cultural da época ²⁰⁰.

Ora, a atitude de juvenil independência «programática» foi explicitada por um suplemento de diversificada e dinâmica colaboração de novos e, além do mais, elo de interligação de grupos, que foi a página *Do Espírito Literário*; inserida no quinzenário algarvio *Ecos do Sul*, entre 1938 e 1939, sob a direcção de João Tendeiro e Mário Mota, aí se afirmava em editorial de lançamento esta rejeição de escolas e figuras consagradas:

¹⁹⁷ Teresa Cascudo: *A Tradição como Problema na Obra Musical de Fernando Lopes Graça (1906-1994)*, F. C. S. H., Univ. Nova de Lisboa, Lisboa 2001, p. 35 [Dissert. Doutoramento, polic.]; A. Vilaça: ob. cit. p. 145.

¹⁹⁸ «Rodrigues Miguéis num incisivo depoimento», *Suplemento Literário*, n.º 17, in *Diário de Lisboa*, n.º 4.432 (22 Mar.), Lisboa 1935, ano 14º, p. 6.

¹⁹⁹ José Régio: «Interrogações e dúvidas sobre um depoimento de Rodrigues Miguéis», *Presença*, n.º 44 (Abr.), Lisboa 1935, ano 9º, vol. II, pp. 12-14.

²⁰⁰ Ver gravura de [Carlos] Botelho: *Os génios da literatura nacional resolveram fazer um «pisadêlo» ao Gaspar das críticas*, pub. in *Presença de Gaspar Simões*, ed. Biblioteca Nacional, Lisboa 2003, extra-texto pp. 264-65 (catál. da exposição comemorativa do centenário do nascimento), reprod. infra, p. 172.

*Não constituímos um bloco. A nossa acção é independente de qualquer escola ou facção literárias. Para avançarmos não nos apoiamos em nomes de cartaz, não nos acolhemos sob os raios de qualquer grande figura actual.*²⁰¹

Correctamente interpretado: mais que um *bloco*, inscrevia-se aqui já a noção de *movimento* que ampliava forças numa postura de autonomia face a um campo cultural consagrado; e, além disso, numa atitude conexas com um dinamismo de empenhamento cultural (num entendimento cada vez mais alargado do domínio da cultura a uma visão do mundo e a uma *praxis*), em manifestações compósitas de intervenção:

*Não nos limitamos em dar à nossa página uma feição exclusivamente literária. Vamos mais longe: queremos fazer dela igualmente um elemento de cultura e, para esse fim, iniciamos desde já a publicação de textos escolhidos, constituindo sínteses do pensamento e da ciência dos nossos dias.*²⁰²

Restabelecida uma visão de conjunto que permite avaliar a importância do que constituíram os *movimentos culturais juvenis* dos *anos trinta* como fenómeno que carrou as condições específicas de formação do Neo-Realismo português, pode concluir-se já que, por um lado, a ampliação e a diversificação dessa produção literária por meios periódicos permitiu uma busca de experiências artísticas e a subsequente afirmação dos mais dotados e representativos de uma corrente cultural autónoma, no curso de um verdadeiro processo de selecção natural. Pois, ao início, no vasto elenco de colaboradores das diferentes iniciativas emergem nomes que, hoje, se nos afiguram ignotos, de alguns dos quais poderia dizer-se pseudónimos; e se, de uns, puderam biografar-se percursos sócio-profissionais posteriores para fora do campo das letras a que os conduziu a formação técnica, de outros mantém-se incógnito o prosseguimento

²⁰¹ J. M. e M. M. [João Tendeiro e Mário Mota]: «Atitude», *Do Espírito Literário*, n.º 1, supl. in *Ecos do Sul*, n.º 22 (12 Jun.), V. Real St.º António 1938, ano I, p. 4.

²⁰² *Id.*, *ibid.*

das suas actividades em termos relevantes. Em suma, ao lado dos que viriam a consagrar-se nos meios intelectuais (além de muitos outros que depois chegaram), dezenas largas de jovens, se não centenas, de que nem aqui caberá exaustivamente recensear nomes, participaram nesses movimentos e mal perderam o anonimato nas colaborações da juvenil imprensa da época. Basta compulsar um exemplo que ilustra, pela quantidade das colaborações referidas (e este é um registo raro e generoso de miúda informação), a dimensão dos movimentos juvenis no auge do seu processo de desenvolvimento: o denominado *Suplemento de Cultura* que o diário eborense *Democracia do Sul* incluiu nas suas páginas, entre Outubro de 1938 e Julho de 1939, destacou, em caixa sob o cabeçalho do número de lançamento, o concurso de Álvaro Salema, Mário Dionísio, Guy de Oliveira e Moura Vitória, hoje mais conhecidos... de entre um naipe de jovens em que se nomeavam expressamente 62 colaboradores garantidos que, na sua maior parte, a posteridade veio a ignorar por completo ²⁰³. Pois, como bem sugeriu Mário Sacramento, todo o movimento de renovação compreende esses «cabouqueiros votados a falharem como artistas.» ²⁰⁴

Mas não é menos importante compreender, por outro lado, que os *movimentos culturais juvenis dos anos trinta* procuraram, na forma de ampla difusão que aos suplementos literários se afirmou imprimir, constituir «um elemento de cultura» num contexto de massificação em que à imprensa era reconhecido um papel de comunicação fundamental. Mais que um processo de divulgação cultural, tratou-se de uma socialização da cultura no sentido em que, para lá da afirmação individual, procurou progressivamente formar-se um espaço público orientado por determinada concepção da realidade histórica em que nela competia a cada um intervir, conforme estatuiu como «princípio» o editorial do suplemento *Da Gente Moça*, no semanário *O Trabalho*, de Viseu:

²⁰³ Ver *Suplemento de Cultura*, n.º 1, ano I, in *Democracia do Sul*, n.º 6.288 (2 Out.), Évora 1938, ano 37º, p. 5.

²⁰⁴ Mário Sacramento: «Arte-possível e arte-necessária», *Vértice*, n.º 190-191 (Jul.-Ag.), Coimbra 1959, vol. XIX, p. 397.

*Hoje, mais do que nunca, há a necessidade de definir uma posição, marcar uma directriz, entre o quadro angustiante e aflitivo da Europa actual.*²⁰⁵

E, numa nota dos responsáveis da *página*, Virgínia de Moura e Lobão Vital, afirmava-se a vocação massificadora de um amplo trabalho cultural que o juvenil «método das páginas» carregava como *finalidade*:

*Uma das finalidades desta página consiste em dar aos leitores uma visão clara dos vários problemas que inquietam o Homem. Temos procurado – dentro das nossas possibilidades – pôr em equação as questões que mais directamente possam interessar – sob todos os pontos de vista – à juventude, que se quer emancipar pelo espírito, contribuindo de qualquer maneira para [o] elevamento [sic] do nível cultural da nossa terra.*²⁰⁶

O jovem Fernando Namora, teorizando o «lugar» rigorosamente orientado «para a cultura de massas», fora do circuito intelectual tradicional, em que se tornava necessário distinguir a «diferença de predicados próprios entre o poeta, o romancista, o articulista», definia o trabalho cultural como amplo espaço de mediação:

*Há, pois, um lugar vago, ou, pelo menos, ainda em grande parte vago, para preencher. Um lugar – ponte de passagem entre esse público frio e hostil e o intelectual.*²⁰⁷

Este traço característico das páginas juvenis (da imprensa como *lugar* de quotidiana comunicação, de *ponte* com o comum), ao menos nos objectivos que os discursos formularam, foi, em síntese, *verificado* no «quadro» traçado em 1939 pelos redactores do suplemento *Do Espírito Literário*, já acima referido:

²⁰⁵ [Redacção]: «Princípio», *Da Gente Moça*, n.º 1, supl. in *O Trabalho*, n.º 227 (10 Fev.), Viseu 1938, 5º ano, p. [5]

²⁰⁶ Nota dos redactores ao artigo de Craveiro da Costa: «Contra o feminismo», *Da Gente Moça*, n.º 9, supl. in *O Trabalho*, n.º 239 (5 Maio), Viseu 1938, 5º ano, p. [5]

²⁰⁷ Fernando Namora: «Páginas de cultura», *O Trabalho*, n.º 277 (26 Jan.), Viseu 1939, 6º ano, p. 4.

*Nunca é demais verificar e aplaudir a acção importante que as páginas literárias podem desempenhar junto do povo. Mais do que os jornais estritamente literários ou científicos que são, no público das províncias, apenas lidos por uma pequena percentagem, as páginas literárias dos periódicos regionalistas penetram até mais fundo nas massas populares, levando-lhes deste modo o interesse por coisas que, sem este poderoso meio de difusão, lhes estariam vedadas.*²⁰⁸

A aspiração a uma cultura de massas (numa mobilização de massas pela cultura) cabe no mesmo «panorama» que traçavam os redactores de um suplemento designado por *Pensamento Jovem*, editado entre 1939 e 1940 no *Jornal de Ílhavo*:

É enorme a acção exercida pelos jornais de província. Eles podem, realmente, desempenhar um importantíssimo papel na grande obra que urge realizar: a luta contra o analfabetismo e pela cultura.

*No que diz respeito à juventude, ela não ficou indiferente. Aí estão as numerosas páginas de novos, espalhadas por variadíssimos jornais a atestar o seu entusiasmo.*²⁰⁹

Por motivos a que, em capítulo próprio e mais adiante, haverá de aduzir-se uma construção explicativa, a juventude intelectual constituiu-se como factor de renovação e, portanto, factor de mediação dessa cultura de massas. Ora, no interior dos movimentos juvenis, esta pretensão a uma socialização da cultura – no sentido orientador de uma «cultura que parte da vida e à vida se dirija, que os [indivíduos] dignifique e lhes liberte a razão e a crítica»²¹⁰ – reflectiu-se, de certa forma, nas próprias condições de formação dos seus intervenientes e nos modos de relação dos respectivos agrupamentos. Em torno (não à margem) dessas páginas literárias foram então criados verdadeiros círculos

²⁰⁸ [Redacção]: «Quadro», *Do Espírito Literário*, n.º 12, supl. in *Ecos do Sul*, n.º 41 (2 Abr.), V. Real de St.º António 1939, ano II, p. 4; programa idêntico nos textos «Ao que vimos», *Movimento: arte, crítica, poesia, literatura*, n.º 1 (15 Maio), Lisboa 1938, a. I, p. 1 e «[Editorial]», *Temas Culturais*, n.º 2, supl. in *O Trabalho*, n.º 311 (21 Set.), Viseu 1939, 6º ano, p. 8.

²⁰⁹ [Redacção]: «Panorama», *Pensamento Jovem*, supl. in *Jornal de Ílhavo*, n.º 258 (24 Dez.), Ílhavo 1939, ano II, p. 4; tb. o artigo de Rodrigues Monteiro e José Campos: «Analfabetismo e cultura popular», *Pensamento Jovem*, supl. in *Jornal de Ílhavo*, n.º 261 (21 Jan.), Ílhavo 1940, ano I, p. 4.

²¹⁰ [Redacção]: «Nota de introdução», *Página Cultural*, in *Jornal de Ílhavo*, n.º 264 (18 Fev.), Ílhavo 1940, ano VI, p. [4].

de iniciação cultural, de leitura e discussão em privado, que desenvolveram uma intensa actividade formadora, como em Coimbra:

[...] será bom não esquecer – e eu não esqueço – que elas nasceram das reuniões culturais (que tantos engulbos deram à polícia política!) que semanalmente se faziam em casa do João José Cochofel. [...] Reconheço hoje que essas reuniões eram bastante menos «inocentes» do que a sua actividade «primária» podia fazer crer (sobre este ponto a polícia política teria talvez razão, se alguma vez pudesse tê-la). Pela minha parte, pelo menos, posso dizer que tive nelas oportunidade de encontrar respostas para muitas das minhas interrogações de ordem filosófica, política e literária. ²¹¹

Antes deste, já cedo (isto é, por meados da década) se havia instituído a prática dos «cenáculos» estudantis, a que não faltaram as figuras tutelares e dinamizadoras ²¹². Ainda entre o meio universitário coimbrão, com as «noites de quarta-feira» na casa apalaçada de Cochofel, apetecida pelas oportunidades de leitura em matéria de novidades editoriais estrangeiras, rivalizavam os encontros no quarto alugado de Armando de Castro, que foi cenário «de aprendizagem e da discussão» sobre os «temas favoritos» do momento que, tudo indica, foram neste espaço mais especulativos ou mesmo doutrinários e estimulados pela leitura de manuais generalizadores:

Mas era variado o mundo daquele quarto, muitos os jovens que por ele passavam, muitos os interesses sociais, literários e científicos que nele se cruzaram. ²¹³

Do grupo que aqui se reunia partiram as iniciativas de divulgação de textos do marxismo, publicados em *O Diabo*, mas sobretudo em *Sol Nascente* e, mais tarde, na revista *Pensamento*, com recurso a uma constelação de pseudónimos para os autores

²¹¹ Luís Albuquerque: «Uma carta», in *Vértice*, n.º 428-429 (Jan.-Fev.), Coimbra 1980, vol. XI, p. 70.

²¹² Ivo Cortesão: *Apontamento*, in AA.VV.: *Incomodidade Necessária (Depoimentos)*, ed. Câ. Munic. Coimbra, 1991, p. 63; vd. A. Vilaça: ob cit., p. 168.

²¹³ José Ricardo: *Romanceiro do Povo Miúdo*, cit., p. 72; vd. A. Vilaça: ob. cit., p. 184.

originais ²¹⁴, traduzidos em jeito de vulgata, de entre os quais ficou célebre o lance da tradução de *O Materialismo Dialéctico e o Materialismo Histórico*, de Estaline, sob intrigante pseudónimo de José Vasco Salinas ²¹⁵. Se essas reuniões domiciliárias constituíram verdadeiros clubes de leitura (sobretudo a casa de Cochofel, onde a recepção familiar era elemento de agrado acrescido) e foram vivíssimos seminários de discussão, por vezes com temas preparados de antemão para os encontros ²¹⁶ – muitas das moradas que figuram como redacções das páginas e suplementos jornalísticos, correspondendo aos endereços dos mais activos ou disponíveis colaboradores, foram-se tornando os lugares próprios de organização colectiva da diversificada actividade sócio-cultural, centros onde esta se construía e de onde dimanava. Para além dos exemplos já aduzidos atrás e do verdadeiro centro de trabalho que, ver-se-á adiante, a redacção de *O Diabo* constituiu como pólo aglutinador, o derradeiro veio da revista *Vértice* que, nos primeiros tempos da sua renovação, em 1946, teve sede de redacção instalada na morada de Cochofel ²¹⁷.

Desde cedo, aliás, alguns destes grupos juvenis impulsionaram iniciativas públicas, por vezes com uma regularidade que, em face das adversas condições, hoje causam admiração. O mais conhecido exemplo (ao qual tem sido, aliás, conferido justo relevo pela incidência social mais vasta das suas actividades) é o do núcleo vilafranquense animado por Redol que, à conta do seu dinamismo, desenvolveu dezenas de conferências, saraus culturais, leituras públicas e excursões, para além de uma participação mais ou menos regular na vida interna de colectividades locais ²¹⁸; em breve, o grupo de Vila Franca viria a propor-se estender ligação à vila operária de Alhandra através de Soeiro Pereira Gomes que aqui desenvolvia, pela mesma altura, mas de modo

²¹⁴ Ver Armando Castro: *Para a História do Pensamento Marxista em Portugal*, in AA.VV.: *O Marxismo no Limiar do Ano 2000*, Edit. Caminho, Lisboa 1985, pp. 135 e ss.

²¹⁵ Ver António Pedro Pita: *Para uma História do Neo-Realismo Português* (pref.), in Garcez da Silva: *Alves Redol e o Grupo Neo-Realista de Vila Franca*, ed. cit., pp. 13-25.

²¹⁶ Ver «Entrevista com Armando Castro, *Vértice*, n.º 4 (Jul.), Lisboa 1988, II sér., pp. 93-94.

²¹⁷ Depois da primeira e curtíssima fase como revista escolar (que compreendeu os três primeiros fascículos, como farei referência mais adiante), a «Rua do Loureiro, n.º 9» foi sede de redacção no lapso entre Fev. e Maio de 1945.

²¹⁸ Ver Garcez da Silva: ob. cit., pp. 111 e ss.

autónomo, viva actividade sócio-cultural ²¹⁹. De um modo geral, desde os mais acanhados e muito efémeros suplementos mais ou menos autónomos, como foi o caso de *Trapézio* ²²⁰, a revistas que ainda tiveram ensejo de amadurecer, como *Alma Académica* no seu derradeiro ano de edição ²²¹, chegam-nos ecos de algumas actividades culturais de existência mais epidérmica nos percursos desses periódicos, com especial vocação para as palestras, as exposições ou, mesmo, a realização de programas radiofónicos, de expansão certamente circunscrita, pontuais e irregulares, quando não irrealizados por incapacidade própria de organização ou, mais tarde ou cedo, pela proibição das autoridades.

Creio, por isso, terem tido fundamental importância, sim, as relações subterrâneas que concorreram para a formação gregária desta jovem geração: as reuniões e outros encontros de leitura e discussão que acompanharam de perto a actividade literária destinada às publicações periódicas, igualmente subterrâneas nos modos de preparação e circulação. Desenvolveu-se então «uma vida de tertúlias, de encontros, de discussões, de conferências e exposições» e, enfim, «de amizades electivas que se pensa trazer para a vida toda.» ²²² No seio destes agrupamentos, fechados nessa «actividade ”primária”» de encontros mais ou «menos “inocentes”», em todo o caso ao sabor conspirativo dos debates, tornou-se mais denso um aprendizado comum em leituras avulsas e de vulgarização que, por um lado, a diversidade de interesses por parte desses jovens traduzia numa superficial assimilação e, por outro, as suas relações entre os vários encontros e agrupamentos num trânsito rápido e fugaz generalizaram em insuficiências de aprofundamento doutrinário. A questão é tanto mais profunda quanto, desde os

²¹⁹ Carta de Alves Redol a Soeiro Pereira Gomes (1939), ms., V. F. Xira, Museu do Neo-Realismo, Cent. Doc., Esp. Lit. de Soeiro Pereira Gomes, A2/6.11. Ver Giovanni Ricciardi: *Soeiro Pereira Gomes, Uma Biografia Literária*, Ed. Caminho, Lisboa 2000.

²²⁰ *Trapézio*, supl. in *Pensamento*, n.º 73 (Abr.) e 74 (Maio), Porto 1936, ano VI, vol. V, pp. 16.

²²¹ Ver *Alma Académica*, n.º 3 (30 Maio), ano 1º, Porto 1935, p. 15; n.º 12 (Fev.), Porto 1938, ano 3º, p. 26.

²²² José Pacheco Pereira: *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política. «Daniel», o Jovem Revolucionário (1913-1941)*, vol. I, ed. Temas e Debates, Lisboa 1999, p. 340.

primórdios do aparecimento das propostas teóricas do marxismo entre nós ²²³, é sabida a fragilidade da sua recepção por parte desta jovem geração de intelectuais que nelas procurou fundamentação para a sua actividade; nesse sentido acresce o testemunho de Mário Sacramento que, sobre a leitura das «obras básicas do pensamento dialético», afirmou terem correspondido «na maioria das vezes, a livros secundários de divulgação adulterada, ou, até, aos simples panfletos» ²²⁴. Mais fundo, porém, as deficiências de acesso e de livre discussão pública abriram caminho à promiscuidade doutrinária com perspectivas populistas, de raiz anarquista persistente de que as fontes estão repletas de prova, bem como à cedência ao mecanicismo cientista do neo-positivismo de inspiração democrática; sobre tudo isso, o Neo-Realismo foi, finalmente, assimilado e expandiu-se como expressão de uma cultura de aglomerado antifascista com que cedo, como se verá, foi entendida por grande parte dos seus cultores.

No conjunto mais geral da imprensa cultural juvenil na segunda metade dos *anos trinta*, a produção crítica e ensaística (e, conseqüentemente, também no que respeita a uma especulação estética) tornou-se escassíssima ao nível das páginas literárias; e toda a reflexão «de ordem política, filosófica e artística» em que se procuravam «encontrar respostas», remetida para um limbo quase conspirativo dos agrupamentos, veio a emergir em seguida na forma polémica que herei de assinalar, num aparato de disputa intelectual e de incidências aparentemente pessoais que facilitou a sua difusão sob o olhar complacente do aparelho repressivo. Entre os afloramentos que, então, assumiram a forma de pré-suposto na abordagem das questões artísticas pode nomear-se como exemplar nas colunas dos suplementos um artigo de João Rubem (pseudónimo de João Cupertino de Miranda ²²⁵), tímida e vagamente intitulado *Pequenos reparos*; inserido em

²²³ Alfredo Margarido: *A Introdução do Marxismo em Portugal*, Guimarães Edit., Lisboa 1975, pp. 92-97.

²²⁴ Mário Sacramento: *Diário. Envelhecer (Jornal e Memórias)*, ed. Limiar, Porto 1975, p. 31.

²²⁵ Para identificação de alguns pseudónimos, ver Armando Castro: *Para a História do Pensamento Marxista em Portugal*, ed. cit., pp. 187-188, n. 18.

1938 na página *Da Gente Moça* do semanário viseense *O Trabalho*, dirigida por Maria Selma (pseudónimo de Virgínia de Moura) e Lobão Vital, nele pode ler-se:

*Nenhum artista poderá separar-se, dividir-se, tornar-se duas pessoas: o artista será sempre o produto do homem-artista, o conjunto de ambos, e não como alguns críticos querem: duas personalidades distintas. [...] A principal missão do artista é servir o homem.*²²⁶

Mas tais asserções foram generalizadas já num contexto de afirmação autónoma do movimento neo-realista²²⁷, quando a derradeira (aliás, decisiva) polémica entre os adeptos de uma *arte pura* e de uma *arte social*, bem como o debate entre concepções materialistas e idealistas que se reclamavam de um pensamento racionalista, preenchiu a ordem do dia nos principais semanários que, superando o contexto das páginas e suplementos, coroaram os movimentos culturais juvenis. Embora tais polémicas tivessem contribuído para a marcação de clivagens que tenderam a afirmar a que se designou por *novíssima geração*, a primazia que esta veio a dar em geral à função social da arte e ao compromisso do artista – relevando, afinal, a figura do intelectual e de uma «missão» tida por «principal» que deveria desempenhar como «produto» das circunstâncias históricas e sob orientação de um *racionalismo concreto* ou *racionalismo moderno* – minou o esclarecimento mais lúcido e rigoroso de um debate especificamente artístico. Este não chegou, então, entre nós, falando em geral, a atingir a profundidade que, por exemplo, levou em França aos debates da *Querela do Realismo*²²⁸, ainda que o conhecimento da sua publicação em livro tivesse então circulado entre os jovens intelectuais portugueses, não passando, porém, de leitura superficial que a poucos tocou verdadeiramente para lá do empenhamento da arte.

²²⁶ João Rubem: «Pequenos reparos», *Da Gente Moça*, n.º 12, suplem. in *O Trabalho*, n.º 242 (26 Maio), Viseu 1938, 5.º ano, p. [5].

²²⁷ L. A. Costa Dias: «Contribuição preliminar para o conceito de “geração de 1937”», *Vértice*, n.º 75 (Dez.), Lisboa 1996, II sér., pp. 52-58.

²²⁸ Ver AA.VV.: *La Querelle du Réalisme*, Édit. Sociales, Paris 1936.

Seja como for, a evolução deste processo abriu uma nova fase no contexto da história cultural portuguesa que deve precisar-se. O inquérito estabelecido às dezenas de publicações periódicas que participaram na génese do Neo-Realismo, na qual os *movimentos culturais juvenis dos anos trinta* se inscreveram como processo fundacional, permite justamente determinar as condições da sua afirmação como *movimento cultural autónomo*, não esquecendo que a interligação de tais publicações (e a própria remissão de umas para outras constituiu, aliás, o próprio ponto de partida para o seu completo recenseamento) criou e fixou uma verdadeira «rede» de relações ²²⁹ que tendeu a homogeneizar um imaginário e uma linguagem comuns para as problemáticas que a jovem geração seleccionou e codificou como centrais do seu tempo. Caminhando para o ocaso dos *anos trinta*, as estratégias de evolução dessa imprensa cultural e dos grupos a ela associados tenderam a concentrar esforços e a obedecer a escolhas de sobrevivência, quando a conjuntura histórica nacional e internacional se apresentou cada vez mais desfavorável à livre emergência pública.

Capítulo VIII

Transformações da imprensa cultural na afirmação de uma «geração de 1937»

Num contexto que deu relevo à intervenção como consequência imediata da consciência histórica do momento ²³⁰ e «à urgência e à brutalidade de o transmitir na sua

²²⁹ Expressão empregue num artigo de [Redacção]: «Filme...», «Comércio» dos *Novos*, n.º [16], suplem. in *O Comércio da Póvoa de Varzim*, n.º 36 (21 Set.), Póvoa de Varzim 1939, p. [4]: «[...] é grato notar como por toda a parte se vai estabelecendo uma rede de páginas de cultura jovem».

²³⁰ Ver A. P. Pita: *A Recepção do Marxismo pelos Intelectuais Portugueses (1930-1941)*, ed. Centro de Estudos Sociais, Coimbra 1989 (Oficina do CES, 12).

nudez e imediatismo»²³¹, as dezenas de folhas literárias – que construíram uma rede relacional, constituindo uma das principais consequências do «método das páginas» – tornaram-se rapidamente subsidiárias no conjunto das actividades dos *movimentos culturais juvenis* e perderam rapidamente a função decisiva na afirmação da jovem geração que lhes dera impulso. Tal função passou a ser desenvolvida por outro tipo de publicações, já de projecção nacional (ou assim pretendida) e cuja natureza parecia assegurar passos mais marcantes e duradouros, mercê de estruturas mais sólidas na organização de um espaço público. Foram estes verdadeiros órgãos literários que emergiram, então, como icebergues e deixaram, até hoje, rasto de maior visibilidade, como o semanário de Lisboa *O Diabo*, o quinzenário *Sol Nascente* sucessivamente editado no Porto e em Coimbra, e a revista *Pensamento* do Porto – títulos que, finalmente, protagonizaram as decisivas polémicas em prol de um «novo humanismo» em arte que viria a designar-se por Neo-Realismo.

Importa, porém, estreitar o olhar sobre a trajectória mais imediata que aí conduziu, integrando estas publicações no processo global de evolução dos *movimentos culturais juvenis*, com o objectivo de aferir o contributo das condições dessa evolução para a própria natureza do Neo-Realismo. Entre um largo número de colaboradores que revelou nas páginas literárias a sua actividade iniciática, pelo menos os mais activos e mais dotados literariamente vieram a deslocar-se lentamente da «rede» de iniciativas disseminada pela «província» para os principais títulos de Lisboa, Coimbra e Porto. É significativo o caso de longevidade que constituiu a *Página dos Novos* inserta no jornal *Independência d'Águeda*, entre Outubro de 1937 e Novembro de 1940: dinamizada, ao longo dos cerca de vinte números iniciais, por um conjunto variado de colaboradores, oriundos de diversos pontos do país, veio a prolongar finalmente uma existência irregular e, por assim dizer, moribunda até ao trigésimo oitavo número, sem dar-se

²³¹ A. Pinheiro Torres: *O Movimento Neo-Realista em Portugal na Sua Primeira Fase*, ed. Inst. Cultura Portuguesa, Lisboa 1977, p. 12.

quase pelo eclipse do suplemento. Para não avolumar referências que se limitam a confirmar esse fenómeno, pode ainda sintomaticamente nomear-se a *Página da Gente Moça* do semanário *Ideia Livre* de Anadia que concentrou a participação de Álvaro Feijó, Carlos de Oliveira, Fernando Namora, Políbio Gomes dos Santos, João José Cochofel e, provavelmente, também Joaquim Namorado (abreviado para J. N.), entre outros colaboradores, desde Janeiro de 1937 e ao longo dos nove primeiros números. Num artigo deste período mais activo, destaca-se o desenvolvimento de um tema que correspondeu à decisiva afirmação de uma consciência colectiva na capacidade de renovação destes movimentos culturais perante os problemas sociais contemporâneos:

*É a consciência da agudeza destes problemas que nos dá, a nós – parte sã da mocidade – o carácter de juventude*²³².

Já no derradeiro período, esvaziada a redacção daquele alargado núcleo de jovens coimbrãos, este suplemento passou a preencher a maior parte das suas colunas, até ao vigésimo quinto número, de Abril de 1939, com a divulgação de alguns dos principais expoentes estrangeiros do realismo social ou dos grandes vultos da cultura portuguesa contemporânea. A perda de interesse, dinamismo e regularidade dessa página foi de tal modo evidente que, entre Maio de 1938 e Dezembro de 1939, Armando Bacelar procurou ainda criar no mesmo semanário de Anadia uma *Secção Literária*, já sem a regularidade, a dinâmica e a diversidade de colaborações da página sua antecessora.

Neste sentido, foi preenchendo espaço cada vez mais largo nestes suplementos de edição semanal, quinzenal ou mensal a inserção de colunas ou secções de «Textos escolhidos»²³³, «Cartazes»²³⁴, «Selecta»²³⁵ ou «Antologia» de autores²³⁶... A própria

²³² J. N. [Joaquim Namorado?]: «Comentário. Ser jovem», *Página da Gente Moça*, n.º 2, ano I, suplem. in *A Ideia Livre*, n.º 444 (6 Mar.), Anadia 1937, ano IX, p. 2.

²³³ *Página dos Novos*, suplem. in *Independência d'Áquedra*, a partir de 12 Mar. 1938.

²³⁴ *Da Gente Moça*, suplem. in *O Trabalho*, de Viseu, desde 10 Fev. 1938.

²³⁵ *Ensaio. Secção Literária*, suplem. in *Renovação*, de Vila do Conde, a partir de 21 Maio 1938.

afirmação das novas tendências artísticas fez-se, em inúmeras dessas páginas culturais, através da divulgação e da referência de autores estrangeiros, sobretudo brasileiros, franceses, russos e norte-americanos com que os jovens portugueses se identificavam, desde o chamado *romance nordestino* à *lost generation*, numa comunhão de experiências estéticas de diferentes tradições progressivas.

Justamente entre 1938 e 1939, no ponto alto de proliferação destas iniciativas jornalísticas de «província», porém, simultaneamente, no ocaso mesmo deste processo, quase todas as páginas ou suplementos então sobreviventes multiplicaram referências e transcrições de *O Diabo*, *Sol Nascente* e, depois (em menor grau), da revista *Pensamento*, não apenas reconhecendo o papel central que estes jornais e revistas passaram a desempenhar, como procurando voltar atenções para os principais periódicos que então veiculavam os postulados e as primeiras criações literárias do Neo-Realismo. Isto mesmo foi reduzido a traço *panorâmico* na página de *Pensamento Jovem*, de Ílhavo, que endossava para as duas publicações centrais da jovem geração toda a síntese das suas realizações:

Publicações literárias:

O Diabo, o semanário cultural de Lisboa, tomou ultimamente uma orientação mais concreta e uma acção mais viva e mais esclarecida. [...]

Sol Nascente, Porto, é a revista da juventude. Baluarte entusiasta do pensamento jovem, a sua acção cultural de formação, informação e crítica, é notável.

*Recomendamos a leitura destas duas publicações, que consideramos indispensáveis a todos os amigos da cultura e todos os que desejem progredir e fazer progredir os outros.*²³⁷

Torna-se finalmente nítido que, no ponto culminante dos *movimentos culturais juvenis*, a difusão dos novos ideais humanistas (na escala de um ideário emancipador com

²³⁶ *Do Espírito Literário*, suplem. in *Ecos do Sul*, de V. Real de Stº António, desde 12 Jun. 1938, ou *Temas Culturais*, suplem. in *O Trabalho*, desde 24 Ag. 1939.

²³⁷ [Redacção]: «Panorama», *Pensamento Jovem*, suplem. in *Jornal de Ílhavo*, n.º 258 (24 Dez.), Ílhavo 1939, ano VI, p. 4.

expressão fundamental numa noção totalizadora da cultura) e as formas que assumiu inserem-se já numa estratégia que António Gramsci avaliou deste modo:

*A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não é a única: forma parte dela tudo o que influi ou pode influir directa ou indirectamente na opinião pública: as bibliotecas, as escolas, os círculos e clubes de diversa categoria.*²³⁸

A partir de finais de 1937, numa perspectiva de conjunto que a evolução da imprensa periódica juvenil agora permite descortinar, essa «estrutura ideológica» assumiu os contornos decisivos de um verdadeiro *aparelho*²³⁹, numa estratégia de *organização* do que anteriormente fora em grande medida *espontâneo* e que, como «método» de organização da espontaneidade, passou pela ocupação de espaços de expressão independentes que tiveram a imprensa como fulcro. Tal processo, por seu turno, beneficiou, finalmente, da experiência (organizativa e política, social e ideológica, cumulativamente) adquirida, de modo enfim decisivo, nas diversas estruturas políticas de acolhimento que não eram já os «inocentes» clubes de leitura: no lugar destes estruturou-se uma militância efectiva de que os agrupamentos em torno das redacções dos grandes jornais se tornaram a face de velada legalidade. O período que se abriu, sem esquecer as oscilações impostas pelo regime de censura e pelos outros aparelhos repressivos, foi o do reforço dessa estrutura ideológica, revitalizada, conforme se verá, por novas experiências de difusão, numa trajectória de permanente desenvolvimento de anteriores experiências concretas.

É altura de precisar, pois, as linhas dessa complexa dinâmica que preparou o terreno ideológico e, de imediato, veiculou o surto inicial de criações literárias e artísticas

²³⁸ António Gramsci: *Cadernos Miscelâneos*, 3, § 49, publ. in *Cadernos do Cárcere*, ed. Civilização Brasileira, 2ª ed., Rio de Janeiro 2001, vol. 2, p. 78.

²³⁹ Noção que Louis Althusser incorporou mais tarde, nomeadamente quando afirmava a sua autonomia ao nível da sociedade civil: «os Aparelhos Ideológicos de Estado podem ser não só o *alvo* mas também o *local* da luta de classes e por vezes de formas renhidas da luta de classes» quando «a resistência das classes exploradas pode encontrar meios e ocasiões de se exprimir neles» (*Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, Edit. Presença, 3ª ed., Lisboa 1980, pp. 49-50).

do movimento neo-realista, numa ruptura decisiva que Armando Castro, em breve e mais recente leitura da experiência de que foi protagonista, explicitamente situou por volta de 1937-1938 como ponto de viragem ²⁴⁰. Pois uma leitura um pouco mais minuciosa do inquérito ao cruzamento de trajectórias nos *movimentos culturais juvenis* e ao amadurecimento de relações através da imprensa que os veiculou permite determinar um patamar em que coexistiram as páginas e suplementos literários, numa existência entretanto subsidiária e com perda de importância e dinamismo (num desdobramento meramente quantitativo de uma actividade dispersa que se prolongou, em casos cada vez mais reduzidos, a 1940), com o aparecimento de periódicos de mais regular e ampliada edição e portadores de uma mais explícita orientação. Estes, finalmente, constituíram o lugar sistematizador de nova criação literária (e mesmo artística), no mesmo passo em que à autonomia de tais publicações correspondeu uma linha programática definida pela concentração de uma actividade homogénea, ou sejam linhas editoriais precisas. Esse ponto de viragem inscreve, diacronicamente falando, uma ruptura no curso da evolução dessas publicações periódicas que creio corresponder à afirmação do Neo-Realismo como *movimento cultural autónomo*.

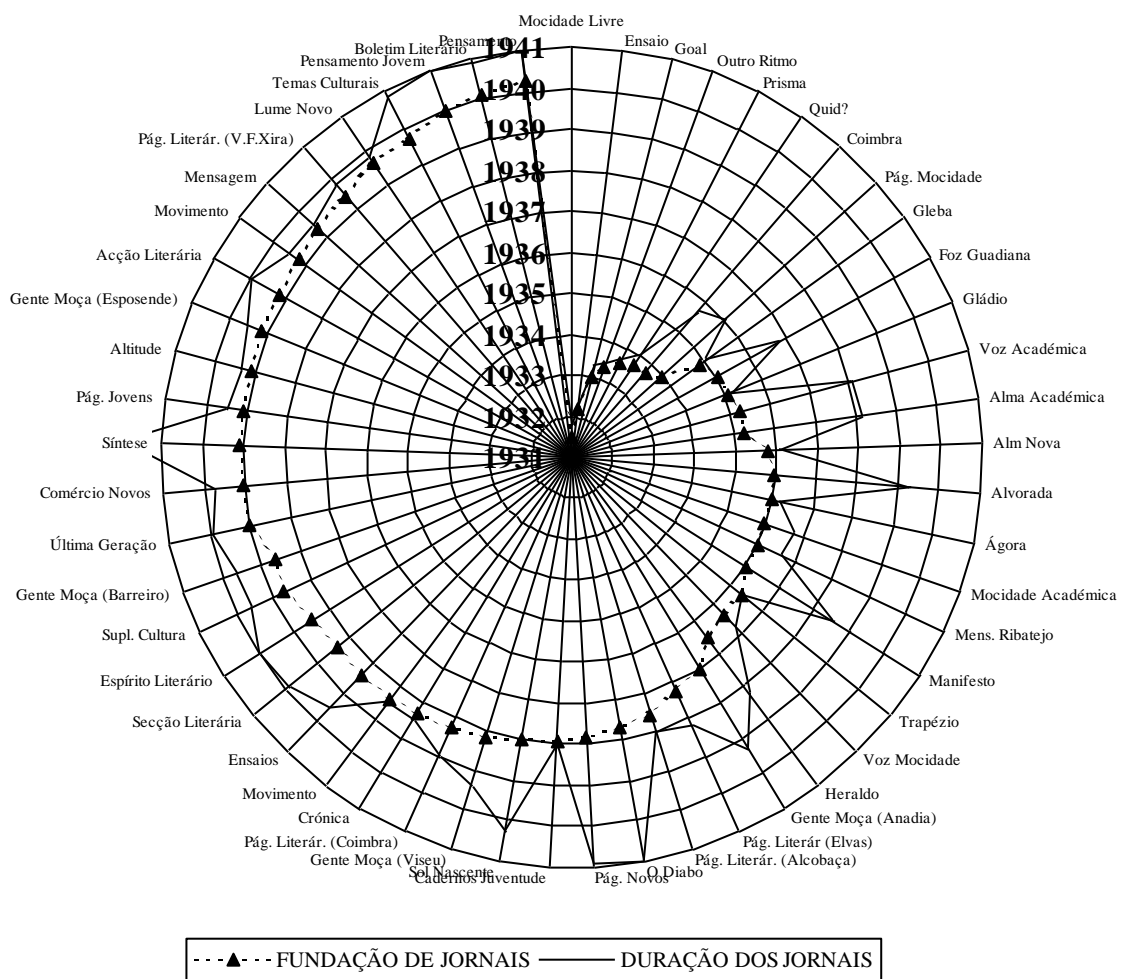
A partir desse momento, assume nitidez a cristalização de ideias radicadas, mais ou menos explicitamente, no marxismo (mesmo um marxismo «no ar», nesse sentido em que um humanismo comunista pode destrinçar-se sem se desvincular de uma formação marxista propriamente dita ²⁴¹) ou no que dele se entendeu então, restritivamente, quer pela imediatidade de uma correspondência com a acção, quer pela exiguidade de acesso às fontes directas. O certo é que, nessa base ideológica, procuraram fixar-se perspectivas sócio-culturais expressas em soluções artísticas. A ocorrência dessa transformação fundamental, para além de uma perspectiva analítica mais densa a que em seguida não deixarei de proceder, pode antes de mais detectar-se numa representação dinâmica do

²⁴⁰ Armando Castro: *Para a História do Pensamento Marxista em Portugal*, ob. cit.

²⁴¹ Ver Louis Althusser: *Pour Marx*, ed. François Maspero, Paris 1968, p. 160.

conjunto de publicações culturais impulsionadas pelos movimentos juvenis, reunindo estatisticamente o material descritivo mais geral que resulta do percurso encadeado das publicações, através da sequência do seu aparecimento e da respectiva duração temporal (gráfico 8).

Gráfico 8. *Evolução dos jornais e revistas juvenis dos anos trinta*



Assim representada, a dinâmica de evolução desta imprensa sugere que, após um período inicial de lenta e intermitente criação das revistas escolares, desde 1931, com irregular e efémera duração, os *movimentos culturais juvenis* marcaram uma aceleração no ritmo de publicação dos seus títulos periódicos, conforme se inscreve na curva do lapso temporal situado entre finais de 1936 e princípios de 1938, a partir do qual é visível o

estabelecimento de uma maior harmonia entre a evolução (mais rápida) do número de títulos criados e a sua (mais curta) duração. O ponto de ruptura inscreve-se, deste modo, entre uma imprensa cultural de eminente reprodução quantitativa, numa vocação de revelações literárias e de uma difusa vontade de recusa, e uma outra de afirmação qualitativa, marcada pela difusão de uma mundividência que veio a assumir expressão doutrinária, sobretudo em forma polémica, e marcou uma criação literária que tematizou um universo humano de imediata referência à realidade político-social.

Ora, tal ponto de viragem situa-se precisamente entre as transformações operadas no seio de *O Diabo* e as de *Sol Nascente*, na transição de 1937 para 1938, e o seu exame merece, por isso, particular atenção. Essa análise permite reter as circunstâncias a partir das quais se clarifica a correspondência histórica do conjunto fundamental de ideias que tenderam a presidir à criação dos objectos artísticos e que, portanto, definem a sua natureza como portadores de signos comuns a tal movimento; pois a relação diacrónica desse corpo comum de ideias foi, como se viu, estabelecida no curso de um processo histórico que teve aquela imprensa periódica como eixo da afirmação pública das produções críticas e artísticas em tais condições desenvolvidas.

No preciso momento em que se cristalizaram as condições de ruptura, o título periódico que, à distância, se afigura hoje porventura como paradigmático do salto qualitativo para um novo patamar é a revista coimbrã intitulada *Cadernos da Juventude* e já atrás aludida: o número único, editado em Novembro de 1937 (porém, muito provavelmente, já impresso em Outubro ²⁴²), num formato de bolso e apresentado como fascículo de *ensaio, novela, poesia, inquérito*, teve a sua tiragem integral e literalmente reduzida a cinzas em resultado do auto-de-fé realizado, à boa maneira fascista, no pátio do Governo Civil de Coimbra ²⁴³. A sua convocação não resulta, portanto, do valor

²⁴² Segundo pode inferir-se de referência na *Página dos Novos* (ver supra, p. 162).

²⁴³ De entre alguns depoimentos, ver Joaquim Namorado: *Um romance visto de dentro*, pref. a Fernando Namora: *Fogo na Noite Escura*, ed. cit., p. 11. O único sobrevivente de *Cadernos da Juventude*, existente na

extrínseco de tal publicação – da sua circulação pública e influência exercida, que não poderão ter existido –, mas de um valor fundamentalmente intrínseco que assume função denotativa na ilustração da capa, executada por Fernando Namora: de argumento gráfico moderno, onde não falta uma certa notação experimental sugerida pelo «design» do subtítulo, sobressai uma ponta de gume que quebra os elos de uma cadeia, a mesma que, em simultâneo, corta um círculo em que, seguindo a tradição iluminista, se separam a sombra e a luz ²⁴⁴.

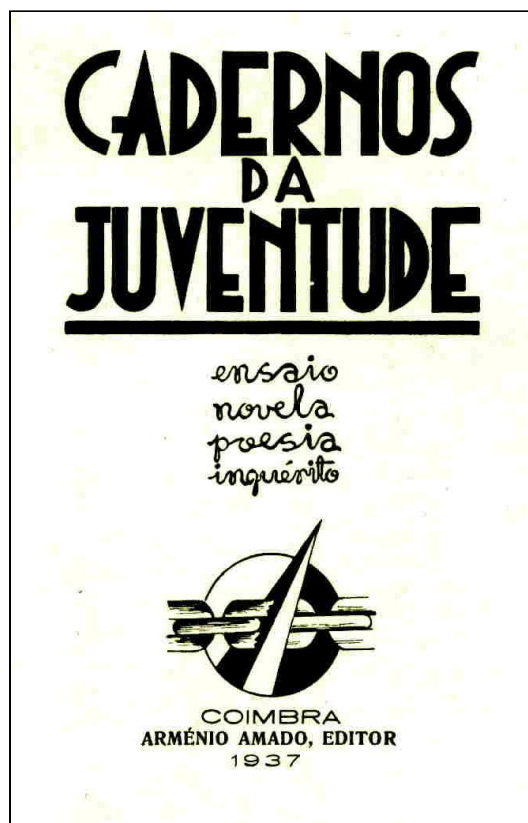


Figura 4. Número único de *Cadernos da Juventude*

A importância de que esses *Cadernos da Juventude* se revestiram para os seus promotores ficou sugestivamente atestada entre os lances dos jovens protagonistas do romance, já supracitado, do mesmo Namora, que é uma consabida biografia ficcional da

Biblioteca Municipal de Coimbra, permitiu a Carlos Santarém Andrade a iniciativa da sua edição fac-similar (ed. Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra 1997).

²⁴⁴ Fernando Namora: *Autobiografia*, Ed. O Jornal, Lisboa 1987, p. 56; (ver p. seg.).

geração que emergiu no meio coimbrão: a iniciativa editorial surge aí encriptada na denominação de *Rampa*, revista para a qual «se definiam as directrizes da nova corrente literária»²⁴⁵. Ainda aí, idêntico logro da sua preparação, conhecida pelas autoridades:

[...] *soube-se que os colaboradores de Lisboa tinham sido interrogados na polícia sobre os desígnios da revista. [...] E logo um semanário da cidade, desbocado porta-voz dos nacionalistas de verniz nazí, pôs de lado as meias palavras e acusou a Rampa de objectivos subversivos, coisa infamante, e de entendimentos com Moscovo*²⁴⁶.

A posteridade encarregou-se, conforme atestou Mário Dionísio, de reproduzir acriticamente esta perspectiva policial de aparecimento do «neo-realismo, que tanta gente assegura ter nascido de não sei que forças tenebrosas»²⁴⁷ transformadas, no aviso crítico de Gomes Ferreira, numa espécie de «lenda negra do neo-realismo propagado e imposto aos artistas por uma espécie de gigante secreto de mil braços»²⁴⁸, sem curar de um exame rigoroso das condições da sua emergência em que às causas facilmente se têm substituído os efeitos. E, neste sentido, os *Cadernos da Juventude* constituem excelente objecto de estudo.

Longe de uma ortodoxia *de partido*, estes *Cadernos juvenis* começam por trazer o exemplo mobilizador que a colaboração de Abel Salazar na resposta a um *Inquérito* sugere pretender-se. Mas a questão é mais funda. O magistério do velho médico, filósofo e artista, ao realce da sua posição refractária à ideologia do Estado Novo, de cuja universidade portuense fora afastado em 1935, sobrepunha a eficácia divulgadora de um mecanicismo de raiz materialista, sublinhado por um cientifismo aparatoso de exposição serena e convicta – aspectos que explicam o sucesso superficial, mas efectivo da sua figura entre uma jovem geração fragilmente preparada em termos doutrinários.

²⁴⁵ Fernando Namora: *Fogo na Noite Escura*, 11ª ed., Livr. Bertrand, Amadora 1975, p. 319.

²⁴⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 337.

²⁴⁷ M. Dionísio: *Manuel da Fonseca*, pref. in ob. cit., p. XI.

²⁴⁸ J. Gomes Ferreira: *A Memória das Palavras*, ob. cit., p. 176.

De aura *mágica* se tratava – e assim deve, em boa verdade, classificar-se o magistério então exercido pelo prestigiado professor sobre esses jovens que, segundo depoimento de Alexandre Babo a este propósito revelador, não tinham «muitos de nós, os conhecimentos e a capacidade crítica precisa para uma análise dos problemas da Escola de Viena, que Abel Salazar divulgava, mas sentíamos naquele verdadeiro fermentar de vida e de inteligência o valor mágico do pensamento»²⁴⁹. De um pensamento cujo discurso estava voltado para a juventude. Não pode, pois, considerar-se fortuito que o depoimento de Abel Salazar se destinava a responder à questão sobre «Quais as ideias que em Biologia mais interessam à juventude?».

De entre as juvenis colaborações literárias aí insertas que, ao cabo, ficaram por circular publicamente, contam-se as de Frederico Alves, Fernando Namora, Joaquim Namorado (sob o pseudónimo de Álvaro Bandeira), Manuel da Fonseca, Manuel Filipe e Políbio Gomes dos Santos; e, além destes, segundo uma nota bibliográfica antecipada por uma *Página dos Novos*, no semanário *Independência d'Águeda* (raro vestígio do eco dado ao título coimbrão com um conhecimento substancial e antecipado do seu conteúdo), pode ainda saber-se que não chegaram às tintas de impressão as colaborações líricas, aí previstas, de Mário Dionísio, «Poema do sacrifício sublime», e de Paulo Crato, «Per omnia saecula»²⁵⁰. Também uma curta notícia extemporânea foi apresentada nas colunas do semanário lisboeta *O Diabo*, já então sob influência decisiva dos jovens redactores de que Mário Dionísio era figura mais destacada; sublinhava-se aí no «empreendimento da nova geração literária de Coimbra» o facto de «que, rompendo com a tradição das publicações académicas efémeras, se apresenta em estreita união com

²⁴⁹ Alexandre Babo: *Na morte como na vida*, in Maria Luísa Garcia Fernandes (org.): *Abel Salazar. Retrato em Movimento*, ed. Campo das Letras, Porto 1998, p. 38; difuso magistério reafirmado, como «entusiasmo» acrítico, por Joaquim Barradas de Carvalho: *Abel Salazar*, in *O Obscurantismo Salazarista*, ed. Seara Nova, Lisboa 1974, p. 102; Mário Sacramento (in *Fernando Namora*, ed. Arcádia, Lisboa s.d., p. 57) falou mesmo em «prestígio ideológico» exercido por Abel Salazar.

²⁵⁰ [Redacção]: «Quinzenalmente. Ecos - Notícias - Comentários», *Página dos Novos*, n.º 4, suplem. in *Independência d'Águeda*, n.º 370 (4 Dez.), Águeda 1937, a. XXXIII, p. [2].

os novos de todos os pontos do país, especialmente da capital»²⁵¹. A unidade de movimento e a sua inscrição colectiva, ao cabo de «várias reuniões consecutivas» de preparação²⁵², são indicadores da radical transformação que então se consumava no curso da imprensa periódica juvenil. Não se esgotaram aqui, porém, tais indicadores.

Mais larga referência jornalística consignada aos malogrados *Cadernos*, com relevo crucial pela contextual incorporação geral num panorama cultural português que o texto pretendeu dar ao decisivo aparecimento de uma nova geração, foi antecipada nas colunas da revista *Humanidade*. Tratou-se de um periódico que o Secretariado de Propaganda Nacional mantinha então «observado com atenção» e secretamente classificava como «título duvidoso»²⁵³ e nele surgiu um artigo longamente apresentado como *Panorama literário da mocidade de Coimbra e a necessidade do revigoramento mental das novas gerações*, publicado em página inteira, de grande formato, num número especial comemorativo do IV Centenário da Universidade. Além de destacar uma sugestiva ilustração de Fernando Namora, num registo lírico consignado pela gravura moderna, o artigo teve a assinatura de António Ramos de Almeida, porventura com a colaboração de Joaquim Namorado, já então grande figura dinamizadora e mobilizadora nas hostes coimbrãs, completando assim o trio de responsáveis pela edição dos *Cadernos da Juventude* (e foram-no ainda de outras importantes publicações posteriores de afirmação da nova geração). O texto afigura-se especialmente encomendado, porventura endossado por figuras com reconhecida proeminência local sobre a jovem geração – é uma hipótese, que as afinidades em que o juvenil grupo coimbrão se afirmava situar permite autorizar –, Miguel Torga ou Albano Nogueira, promotores da revista *Manifesto* em que esses jovens por essa altura colaboravam.

²⁵¹ [Redacção]: «Cadernos da Juventude», *O Diabo*, n.º 164 (14 Nov.), Lisboa 1937, a. IV, p. 5.

²⁵² Luís Albuquerque: «Uma carta», art. cit., p. 71.

²⁵³ Silva Dias: *Confidencial. Informação* (5 Nov. 1937), apud *A Política de Informação no Regime Fascista*, ed. Comissão do Livro Negro sobre o regime Fascista, vol. [1], Lisboa 1980, p. 88.

Ora, começando por afirmar no texto a impossibilidade de qualquer renovação cultural «sem rebeldia, sem um esforço de afirmação de valores novos em oposição aos valores estabelecidos e consagrados», o autor desse *Panorama* não deixava de reivindicar a herança esteticamente renovadora de «um passado que ainda não vai longe» e se apresentava então «como um exemplo aos novos do presente»²⁵⁴. E, situando-se no esteio da mais recente revolução artística, o autor seleccionava estes dois momentos do modernismo português (ainda que restringidos a um percurso estritamente coimbrão, em que era dado enquadrar-se):

*Tríptico foi o primeiro grito de inconformismo. Nas suas páginas estão os primeiros passos da vida literária de alguns dos artistas mais representativos do modernismo português. [...] Depois surgiu Presença, revista de tendência modernista irreverente e ousada que se lançou numa obra de actualização da literatura e da crítica portuguesa.*²⁵⁵

E neste último título, que foi o principal órgão do segundo modernismo, fundado em 1927, Ramos de Almeida não deixava de valorizar com generosa e franca relevância tudo «o que é vivo na literatura modernista, da poesia ao romance, do teatro à crítica» – porém, uma década volvida, considerava desfasado «da angústia do momento que vivemos». Era, pois, numa consciência-de-si *actual* de uma historicidade colectivamente apreendida que o jovem autor encontrava a justa medida para nova e necessária *actualização* artística, embora reconhecendo: «Depois da geração presenciata ainda não apareceu outra que com ela discutisse». Iria discutir, sim, em breve; e valorizando, ao despontar, uma continuidade das conquistas estéticas anteriores. Aliás, em artigo que, ficando porém inédito, Casais Monteiro então preparou como resposta ao de Ramos de

²⁵⁴ António Ramos de Almeida: «Panorama literário da mocidade de Coimbra e a necessidade do revigoramento mental das novas gerações», *Humanidade*, n.º 39 (4 Dez.), Lisboa 1937, a. III, p. 20 (trata-se de uma revista de propaganda colonial, que chegou a solicitar subsídios ao S. P. N., criada por figuras oriundas ou ligadas às colónias africanas, embora colaborada por uma pléiade de jornalistas republicanos, na mais pacífica reverência à ordem e à obra salazaristas).

²⁵⁵ *Id., ibid.*, bem como as transcrições seguintes.

Almeida, afirmava ser o jovem autor «daqueles que consideramos tão defensores como nós de uma certa concepção da arte como coisa viva e feita do nosso sangue», embora lhe apontasse o «abandono a solicitações de várias espécies.»²⁵⁶

Pois veria o jovem autor do *Panorama Literário* sinais novos de amadurecimento? Creio que sim; e, antes de mais (e tanto mais intimamente quanto é verdade que alguns desses jovens ainda haveriam de participar nas páginas da própria revista *Presença*), numa imediata comunhão estético-ideológica reconhecida em campo aberto pela «dissidência» presencista, identificado com a emergência de *um* humanismo *modernista* que, em oposição a uma «desumanização na arte» persistente nos moldes *presencistas*, o jovem Ramos de Almeida fez residir no espaço deste convívio:

Manifesto[,] revista publicada em 1935[,] veio a bater-se pela humanização da arte, por um novo humanismo; o seu programa é colocar as forças estéticas e culturais ao serviço do «homem».²⁵⁷

A despeito, porém, das colaborações juvenis nela incluídas, a revista *Manifesto* merecia neste artigo, com a implícita ideia da necessária irreverência a toda a profunda renovação, uma ressalva que não resisto a destacar:

Mas Manifesto não é uma revista de estudantes, não é um movimento de mais novos.

Não representava ainda, deve ler-se, *movimento* autónomo. E feita a ressalva, que consistia na necessidade de decisiva afirmação da geração *de mais novos* – o subtítulo do artigo propunha, convém não esquecer, a «necessidade do revigoreamento mental» da juventude –, o novel ensaísta deixou colocado o essencial da questão: uma vez identificada a *tendência* já aberta de «humanização da arte» e reconhecido o «programa»

²⁵⁶ A. Casais Monteiro: *Nós, os porta-vozes de uma estética subjectivista até à desumanização*, in *O Que Foi e o Que Não Foi o Movimento da Presença*, ed. cit., p. 29.

²⁵⁷ A. Ramos de Almeida: art. cit., bem como as transcrições seguintes.

desse «novo humanismo», faltava conferir-lhe decisivo «movimento» que deveria, afinal, ser já tarefa específica da mais jovem geração, enfim largamente exposta nestes termos:

Mas, actualmente[,] um núcleo de rapazes pretende começar uma nova campanha, abrir outra época na mocidade coimbrã. O que caracteriza os rapazes de hoje é uma adesão profunda ao seu mundo, uma comunhão com as suas misérias e as suas virtudes, uma fuga dos subjectivismos doentios, e sobretudo uma renúncia à esquisitices formais que foram o conteúdo de certa corrente da literatura contemporânea.

E, continuando a acompanhar o mesmo artigo, aí mesmo se anunciava próxima a abertura dessa *nova época* literária, com um reagrupamento especificamente juvenil em torno de uma publicação autónoma, já devidamente anunciada e a que não faltou este alarde de grande e decisiva iniciativa editorial:

Vão aparecer em público, muito breve, Cadernos da Juventude. É natural que aos primeiros escritos faltem profundidade, técnica formal, experiência. Mas tudo isto é o que se adquire com o tempo. Em Cadernos da Juventude vão colaborar por Coimbra: Políbio Gomes dos Santos, J. V. Namorado, Paulo Crato, Manuel Filipe, Fernando Namora, Tito Neves, Fernando Matos e Fernando Pinto Loureiro.

Assim posto, o excessivo (e vigiado) aparato público difundido em torno desta publicação parece ter merecido uma crítica comungada por dois colaboradores de *Manifesto*, Lopes Graça e João José Cochofel; e, embora se não conheçam os termos em que foram formuladas restrições à iniciativa pelo jovem Cochofel, a resposta epistolar que lhe endereçou o musicólogo, residindo já então em Paris depois da prisão sofrida até 1937, remete para a ideia de um aventureirismo que ambos presentiram naquele anúncio antecipado e excessivamente ostentatório (e a evocação ficcionada por Namora, aliás, no-lo sugere igualmente):

*Quanto à revista ou aos Cadernos da Juventude, confesso-lhe que quase esperava esse desfecho. Não o lamento, antes o felicito. Eu conheço bem a maior parte desses «meninos», e sei bem o que eles valem e o que pretendem.*²⁵⁸

Eventual aventureirismo (não de concepção, mas de estratégia na difusão da iniciativa) pôde ter sido assim acometido aos promotores dos *Cadernos*, tanto é que Luís Albuquerque, anónimo organizador da publicação, veio a reconhecer que «aquela lição foi bem aprendida»²⁵⁹. Seja como for, a compreensão da importância de que se revestiu tal publicação foi assinalada pelos próprios editores no *Prefácio* de lançamento, ao reconhecer intelectualmente amadurecidas as condições para sistematizar «as manifestações da actividade da juventude nos seus aspectos culturais mais importantes: ensaio, novela, poesia»²⁶⁰. Ora, tanto a marca juvenil inscrita no ímpeto de renovação cultural como a natureza compósita das colaborações nos *Cadernos*, constituem sinais distintivos que conferiram nexos a uma nova atitude artística e crítica da nova geração e entenderam-se como condição capaz de realizar uma almejada «adesão profunda ao seu mundo».

Conquanto falhada – essa que se assumiu, a si mesma, como «tentativa» inaugural de difusão da jovem geração «como elemento essencial de fecunda transformação» –, outras iniciativas jornalísticas conferem ainda o registo deste patamar qualitativo de afirmação, também nos finais do mesmo ano, optando no entanto por transformar, a partir do próprio interior, o conteúdo de publicações já em circulação e influir na sua linha editorial. Quase em simultâneo, fumegavam ainda as cinzas em que arderam os *Cadernos da Juventude*, Armando Bacelar ensaiou no Porto uma outra *tentativa*, por breve bem sucedida, de assumir a chefia de redacção de *Alma Académica*. esta revista quinzenal de

²⁵⁸ Carta de Fernando Lopes Graça a João José Cochofel (11 Dez. 1937), BN, Arq. Literatura Portuguesa Contemporânea, E23/. Ver tb. carta de 18 Set. 1937, *id.*; cf. J. Madeira: *Os Engenheiros de Almas*, cit., pp. 108-110.

²⁵⁹ L. Albuquerque: art. cit., p. 71.

²⁶⁰ [Redacção]: «Prefácio», *Cadernos da Juventude*, n.º [1 (Dez.)], Coimbra 1937, p. 6.

letras, já aqui referida, fora iniciada em 1935 com as características de publicação escolar que a tipificam no primeiro nível dos *movimentos culturais juvenis*, dominando nela a colaboração de Bacelar (ou do seu pseudónimo Carlos Relvas, então frequentemente utilizado). Mas, reiniciada a publicação como *Revista mensal de Cultura, letras, desporto, cinema* no começo de novo ano lectivo, o número de 10 de Dezembro de 1937 apresentava este *Plano* editorial de uma nova dinâmica interna:

*De hoje em diante tentaremos rasgar um novo rumo a esta revista, afirmando a nossa condição de jovens, numa viva inquietação cultural por todas as coisas de espírito.*²⁶¹

Qual era, porém, o objectivado propósito de tal inquietação juvenil? – também nolo indica nestes termos que precisam o sentido revolucionário que norteava a inquietação de espírito dessa geração aberta a uma universalidade de preocupações e, por isso, adversa à «traição» dos intelectuais de ontem:

Para a cultura de ontem a vitória [do espírito] consistia na renúncia, para nós ela consiste na modificação das coisas.

E tais propósitos incluíam um programa de acção cultural de que se conhece o anúncio de palestras, emissões radiofónicas... Intenções a que a censura repressiva pôs cobro quase imediato, terminando a própria publicação em Fevereiro de 1938, depois de inserir colaborações de Fernando Namora, Jofre Amaral Nogueira, Lino Lima e outros (não muitos mais, e esse foi o principal obstáculo da gorada iniciativa), ficando muito aquém dos propósitos manifestados.

Ora, evidenciava-se neste processo uma extrema contingência de organização, quer na criação de novas iniciativas editoriais, quer na transformação de publicações que não apresentavam uma estrutura logística adequada a um terreno de difusão mais

²⁶¹ [Redacção]: «Plano», *Alma Académica*, n.º 10 (10 Dez.), Braga 1937, p. 1.

alargado. Outras (poucas) iniciativas em seguida tentadas por obra de franco-atiradores, sem um capital de experiência de grupo capaz de seguro sucesso, conheceram rápido fracasso – foram os casos de duas revistas homónimas, com o título de *Movimento* e ambas de Lisboa. A primeira, anunciada como publicação de *Arte, crítica, poesia, literatura* e lançada em Maio de 1938 sob a direcção de Carlos Melo Moreira, com colaboração de Fernando Augusto e Alexandre Cabral, entre outros, não passou do primeiro número cujo editorial colocava como lema: «É preciso cultivar o povo»²⁶². E, em Março de 1939, sob a direcção de Gentil Marques e, além de alguns mais, a colaboração de Leão Penedo, surgiram dois números de um *Quinzenário da geração universitária* que, em consequência de um racionalismo apresentado como condição conceptual ou «aparelho de transformação», definia deste modo o trabalho cultural:

*Cultura é, essencialmente, uma coisa viva, humaníssima: tende a colocar o homem no centro das realidades, e a pô-lo em condições de reflectir com justeza perante elas – quaisquer que sejam.*²⁶³

Capítulo IX

Transformações no activismo cultural:

o semanário *O Diabo*

Por essa altura, pois, já as atenções se haviam centrado na atracção ou, de outro modo que melhor explicita os resultados rapidamente alcançados, no assédio a algumas publicações mais aptas a resistir ao inferno da repressão e ao qual a recente experiência por inúmeros adquirida em estruturas juvenis académicas, maçónicas, antifascistas ou mesmo comunistas veio trazer um activismo próprio. Ora, o mais importante desses

²⁶² [Redacção]: «Ao que vimos», *Movimento*, n.º 1 (15 Maio), Lisboa 1938, a. I, p. 1.

²⁶³ Óscar Penedo: «Nótula à cultura», *Movimento*, n.º 1 (13 Mar.), Lisboa 1939, p. [1].

projectos editoriais, com uma próxima e viva aura de prestígio na imprensa periódica da época (e é, ainda hoje, referência consensual reconhecida no campo cultural dos *anos trinta*, por vezes demasiado simplificada a sua homogeneidade) foi protagonizado pelo jornal *O Diabo* que, atravessando toda a segunda metade da década, tipifica as transformações mais gerais na vida cultural, ideológica e mental de que os meios periódicos de comunicação deram activo testemunho, passando por um processo de renovação interna não muito diferente do que ocorreu, por essa mesma altura, na revista *Sol Nascente*, originária do Porto – esses dois títulos que viriam a desempenhar um papel central na definitiva afirmação da jovem geração.

Aquele *semanário de literatura e crítica* lisboeta fora fundado em 1934 por um caixeiro-viajante de profissão, Horácio Virgílio da Cunha, a que o acaso de um prémio de lotaria permitiu, segundo nota breve e tardia de Fernando Piteira Santos²⁶⁴, recursos económicos para materializar uma empresa jornalística que, desde o plano da subsistência financeira ao parque tipográfico, cedo se apresentou auto-suficiente. As ligações do editor aos meios operários da Marinha Grande deram consistência a uma orientação democrática desde a origem da publicação, evidentemente beneficiada pelo papel do primeiro director, cargo para que foi convidado o jornalista Artur Inês (1898-1968), democrata republicano e jornalista já então com larga experiência em diversas outras publicações periódicas, nomeadamente como chefe de redacção do diário *República*.

Nos tempos censórios e persecutórios em que o país mergulhara decisivamente com a institucionalização do Estado Novo²⁶⁵ – é compreensível que, perante a acusação de reviralhismo diabólico feita pelo fascista Manuel Múrias no jornal *Revolução Nacional*,

²⁶⁴ Ver [F. Piteira Santos]: «Política de A a Z. Era uma vez “O Diabo”», *Diário de Lisboa*, n.º 21636 (17 Dez.), Lisboa 1984, ano 64, p. 3.

²⁶⁵ Sobre a marcante memória de uma incidência particular da censura na vida de *O Diabo*, ver entrevista de Rodrigues Lapa: «Retrocedemos mais de um século nos princípios e métodos educativos», *Diário de Lisboa*, n.º (5 Jan.) Lisboa 1949, p. e Adolfo Casais Monteiro: *O País do Absurdo*, ed. cit., p. 183.

antes mesmo de lançado *O Diabo* (além de um vago apodo de «jacobinismo» que lhe veio a ser arremessado pelos redactores de *Fradique*), o seu editorial de apresentação, no número inaugural, a 1 de Junho de 1934, tenha feito profissão de fé de que «não é, não será nunca um jornal político». Mas não deixa de ser curioso, pela simbologia de um universo ideológico de expressão genericamente laica, o metaforismo retórico deste passo do editorial assinado pelo seu primeiro director:

*Segundo os cristãos romanos, o Diabo é o anjo rebelde que se revoltou contra o poder e as prescrições de Deus. Lançado raivosamente no Inferno pelas almas brancas, puríssimas, dos anjos bons, o desprezível bolchevista da corte celestial, ainda do lugar maldito destinado aos ímpios e aos réprobos, para onde o mandaram, contrariou a vontade olímpica do Todo Poderoso.*²⁶⁶

Se não compete já proceder a uma análise contextual da publicação, mesmo que sucinta²⁶⁷, pode afirmar-se que *O Diabo* permaneceu, em geral, constante numa posição «contrária» ao situacionismo das «vontades olímpicas», tanto as do poder político como as do academismo instituído na vida cultural, conquanto numa coexistência ordeira, salvo raríssimos momentos, com os vários quadrantes da imprensa da época. A sua linha editorial, porém, não permaneceu inalterável e acompanhou o movimento de *translação espiritual* no campo cultural português: a traços muito largos (sem que o esquematismo aparente falseie, porém, a perspectiva de conjunto), a evolução do jornal acompanha, de um modo geral, a sucessão dos cargos de direcção – entre os nomes mais proeminentes nas letras e em diferentes momentos, ocupados por Artur Inês, Ferreira de Castro, Rodrigues Lapa e, finalmente, Manuel Campos Lima – num alternado, mas convivente predomínio das tendências da esquerda republicana e do sindicalismo operário, numa primeira fase, e, finalmente, um republicanismo de feição socialista permeável ao

²⁶⁶ Artur Inês: «Janela aberta», *O Diabo*, n.º espécime (1 Jun.), Lisboa 1934, ano I, pp. [1], 7.

²⁶⁷ Um estudo exemplar, não sendo uma monografia histórica, foi-lhe já dedicado por Luís Trindade: *O Espírito do Diabo. Discursos e Posições intelectuais no Semanário O Diabo, 1934-1940*, ob. cit.

longínquo imaginário bolchevique que acabou por dar lugar a uma hegemonia marxista a que o último daqueles directores esteve ligado até à extinção forçada do semanário no final de 1940.

Os colaboradores de *O Diabo* foram sendo recrutados, segundo Piteira Santos e falando do seu primeiro triénio, no meio dos intelectuais «que tinham tomado posição na “esquerda” da República ou alinhado com o movimento operário»²⁶⁸. De facto, entre o círculo dos principais colaboradores da primeira hora, mais de metade corresponde a figuras características da inteligência estritamente republicana: entre estes, figuram jornalistas então de nomeada, como foram os casos mais destacados de Augusto Ricardo, Brito Camacho, Carvalhão Duarte ou Norberto Lopes; outros tinham sido dirigentes políticos ou funcionários da I República, ou de alguma forma na sua obra tinham participado, entre os quais se contavam Teixeira Gomes, Dagoberto Guedes, João de Barros, Tomaz da Fonseca, Carlos Amaro, Carlos Babo ou Luís de Oliveira Guimarães; ainda outros deram à imprensa da época, sob diversas formas, colaboração regular, como Belo Redondo, Ferreira de Mira, Macedo Mendes e Álvaro Marinha de Campos. De um outro quadrante de colaboradores, estiveram representantes mais ou menos notáveis do jornalismo operário, alguns dos quais ligados à criação da sua estrutura sócio-profissional de classe, de que se destacam os nomes de Artur Portela, Cristiano Lima, Emílio Costa, Nogueira de Brito, Jaime Brasil e Julião Quintinha, de um modo geral filiados em tendências anarquistas, como eram ainda, entre outros, os casos ilustres dos escritores Ferreira de Castro, Assis Esperança, Roberto Nobre e João Campos Lima²⁶⁹.

Ao dobrar o seu segundo ano de edição, em meados de 1936, o director em título de *O Diabo* procedia a uma reavaliação ideológica do espaço ocupado pelo jornal e mantinha na ordem do dia o impulso de republicanização social e cultural a cujo

²⁶⁸ [F. Piteira Santos]: art. cit.

²⁶⁹ Ver L. Trindade: ob. cit., pp. 51-59

programa a publicação – «sem ser um jornal político», como convinha insistir – devia ascender e a ele se impunha corresponderse a elite intelectual então predominante:

*Tão só diremos que a pura democracia, o reinado eficaz da cultura, exige de nós hoje uma atitude, um esforço e um sacrifício, que nem sequer suspeitavam os profetas duma República que, uma vez lograda, em breve seria presa dum bando inumerável de gozadores e de palradores. Não acusamos ninguém, mas é bom que se saiba que, sem desdenhar o presente, vivemos com os olhos postos no futuro e não no passado, em cujo mal ou bem não temos a menor responsabilidade; e que, com uma ou outra pedra rara desse passado, desejaríamos poder edificar de novo uma República que a todos desse o pão de cada dia e a todos iluminasse de preciosos bens do espírito.*²⁷⁰

Esta crítica às *responsabilidades* do republicanismo em que permanecia actual a imagem de uma *republicanização* assente na finalidade social de um regime republicano, aqui incrustada num paternalismo educativo que acreditava no alcance desse «reinado eficaz da cultura» alimentado pelos «bens do espírito», generalizava uma perspectiva mais ou menos latente num vasto sector intelectual de então que, se desdenhava uma íntima *posição* na situação da época, mantinha uma *oposição* discreta e passiva ou inócua à ditadura que se seguiu ao desastre da República. A «pura democracia» circunscrevia-se tão só, afinal, a uma *república das letras* que reproduzia em curto-circuito a realidade do nosso meio intelectual tradicional.

Não muito longe disso, Casais Monteiro, um dos mais destacados membros do grupo *presencista* e também ele colaborador de *O Diabo*, viria a revelar, conquanto tardiamente, um reconhecimento dos limites do regime republicano no que respeita à vida cultural (e o reconhecimento tardio não deixa de evidenciar a aludida passividade anterior), colocando porém as expectativas de regeneração almejadas pelo republicanismo num quadro estritamente liberal:

²⁷⁰ Rodrigues Lapa: «No segundo aniversário. Introdução à leitura de *O Diabo*», *O Diabo*, n.º 105 (28 Jun.), Lisboa 1936, ano III, p. 1.

*A finalidade da república seria dar o natural e necessário remate às conquistas do liberalismo, que se vinham realizando progressiva, mas dificilmente, desde havia quase um século, ao mesmo tempo que Portugal procurava também reintegrar-se nas correntes europeias do pensamento, da arte e da literatura.*²⁷¹

Desde sempre, *O Diabo* manteve a sua redacção no primeiro andar de um edifício aristocrático bem ao cimo da Calçada da Glória, Rua de S. Pedro de Alcântara, nº 45, em cujo piso térreo chegou a concentrar o seu próprio parque gráfico; e, em breve, a subida íngreme do café *Palladium*, à esquina dos Restauradores, em direcção ao Bairro Alto, ladeando a calha do velho eléctrico em plano inclinado, passou a constituir habitual trajecto da jovem geração que, a passo lento, como haverá de identificar-se, se acercou da redacção e, depois, em grupo, acedeu a um predomínio indisputado nas suas hostes.

A partir de finais de 1936 e a espaços até meados do ano seguinte, os primeiros trabalhos de Alves Redol, de marcado cunho etnográfico e de reportagem, sob o patrocínio directo de Rodrigues Lapa²⁷², colheram distinção nas colunas do semanário então dirigido por aquele filólogo e historiador da Literatura (não havia muito, o professor da Faculdade de Letras de Lisboa daí fora expulso, não sem imediatos protestos da admiração estudantil). Antes de engrossar o caudal de jovens que viriam «trepar a Calçada da Glória e tomar conta de *O Diabo*»²⁷³, o movimento de aproximação foi, durante algum tempo, descompassado: pouco depois de Redol, o prestígio democrático do jornal atraiu ainda Manuel Filipe que, em princípios de 1937, veio a dissecar *Sobre um novo conceito de juventude* com uma terminologia e segundo noções resultantes de rápida leitura do materialismo histórico de que dera já indícios na colaboração em anteriores publicações juvenis. Aí, dava o jovem ensaísta (que convém

²⁷¹ A. Casais Monteiro: *O País do Absurdo*, ed. cit., p. 28.

²⁷² Alves Redol: *Breve memória* [...], in ob. cit., pp. 21 e 23-24.

²⁷³ Mário Dionísio: *Homenagem a Joaquim Namorado*, in AA.VV.: *Incomodidade Necessária (Depoimentos)*, ed. Câm. Mun. Coimbra, 1991, p. 96.

não confundir com o pintor homónimo ²⁷⁴) particular enfoque à força transformadora sobre a qual deveriam basear-se as grandes linhas da acção intelectual:

A tarefa da juventude de vanguarda exige um contacto permanente com a corrente viva da história. Essa grandiosa tarefa – que isto fique assente para sempre – não é destruição, mas sim reajuste de contas, síntese superior de contradições. ²⁷⁵

Propunha, por isso, um verdadeiro programa cultural que reavivava, actualizadas, as soluções já especificamente apontadas à juventude, entre outros, até então, no longo do caudal da imprensa que tenho vindo a recensear, por Rodrigues Miguéis e Álvaro Salema. E concluía Manuel Filipe que esse *ajuste de contas* com as *contradições* do presente implicava a participação de todas as *forças vivas*, conforme um pensamento que apontava às insuficiências de uma tragicidade meramente individual a solução de uma integração do homem na sua historicidade e a resolução do drama colectivo:

Pessoalmente, todo o homem é «tragédia»; colectivamente é um ente social: É sobre esta verdade que a juventude de hoje deverá alicerçar toda a sua grandiosa tarefa para o futuro ²⁷⁶.

Nesta altura, o jovem Filipe tinha realmente condições, mercê da sua multímoda experiência no curso dos *movimentos culturais juvenis*, para interpretar a aspiração a uma síntese de conquistas e inovações que as novas expressões artísticas deveriam conter para interpretar a condição humana específica do momento. Ainda na altura, mas coincidindo já com o termo da direcção desempenhada por Rodrigues Lapa (que, é conveniente reconhecer, logrou alcançar uma mobilização intelectual nos estratos

²⁷⁴ Cf. Fernando Alvarenga: *Afluentes Teórico-Estéticos do Neo-Realismo Visual Português*, Ed. Afrontamento, Porto 1989.

²⁷⁵ Manuel Filipe: «Sobre um novo conceito de juventude», *O Diabo*, n.º 139 (21 Fev.), Lisboa 1937, ano III, p. 7 (aproveito para desfazer qualquer relação, feita com alguma frequência, entre o jovem poeta e ensaísta Manuel Filipe e o homónimo pintor, mais tarde revelado).

²⁷⁶ *Id.*, *ibid.*

tradicionais de um sincero ideário republicano e democrático), Avelino Cunhal deu expressão de maturidade teórica numa série de curtos artigos sobre as relações da superestrutura ideológica das sociedades com a condição humana, numa sequência regular até final de Fevereiro de 1937 ²⁷⁷. E já no ocaso do curtíssimo consulado jornalístico de Brás Burity (pseudónimo que Joaquim Madureira deleitava ostentar), também o jovem Afonso de Castro Senda (ou Afonso de Castro) iniciou intenso como extenso programa de estudo, caracterização e divulgação da mais recente geração literária brasileira – que alargou, aliás, a vários periódicos que entreteceram os movimentos juvenis em que colaborou, mercê de contactos que manteve no outro lado do Atlântico, sendo impulsionador e, entre nós, representante da revista *Esfera*, de edição luso-brasileira ²⁷⁸ –, numa assídua colaboração que entre os jovens escritores e leitores portugueses se tornou fundamental para essa «nova descoberta do Brasil» de que Ramos de Almeida falaria mais tarde. No final de 1937, sobretudo, começaram a chegar às colunas de *O Diabo* – uns *pelo seu pé*, outros por intermédio de terceiros (foi o caso de Manuel da Fonseca, que Paulo Crato, seu conterrâneo alentejano, aproximou dos companheiros de aventura dos *Cadernos da Juventude* ²⁷⁹) – vários dos mais dotados e activos jovens, que então se reuniram em torno de Mário Dionísio, Jorge Domingues e Alves Redol.

Se uma reconstituição mais fina da rede próxima de relações organizadas em torno de *O Diabo* não pode deixar de partir de terreno conjectural, cabe não esquecer, num enquadramento mais amplo, a participação de muitos desses moços em estruturas políticas da oposição, como o Socorro Vermelho Internacional ou o Bloco Académico Anti-Fascista e mesmo as lojas maçónicas, que facilitou os contactos e as ligações (e as

²⁷⁷ Série curta e intermitente de artigos de Avelino Cunhal: «Direito rebarbativo», n.º 122 (25 Out.), Lisboa 1936, ano III, a n.º 140 (28 Fev.), Lisboa 1937, ano III.

²⁷⁸ Constitui hoje uma colecção raríssima, entre os papéis do Espólio Literário de Castro Senda (inexistente nas principais bibliotecas públicas), aguardando divulgação e estudo que se afiguram fundamentais.

²⁷⁹ Depoimento de Paulo Crato ao A. em 1998.

solidariedades) pessoais ²⁸⁰. Mas, já então, as múltiplas experiências de relações nos itinerários percorridos entre as redacções dos jornais e das páginas culturais da «província» haviam concorrido a unificar e sedimentar objectivos, perante «toda a gravidade da actual questão espanhola» ²⁸¹ cuja guerra civil constituiu decisivo elemento catalisador.

Nesse quadro de relações conspirativas, que é falar também de vínculos pessoais, é plausível que um responsável comunista e intelectual activo na imprensa da época, Cansado Gonçalves, tenha sido um dos impulsionadores privilegiados da aproximação desses grupos juvenis a *O Diabo*, onde ele próprio viria a assinar colaborações (como, aliás, fez em *Sol Nascente*) com os pseudónimos de Mário Seabra Novais, António Fazenda e Pedro Aguiar Nogueira ²⁸². Se está já incontestavelmente atestada a sua ligação, mesmo que irregular e passageira, por volta de 1936, à actividade partidária que recrudesciu no sector juvenil da velha cidade universitária ²⁸³, já na aproximação ao círculo do semanário lisboeta, nos curtos períodos entre reclusões a que a polícia política o sujeitou então ou mesmo em situação clandestina, não podem ainda descurar-se as relações familiares que, por casamento, Cansado Gonçalves estabeleceu com o velho anarquista (além de activo colunista em *O Diabo*), João Campos Lima, seu sogro e pai do jovem Manuel Campos Lima, então em via de ingresso no grupo lisboeta da «novíssima geração» e futuro director do semanário na sua fase de predomínio neo-realista. Numa altura que se não pode precisar com rigor microscópico, certo é que Cansado reconheceu ter ao mesmo tempo sido «posto no jornal *Sol Nascente*» e tornou-se «responsável pelo partido de “estar por detrás” da redacção» de *O Diabo* ²⁸⁴.

²⁸⁰ João Madeira: ob. cit., pp. 103 e ss.

²⁸¹ Manuel Filipe: «Perante a ameaça da próxima guerra», *O Diabo*, n.º 199 (17 Jul.), Lisboa 1938, ano V, p. [1].

²⁸² Conforme nota autobiográfica de Cansado Gonçalves: *A Traição de Salazar*, 2ª ed., Iniciativas Editoriais, Lisboa 1975, contracapa.

²⁸³ Ver Alberto Vilaça: *Para a História Remota do PCP em Coimbra. 1921-1946*, ed. cit., pp. 146 e ss.

²⁸⁴ In J. Pacheco Pereira e Fernando Rosas: «Apontamentos duma entrevista com Firminiano Cansado Gonçalves», *Estudos Sobre o Comunismo*, n.º 0 (Jul.), Porto 1983, pp. 37-38.

Numa outra via de relações, a própria actividade do jovem Castro Senda contava, aliás há algum tempo já, em outras iniciativas, com o incentivo de Abel Salazar cuja importância tanto directa como indirecta no processo de renovação de *O Diabo* não pode deixar de considerar-se (demitido dos cargos académicos que ocupara na Faculdade de Medicina do Porto, tornou-se cooperante regular nas publicações juvenis da época); pois, na sequência do concurso intensificado pelo conceituado artista e filósofo no semanário de Lisboa, justamente tido por essa altura como «seu mais assíduo colaborador», o prestígio e influência permitiram-lhe intervir ostensivamente nesse processo de renovação, chegando a propor a Assis Esperança, redactor de *O Diabo* em meados de 1938 – nas vésperas, como veremos, de decisiva transformação da estrutura redactorial –, «iniciar, naquele mesmo semanário, um “Movimento de Ideias” de acentuado cunho cultural» que alcançou um reconhecido sucesso junto do público, traduzido em ampla correspondência recebida dos leitores²⁸⁵.

A respeito das condições em que o grupo de jovens intelectuais adquiriu efectiva proeminência no jornal e se tornou capaz de assumir protagonismo na sua direcção, sendo escassíssima a documentação disponível, é sobretudo a partir de uns quantos depoimentos escritos, ainda que tardios, que pode ensaiar-se a reconstituição e análise dessa aproximação. Ora, numa das fontes memorialísticas já aqui citada, Piteira Santos veio a testemunhar um momento da crise entretanto instalada no seio de *O Diabo* com estas palavras liminares:

Com Joaquim Madureira, o verrinoso e verbalmente barroco Brás Burity, o semanário perdera interesse.

²⁸⁵ Assis Esperança: *Evocação e depoimento sobre Abel Salazar*, in Maria Luísa Garcia Fernandes (org.): *Abel Salazar. Retrato em Movimento*, cit., p. 67.

E, além do público desinteresse – mas *pour cause*, certamente –, o semanário conheceu um descalabro financeiro que comprometia o seu futuro e foi patenteado pelo editorial comemorativo do 3º aniversário, a 27 de Junho de 1937, com um dramático apelo à subscrição de novos assinantes, condição para uma revitalização do jornal:

O Diabo *vive, positivamente, no inferno* ²⁸⁶.

Em vão, no número que antecedeu a auto-suspensão do periódico, que viria a prolongar-se por um trimestre, a redacção renovava a 11 de Julho o apelo urgente à «solidariedade dos seus leitores e amigos, para os quais vive [...], como até aqui, na senda que desde o primeiro número traçou e de que nunca se desviará» ²⁸⁷. Neste quadro, prossegue Piteira Santos sobre o desenlace directivo que teve lugar em consequência da crise:

Adolfo Barbosa, médico de profissão, não era um homem de letras. Liberal republicano, convidado a exercer a função num momento crítico, o director apagava-se perante o jornalista Cristiano Lima. ²⁸⁸

Este último, autor dramático e novelista sem grande relevo literário, talhado numa estética naturalista ainda sobrevivente, era conhecido jornalista e assumiu aos 40 anos de idade a chefia de redacção em *O Diabo* no deflagrar dessa crise interna. Ora, sob a influência ainda por algum tempo exercida por Cristiano Lima na redacção do semanário, Barbosa aceitou, na verdade, uma indigitação puramente nominal para a direcção, correspondendo a um espírito de «missão» que tinha em vista a sobrevivência do semanário, pois, conforme se afirmava: «Não o moveram a assumir o cargo, outras

²⁸⁶ [Redacção]: «Três anos de vida», *O Diabo*, n.º 157 (27 Jun.), Lisboa 1937, ano IV, pp. [1], 4; o semanário viria a interromper a publicação no n.º 159 (11 Jul.), Lisboa 1937, ano IV.

²⁸⁷ [Redacção]: «A vida de *O Diabo* e a dedicação dos seus amigos», *O Diabo*, n.º 159 [11 Jul.), Lisboa 1937, ano IV, p. [1].

²⁸⁸ [F. Piteira Santos], art. cit.

razões que não fossem as de contribuir para que este jornal prosseguisse na missão que se impôs.»²⁸⁹

No entanto, o brevíssimo resumo do último interlocutor, contemporâneo que foi dos acontecimentos e também ele, algum tempo depois, membro influente na redacção do semanário (cujas chefias assumiu em 1940), não enquadra com precisão cronológica a ocorrência daquele «momento crítico», limitando-se a circunstâncias que não podem aqui deixar de acompanhar-se de modo destacado:

*Foi então que um grupo jovem, do qual, salvo erro, só (três) dos participantes, Mário Dionísio, Jorge Domingues e Alves Redol, tinham já publicado textos em «O Diabo», decidiu, aventurosamente, propor [...] a remodelação do semanário. Desgostado com a actividade de Cristiano Lima, confiado na concordância do dr. Adolfo Barbosa, Horácio Virgílio da Cunha iniciou as conversações que levaram à constituição do grupo redactorial.*²⁹⁰

Além deste (e pouco diverso na informação circunstancial, mas também algo lacónico, como penso mostrar), um apontamento manuscrito inédito de Joaquim Namorado situa esse momento de «crise» equivocadamente sob «a direcção [de] Adolfo Barbosa, um sujeito de mentalidade cavernícola, inimigo do modernismo, talhado no mais estreito academismo»²⁹¹. Ora esta referência pessoal a Adolfo Barbosa, de evidente laconismo, antes deve quadrar, pelas semelhanças com as de Piteira Santos, na figura de Brás Burity que, entre 1936 e 1937, precisamente se envolveu em «hilariante prosa» com os *presencistas*²⁹². Sejam quais forem, porém, as impressões de pormenor colhidas por cada um dos testemunhos, o quadro de fundo mantém similitude, constituindo tal

²⁸⁹ [Redacção]: «Director de O Diabo», *O Diabo*, n.º 160 (17 Out.), Lisboa 1937, ano IV, p. [1].

²⁹⁰ [F. Piteira Santos], art. cit.

²⁹¹ Apontamento de [Joaquim Namorado]: *Um homem só não é nada*, ms., s.d., V. F. Xira, M.N.-R., Esp. Lit. de Joaquim Namorado, A5/4.

²⁹² Adolfo Casais Monteiro: «Uma carta», *Sol Nascente*, n.º 8 (15 Maio), Porto 1937, p. 11; cf. o artigo de José Régio: «Rodrigues Lapa, “o diabo” e o sr. Braz Burity», *Presença*, n.º 49 (Jun.), Coimbra 1937, ano 11º, vol. 3º, p. 13.

momento «crítico» uma verdadeira *crise de identidade cultural* a que correspondia a linha editorial de *O Diabo* até então. Importa, por isso, confrontar a diferença de diagnóstico registada por Namorado:

*Não se fez sentir a reacção e o jornal entrou numa crise que parecia fatal. Horácio Virgílio da Cunha aceitou as propostas regeneradoras que lhe fazia um grupo de jovens e, após várias negociações, Guilherme Morgado assumiu a direcção e Jorge Domingues e Mário Dionísio tomaram a redacção a seu cargo.*²⁹³

Parecendo referir-se a dois quadros inteiramente diversos (já com o aparecimento de Guilherme Morgado na qualidade de director, em que veio a suceder a Adolfo Barbosa), estes não são ainda os únicos elementos desconstruídos de ambas as informações; num pormenor, também de circunstância, manifesta-se ainda uma evidente divergência de fixação cronológica apontada nos dois depoimentos. Num deles, Piteira Santos revelava, aliás pela primeira vez, que foi da autoria de Jorge Domingues «o editorial que anunciava a nova fase [e] tinha um título significativo: “Europeização”». Significativo, sem dúvida, já o *Prefácio* que servira de editorial aos *Cadernos da Juventude*, texto cuja importância foi atrás assinalada, identificava nitidamente a «europeização da nossa vida mental» como sinónimo de necessária incorporação geral dos problemas portugueses (contrária ao nacionalismo «orgulhosamente só» do salazarismo) numa internacionalização da conjuntura histórica, sobretudo europeia, mas também numa universalidade de problemas que mantinham na cultura europeia o seu centro.

Seja qual for, porém, a sua importância, o que agora interessa referir é que aquele editorial, justamente celebrado, encabeçava um número de *O Diabo* em Dezembro de 1938²⁹⁴ – estava a direcção jornalística de Adolfo Barbosa já no seu ocaso –, quando Piteira Santos identificara a «nova fase» na sequência da crise provocada por Burity, em

²⁹³ J. Namorado: ms. cit.

²⁹⁴ [Jorge Domingues]: «Europeização», *O Diabo*, n.º 222 (24 Dez.), Lisboa 1938, ano V, p. [1].

finais do ano anterior. Finalmente, o apontamento de Namorado introduz a ocorrência da «crise que parecia fatal» e da correspondente mudança directiva no semanário num passo de explícita referência cronológica: fora «em 1937[,] numa das minhas idas a Lisboa» – o que sucedera, aliás, com alguma frequência nesse ano, acrescente-se, em missão de ligação das actividades coimbrãs do Bloco Académico Anti-Fascista, acabando envolvido no ano seguinte, por denúncia, num processo de prisão e julgamento no Porto ²⁹⁵. Mas, como se sabe, não foi em tal data que a saída de Adolfo Barbosa deu lugar à direcção de Guilherme Morgado, segundo parece sugerir o contexto desenhado de memória pelo poeta de *Aviso à Navegação*; antes teve início a composição directiva que levou o primeiro a aceitar um cargo, por assim dizer, interino e de compromisso.

Apesar das situações acima descritas se afigurarem aparentemente desconexas, a falta de precisão deve ser atribuída ao facto de ambos os textos memorialísticos consistirem em sínteses muito tardias (afinal, naturalmente, com a distância sempre contingente da memória, sem recurso adicional a fontes originais), tendo, além do mais, outros objectivos pontuais que condensam a informação contextual em brevíssimas linhas – o depoimento de Piteira Santos destinava-se a assinalar uma homenagem a Manuel Campos Lima, enquanto o de Namorado a abordar a significação da obra de Manuel da Fonseca. Mas, procurando expurgar essa diversa e escassa informação, uma crítica debruçada ainda sobre as colunas do jornal permite, finalmente, confirmar uma terceira referência de Mário Dionísio, mais precisa, que desentranha dois momentos de um processo de renovação cultural que importa reinterpretar no seu desenlace preciso.

Assim, julgo revestir-se de fundamental importância determinar o primeiro desses momentos, marcado por aquela que bem pode considerar-se a verdadeira *crise fatal*: o afastamento da linha verbosa, sectária e aventureirista de Brás Burity veio a passar por

²⁹⁵ Ver A. Vilaça: *Para a História Remota do PCP em Coimbra*, cit., pp. 171-173 (incl. notas.).

uma suspensão do semanário entre Agosto e Outubro de 1937. Ora, o ressurgimento de *O Diabo*, já sob a direcção do médico Adolfo Barbosa, foi acompanhado por uma imediata vaga de jovens colaborações, numa conjugação sem precedentes e sem que as escassas e esparsas colaborações anteriores de uns poucos o fizesse prever. A partir do número que marca o reaparecimento do semanário, destaca-se em bloco o concurso mais assíduo de Mário Dionísio, Mário Ramos, Castro Senda, Manuel Filipe, Armando (ou Mando) Martins, Jorge Domingues, Manuel da Fonseca, Frederico Alves, João Pedro de Andrade e António Ramos de Almeida, entre outros de aparecimento mais fugaz. Pois, quanto ao primeiro desses jovens (e já então figura proeminente deste grupo), o seu testemunho dá finalmente fé do próprio papel por si desempenhado, antes de mais nessa primeira fase de renovação do periódico lisboeta, em finais de 1937:

*Pertence ao grupo que, neste ano, passa a orientar O Diabo, que algum tempo co-dirige com Jorge Domingues, sem nome de qualquer dos dois no cabeçalho. O Director oficial deste semanário é um médico que se presta a dar o nome, Alfredo [sic] Barbosa (problemas de Censura), mas não interfere em nada.*²⁹⁶

Refere-se aqui, pois, a um *primeiro grupo* juvenil, no momento do seu aparecimento e sem mais premeditado intuito que o de um agrupamento em público capaz de dar lastro a uma generalizada vontade de criar e a uma homogeneidade de pontos de vista comuns da mais jovem geração. Pois, no mesmo testemunho, Dionísio enfatiza finalmente referência à consumação deste processo de transformação interna do jornal quando, «anos depois, em 39, com um grupo maior, o *grupo* propriamente dito, ficaria à testa de *O Diabo*, escrevendo talvez demais»²⁹⁷. Ora, a consolidação que representa a referência a este «*grupo* propriamente dito», distinto da formação juvenil inicial, corresponde já a uma alteração formal da correlação de forças no interior do semanário

²⁹⁶ Mário Dionísio: *Autobiografia*, Edições O Jornal, Lisboa 1987, p. 8

²⁹⁷ *Id.*, *ibid.*

que lhe conferiu decisivamente, a partir dos finais de 1938, uma nova intervenção jornalística com o reavivar da frente de reflexão teórica anteriormente encetada e, nos assomos mais radicais de doutrinação de um «novo humanismo» em arte e literatura, o reforço das manifestações polemistas, que se tornaram célebres, quer com o pensamento *seareiro*, quer com as concepções estéticas do *presencismo*. Da nova e reforçada vaga de jovens intelectuais constam, finalmente, para referir apenas as mais importantes, as colaborações de Rodrigo Soares, Piteira Santos, Álvaro Cunhal e Manuel Campos Lima cuja chegada à redacção do jornal e influência na sua linha editorial foi patente nesse segundo período, acedendo os três últimos, pelo menos, ao grupo redactorial; e o derradeiro deles veio a tornar-se director da publicação até ao encerramento compulsivo das suas instalações em 1940, num movimento coercivo que as autoridades estenderam a outras publicações.

Pois a distinção destes dois momentos parece importante e estimula a aferir, sem preocupação exaustiva de análise ao conjunto daquela emergência polémica, já sobejamente sublinhada nos seus contornos mais homogéneos ²⁹⁸, em que aspectos vieram em tal trajectória a aduzir-se em público diferentes contribuições teóricas e manifestações artísticas, em particular no que respeita à definição e fixação do Neo-Realismo. Ora, em *O Diabo* (como na revista *Sol Nascente*, em semelhante e quase simultâneo processo de transformações internas, irá acompanhar-se de seguida), é dado ver que a postura polémica no domínio político-filosófico se acentua de imediato, prosseguindo a mais recente tradição de ruptura com o pensamento *seareiro* de matriz republicano-socialista e na defesa de uma praxiologia consequente com um ideário de grandes transformações sociais. Isto mesmo intentou o jovem ensaísta Manuel Filipe,

²⁹⁸ O carreamento destas polémicas foi já sobejamente tratado em especial por A. Pinheiro Torres: *O Movimento Neo-Realista em Portugal...*, cit., pp. 37 e ss., 45 e ss.; Fernando Guimarães: *A Poesia da Presença e o Aparecimento do Neo-Realismo*, ed. cit., pp. 97 e ss.; especialmente Carlos Reis: *O Discurso Ideológico do Neo-Realismo Português*, ed. cit., pp. 26 e ss.; *id.*: *Textos Teóricos do Neo-Realismo*, ed. Seara Nova/Edit. Comunicação, Lisboa 1981, pp. 33 e ss.

em carta a um leitor imaginário, a quem mostra que «o problema de confiança e de consciência» que se coloca à «geração actual» reside na falta de uma «disciplina» prática do pensamento e de um aprendizado que se adquire pela cultura ²⁹⁹.

Mas a novidade consiste já mais na explicitação conceptual de uma mundividência marxista que, mesmo incipientemente veiculada, parte à conquista de pública afirmação. Mário Ramos e Jofre Amaral Nogueira inauguraram as hostilidades com António Sérgio em torno (não mero pretexto) da noção de «materialismo dialéctico», contestando o autor dos *Ensaíos* a impossibilidade que, enquanto filosofia materialista, via em estabelecer «uma acção recíproca entre a consciência e o ambiente físico, entre o ser inteligente e o corpo social». A argumentação dos dois jovens ensaístas foi desigual, o primeiro dos quais, nas páginas de *O Diabo*, em nome «do mais fecundo discípulo de Hegel», não ultrapassou a mera simplificação: ao justificar o carácter dialéctico atribuído pelo «materialismo consequente» à relação entre a realidade material e as ideias, considerava que estas, simultaneamente, são «determinadas pelas diversas acções da natureza sobre o homem» tanto como «reacção do homem sobre a natureza», uma vez que «a uma acção determinada corresponde sempre uma reacção determinada» ³⁰⁰.

Nem faltou, aliás, que, em prol do incipiente artigo de Mário Ramos, António Ramos de Almeida, Joaquim Namorado, Jorge Torres e Vítor Peres se manifestassem contra a posição doutrinária de Sérgio, em cartas não publicadas pela redacção, mas referida a sua recepção em nota no semanário.

Já a questão de fundo encontrou profundidade e lucidez de argumentos na resposta que Amaral Nogueira moveu, por essa altura e com o mesmo móbil, em dois artigos de *Sol Nascente*, sobretudo pelas implicações que estabeleceu entre o processo de

²⁹⁹ Manuel Filipe: «Cartas do nosso tempo», *O Diabo*, n.º 161 (24 Out.), Lisboa 1937, ano IV, p. 4; série de reflexões que se estenderiam no jornal a 1938 e podem relacionar-se com as «Cartas intemporais do nosso tempo» publicadas por José Régio na *Seara Nova*.

³⁰⁰ Citação de Sérgio contestada por M. Ramos: «Para a crítica do crítico sr. António Sérgio», *O Diabo*, n.º 164 (14 Nov.), Lisboa 1937, ano IV, pp. 6-7; *id.*, *O Diabo*, n.º 168 (12 Dez.), Lisboa 1937, ano IV, p. 2.

produção das ideias e a sua relação com o real, merecendo, por isso, uma referência mais demorada pelas conexões que implicitamente criou com a criação artística e o realismo na arte ³⁰¹. O que está fundamentalmente em questão aqui é uma ruptura com as formas de *mistificação da consciência* (conceito que entrara em voga, conforme se sabe, sendo enormíssima a influência exercida pela conhecida obra de Guterman e Lefebvre) de que o idealismo sergiano foi então tomado como expressão representativa, portador de um dogmatismo de «arquivo mental» que, segundo o jovem estudante de História e Filosofia, tinha justamente na disciplina do «espírito crítico» e na «mestria metodológica» o seu aspecto mistificador ³⁰². Concebendo a «eficácia das ideias como determinada e limitada pelo próprio desenrolar dialéctico das coisas, como uma das condições desse movimento dialéctico», o novel ensaísta recusa qualquer relação especular, de tipo mecanicista, das ideias com a realidade, limitando-se a citar Engels para reafirmar que o pensamento e as sensações se relacionam individualmente com a realidade, concebida esta pelo materialismo dialéctico como um todo universal no qual cada indivíduo, em determinadas condições históricas, é um elo necessário de uma cadeia que exclui o isolamento da razão.

Neste sentido, o jovem Amaral Nogueira substitui a noção mecanicista das ideias como simples «reflexo» ou «reprodução» da realidade pelo conceito de «determinação», como específico da relação dinâmica entre a consciência e o ser, cuja fundamentação teórica desenvolve já em réplica à resposta que o anterior artigo suscitara a António Sérgio ³⁰³. Acompanhando agora, por explícita referência, o autor das célebres *Teses sobre Feuerbach*, delas extrai a ideia da importância que «ser» e «consciência» têm «de particular

³⁰¹ Ver análise mais detalhada e competente por António Pedro Pita: «Duas faces da razão. Nota sobre a polémica entre António Sérgio e Jofre Amaral Nogueira», *Revista de História das Ideias*, n.º esp., Coimbra 1983, vol. 1, pp. 157 e ss.; *id.*: *Referências. Introdução ao pensamento de Jofre Amaral Nogueira*, in *Conflito e Unidade no Neo-Realismo Português*, ed. Campo das Letras, Porto 2002, pp. 123 e ss.

³⁰² J. Amaral Nogueira: «Carta ao Sr. António Sérgio», *Sol Nascente*, n.º 19 (15 Nov.), Porto 1937, ano I, p. 7.

³⁰³ J. Amaral Nogueira: «Comentário para compreender», *Sol Nascente*, n.º 21 (15 Dez.), Porto 1937, ano I, pp. 6-7.

e irreduzível ao outro», estabelecendo entre si uma relação de «*unidade*, que é feita pela acção do homem», a qual, «modificando as coisas, modifica o próprio homem». Mas trata-se ainda, no mesmo passo, de contrariar a perspectiva, cara ao realismo clássico e seus seguidores, de que a modificação do homem é uma reprodução sucessiva do meio e da educação, contrapondo a ideia de que as condições em «que a consciência é determinada pelo ser» – isto é, em que se exercem e coordenam «as propriedades da matéria, o mecanismo perceptivo do homem, a experiência e a razão adquiridas, as circunstâncias da acção humana» – não são condições de um determinismo cego, mas, «sendo funções de variáveis, são variáveis também» segundo «certas leis de desenvolvimento.» É, pois, a essa actividade humana no seu conjunto, simultaneamente agente e cognoscente – e o conhecimento, isto é a «inteligibilidade do mundo não é uma condição *a priori*, um *dever ser*, ela é o resultado da experiência humana», segundo insiste o jovem ensaísta –, que deve corresponder uma missão conscientemente transformadora. Eis, assim, explanada a eficácia e necessidade primordial do trabalho cultural.

A este tempo teve início, também, um confronto com a geração da *Presença*, antes de mais com José Régio cuja poesia, segundo um artigo inaugural de Armando Martins, era apontada como «o mais claro» exemplo dos defeitos formais «de quase todos os escritores de ‘Presença’», incluindo Casais Monteiro cuja poesia, não obstante, se considerava «mais aberta à compreensão dos que querem saboreá-lo e entendê-lo». ³⁰⁴ Se nem todos os jovens escritores excluíram então o génio de Régio, a excepção em geral concedida à poesia de Casais no contexto do *presencismo*, entre outros esclarecida por Mário Dionísio, permitia colocar o modernismo da *Presença* sob um signo de transição cujas heranças se não recusavam; antes de mais, porque dessa mesma poesia, como «exemplo» de resposta ao purismo defendido por Julien Benda e então sumamente

³⁰⁴ Mando Martins: «José Régio - Casais Monteiro. Poetas», *Sol Nascente*, n.º 20 (1 Dez.), Porto 1937, ano I, p. 13.

discutido, partia um grito contra «os teimosamente fechados no seu isolamento»³⁰⁵ e, finalmente, porque essa criação poética «é o espelho justamente dos homens no tempo incerto, no período caótico entre o fim duma época e o princípio de outra», mesmo que o poeta disso não tenha «a noção histórica»³⁰⁶.

Tal como era visto pelos próprios interlocutores, um elo de pontos de vista entre a geração de *Presença* e a jovem geração podia, por parte desta, estabelecer-se, como não deixou de admitir João Pedro de Andrade em polida disputa com Gaspar Simões sobre o «conceito de romance»³⁰⁷. Mas é sobretudo em extensos artigos críticos de Ramos de Almeida, com uma importância fundamental no conjunto de textos desde o *Panorama* assinado na revista *Humanidade*, que a herança superável do *presencismo* surge no horizonte da nova consciência histórica de que os jovens intelectuais se consideravam portadores. Peremptório ao considerar «José Régio, a figura mais complexa e rica de toda a literatura portuguesa contemporânea», como ensaísta não ultrapassado pelos homens da sua geração – fossem eles Sérgio, «mestre de Régio e de todos nós que pretendemos fazer crítica e ensaio», Casais Monteiro, José Bacelar, Gaspar Simões ou Rodrigues Lapa –, capaz de ver «sempre todas as questões em toda a sua complexidade», refuta-lhe o jovem Ramos de Almeida precisão, porém, na «questão a que ele chamou arte pura e arte social» com superficiais motivos. Pois os termos dessa «imaginária discussão [...] têm hoje um sentido polémico especial, marcam duas atitudes diferentes, representam duas maneiras diversas de encarar, em certo momento, o problema estético.»³⁰⁸ É a consciência crítica desse *momento* que altera o modo de encarar a questão da arte, sem qualquer recusa, porém, das conquistas estéticas anteriores, em especial da arte moderna. Se, afirmava (e o advérbio inicial reforça),

³⁰⁵ Mário Dionísio: «Pequena observação a um artigo recente», *O Diabo*, n.º 176 (6 Fev.), Lisboa 1938, ano III, p. 7.

³⁰⁶ *Id.*: «O caminho de Casais Monteiro», *O Diabo*, n.º 187 (24 Abr.), Lisboa 1938, ano IV, p. 2.

³⁰⁷ João Pedro de Andrade: «A propósito dum conceito de romance», *O Diabo*, n.º 170 (26 Dez.), Lisboa 1937, ano IV, p. 3; a réplica de Gaspar Simões no *Suplemento Literário de Diário de Lisboa*, responderia com uma «Rectificação dum juízo precipitado», *O Diabo*, n.º 174 (23 Jan.), Lisboa 1938, ano IV, p. 7.

³⁰⁸ António Ramos de Almeida: «Um livro, um crítico, uma questão», *O Diabo*, n.º 176 cit., p. 4.

*Realmente os artistas modernos quebraram todas as grilhetas formais que os amarravam, rasgaram as camisas de forças da estética clássica*³⁰⁹

– invocava que a revolução formal operada pelo modernismo se estabeleceria numa relação do artista com o mundo potenciada pela sua individualidade (considerando que «essa valorização do indivíduo foi ao seu momento necessária»); e, «abandonado a si próprio, sujeito simplesmente à sua plena liberdade de realização», colocou «a originalidade acima de tudo». Porém, Ramos de Almeida nota, em suma:

Muitos dos artistas modernos partidários da arte pura possuem obras ricas e complexas, mas o conteúdo moral, filosófico, social, psicológico, isto é, o miolo humano que as enche é hiper-subjectivista, egocentrista, egoísta, alheio à tragédia humana e social do nosso tempo.

A restrição reconduz o novel ensaísta para o interior da própria arte moderna, encarada na sua evolução, isto é na relação com o tempo que reactualiza. Tudo se passa como se, não fora «imaginária» a discussão, a arte social pudesse ser *um* modernismo nos anos trinta. Neste sentido, o modernismo da *Presença* que, sobre o renovamento poético de *Orpheu*, «foi mais longe», no sentido em que «realizou uma obra de construção cultural», pode finalmente «ser uma *ponte entre uma agonia e uma nova aurora*, se souber compreender em toda a profundidade a manhã estética que vai nascer.»³¹⁰ No mesmo sentido, também Jorge Domingues entendia então as expressões plásticas criadas pelo futurismo e pelo cubismo como «uma nova etapa da arte em geral», sobretudo pela figuração «irrequieta, rebelde, irreverente, verdadeiramente inconformista» das «novas formas», sem que, embora, pudessem «corresponder antes a uma nova interpretação dos problemas humanos» e às «novas circunstâncias materiais que a sociedade apresentava»

³⁰⁹ *Id., ibid.*

³¹⁰ *Id., ibid.* (subl. meus).

– sem, em suma, «criar uma ideologia que a elas correspondesse». Eis o que, a partir de uma ideologia precisa, a nova geração de artistas pretendia então, assim verbalmente expresso, «pedir» à revolução estética que os precedera: um «filão de interpretação plástica que em arte melhor podia representar e concretizar todo o mundo novo que despontava»³¹¹.

No momento da emergência desta nova geração portuguesa de artistas e escritores não foi em combate irreduzível que a polémica procurou travar-se, já em outro local se assinalou³¹². Aliás, convém sublinhar, em desenvolvido artigo nas páginas de *O Diabo*, em que muito cedo se procuraram fixar os termos de uma falsa «querela que surge entre as duas gerações», João Pedro de Andrade (que, em termos estritamente etários, se situava entre ambas, como ele próprio faria questão de acentuar³¹³) recusara qualquer pertinência, no «ardor com que cada um defende as suas convicções», na adopção de argumentos «por vezes demasiado rígidos e dogmáticos» e numa base puramente geracional³¹⁴. Quando, em explícito e desenvolvido acordo com Casais Monteiro, Andrade reiterava «caduca e falsa a distinção entre forma e conteúdo» – já que a transposição da «ideia tem, para ser expressa literária ou artisticamente, uma forma que lhe convém mais» –, pretendia unir sob o tecto de uma «mesma humanidade» complexa, entendida a partir de diversos pontos de vista e modos de exprimir, uma «mesma ânsia de dar à existência um pouco mais de beleza e de fé no futuro.»

Neste momento, a ideia de continuidade renovadora entre dois modos de encarar a arte moderna foi, pois, no pano de fundo da «querela das duas gerações», amplamente exposta por alguns dos mais jovens e teve o seu ponto terminal, nas páginas de *O Diabo*, num inquérito suscitado pela reacção de Keil do Amaral a uma conferência proferida

³¹¹ Jorge Domingues: «A arte, paralelo da vida», *O Diabo*, n.º 181 (13 Mar.), Lisboa 1938, ano IV, p. 5.

³¹² Ver *supra*, pp. 199-200.

³¹³ João Pedro de Andrade: «Carta a um rapaz que entra na vida», *O Diabo*, n.º 219 (4 Dez.), Lisboa 1938, ano V, p. 7; continuado em *O Diabo*, n.º 220 (11 Dez.), Lisboa 1938, ano V, p. 3.

³¹⁴ *Id.*: «Duas gerações, dois critérios», *O Diabo*, n.º 184 (3 Abr.), Lisboa 1938, ano IV, p. 7; ainda do mesmo A., «Da arte e da literatura consideradas em relação ao homem», *O Diabo*, n.º 243 (20 Maio), Lisboa 1939, ano V, pp. 2, 7.

por Ressano Garcia, à boa maneira conservadora, sobre as expressões modernas na arte³¹⁵. Na ocasião, de entre os depoimentos de artistas e escritores compulsados, de ambas as gerações e de diferentes orientações e segmentos do campo intelectual³¹⁶, uma declaração de Álvaro Cunhal introduzia na questão a ideia (e inscreveu o programa) de uma definitiva ruptura com as formas estéticas anteriores por força da sua inadequação a uma nova «função progressiva» da arte:

*Há duas artes modernas: duas atitudes humanas dentro de semelhantes formas modernas de expressão artística. A arte moderna não pressupõe um conteúdo único.*³¹⁷

Ora, esclarece o autor, uma vez persistente em «formas velhas (pelo seu significado velho)», a arte, «que é o eco talentoso da voz das coisas», pode deixar de «exprimir as novas preocupações gerais.» Estabelecida esta conexão mecanicista entre forma e conteúdo, Cunhal afirmava, com os olhos postos na estética *presencista* (considerada como corrente dominante na cena artística portuguesa), não passar a sua arte de «uma capa para tapar a impotência, ou um índice de insinceridade» que persistia em «aceitar uma noção abstracta do belo»; uma nova expressão de arte moderna, concluía, «existe quando esta traduz a realidade viva e humana da época presente» e a sua universalidade reside «no conteúdo geral progressista» que representar como «arte moderna de todos os povos.»³¹⁸

Estava definitivamente aberta a porta de uma clivagem polémica debaixo do frágil confronto teórico (mas pragmaticamente eficaz no combate geral da época) entre uma *utilidade da arte*, perspectivada num empenhamento universal e na sua redutibilidade ao

³¹⁵ Keil do Amaral: «Sobre uma conferência de Ressano Garcia», *O Diabo*, n.º 240 (29 Abr.), Lisboa 1939, ano V, p. [1].

³¹⁶ «Acerca da génese e da universalidade da arte moderna», *O Diabo*, n.º cit., pp. 4-5, 8; título genérico que inclui, na respectiva ordem, depoimentos de Adolfo Casais Monteiro, Álvaro Cunhal, António Pedro, Arlindo Vicente, Bento Janeiro, Frederico George, João Gaspar Simões, José Bacelar, Manuel Mendes, Manuel Barrias, Mário Dionísio, Almada Negreiros e Roberto Araújo.

³¹⁷ Álvaro Cunhal: [«Depoimento»], *O Diabo*, n.º cit., p. 4.

³¹⁸ *Id.*, *ibid.*

contexto histórico imediato, por um lado, e a exclusão por parte do artista de qualquer contrato social, numa atinência pessoalíssima ao seu campo de criação, por outro. A expressão mais radical de tal disputa viria, como se sabe, a tomar forma na célebre polémica do «umbilicalismo»³¹⁹, preparada, aliás, quando o inquérito «Acerca [...] da universalidade da arte moderna» decorria já nas páginas de *O Diabo*; essa veio a ser acolhida, como convinha a uma amplificação de audiência, nas páginas da revista *Seara Nova* (com natural eco ou mesmo literal transcrição nos dois órgãos literários da jovem geração). A contenda provocada pelos famosos artigos do jovem Cunhal sobre o poeta de *As Encruzilhadas de Deus* visava centrar toda a problemática cultural, não apenas literária e artística, nas «encruzilhadas dos homens» num tempo e num espaço «onde se digladiam as multidões»³²⁰.

Chegados a este ponto, deve recapitular-se que, entre 1937 e 1938, a actividade inicial do jovem grupo de intelectuais, conduzido por Mário Dionísio e Jorge Domingues (já então com funções redactoriais de relevo nos novos corpos de *O Diabo*), destacara-se em sucessivas colaborações tanto pela crescente quantidade de colaboradores como, através de artigos de fundo, pela importância do espaço ocupado pelas suas colaborações no semanário. Foi de tal forma ascensional e proeminente esse conjunto de colaboradores que, já na sequência de um outro inquérito, prolongado nas colunas do semanário, justamente sobre a (cor)relação de gerações³²¹, o velho jornalista Belo Redondo não conteve, no depoimento aí inserido, um verdadeiro desabafo de surpresa:

³¹⁹ A polémica foi descrita e pormenorizada em capítulo de estudo de António Ventura: «As ideias políticas e a intervenção cívica de José Régio», *Revista de História das Ideias*, vol. 16, Coimbra 1994, pp. 246 e ss.

³²⁰ Álvaro Cunhal: «Numa encruzilhada dos homens», *Seara Nova*, n.º 615 (27 Maio), Lisboa 1939, ano XVIII, pp. 285-287; transcrito em *Sol Nascente*, n.º 37 (1 Jun.), Porto 1939, ano III, pp. 7, 11.

³²¹ Inquérito sobre «O que pensam as pessoas de mais de 40 anos daquelas que ainda não fizeram 30», iniciado em *O Diabo*, n.º 185 (10 Abr.), Lisboa 1938, ano IV, p. [8].

Esta de se reunirem em casa de «O Diabo», dois grupos, um dos de menos de trinta anos e outro dos de mais de quarenta ³²²!

Este inquérito não deixou de ter igualmente os seus contornos polémicos, como evidenciou a nota da redacção em comentário ao depoimento acima ³²³; mas já Cansado Gonçalves, sob pseudónimo então frequente, demarcara a questão como fecho de um ciclo na vida portuguesa e início de outro, colocando-se ao lado dos «rapazes de hoje» que se fazem «nas trincheiras» por obra dos erros das anteriores gerações ³²⁴. Ora, a frágil coexistência dos «dois grupos» representou, afinal, no confronto de perspectivas e de práticas que ambos representavam, a cristalização de uma *crise de identidade cultural* na linha editorial de *O Diabo*: o confronto aprofundou-se entre propósitos proclamados de uma elevação cultural com «preciosos bens do espírito», puramente teóricos (quando não retóricos e fundados numa mal disfarçada atitude elitista), à maneira idealista da velha linha republicana e anarquista, e uma intervenção intelectual baseada numa atitude crítica e artisticamente *transformadora*, conforme era desígnio central da geração recém-chegada. A resolução dessa crise de uma consciência incapaz de se ajustar ao trabalho cultural residia, para esses jovens em vias de afirmação, na capacidade do pensamento concretizar uma acção consequente de intensa tematização dos problemas contemporâneos do homem, expurgados de alienação ou mistificação ou, que era o mesmo, revelando o feiticismo das relações sociais, inclusive na criação artística. Por extensão, a afirmação da jovem geração radicava-se na possibilidade de um programa revitalizador de uma *cultura integral* conduzir ao *despertar da alma colectiva das massas*, segundo uma compreensão geral da filosofia da cultura de Bento Caraça que marcou essa geração.

³²² Resposta ao inquérito cit., por Belo Redondo: «A propósito do inquérito das gerações... Uma carta [...]», *O Diabo*, n.º 200 (24 Jul.), Lisboa 1938, ano V, p. 3.

³²³ [Redacção]: «N. da R.», *id.*, *ibid.*

³²⁴ Resposta ao inquérito cit., por Fernando Novais [Cansado Gonçalves]: «Tanta justiça acumulada», *O Diabo*, n.º 191 (22 Maio), Lisboa 1938, ano IV, p. 5.

Este trabalho de renovação cultural – porque de *trabalho* cultural se tratava, como irá ver-se – passou, para lá do ímpeto de criação artística, tanto pelo impulso doutrinário centrado em Mário Dionísio («escrevendo talvez demais», saliento a inflação nas suas palavras), como por uma animação prática conduzida por Alves Redol (e recenseada, aliás, nas próprias colunas do semanário, pelo menos a partir de Março de 1937) que então desencadeou visitas a museus e passeios culturais, entre outras iniciativas. De permeio, um leque de interesses variados animou as páginas do jornal em torno de problemas que se entendia então tocarem em particular a juventude portuguesa: da condição da mulher à defesa do pacifismo, da situação do ensino à divulgação do esperantismo, passando pela difusão científico-humanística dos mais variados temas... E, em breve, os artigos de abordagem crítico-ensaística sobre arte e literatura, cada vez mais remetida para a pequena disputa (vezes houve dentro de um próximo campo estético-literário, esgrimindo «não por questões doutrinárias ou de princípios»³²⁵, portanto fora de uma reflexão teórica sobre arte e literatura), foram cedendo lugar à generalização e diluíram-se nos temas de acção cultural como busca de um corpo *essencial*, seguindo o princípio enunciado com precisão em artigo assinado por Carlos Serra, pseudónimo do já então experiente militante José Augusto da Costa Martins:

O vulgo, o público, o «homem da rua», de que nos sentimos parte, tem-se mostrado capaz de extrair o essencial dum filme, dum romance, dum poema, dum obra científica ou dum movimento histórico. [...]

*O essencial do que as coisas são para os homens, é para todos eles acessível.*³²⁶

Vulgarização da cultura, pois, numa direcção programática para o comum. O processo que aqui conduziu, no plano das transformações internas no semanário,

³²⁵ Ver, p. e., a série polémica com Amorim de Carvalho que terminou com o artigo de J. P. de Andrade: «Em que se põe um ponto final no esclarecimento dum aborrecida questão», *O Diabo*, n.º 272 (9 Dez.), Lisboa 1939, ano VI, pp. 2, 7.

³²⁶ Carlos Serra: «Cultura popular», *O Diabo*, n.º 272 (9 Dez.), Lisboa 1939, ano VI, p. 4.

mereceu mesmo esclarecimento editorial cujas referências não deixam dúvida sobre o trajecto e orientação seguidos:

*Há um ano precisamente [...], a publicação de um editorial intitulado «Europeização» rasgava no marasmado ambiente da nossa vida intelectual horizontes ignorados e anunciava uma orientação nova. E foi assim. Este jornal ao formular um conceito de cultura que era ao mesmo tempo um programa de acção, não deixou de ser o semanário de literatura e crítica, ao contrário, completou-se, e amanhã será o semanário cultural de todos os portugueses que trabalham nas letras, nas belas artes, nas oficinas e nos campos.*³²⁷

E foi assim, sublinhe-se. Sob esta «orientação nova», a hegemonização intelectual da jovem geração constituiu o desenlace esperado cuja solução se arrastou internamente até um segundo momento de crise que, já sem os sobressaltos na continuidade do jornal, marca o definitivo domínio desse que Mário Dionísio distinguiu seria já «o grupo propriamente dito», reorganizado e hegemónico nos finais de 1938. Reconhecendo justamente essa «orientação nova», a marca de uma continuidade nas «directrizes que ultimamente» norteavam a feição jornalística foi, invocada logo no primeiro editorial em que Guilherme Morgado – socialista independente e admirador da revolução proletária, cuja idoneidade para as funções seria entretanto avaliada pelas autoridades censórias, segundo a legislação do Estado Novo, mantendo-se porém no cabeçalho da publicação, ainda por alguns meses, o nome de Adolfo Barbosa – veio a assumir em definitivo a direcção do semanário e proclamou ou, por seu intermédio, foi reiterada pela redacção já efectivamente chefiada pelos jovens Dionísio e Domingues:

«O Diabo» seguirá as mesmas directrizes que ultimamente o têm norteado, certo de que elas são hoje o melhor meio de servir utilmente um conceito de Cultura de que resulte um

³²⁷ [Redacção]: «Cultura portuguesa e cultura universal», *O Diabo*, n.º 274 (23 Dez.), Lisboa 1939, ano VI, p. [1].

*mais amplo esclarecimento dos problemas e das necessidades nacionais, um conceito de Cultura directamente ligado à realidades humanas do nosso tempo*³²⁸.

Então, não se tratou já de qualquer oposição à direcção de Adolfo Barbosa, cuja inoperância directiva era uma evidência prática (e havia correspondido, relembro, a uma direcção nominal ou, de outro modo dito, a um acordo que provisoriamente satisfiz as partes em confronto no interior do jornal), mas de uma alternativa à linha protagonizada pela anterior chefia de redacção do velho anarquista Cristiano Lima que em nada renovara a tradição de *O Diabo*, como representante de um escalão intermédio de uma elite de intelectuais já sem brilho entre as figuras de proa de antanho, ou sejam os «de mais de quarenta anos». Pois, entretanto, sabe-se, de entre os «que ainda não fizeram trinta» e de forma organizada, alguns jovens activistas com maior experiência nas organizações políticas, nomeadamente Fernando Piteira Santos que então conduzia a actividade intelectual dos comunistas³²⁹, foram «encarregados» de acordar com Horácio Cunha a decisiva mudança directiva³³⁰; o editor e proprietário do jornal, consciente de que os círculos de audiência do semanário e o ambiente geral que o rodeava – os assinantes, os leitores, os grupos operários e estudantis de apoio – reflectiam a enorme influência dos jovens intelectuais próximos do comunismo³³¹, não hesitou em aceitar mais profundas alterações que lhe foram propostas ao nível da direcção literária e da redacção, consumando-se a mudança de *identidade cultural* que o jornal vinha acentuando nas suas páginas.

Foi a partir deste período de reorientação formal – no qual, à direcção de Guilherme Morgado (que Mário Dionísio e Jorge Domingues conheciam desde os

³²⁸ [Guilherme Morgado?]: «Director de “O Diabo”», *O Diabo*, n.º 237 (8 Abr.), Lisboa 1939, ano VI, p. [1].

³²⁹ J. Pacheco Pereira: *Alvaro Cunhal. Uma Biografia Política*, ed. cit, vol. I, p. 282.

³³⁰ Cândida Ventura: *O Socialismo Que Eu Vivi*, ed. O Jornal, Lisboa 1984, p. 35.

³³¹ Ver testemunho de Guilherme Morgado in J. Pacheco Pereira: *Alvaro Cunhal. Uma Biografia Política. «Duarte», o Dirigente Clandestino*, vol. II, ed. Temas e Debates, Lisboa 1999, pp. 127-128.

tempos escolares do jornal *Gleba* e, momentaneamente ganho ao prestígio internacional da revolução bolchevique, viria a afastar-se de *O Diabo* em 1940, ante o desnorteamento causado pelo pacto germano-soviético ³³²), veio a sobrepor-se a figura de Manuel Campos Lima, jovem intelectual com crescentes atribuições orgânicas no PCP – que acederam à colaboração no jornal alguns jovens com funções ideológicas e políticas no aparelho do Partido Comunista, como Álvaro Cunhal e Fernando Piteira Santos que ascenderam de imediato ao corpo redactorial, e ideólogos típicos desta fase preliminar do Neo-Realismo de que Fernando Pinto Loureiro (que assinou com o pseudónimo de Rodrigo Soares, desdobrando-se ainda para as páginas de *Sol Nascente*) foi destacado doutrinador.

É certo que, se a derradeira mudança não deixou no semanário, mesmo de algum modo encobertas, marcas evidentes (como a suspensão ocorrida em finais de 1937), alguns ecos exteriores do conflito então concluído mostram que os seus lances não foram inteiramente pacíficos, conforme testemunha o protesto público de demissão que o reduzidíssimo grupo de Cristiano Lima fez alardear no jornal *República*, nos começos de 1939 ³³³. Mas, o que, efectivamente, os editoriais de *O Diabo* supracitados permitem no essencial esclarecer consiste em que a nova linha editorial, aberta num primeiro momento de afirmação de jovens escritores e artistas, veio a corresponder ao persistente, irresistível predomínio intelectual exercido, desde há cerca de um ano, pela mais jovem geração. Nesse autêntico manifesto de renovação da cultura que o editorial de Jorge Domingues representou, o jovem redactor interpretava, nestes termos, a tradição da cultura portuguesa mais recente, acusando os intelectuais tradicionais de uma demissão geral de responsabilidades que equivalia à falta de perspectivas que, conforme estes jovens acusaram invariavelmente, se seguiram ao desastre europeu da primeira

³³² Ver João Madeira: *Os Engenheiros de Almas...*, cit., p.

³³³ Abaixo-assinado de Adolfo Barbosa *et al.*: «Imprensa. “O Diabo”», *República*, n.º 2.913 (20 Jan.), Lisboa 1939, II sér., p. 2.

Grande Guerra (e já sob o espectro de novo e ampliado conflito de que a guerra civil espanhola parecia representar um anteacto):

[...] *não soubemos construir uma mentalidade de pós-guerra. Não soubemos criar ideias, tão pouco importar algumas ideias de que deliberadamente nos mantivemos afastados. Exilámo-nos dentro de nós próprios. E, no nosso exílio, esquecemo-nos de que, ao menos, podíamos pensar. Daí o amolecimento da nossa Cultura – confusão de ideias estratificadas, sem contacto real com a vida, nem com os problemas nacionais e universais»*³³⁴.



Figura 5. Editorial de *O Diabo* (24 Dez. 1938)

E foi, curiosamente, no exemplar seguinte ao desse editorial, que Joaquim Namorado utilizou pela primeira vez, ainda que sem quaisquer propósitos de baptismo que tem sido usual atribuir-se-lhe (e o próprio, como era da sua reconhecida natureza

³³⁴ [Jorge Domingues]: «Europeização», art. cit.

exibicionista, não desdenhou), a expressão com que haveria de passar à posteridade o novo movimento cultural ³³⁵. A partir de então, enquanto as colunas de *O Diabo* passaram a veicular, tanto ao nível da criação artística como ensaística, o Neo-Realismo como expressão geral de uma nova mundividência e das problemáticas humanas e sociais levantadas por um «novo humanismo» ³³⁶, a sede da sua redacção transformou-se num verdadeiro centro de uma nova mundividência de jovens intelectuais e activistas que tinham da cultura o entendimento de uma ampla participação nos problemas gerais do seu tempo ³³⁷. Por isso o semanário lisboeta, modelo para outros seus congéneres, tornou-se literalmente espaço de ocupação «como cadinho cultural, como frente única dos intelectuais [...] que se batiam pela cultura (o que era o mesmo que afirmar-se antifascista)» ³³⁸, sinal de que ao Neo-Realismo era conferida, pelo menos tanto quanto uma dimensão artística, a natureza de uma cultura política.

Considerável número desses jovens activistas, mesmo sem efectivarem colaboração nas páginas do semanário (mas sem deixarem de discutir ou propor os seus *ensaios* amadores na literatura e na arte), militavam em causas de luta pela paz e noutras solicitações que o momento lhes estimulava a participar nos destinos humanos. Não muito distante da redacção de *O Diabo*, tomando a direcção do Príncipe Real, estava então, por exemplo, situada a sede da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, em que tinham assento directivo Maria Letícia Clemente da Silva, jovem mulher de Mário Dionísio, e Maria Lucília Estanco Louro ³³⁹, a última das quais, secretária da organização pacifista, para além dos esboços de ilustrações que almejava publicar nas páginas do semanário e conservou inéditos, testemunhou ainda os percursos habituais desse caudal

³³⁵ Joaquim Namorado: «Do neo-realismo. Amando Fontes», *O Diabo*, n.º 223 (31 Dez.), 1938, ano V, p. 3.

³³⁶ Ver, por reproduzido, o capítulo sobre as *Propostas teóricas básicas do Neo-Realismo* apontadas por A. Pinheiro Torres: *O Movimento Neo-Realista em Portugal*, ed. cit., pp. 58 e ss.

³³⁷ Ver Cândida Ventura: ob. cit., p. 27.

³³⁸ Armando Castro: *Para a História do Pensamento Marxista em Portugal*, ed. cit., p. 152.

³³⁹ Sobre a origem da Associação fundada em 1936, ver Organização das Mulheres Comunistas: *Subsídios para a História das Lutas e Movimentos de Mulheres em Portugal sob o Regime Fascista (1926-1974)*, Ed. Avante, Lisboa 1994.

de jovens até à redacção de *O Diabo*, com a escadaria interior do prédio superlotada de gente ávida em participar³⁴⁰. Ampliava-se deste modo o convívio que, desde a estátua mefistofélica que ornava o patamar do primeiro piso e escorrendo para as mesas dos cafés Palladium, Madrid ou Portugal, no moderno ambiente citadino entre os Restauradores e o Rossio, em contraste com a restante paisagem urbana lisboeta, conferiu coesão de ideias e gostos à geração que deu expressão ao realismo social no nosso país sob a designação de Neo-Realismo. Encontra, assim, o mais pleno sentido a perspectiva de que o movimento de renovação cultural a que *O Diabo* se entregara resultou, em grande medida, «do enquadramento juvenil em que emergiu, que lhe deu esse estatuto de novidade superadora.»³⁴¹

Foi, aliás, esta dimensão juvenil que, na época mesma, sobressaiu como manifestação mais superficial de uma hegemonia que, nos *anos trinta*, marcou o processo geral de transformação do campo intelectual português. Justamente foi também esta *diabolização* primária que os sectores tradicionais da inteligência, saídos da amálgama republicana de esquerda, já de si multifacetada desde a vigência da I República, republicano-socialista e dos restos do anarquismo intelectual, acusaram ter sido operada no semanário lisboeta: eram «os “diabinhos” que o estragam!»³⁴² Assim se manifestou, com alvoroço que lhe serviu de título, em artigo no *Suplemento de Cultura* do diário republicano eborense *Democracia do Sul*, um antigo colaborador de *O Diabo*, insurgindo-se contra o facto de o semanário ter passado a ser «órgão de propaganda de três ou quatro dionísios» (numa evidente alusão pessoal), depois de abandonar «o cargo de chefe de Redacção o jornalista Cristiano Lima, forçado a isso por infiltrações descompassadas duns jovens audaciosos». E, num dos lances polémicos que alimentou

³⁴⁰ Depoimento de Maria Lucília Estanco Louro ao A., 1996; os seus desenhos figuram em V. F. Xira, Museu do Neo-Realismo, Espólio Editorial de *O Diabo*, legado Maria Lucília Estanco Louro.

³⁴¹ Luís Trindade: *O Espírito do Diabo*, cit., p. 151.

³⁴² Henrique A. Pereira: «O Diabo e os “diabinhos” que o estragam!», *Suplemento Cultural*, n.º 24, in *Democracia do Sul*, n.º 6440 (2 Abr.), Évora 1939, p. 6.

com a juvenil redacção do jornal lisboeta, não deixou de descortinar, para lá do desenlace final no processo de transformação interna de *O Diabo*, o momento em que tivera início o novo ciclo de vida, atravessado desde há ano e meio, num processo cuja totalidade finalmente enxergava pelas consequências:

*De maneira nenhuma desejaríamos que o semanário literário de Lisboa voltasse a ser O Diabo do sr. Adolfo Barbosa.*³⁴³

Pois fora, na verdade, com a direcção de Adolfo Barbosa que ascendeu à redacção do semanário o grupo juvenil encabeçado por Mário Dionísio e Jorge Domingues, primeira das «infiltrações descompassadas» a partir de finais de 1937. Mas o alvoroço, perante a derradeira *infiltração* de jovens que definitivamente alterou a feição de *O Diabo*, sedimentada a partir de finais de 1938, não deixou de desvendar um outro elemento do processo, que haveria ainda de consolidar-se no seio do periódico até à sua extinção: ao momento inicial de hegemonização no campo estritamente intelectual, com base num programa cultural de consciencialização e intervenção decorrentes de um humanismo que se reconhecia no ideário marxista e numa criação artística e ensaística essencialmente preocupada com a definição de uma representação realista, veio rapidamente a sobrepor-se o momento de um predomínio político sobre todo o campo da resistência, sob a pressão de desígnios ideológicos mais gerais, de um aparelho orgânico e de uma disciplina partidária cuja análise de pormenor, caindo fora dos propósitos do presente estudo, não deixo de indiciar porém. O que importa aqui reconhecer é que, em consequência da nova relação de forças alcançada na redacção de *O Diabo*, é visível que às práticas culturais veio ainda a sobrepor-se (ou a dar-lhes expressão mais generalizada) uma tematização centrada no momento político, nomeadamente nas estratégias do palco internacional, reforçando o discurso ideológico

³⁴³ *Id.*, *Democracia do Sul*, n.º 6508 (23 Jun.), Évora 1939, p. 3.

num posicionamento no cenário de confronto mais geral da luta antifascista que os artigos de Álvaro Cunhal sequenciaram com nitidez reveladora, constituindo um diapasão exemplar da tendência de colaborações críticas e estéticas da jovem geração.

A própria polémica travada por Cunhal com o *presencismo* deslocara, como já sugeri, o terreno da arte para o das práticas culturais mais gerais: com efeito, segundo o jovem autor, a crítica da arte do modernismo não poderia escapar a um ponto de vista eminentemente social; daí que, «apreciada sob o ponto de vista “puramente literário”, deve ser preterida»³⁴⁴. Talento à parte, concluía, os «artistas» interessam na medida em que directamente explicitam uma adesão – a afirmação é do jovem crítico neste remate sumário:

[...] *pode interessar farejar e encontrar artistas menos talentosos entre aqueles que não foram para a solidão monologar acerca do seu eu, entre aqueles que ficaram no campo dos gritos e dos choques.*³⁴⁵

A disputa com Régio, iniciada nas páginas da *Seara Nova*, foi difundida nos jornais coordenados pela jovem geração neo-realista e nestes veio a prosseguir... ao menos como eco reiterador até à banalização de argumentos. Mais que artista – que deixa de ser, como anteriormente, «o eco talentoso da voz das coisas» (recordo), mas um eco mais e sem artifícios no diálogo geral com a realidade premente –, era enquanto intelectual que, nesta perspectiva, incumbia «expor com clareza» uma linguagem para toda «uma humanidade que sofre as mesmas dores e anseia uma mesma vida»³⁴⁶; uma tal explicitação reduz, portanto, ou tendeu a reduzir a especificidade da arte na busca de linguagens próprias, tanto que, contestando a expressão plástica comum aos artistas do *presencismo* sobre «uma humanidade que sofre», o jovem crítico insistia em afirmar que

³⁴⁴ Álvaro Cunhal: «Numa encruzilhada dos homens», cit., p. 286.

³⁴⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 287.

³⁴⁶ *Id.*: «Um certo tipo de intelectuais», *O Diabo*, n.º 224 (7 Jan.), Lisboa 1939, ano V, p. 3.

esses, «à força de rebuscarem *formas possíveis de expressão*, acabam muitas vezes por ser vencidos pelo artifício que eles próprios criaram.»³⁴⁷ A inutilidade apontada à sua arte (e, no esteio de Cunhal, outros interventores acusaram os «formalismos» e «subjectivismos» inúteis na arte) reside, em suma, no facto de esse artista não acompanhar directamente, explicitamente, sem «artifício» uma adesão ou, de outro modo dito, esse artista «nunca sentiu o desespero dum esforço baldado», «nunca estendeu a mão suplicante a outro homem». Não era o *artista* na sua especificidade criadora, antes o *intelectual* na sua missão interventora que este discurso potenciava em nome da utopia redentora de uma próxima «Alvorada», conforme explicitava um editorial da redacção, antevendo que «1940 será o ano dessa promessa»³⁴⁸.

E foi, em suma, isto que perturbou, de facto, as personalidades que restavam das hostes republicanas, anarquistas e socialistas no lote de colaboradores de *O Diabo*: o rápido ascenso do Partido Comunista no campo intelectual e a capacidade que, ao cabo, esse tivera de organizar no semanário uma tribuna importante de expressão pública considerada «legal», conforme a terminologia da luta política então travada. E tal tribuna era tanto mais importante quanto é sabido que a própria biografia oficial de Álvaro Cunhal reconheceu a «importância fundamental» da «imprensa legal» nessa época, perante a paralisia a que as autoridades policiais sujeitaram a «imprensa clandestina» partidária, em particular a paragem de circulação do *Avante!*³⁴⁹. Recolhendo as informações do interior da própria redacção de *O Diabo*, os relatórios policiais revelam hoje que era então corrente entre os próprios «colaboradores do referido jornal que nunca o ‘Avante’ publicou artigos com tanta liberdade e precisão»³⁵⁰.

Aliás, por essa altura, o próprio Cunhal, além de reconhecido no meio intelectual, figura já preponderante na elite dos dirigentes comunistas, confirmava o trabalho de

³⁴⁷ *Id.*, *ibid.* (subl. meu).

³⁴⁸ [Redac.]: «1940 – “O Diabo” – 1940», *O Diabo*, n.º 275 (30 Dez.), Lisboa 1939, ano VI, p. [1].

³⁴⁹ In J. Pacheco Pereira: *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política* [...], vol. I, p. 410.

³⁵⁰ Lisboa, A.N.-T.T., *Informação em 14 de Março de 1940*, cit. por Luís Trindade: ob. cit., p. 176.

organização junto da imprensa da época, aludindo claramente numa carta-relatório de Julho de 1939, enviada ao Comité Executivo da Internacional da Juventude Comunista, ao curso bem sucedido das transformações ocorridas no seio de *O Diabo* e de *Sol Nascente*:

*Tentamos ter colaboradores permanentes em muitos jornais legais. [...] Conseguimos influência directa na nova redacção do mais importante semanário de Lisboa. Esperamos transformar este jornal num defensor dos anseios da juventude. [...] Noutra cidade portuguesa, participamos na direcção do maior semanário e foi decidido transformá-lo num jornal legal da geração jovem portuguesa.*³⁵¹

Capítulo X

Transformações na consciência doutrinária: a revista *Sol Nascente*

Nesse outro «semanário» desenhava-se também, de facto, uma trajectória de hegemonização semelhante a *O Diabo*. Mais teórica ou doutrinária que a publicação lisboeta, a revista *Sol Nascente* – a «bíblia», como se lhe já referiu Arquimedes da Silva Santos³⁵² – envolveu numa periodicidade bimensal, porém irregular, os «novos» do Porto e, mais tarde, de Coimbra. Fundada como *quinzenário de ciência, arte e crítica* em 30 de Janeiro de 1937, concretizou uma transformação interna idêntica a *O Diabo* (aliás, sensivelmente pela mesma altura), até à sua expressa designação como «revista do pensamento jovem» ou da «jovem geração», num percurso que se encontra atestado em sobeja, embora esparsa, documentação coeva.

³⁵¹ J. Pacheco Pereira: *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política* [...], vol. I, pp. 413-414.

³⁵² Depoimento ao A. em 1989, apoiado pela exibição do seu próprio exemplar completo da publicação, anotado e ainda profusamente marcado para consulta.

Não importando monografar, neste local, a vida de *Sol Nascente*³⁵³, começarei por notar, no entanto, que a sua criação se deveu a iniciativa de Virgínia de Moura e Lobão Vital, na sequência da actividade jornalística que sabemos já terem então desenvolvido; a redacção e todas as operações de administração da revista estiveram, como em outras publicações, sedeadas na morada do casal (conforme consta no cabeçalho) durante a publicação dos quatro primeiros números: tratou-se de uma parcela da militância juvenil desenvolvida por Lobão Vital, então estudante de engenharia, numa actividade cultural que remontava ao pequeno e efémero título escolar *Outro Ritmo*, entre os pioneiros já aqui recenseados, que valera ao jovem editor a expulsão da frequência académica no seu último ano de liceu³⁵⁴.

Mas, se o título indicia a poética ideológica dos seus fundadores (conquanto estes tenham vindo, cedo, a afastar-se da redacção de *Sol Nascente*), o facto tem levado à afirmação comum de que esta publicação foi indiscutivelmente um órgão neo-realista, o que é apenas verdade para a sua última fase (então, sim, decisivamente), como se verá. Qualquer que tenha sido o desentendimento prematuro entre a comissão directiva, após algumas composições operadas na direcção jornalística e apesar do domínio que, no mesmo ano da sua fundação, passou a ser rapidamente exercido por um grupo de discípulos de esquerda de Abel Salazar³⁵⁵, o certo é que, a partir de Abril de 1937, emergiu nas funções de secretário permanente da redacção, a partir da sua residência portuense na Rua do Bonjardim, um jovem universitário, Manuel de Azevedo, que acabou por desempenhar um papel decisivo na definitiva alteração da correlação de forças entre os colaboradores mais influentes na revista. O futuro e conceituado crítico de cinema, para além da actividade administrativa com que, segundo os próprios

³⁵³ Uma perspectiva foi já dada por Luís Crespo Andrade: *Sol Nascente. Da Cultura Republicana e Anarquista ao Neo-Realismo*, ed. Campo das Letras, Porto 2007.

³⁵⁴ Virgínia Moura: ob. cit., p. 26.

³⁵⁵ Sobre a alteração no grupo editorial, ver «Declaração», *Sol Nascente*, n.º 5 (1 Abr.), Porto 1937, p. 7.

contemporâneos, normalmente «aguentou a revista»³⁵⁶, passou a breve trecho a ocupar-se da própria execução gráfica (inserindo com frequência ilustrações suas), das relações com os serviços de censura, da expedição das tiragens e da difusão da revista. Antes mesmo de transferir a sua matrícula universitária para Coimbra e de aí se instalar³⁵⁷, desde cedo assegurou, ainda a partir da redacção fixada no Porto, o concurso dos mais jovens e recentes colaboradores de *O Diabo*, de entre o grupo inicial que estava então em vias de assegurar no semanário lisboeta a rápida proeminência que se conhece já.



Figura 6. Ilustração de Manuel de Azevedo ao poema *Caminho* de Mário Dionísio

Surgem, assim, os poemas de estreia de Mário Dionísio numa manifestação expressiva do Neo-Realismo, o primeiro dos quais «encharcou de claridade um novíssimo caminho» de que os versos eram o «grito». Pois a publicação deste *Caminho*

³⁵⁶ [Fernando Piteira Santos]: «Política de A a Z. Uma geração que esteve na resistência», *Diário de Lisboa*, n.º 21.502 (9 Jul.), Lisboa 1984, ano 64, p. 3.

³⁵⁷ V. Alberto Vilaça: *Para a História Remota do PCP em Coimbra*, ob. cit., pp. 189 e ss.

poético ³⁵⁸ ocorreu em simultâneo com a notícia (afinal extemporânea) da próxima organização de um «1º Certame de Arte Moderna» ³⁵⁹ que Mário Dionísio e Jorge Domingues não lograram concretizar em Lisboa ³⁶⁰, mas cujo conhecimento denuncia os contactos já estreitos que Manuel de Azevedo manteria com os representantes mais destacados da jovem geração.

E, na verdade, muito em breve – segundo carta de Azevedo, dirigida em 7 Outubro 1937 ao «Caro [Joaquim] Namorado e demais camaradas» –, a actividade redactorial de *Sol Nascente* era já assegurada em sintonia com o chamado *grupo neo-realista* de Coimbra ³⁶¹. Nesta mesma data, por contraste, Soares Lopes inseriu, na qualidade de director da revista e um pouco à guisa de editorial, um artigo *Sobre novas gerações* cujo pessimismo na apresentação de soluções para a crise de emergência das potencialidades jovens de renovação ficava delineado nestes termos:

[...] *as novas gerações são colocadas pelas velhas, possidentes dos lugares destacados, em posições de notável inferioridade, e, assim, assiste-se de novo, e em toda a parte, ao drama angustioso de gerações que, como tal, querem assinalar a sua existência, e, infelizes, vogam num mundo que não compreendem bem.* ³⁶²

Está aqui mesmo incrustado o confronto entre um pensamento que se não liberta do «drama angustioso» em que a falta de diagnóstico dos problemas emparelha com a ausência de soluções e outro que, descortinando um caminho novo que «não tem nada de igual aos que nos tinham mostrado», se assimila e revela em metáfora poética. Está nos antípodas daquele a luz que ilumina o *caminho* poético do jovem Dionísio:

³⁵⁸ Mário Dionísio: *Caminho* (poema), *Sol Nascente*, n.º 7 (1 Maio), Porto 1937, p. 11 (bem como citação seguinte).

³⁵⁹ [Redac.]: «Arte moderna», *Sol Nascente*, n.º 7 cit., pp. 10-11.

³⁶⁰ Mário Dionísio: *Autobiografia*, ed. cit., p. 8; cf. José Gomes Ferreira: *A Memória das Palavras – I*, ed. cit., p. 177.

³⁶¹ Carta de Manuel de Azevedo a Joaquim Namorado (7 Out. 1937), ms., V. F. Xira, M.N.R., Esp. Lit. de Joaquim Namorado, A5/6.22.

³⁶² J. Soares Lopes: «Sobre novas gerações», *Sol Nascente*, n.º 16 (1 Out.), Porto 1937, ano I, p. 3.

*Agora já não andamos como doidos a gritar no meio das trevas,
e as nossas botas não ficam enterradas na areia do deserto.
Agora temos um caminho.*

Alguns números após, o jovem Manuel Filipe veio a anotar nas páginas de *Sol Nascente* a essência poética destes e de outros versos então emergentes como uma *estética da simplicidade* – «O verdadeiro poeta aspira à simplicidade». Em que sentido? Naquele sentido em que a arte se concebe universalmente, isto é naquele em que a obra de arte é de um tempo que une todas as latitudes em torno de uma grande utopia redentora, em que ao artista compete ser do seu tempo; assim,

*O poeta deve «universalizar-se» o mais possível, de modo a encontrar-se com toda a gente
[...] A grande ode deu lugar à pequena canção. As canções de trabalho do homem
moderno são as novas canções de gesta.*³⁶³

No sentido desta nova poética aí surgiu, pois, uma vez mais pela mão de Mário Dionísio e em forma de *pequena canção* de uma *gesta moderna*, a exaltação da mulher como símbolo materno universal de uma humanidade inteiramente nova na consciência do seu lugar e do seu papel transformador:

*Vejo-te mãe de milhões de homens,
de rosto calmo e olhos firmes,
através das labaredas e do fumo,
sem país e sem lar, a caminho da vida
– na descoberta constante.*³⁶⁴

³⁶³ Manuel Filipe: «Algumas notas para uma nova poética», *Sol Nascente*, n.º 10 (15 Jun.), Porto 1937, p. 6.

³⁶⁴ Mário Dionísio: «Poema da mulher nova», *Sol Nascente*, n.º 13 (15 Ag.), Porto 1937, p. 13.

E em *Rumo* idêntico apontou Manuel Filipe, também poeticamente, para a cidade futura cuja verdadeira utopia não estava tanto na *chegada* como na *partida*, à semelhança do jovem Dionísio, em trilhar permanente no caminho:

*Nada acabará para mim.
Amanhã é uma cidade
Mais bela, mais vermelha que as outras,
onde a partida é uma chegada
e o repouso um túmulo.*³⁶⁵

Além da aparente coesão diante de problemáticas universais, os jovens escritores e artistas assomavam à cena pública como corpo, num espírito geracional de renovação que tinha o seu alor irreprimível. Rapidamente, a linha editorial de *Sol Nascente*, reflectindo a presença cada vez mais densa de diferente orientação, deu fé de um confronto visível na própria composição redactorial; aliás, num quadro a que não faltaram ainda condições de crise de sobrevivência da publicação, entre o anseio de renovação depois de percorrida «a sua primeira caminhada»³⁶⁶ e, agora, a consciência de necessária adequação à criação de um novo público, apelando-se a que a revista, afinal, «seja um órgão» das «inquietações» novas³⁶⁷. Tratou-se, como se assinalou a respeito de *O Diabo*, de uma *crise de identidade cultural* no impasse do confronto entre a linha editorial dominada pelo grupo editor e os ensaios de novas práticas culturais.

Mas, para compreender e enquadrar com precisão as transformações a partir de então eminentes no seio da revista portuense, valerá recorrer-se já a um editorial de consumada viragem, publicado cerca de ano e meio mais tarde, por ocasião do segundo aniversário da revista, comemorado em Março de 1939. Nesse texto, que em geral constitui verdadeiro manifesto da nova geração de intelectuais, o autor – segundo

³⁶⁵ Manuel Filipe: «Rumo» (poema), *Sol Nascente*, n.º 24 (1 Fev.), ano I, Porto 1938, p. 5.

³⁶⁶ V. nota da redacção inscrita no n.º 10 cit., p. 5.

³⁶⁷ [Redac.]: «Leitor amigo», *Sol Nascente*, n.º 15 (15 Set.), Porto 1937, p. 2.

parece, pelo estilo seco, Pinto Loureiro – encontrava ensejo de estabelecer uma brevíssima resenha da publicação até esse momento, diferenciando no seu percurso uma tradição cultural revitalizada pela consciência do momento e de outra, incapaz de encontrar dinâmica renovadora, que a antecedeu:

Sol Nascente *surgiu como um quinzenário cultural de orientação um pouco esfumada e imprecisa, limitando-se nos seus primeiros vinte números quase só à missão passiva de arquivar.*³⁶⁸

Não creio difícil marcar retrospectivamente essa vintena inicial de fascículos para encontrar, recuando a finais de 1937, vestígios do ponto de ruptura. Sem contar com algumas anteriores colaborações, sobretudo poéticas, de Frederico Alves e Mário Dionísio... e pouco mais, certamente angariadas a instâncias de Manuel de Azevedo, foi a partir de meados de Outubro desse ano que começaram a surgir artigos consistentes de Álvaro Salema e Armando Martins, Manuel Filipe e Jofre Amaral Nogueira que se repetem amiúde nos números imediatos. De permeio, a publicação quinzenal conheceu mesmo algumas interrupções pontuais, sem cumprir a periodicidade, chegando a suspender entre Agosto e Dezembro de 1938, «em face de certas questões graves, que foram ventiladas nas suas páginas» (mas que, na verdade, só uma leitura muito atenta permite descriptar), para além de outras «circunstâncias – em que avulta o factor económico».

Ora, das questões *ventiladas* na revista pode agora dar-se atenção, numa local da responsabilidade da redacção, a uma súmula do ponto a que o conflito interno chegou, reconhecendo o «grupo editor» (ou em seu nome escreveria Manuel de Azevedo) a falta de «uma base homogénea» no momento em que à publicação convinha afirmar «a sua

³⁶⁸ [Redac.]: «No segundo aniversário de “Sol Nascente”», *Sol Nascente*, n.º 34 (1 Mar.), Porto 1939, ano III, p. 2.

orientação própria, o seu específico ser», e clamava, em nome de uma pretendida homogeneidade:

*Contra a concepção de grupo fechado às solicitações e aos impulsos da vida, nós queremos, mais em baixo, abertos talvez para maiores generosidades, aproveitar de fora tudo quanto possamos, dos elementos que de fora nos vêm.*³⁶⁹

E, reincidindo no pano de fundo da «edificação administrativa desta obra de cultura», desvelavam-se em seguida as fragilidades da «aparência duma unidade, conseguida com múltiplas acções dispersas», emergindo a crítica, que ecoava os sons de um conflito interno:

*Àqueles que desmintam com fáceis argumentos a impossibilidade de levantar, numa hora onde os cepticismos triunfam por toda a parte, qualquer coisa que possa considerar-se como resultado de esforços conjugados, podemos com facilidade opor a pequena amostra de «Sol Nascente», na sua mediania, mas já suficiente para demonstrar o oposto.*³⁷⁰

Latente estava, portanto, a efectivação de uma mudança na linha editorial que, nas palavras do editorialista atrás citado, veio a consumir-se nestes termos:

*Assim é que reage contra a metafísica e contra o psicologismo, apoiando-se na obra crítica do pensamento dialético [materialismo dialético]; combate pelo neo-realismo como forma necessária de humanização da arte; defende um humanismo integral que seja verdadeiramente um humanismo humano.*³⁷¹

Mas, para que esta declaração pudesse ser abertamente produzida, estruturara-se com rapidez uma actividade confluyente dos jovens grupos de intelectuais de Lisboa e

³⁶⁹ [Redac.]: «Para uma maior expansão de “Sol Nascente”», *Sol Nascente*, n.º 18 (1 Nov.), Porto 1937, ano I, p. 2.

³⁷⁰ [Redac.]: «Para uma maior expansão de “Sol Nascente”», *Sol Nascente*, n.º 19 (15 Nov.), Porto 1937, ano I, p. 2.

³⁷¹ [Redac.]: «No segundo aniversário de “Sol Nascente”», *Sol Nascente*, n.º cit.

Coimbra, orientada por uma adequação de linha editorial a exigências culturais baseadas numa correspondência imediata entre os produtores e os receptores da publicação – isso que o mesmo editorial identificou deste modo em 1939, como processo concluso:

[...] *que, ao fim de dois anos, ele encontrou já os seus colaboradores, a sua doutrina e o seu público.*³⁷²

Ora, os seus fundamentos, sabemos-lo já, tiveram adequado prefácio no *Comentário* de compreensão doutrinária que Jofre Amaral Nogueira lançou, nas páginas de *Sol Nascente* em Dezembro de 1937, em polémica vigorosa com António Sérgio, conforme se viu, a propósito e em defesa da validade das *Teses* de Marx³⁷³. E foi ainda pela mão do jovem Amaral Nogueira que, nessa base doutrinária (apesar das «dificuldades em exprimi-la concretamente», dadas as restrições à livre expressão impostas pelas «circunstâncias ambientes»), foi feita a mais funda leitura sobre *O papel duma nova geração*, não tanto pela mera pretensão de registar a sua emergência, mas por sustentar o «alvorecer duma consciência de geração» de que se faziam portadores os jovens intelectuais portugueses³⁷⁴. Vale, pois, a pena acompanhar (e articular com a base doutrinária, embora reduzida a um *Comentário*) a perspectiva orientadora que o jovem escritor visava no novo artigo, para lá do esforço ordenador de uma «visão dialéctica» discretamente revelada em nota.

Sem arredar os aspectos psico-sociais próprios de cada idade na transição da adolescência para a juventude (a que chama «características psico-somáticas desta idade»), Amaral Nogueira parte sobretudo do critério de *experiência* para distinguir que

³⁷² *Id.*, *ibid.* (subl. no orig.).

³⁷³ Ver *supra*, pp. 210 e ss.

³⁷⁴ Jofre Amaral Nogueira: «O papel duma nova geração», *Sol Nascente*, nº 28 (15 Abr.), Porto 1938, ano II, pp. 6-7 (nas referências seguintes, ao número de página será acrescentado o local de citação na coluna do artigo para mais fácil cotejo).

*O jovem encontra-se perante duas experiências, sendo uma a sua própria e outra a que foi exprimida literariamente pelas gerações que o antecederam.*³⁷⁵

As condições pelas quais, considerava, uma experiência pode entrar em contradição com a outra residem «naquilo em que as circunstâncias a modificaram» e estas «constituem a parte original da vivência do jovem»; a superação «das condições e dos motivos que definem para o caso geral as probabilidades internas da juventude para tornar-se positiva»³⁷⁶ deve residir na capacidade «de transformar a grande parte da sua subjectividade em objectividade do dia seguinte, de fazer uma negação concreta e fecunda do mundo em que vive». Trata-se, portanto, de «trabalho histórico – e é só o trabalho histórico que define uma geração»³⁷⁷. Não se esqueça que, nesta atitude essencialmente orientadora, o texto de Amaral Nogueira coloca a experiência ida, para a juventude, como experiência literariamente conhecida, à qual se junta a «sua própria experiência das coisas e da sua cultura»; portanto, uma nova experiência fecunda-se literariamente. E, assim, «ao lado dos acontecimentos temos de colocar o trabalho artístico de interpretação e expressão» (sem esquecer que, sendo um trabalho artístico, «o fenómeno Arte» implica um cuidado específico, «quer seja técnico quer seja psíquico»)³⁷⁸.

Mas como experiência nova e consciente do papel superador, a experiência literária de uma nova geração não rejeita pura e simplesmente o trabalho expressivo da que a antecedeu, pois, no sentido mais geral, «opondo-se, lutando entre si, superando-se, os movimentos literários vão fazendo um conhecimento progressivo e totalizador do homem»³⁷⁹. Aliás, no processo de superação de experiências, não estranha o jovem autor o «facto de todos se exprimirem com as mesmas palavras, com formas artísticas

³⁷⁵ *Id., ibid.*, p. 6-b.

³⁷⁶ *Id., ibid.*, p. 6-c.

³⁷⁷ *Id., ibid.*, p. 7-d.

³⁷⁸ *Id., ibid.*, p. 6-b/c.

³⁷⁹ *Id., ibid.*, p. 7-c.

idênticas», pois «a identidade de expressão é apenas superficial»; mesmo em presença, «como no caso dos poetas modernistas, dum *dialecto* artístico que lhes é peculiar» (e o exemplo aduzido não é decerto fortuito), o que persiste «não é duas vezes idêntico a si próprio», significa dizer «que [a linguagem] tem sempre valores diferentes, que toma características diversas.»³⁸⁰ O que intervêm na decisiva diferenciação de linguagens é aquilo que Amaral Nogueira define como «exigências próprias das ideologias» ou seja a consciência de uma experiência nova ou, pelas suas próprias palavras, «o referencial por onde se medem as realidades.» Daí, concluía,

*Há em cada arte uma concepção especial da realidade, uma deformação desta mais ou menos determinada pelas circunstâncias em que vive o artista, pela finalidade que ele põe na sua obra.*³⁸¹

Perante um texto fundamental para compreender que o discurso ideológico do Neo-Realismo português se desdobra explicitamente a partir de um referencial ideológico preciso, é ocasião de aferir que o conceito de *deformação* corresponde em Amaral Nogueira à *forma* de representação, no universo subjectivo, de uma realidade exterior. Ora, na representação artística, na obra de um artista a «deformação [é] mais ou menos individualizada por ele, mais ou menos consciencializada e intelectualizada.» Por isso,

*A deformação artística é feita por processos sui generis em que temos que contar as «sublimações» diversas, as variadas superações de conflitos psicológicos e sociais na sua expressão artística, as características próprias do estilo artístico e da densidade emotiva que funde as realidades objectivas, as realidades da experiência do artista, as suas realidades psíquicas, a sua ideologia vaga ou concreta e definida.*³⁸²

³⁸⁰ *Id., ibid.*, p. 6-c.

³⁸¹ *Id., ibid.*, p. 6-d.

³⁸² *Id., ibid.*, pp. 6-7.

Mas este sentido mediador – que Mário Dionísio veio igualmente a dar na célebre fórmula *etimológica* da deformação como trabalho específico de construção da obra de arte que consiste em dar a *forma artística* adequada à matéria –, na complexa elaboração do jovem Jofre, «não é só interpretação peculiar e necessidade de materialização». Uma vez que, no duplo processo de influência «de realidades diversas» sobre o artista e de «interiorização psíquica do dinamismo colectivo dessas realidades», intervêm «a personalidade do artista e a luta das concepções do mundo, do grupo humano a que o artista pertence», a visão artística assim formada realiza-se, «agindo pela sua expressão estética e emocional», num «aspecto invocativo». E é aqui que, em conclusão,

[...] o artista realiza um trabalho entre os homens que não pode valer apenas para si, mas que vale para a parte da colectividade que com ele se identifica e portanto para toda a colectividade.³⁸³

Chegados aqui, fácil seria reconhecer nos pressupostos do autor que o *Realismo* então pedido ao artista permanece ao nível de *objecto*, isto é dizer o conjunto de materiais da realidade cuja apreensão pelo artista deve ser tanto mais objectiva quanto a necessidade de se não fazer «das realidades uma miragem fantasista» e «tornar-se apenas aquela parte de realidade que está nas suas necessidades históricas antes de passar à realidade objectiva do dia seguinte.»³⁸⁴ Ora, este plano de selecção e compreensão das necessidades históricas, de superação pela projecção na obra artística de uma utopia, é já do domínio do subjectivo; pede ao artista um *método*, capaz de transpor a realidade em arte (pois a sua simples *reprodução*, já se detectou em Amaral Nogueira, é impossível), e esse tem de ser o *Romantismo* das grandes gestas capaz de corresponder ao trabalho histórico de que o artista e o escritor novos se devem sentir imbuídos. A associação precisa de um método a um objecto, estando implícita, porém, não cabe nas conclusões

³⁸³ *Id., ibid.*, pp. 7-a.

³⁸⁴ *Id., ibid.*, p. 6-d.

imediatas do texto que tenho vindo a acompanhar, centrado numa perspectiva essencialmente filosófica. Coagido pelas «circunstâncias ambientes», conforme insiste uma vez mais no final do artigo, Jofre Amaral Nogueira reduz o seu campo de proposição ao «trabalho histórico que define uma geração»; e o da «nova geração só pode realmente sê-lo se colocar de parte as concepções estáticas do mundo liberal [...]»; se for capaz de transformar a grande parte da sua subjectividade em objectividade do dia seguinte, de fazer uma negação concreta e fecunda do mundo em que vive»³⁸⁵.

Julgou o jovem autor, perante as «dificuldades em exprimi-la concretamente», suficiente resumir num simples (demasiado simples) enunciado a fórmula estética que seria, ao cabo, objecto de generalizada simplificação:

A sua arte só pode ser a arte útil, a arte que cria humanidade.

Assim, outros, logo após, foram juntando nas páginas de *Sol Nascente*, como o orfeanista coimbrão Coriolano Ferreira, avulsas *Reflexões sobre a utilidade da arte*; ou João Alberto que, a propósito *Do valor artístico de Abel Salazar*, assinalou na arte «uma qualidade excepcional de valor útil como elemento de análises e pesquisas culturais»³⁸⁶, evidenciando uma superficial compreensão ou, mesmo, um alheamento em relação à profundidade dos problemas estéticos colocados por Amaral Nogueira, Manuel Filipe e Mário Dionísio, mas também sentidos, como ainda se verá, por Joaquim Namorado, entre poucos mais que os expuseram então com meridiana clareza. A imediatidade da acção, a urgência em intervir conduziu à simplificação de processos sob a bandeira de lemas mais ou menos consensuais e mobilizadores que justificaram privilegiar a informação e a formação de um público, a exceder a arte pelo jornalismo, não obstante a elevadíssima qualidade técnica de uma pléiade de grandes escritores e artistas que o

³⁸⁵ *Id., ibid.*, p. 7-d.

³⁸⁶ Ver artigos, respectivamente, em *Sol Nascente*, n.º 22 (1 Jan.), p. 3 e n.º 23 (15 Jan.), Porto 1938, ano I, pp. 10-11.

Neo-Realismo reuniu. Ora a formação e aparecimento destes em público processou-se, como contingência específica, num contexto jornalístico de páginas culturais que tiveram por missão directa «expressar verdades úteis» na simples articulação da «contextura ideológica» com a «coisa emocional»; isto mesmo que *Sol Nascente* anunciava, em forma de vinheta ³⁸⁷, como nova linha editorial:

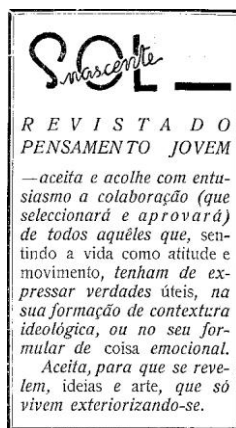


Figura 7. Vinheta destacada em *Sol Nascente* (1 Fev. 1938)

Que, por aquela altura, estava em pleno curso a mudança de corpo redactorial ou a hegemonia da sua orientação por parte da jovem geração, isso mesmo no-lo confirma uma carta de Manuel de Azevedo dirigida em 30 Março de 1938 ao «Prezado camarada» João José Cochofel, a quem se propunham os contornos de uma estrutura interna da revista que poderia consistir «em admitir no grupo editor actual mais 2 núcleos – um em Coimbra e outro em Lisboa.» A rapidez das transformações decorria de tal modo que adiantava já os contactos estabelecidos de um lado:

Em Lisboa está encarregado de «formar gabinete» o camarada Mário Dionísio. ³⁸⁸

³⁸⁷ *Sol Nascente*, n.º 24 (1 Fev.), Porto 1938, ano I, p. 15 (ver figura).

³⁸⁸ Carta de Manuel de Azevedo a [João José Cochofel] (30 Mar. 1938), ms., V. F. Xira, M.N.R., Esp. Lit. de Joaquim Namorado, A5/6.23.

Se, tudo o indica, não veio a efectivar-se o funcionamento de tal representação «nacional» de núcleos, o certo é que a revista enveredou por um caminho de «compromisso» entre o grupo editor (de que Soares Lopes acabou então por afastar-se) e o dos jovens dinamizados em torno da figura ímpar de Joaquim Namorado, constituindo-se em Coimbra uma redacção efectiva que incluiu, para além de Armando Bacelar (que reconstituiu o elenco, sem esquecer o seu pseudónimo de Carlos Relvas como colaborador), «o próprio Manuel de Azevedo, Joaquim Namorado, Fernando Pinto Loureiro (Rodrigo Soares), Jofre do Amaral (que por vezes assinava Albertino Gouveia), Fernando Marta (Luís Vieira), Armando Castro, Egídio Namorado»³⁸⁹. Foi a esse ajuste que, poucos meses após, se reportou uma carta de Pinto Loureiro a Joaquim Namorado, lembrando o acordo estabelecido com o grupo editor:

*Devemos valorizar o Sol Nascente de todas as maneiras. Foi esse, de resto, o compromisso q[ue] assumimos e temos de honrar, custe o q[ue] custe.*³⁹⁰

As delongas de acordo definitivo entre ambas as partes parece terem arrastado a solução para um impasse de mais seis meses, durante os quais se agravou a situação financeira do título periódico: os encargos com os custos do papel de jornal (cujos preços aumentaram em 100% em 1937, mantendo-se em alta) elevaram as dívidas ao fornecedor a cerca de 1.200\$00, soma então considerável da qual o grupo editor só conseguia satisfazer pouco mais de 20%. Para mais, o embaraço na efectiva direcção da publicação, divida em compartimentos, dificultava a sua mobilidade, facto registado em carta de Pinto Loureiro (sem data nem indicação do destinatário, mas provavelmente enviada por esta altura a Joaquim Namorado):

³⁸⁹ Armando Bacelar: «Manuel de Azevedo», *Diário de Lisboa*, n.º 21.511 (19 Jul.), Lisboa 1984, ano 64, p. 2.

³⁹⁰ Carta de Fernando Pinto Loureiro a Joaquim Namorado (26 Ag. 1938), ms., V. F. Xira, M. N.-R., Esp. cit., A5/6.25.

[...] *numa revista que tem a redacção em Coimbra, a composição no Porto, a Censura em Lisboa, a impressão no Porto e a expedição em Coimbra!*³⁹¹

Perante a gravidade da situação (embora diminuindo-a na aparência), Dilermando Marinho e Carlos Barroso, respectivamente editor-proprietário e director em título de *Sol Nascente*, acabaram por acordar, em carta dirigida aos «Prezados camaradas» da jovem redacção, a solução por estes proposta no início de 1939:

*Sobre a segunda parte da vossa carta temos apenas a acrescentar o seguinte: podereis ter a certeza de que nada se fará da parte de qualquer de nós, que possa de qualquer modo prejudicar a vitalidade do S.N. A mudança de propriedade far-se-á somente se esse facto não trouxer para o jornal o mais pequeno embaraço.*³⁹²

Certo é que a propriedade se manteve, de direito, inalterável até à extinção da revista (por algum «embaraço» que se desconhece); mas, a partir desta altura, segundo informação de *expediente* que a própria redacção destacava, toda a responsabilidade editorial foi definitivamente transferida para a morada da «Couraça de Lisboa, n.º 38 - Coimbra»³⁹³, onde a publicação era há muito, de facto, projectada e composta. *Sol Nascente* procurava agora manter «uma regularidade mensal, até que a reorganização completa dos seus serviços permita» concluir a renovação da revista. Pinto Loureiro ocupava já a chefia redactorial, em contacto estreito com Joaquim Namorado, trazendo a partir de então para as páginas de *Sol Nascente*, nomeadamente através dos artigos que assinou com o pseudónimo de Rodrigo Soares, uma manta de retalhos doutrinária capaz de legitimar uma justeza de acção cultural que esses jovens esperavam ver consignada em cada linha, numa ânsia de intervir.

³⁹¹ Carta de F. Pinto Loureiro a J. Namorado [1939], ms., V. F. Xira, M.N.-R., esp. cit., A5/6.39.

³⁹² Carta de Dilermando Marinho e Carlos F. Barroso (17 Fev. 1939), id., A5/6.28.

³⁹³ *Sol Nascente*, n.º 34 (1 Mar. 1939), Porto 1939, ano III, p. 10.

À semelhança de *O Diabo*, a revista sediada definitivamente em Coimbra veio a subalternizar o tratamento das questões específicas da arte e da literatura pela generalização da ideia de Cultura como terreno de intercepção entre o público e os intelectuais e da participação que através dela aos últimos se impunha. Foi o que aconteceu, de modo clarividente e sem interrupção, a partir do exemplar de Maio de 1939 cujo editorial estabelecia as «directrizes» fundamentais a seguir sobre *O problema da Cultura em Portugal* e, na mesma página, esgrimia com a revista *Pensamento*, do Porto, pela necessidade de «união de todos os que se preocupam com a difusão duma Cultura humana da Vida e para a Vida», concluindo com esta máxima esclarecedora:

*É inadmissível que haja quem fique atido a preconceitos estéticos ou de qualquer outra ordem, sobrepondo vaidades pessoais à obra colectiva que urge realizar.*³⁹⁴

Sob o signo de *La Conscience Mystifiée*, de Guterman e Lefebvre, de que aí mesmo se traduzia uma página sobre *A decadência da cultura*, esse número iniciou uma série de artigos de Rodrigo Soares, com o pretexto polémico de contestar uma afirmação de Gaspar Simões, aliás desastrada, no seu habitual *Suplemento do Diário de Lisboa*. Pondo em causa, com justos motivos, como manifestação «tipicamente definida por um dos seus corifeus[,] a posição de uma parte importante da intelectualidade portuguesa» que se pretende acima e alheia à realidade circundante, o jovem Fernando Pinto Loureiro, brilhante quintanista de Direito, pôs em voga irreversível a relação entre *A cultura e a vida* com uma simplificação de argumentos a que não escapou sequer a certeza «de termos connosco a opinião unânime da juventude e das massas laboriosas»... e de, assim, cumprir a história, porque

³⁹⁴ [Redac.]: «"Pensamento" e a cultura», *Sol Nascente*, n.º 36 (1 Maio), Porto 1939, ano III, p. 2.

*E a vida é a história. E a história «não é outra coisa senão a produção do homem pelo trabalho humano», não é outra coisa senão a formação física e mental do homem através do trabalho, da acção, da prática.*³⁹⁵

Porque «a vida é a totalidade» (esquecendo a lição original de Bento Caraça, para o qual a cultura era, já o vimos, o próprio terreno específico em que se realizava essa totalidade), Pinto Loureiro concluía assim, varridos os *preconceitos estéticos ou de qualquer outra ordem*, com a fórmula redutora:

Para o humanista, a cultura é apenas um aspecto da totalidade humana e, como tal, é vida!

Tal foi, segundo a justa designação de Pinheiro Torres, a «forma *administrativa*» que assumiu predominância na fase decisiva de afirmação do Neo-Realismo, conduzindo ao «empobrecimento da Arte»³⁹⁶, na melhor das hipóteses à submissão da obra de arte ao documento, segundo o próprio Alves Redol pareceu rende-se a reconhecer no frontispício do seu *Gaibéus*. Seja como for, o corpo doutrinário essencial dos artigos de *Sol Nascente* enveredou por um trilho de simplificação conceptual, de uma ortodoxia sob o signo da acção *a todo o custo* de que poucos tiveram o discernimento para se desvincular ou corrigir; de entre as figuras mais representativas do Neo-Realismo nascente, apenas Mário Dionísio se apartou (aliás, fisicamente falando) do imediatismo desses processos, afastando-se discretamente das redacções das publicações em que participara, aliás em divergência pessoal com Piteira Santos e Álvaro Cunhal na redacção de *O Diabo*³⁹⁷. Em *Sol Nascente*, o optimismo absorvido pelas transformações consumadas na estrutura directiva penetrou de imediato em todo o tecido orgânico, no sentido de assegurar a

³⁹⁵ Rodrigo Soares: «A cultura e a vida», *Sol Nascente*, n.º cit., p. 14 (art. cont. nos núm. seg.).

³⁹⁶ Alexandre Pinheiro Torres: *O Neo-Realismo Literário*, ed. cit., p. 22.

³⁹⁷ Depoimento de Álvaro Cunhal ao A., em 1982, cuja informação é confirmada pelo desaparecimento repentino da assinatura de Mário Dionísio tanto em *O Diabo* como em *Sol Nascente* em 1940.

criação de um verdadeiro órgão literário do movimento cuja expansão estava em condições de atingir dois milhares de assinantes ³⁹⁸. Armando Bacelar, incumbido do saneamento administrativo da publicação, exultava em dada altura:

Por cá marcha tudo «comme il faut!» Ante os aplausos e o sucesso, estamos a pensar no problema do aumento da revista (aumento de periodicidade ou de páginas mensais?) [...] Estas modificações, claro, serão só para o futuro, depois de saírem alguns números com regularidade - problema n.º 1. ³⁹⁹

Contudo, extemporaneamente se aplaudia o sucesso, pois o futuro muito próximo veio a mostrar-se demasiado sombrio: a *revista do pensamento jovem* chegou ao termo por ordem sumária comunicada, no Porto, pela comissão de censura ou Governo Civil ⁴⁰⁰, após um duplo número especial publicado em Março de 1940 cujo editorial evidencia uma vivacidade de princípios que faz supor transigência provocatória dos censores com o mal mascarado propósito de provocar a suspensão do título. Esse texto, cuja modernidade expressiva que não deixa de lembrar o imaginário poético de Joaquim Namorado, aludia ao confronto imediato em que se posicionava a jovem geração:

É que não queremos – como aconteceu a outros em [19]18 – descobrir a Verdade só na hora das revelações, quando os grandes interessados sorriem cinicamente, certos de que os grandes negócios se encontram em boas mãos. [...] Somos pela capa de borracha contra o gabão de burel, pelo avião contra o macho do almocreve, pela electricidade contra a candeia de azeite, pela produção colectiva organizada contra o primitivismo do artesanato. Para nós a tradição portuguesa é a confiança na intervenção dos homens na história e nas possibilidades da sua acção concreta; é a confiança nas energias criadoras dos homens. ⁴⁰¹

³⁹⁸ A campanha fora desde cedo anunciada pela redacção: «Leitor: para além dos dois mil», *Sol Nascente*, n.º 31 (15 Ag.), Porto 1938, ano II, p. 2.

³⁹⁹ Carta de Armando Bacelar a (26 Novembro 1939), ms., V. F. Xira, M.N.-R., esp. cit., A5/6.34.

⁴⁰⁰ Ver Armando Bacelar: art. cit.

⁴⁰¹ [Redac.]: «No 3º aniversário de ‘Sol Nascente’», *Sol Nascente*, n.º 43-44 (Fev.-Mar.), ano IV, Porto 1940, p. [2].

Tanto em *Sol Nascente* como em *O Diabo* existiam informadores infiltrados nas respectivas redacções ⁴⁰², ligados a uma vigilância policial cada vez mais impaciente e, decerto, numa espera burocrática pela ordem de intervir. Fê-lo em toda a linha. Quase em simultâneo, por certo numa «acção concertada da Censura e da PIDE» de que falou Piteira Santos ⁴⁰³, não apenas foram sendo suspensos os principais órgãos de imprensa em que emergiu o Neo-Realismo, mas todos os jornais e páginas literárias de alguma forma ligados ao movimento foram extintos de um golpe e compulsivamente encerradas as instalações em que funcionavam as respectivas redacções. No final de 1940, nada restava dos materiais efémeros que carregaram o próprio processo de formação do novo movimento cultural, processo amplo que tenho designado por *movimentos culturais juvenis dos anos trinta*, constituído e interligado especificamente através da imprensa periódica. Acumuladas, ao longo dessa década, variadíssimas experiências de difusão em público, a constituição do Neo-Realismo enquanto *movimento autónomo* veio a tomar corpo fora da imediatidade e efemeridade jornalísticas, em iniciativas editoriais de afirmação conjunta da nova geração ao nível da criação poética e da ficção narrativa.

Capítulo XI

A jusante da imprensa periódica

A partir de 1940, com o encerramento compulsivo de todos os dispositivos jornalísticos que a jovem geração então acumulava, descerrou-se um conjunto de novas actividades que, numa contiguidade com o momento anterior, porém como seu amadurecimento em diferentes vias, procuraram ampliar uma perspectiva geral de

⁴⁰² Ver J. Pacheco Pereira: *Biografia de Álvaro Cunhal*, ed. cit., vol. II, p. 34.

⁴⁰³ [F. Piteira Santos]: «Era uma vez 'O Diabo'», art. cit.; ver ainda Joaquim Campino: *Histórias Clandestinas*, Edições Avante, Lisboa 1990, p. 19.

reflexão sobre as realidades humanas e, em particular, um aprofundamento da criação estética dos mais dotados artisticamente, através de um desenvolvimento editorial de colecções que, no mesmo passo em que alimentaram a coesão de grupo, criaram espaço para uma afirmação dos valores, recursos e experiências individuais. Tratou-se, por um lado, de sistematizar uma abordagem de tipo enciclopédico, num sentido próximo do que entenderam os iluministas do século XVIII, actualizado aos objectivos de alargamento a um público mais vasto e em questões de mais vasta audiência sobre a cultura contemporânea; por outro, cultivar as soluções poéticas e ficcionais capazes de exprimir os problemas humanos contemporâneos segundo experiências concretas, pessoais da sua representação.

No campo da criação estética, decerto melhor conhecido, não devem ignorar-se aqui, como referência contextual, aspectos das condições materiais e intelectuais de produção e circulação (que creio mais eficazes que perseguir as hipóteses da tão decantada recepção dos textos), habitualmente arredados do interesse estritamente literário que os estudiosos naturalmente reclamam no estudo das obras. Porém, no plano de uma história sociológica da cultura, forçoso é valorizarem-se mesmo as acções aparentemente marginais de difusão das primeiras obras literárias neo-realista, de que é comum exemplo a projecção popular granjeada pelo romance *Gaibéus*, de Alves Redol, publicado em 1939 como edição de autor e lido em auditórios restritos de trabalhadores ribatejanos; ou ainda *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes, publicado em 1941 na desconhecida editora Sirius, de igual modo esgotado e em quase imediata reedição, com um sucesso de leitura num meio laboral ribatejano por onde os livros circulavam através de colectividades de recreio e cultura.

São também conhecidos os recitais de poesia ou a leitura de conferências, nomeadamente para públicos operários das margens do Tejo junto a Lisboa, ou os saraus em Coimbra, onde as vozes entusiastas de Maria Barroso e Manuela Porto

recitavam os poetas da colecção «Novo Cancioneiro», que começou a publicar-se em 1941, em particular aquela lírica possuidora de uma mensagem ou referências mais directas e imediatamente apreendidas. Tais sessões tinham normalmente como prólogo uma prelecção sobre o significado da poesia em seguida declamada: Mário Cezariny, que viria, não muito depois, a entronar-se papa do surrealismo em Portugal, produziu algumas dessas conferências de elogio à nova poesia neo-realista ⁴⁰⁴.

Pode ainda documentar-se a divulgação do livro de *Poemas* de Sidónio Muralha que, depois de incluir o conjunto de títulos do «Novo Cancioneiro», correu de mão em mão (aliás, pelo menos, até duas décadas depois) em cópias dactilografadas, como se de um cancionero clandestino se tratasse ⁴⁰⁵. E, a despeito da efemeridade deste tipo de documentos cujo conhecimento se perdeu rapidamente para lá dos depoimentos pessoais, pode aduzir-se ainda outro exemplo de um pequeno volume poético que ficou inédito (o próprio autor dava por desaparecido) e foi recentemente recuperado: com o título de *Plinto* e, embora não assinado, da autoria de Arquimedes da Silva Santos, destinara-se aos últimos volumes do «Novo Cancioneiro», tal como o primeiro volume de José Gomes Ferreira com o título genérico de *Poesia* ⁴⁰⁶, e acabou igualmente por não ser incluído na colecção coimbrã. Não concretizado o salto de *Plinto* para edição ⁴⁰⁷, Mário Rodrigues Faria, assíduo (como contista, aliás, dotado e cujo desconhecimento geral não pode deixar de dever-se ao seu prematuro afastamento do convívio das letras) colaborador de *O Diabo* e dos círculos próximos da sua redacção, fez circular furtivamente o manuscrito como modelo poético dos anseios de expressão artística da jovem geração. Quantos mais exemplos poderiam ser aduzidos, caso a recolha deste género de objectos pudesse ser sistematizada ou tivesse alguma vez sido intentada?

⁴⁰⁴ V. Adelaide Ginga Tchen: *A Aventura Surrealista*, Ed. Colibri, Lisboa 2001, pp. 77 e ss.

⁴⁰⁵ Um exemplar dact. encontra-se em V. F.Xira, M.N.-R., Arquivo de Manuscritos, «Legado Margarida Losa» (s. ref^o)

⁴⁰⁶ Vd. J. Gomes Ferreira: *Memória das Palavras – I*, ed. cit., p. 183.

⁴⁰⁷ V. F. Xira, M. N.-R., Arquivo de Manuscritos, «Legado Maria Lucília Estanco Louro» (s. ref^o); a detentora do ms. reconstituiu o percurso do doc. ms. até chegar às suas mãos.

Nesses primeiros *anos quarenta*, grande parte do anterior e interrompido dinamismo da imprensa periódica na difusão da criação estética passou a ser desempenhado por essas iniciativas editoriais de conjunto, de âmbito poético e novelístico (a cuja apresentação gráfica começavam a juntar-se ilustradores que emprestavam a tais colecções uma identidade visual unificadora). Surgem, num ápice, as colecções editoriais como «Novo Cancioneiro» e «Novos Prosadores», dinamizadas por Fernando Namora em Coimbra, ou a «Biblioteca da Nova Geração» publicada pela Inquérito de Lisboa, assim como as colectâneas ou antologias de vários autores que se reclamaram «de escritores modernos» e outros projectos sucedâneos que, entre 1941 e 1946, se publicaram com profusão crescente. Tais iniciativas, no desenlace imediato do que antevira uma carta de Fernando Piteira Santos, constituíram, de facto, «obra de partido»⁴⁰⁸ ou, traduzindo para os conceitos que aqui tenho utilizado, representaram uma estratégia que visava veicular uma perspectiva das problemáticas sociais e humanas vividas no nosso país, isso a que Pinheiro Torres bem designou por *inquérito* da realidade portuguesa, a partir de diferentes experiências e sensibilidades pessoais dos escritores e através de outras tantas realidades circunstanciais que sobretudo o romance tinha condições de revelar.

A actividade editorial constituía já uma linha de difusão intentada esparsamente no curso dos movimentos culturais juvenis, mas nem por isso de forma acanhada, como se viu já, em conexas e paralelas iniciativas com o lançamento de jornais e suplementos culturais, pelo menos a partir de meados dos *anos trinta*. Para os finais da década, mercê do impulso das criações literárias crescentemente acumuladas a partir de 1938 nas páginas de *O Diabo*, entrara na nova linha do semanário a reunião antológica de contos, novelas e poemas que contribuíssem para a revelação daquela que João Pedro de Andrade chamou «novíssima geração». A importância atribuída a tais colectâneas pode

⁴⁰⁸ Carta de F. Piteira Santos a Soeiro Pereira Gomes (10 Set. 1940), ms., M. N.-R., Esp. Lit. de S. Pereira Gomes, A2/6.17.

atestar-se num passo daquela carta de Piteira Santos, em que convidava Pereira Gomes a participar numa colecção literária «que nós lançaremos se Deus permitir e o Diabo ajudar»:

Não se trata propriamente de 10 contos, 10 contistas, com sequência noutros géneros e constância do número. O volume resultará uma antologia com todas as contingências das antologias de contemporâneos: a injustiça pelo desconhecimento, o entusiasmo acrítico, o espírito de facção; e com todas as qualidades das colecções deste género: uma parada de forças, um testemunho do sucesso de determinada corrente, e um depoimento vivo, dinâmico, insofismável, da admirável pujança dos escritores à margem das glórias literárias oficiais e aristocratizantes.

O propósito de afirmar o «sucesso de determinada corrente» constitui um imperativo estratégico que *O Diabo* não almejou concretizar em forma de edição sistemática⁴⁰⁹ – tanto que um dos seus mais activos colaboradores, Manuel da Fonseca, veio a editar o seu primeiro volume poético, *Rosa dos Ventos*, em finais de 1940, a expensas da subscrição de fundos entre os seus companheiros. Porém, o grupo coimbrão de *Sol Nascente* teve ensejo de iniciar, sob chancela própria, um programa de publicações que anunciou nas páginas da revista⁴¹⁰. Esse carácter sistemático, correspondendo, aliás, à necessidade de afirmação geracional, de que as primeiras obras vindas a lume estavam imbuídas, foi posto em evidência ainda numa página cultural:

A nova geração está entrando no campo das realizações! João José Cochofel e Fernando Namora acabam de publicar mais um livro de poemas cada um [...]; Afonso Ribeiro, autor do livro de novelas «Ilusão na Morte» (Ediç. Sol Nascente), tem um romance pronto: «Gleba»; Alves Redol, autor de «Glória», tem também um romance acabado;

⁴⁰⁹ Do projecto poderá ter sido sobrevivente isolado o volumezinho sob edição literária de Carlos Alberto Lança e Francisco José Tenreiro (org.): *Contos e Poemas de Vários Autores Modernos Portugueses*, Lisboa 1942, sem menção de chancela.

⁴¹⁰ Ver excerto e anúncio do título de novelas *Ilusão na Morte*, de Afonso Ribeiro, em *Sol nascente*, n.º 30 (1 Jul.), Porto 1938, pp. 8-9; o mesmo de outra novela, *Mão de Lobo*, de Joaquim Namorado, no n.º 40 (15 Nov.), Porto 1939, p. 8; anúncio dos poemas *Sinfonia de Guerra*, de António Ramos de Almeida, no n.º 41 (15 Dez.), Porto 1939, p. 15, o primeiro e último dos quais editados.

finalmente, António Ramos de Almeida vai publicar, dentro de dias, um livro de poemas: «Sinfonia de Guerra» Edições Sol Nascente – Porto. ⁴¹¹

Além destes, projectara-se um volume de ensaios de Rodrigo Soares reunidos sob o título de *O Materialismo e a Cultura*, bem como os poemas de *Aviso à Navegação*, de Joaquim Namorado, volume que viria a integrar o «Novo Cancioneiro» ⁴¹². Também a publicação de *Gaibéus*, de Alves Redol, anunciada para breve em Dezembro de 1939 nas páginas da revista ⁴¹³, fora inicialmente projectada pelo grupo editorial Sol Nascente ao qual o autor chegou a dar indicações de pormenor sobre a apresentação do livro, nomeadamente relacionadas com o grafismo de capa ⁴¹⁴; o processo de impressão deverá ter sido mesmo iniciado sob essa chancela, no entanto interrompido com a suspensão da revista em Março de 1940, acabando por vir a público como edição do autor, em Lisboa, mas impressa nos arredores do Porto e mantendo a data de 1939; do mesmo autor, estivera também acordada a edição dos contos *Nasci com Passaporte de Turista* que o editor se via na contingência de enviar para impressão junto do grupo da revista *Pensamento* ⁴¹⁵. Em conexas actividades com o grupo coimbrão de *Sol Nascente*, a editora Portugália, sob a direcção de Santos Abranches, dera um passo inicial na edição de algumas das primeiras obras dos jovens escritores em 1938, porém em subsidiária iniciativa da revista de que o próprio editor era um dos impulsionadores.

Foi, porém, interrompida esta via editorial, promovida a partir das estruturas, até então tidas por mais amadurecidas, dos projectos periódicos de imprensa ou em estreita relação com estes, mercê da contingência de ver soçobrar o campo editorial, por arrastamento, com a extinção dos jornais e revistas. As colecções literárias retomariam,

⁴¹¹ [Redac.]: «Panorama», *Pensamento Jovem*, suplemento in *Jornal de Ílhavo*, n.º 258 (24 Dez.), Ílhavo 1939, ano VI, p. 4.

⁴¹² Carta de F. Pinto Loureiro a Joaquim Namorado [1939], cit.

⁴¹³ Nota marginal da redacção em *Sol Nascente*, n.º 41, cit., p. 14.

⁴¹⁴ V. F. Xira, M.N.-R., Esp. Lit. Joaquim Namorado, ms. entretanto fora do local em que o consultei.

⁴¹⁵ Carta de Fernando P. Loureiro a Joaquim Namorado (28 Fev. 1940), V. F. Xira, M. N.-R., Esp. Lit. Joaquim Namorado, A5/6.43.

sim, de imediato, mas com inteira autonomia e ficando na posteridade como expressão sinónima da geração que iniciou o movimento neo-realista, justamente referida como *geração do «Novo Cancioneiro»* ou *geração dos «Novos Prosadores»*, tomando a designação das iniciativas editoriais que definitivamente consagraram o Neo-Realismo literário português. Tratou-se, em suma, de uma verdadeira autonomização do campo literário, com a consagração dos escritores que, pelo seu trabalho e génio estético, procuraram afirmar-se como artistas. Em 1946, data em que aquela duas colecções publicadas em Coimbra deram à estampa os últimos volumes, pode dizer-se encerrado o ciclo de génese do movimento. Este rápido amadurecimento da criação literária correspondeu, afinal, como Mário Dionísio de outro modo assinalou, à passagem de um momento em que

Em 1939 eu dizia: o que de facto nos tem faltado não é material, mas romancistas

– para o início de uma consagração assim registada em 1942:

*O material temo-lo tido sempre. Os romancistas já vão aparecendo.*⁴¹⁶

Quanto à imprensa periódica propriamente dita, embora não tivessem por completo cessado as tentativas para a fundação de novos projectos ou reaproveitamento de outros já existentes, a concretização de um órgão literário da jovem geração tornou-se num objectivo de difícil concretização. Antes de mais, por entre o silêncio, romperam vozes dissonantes na velha *Seara Nova*, mercê de uma abertura do seu grupo editor, sob a direcção formal de Câmara Reis, a partir de meados de 1939; de aparecimento lento e irregular nas páginas do título que deixara de se classificar como *revista de doutrina*, as colaborações dos jovens ensaístas, desiguais entre si, surgiram no domínio da crítica ou a

⁴¹⁶ Mário Dionísio: «Ficha 2», *Seara nova*, n.º 760, Lisboa 1942, p. 39.

partir dela. Pela importância e influência que exerceram, merecem referência as treze *Fichas* de Mário Dionísio (duas das quais bisadas ou divididas em alíneas), entre Fevereiro de 1942 e Julho de 1943, de entre o que de mais relevante deve assinalar-se em matéria crítico-doutrinária. E não podem deixar de registrar-se as colaborações de João Pedro de Andrade, Armando Ventura Ferreira ou Raul Gomes.

Neste defluxo de publicações periódicas não tuteladas pelo Estado Novo (ou que não eram de algum modo tangentes aos seus interesses e ditames), foi quase em exclusivo de origem universitária a difusão estética e doutrinária do Neo-Realismo. Valerá, em sumário, recensar os escassíssimos títulos de que há conhecimento e cujo denominador comum é o da sua muito precária existência. *Nova Luz*, designada como *revista académica mensal*, não passou do primeiro número, publicado em Janeiro de 1942, contando com Armando Bacelar (com o seu celebrado pseudónimo de Inês Gouveia) e Breda Simões no elenco redactorial, além de uma colaboração que incluiu os nomes de Carlos de Oliveira e Joaquim Ferrer, ambos autores nas colecções de novos.

Também no início do mesmo ano, novo lançamento estudantil, num tom jocoso revestido de uma linguagem de vanguarda, passava deste modo em revista:

*Princípios de 1942. A Europa despedaça-se. Um dos manos Trigueiros foi promovido a príncipe dos poetas. Reclamou-se o panteão nacional para os da confraria do Elogio-Mútuo. O sr. Ameal escreve histórias. O sr. Pimenta ainda não pertence à Academia. As emissoras chamam ao fado a canção nacional. A sr^a Alice Ogando traduz do francês e confunde françois com francisco.*⁴¹⁷

Assim se marcava criticamente o perfil de uma época, num *Ponto de mira* marginal do jornal *Horizonte*, *quinzenário cultural* que, em Lisboa, a Associação dos Estudantes da Faculdade de Letras dava à luz em 20 de Fevereiro de 1942. Numa atitude firme, estava em causa todo um estado de coisas que cumpria erguer em verdadeiro manifesto: a

⁴¹⁷ [Redac.]: «Ponto de mira», *Horizonte*, n.º 1 (20 Fev.), ano I, Lisboa 1942, p. [1].

tragédia, a verdade instituída, o torpe, o ridículo. Sob a direcção de Joel Serrão e a orientação artística de Calvet de Magalhães, o jornal contava com Rui Grácio na chefia do corpo redactorial, além de um conjunto activíssimo de colaboradores em que podem notar-se, ao longo dos dez números publicados, os nomes de António José Saraiva, Carlos Alberto Lança, Ernesto de Sousa, Fernando Namora, Francisco José Tenreiro, João José Cochofel, Eugénio de Andrade, Júlio Pomar, Leonel Neves, Manuel Bandeira Ferreira, Manuel do Nascimento, Maria Helena Costa Dias, Maria Lucília Estanco Louro, Nataniel Costa, Pedro Soares, Sá da Costa, Sidónio Muralha, Soares de Azevedo, Vitorino Magalhães Godinho e Arquimedes da Silva Santos.



Figura 8. Semanário *Horizonte* (1942)

Exemplo, porém, da situação precária mais extrema que a imprensa periódica juvenil viveu neste período vem sobretudo de *Via Latina*, órgão da Associação Académica da Universidade de Coimbra. O título, que já uns anos antes se publicara, foi ressuscitado por obra da direcção associativa que o reitor, Morais Sarmento, foi obrigado a aceitar no verão de 1940. A nova comissão administrativa constituiu uma

tentativa de equilíbrio de forças: o presidente nomeado pela academia, Deniz Jacinto, indicou os estudantes Barrigas de Carvalho, Lino Lima e Álvaro Feijó, enquanto o vice-presidente indicado pela reitoria, Renato Lopes Cantista, escolheu outros tantos estudantes, afectos à situação e membros do Centro Académico de Democracia Cristã.

Tendo como redactor principal o fascista Ramiro Valadão, *Via Latina* reflectiu a presença dos dois grupos, apresentando distintos editoriais, respectivamente na primeira e última páginas do número de lançamento, a 30 de Março de 1941. Ao programa apresentado no texto editorial de Deniz Jacinto juntaram-se as colaborações mais proeminentes de Raul Castro, Joaquim Namorado, Carlos de Oliveira, Ramiro da Fonseca, Álvaro Feijó e Armando Bacelar, ao lado de «uma comissão redactorial onde estava João Cochofel»⁴¹⁸. Ao terceiro número, porém, já Valadão dominava por completo o periódico que, passando a incorporar a prole tradicionalista do corpo docente universitário, esvaía elogios a Salazar nas colunas jornalísticas.

Um aspecto que na já reduzida imprensa juvenil da época constituiu novidade, comum aos títulos que acabei de recensear, diz respeito às primeiras preocupações no sentido de alargar uma cultura humanística a um conjunto de conhecimentos técnico-científicos básicos para uma cultura integral do indivíduo, aprofundando as condições de acção cultural. Um jornal académico como *Horizonte* chegou a ser divulgado, em prospecto para angariação dos primeiros dois mil e quinhentos assinantes, expressamente como *quinzenário de ciência, técnica, arte, literatura e crítica*. Desenvolvido pontualmente na imprensa periódica dos *anos trinta*, esta faceta tendeu a sistematizar-se para o final década, surgindo como primeiro esforço específico de enciclopedismo cultural a publicação de *Síntese*, denominada *revista mensal de cultura* que veio ainda a especificar em subtítulo apresentar-se longamente como *revista mensal de cultura científica-literária-artística*. Dirigida em Coimbra por João Ramiro da Fonseca, lançou o primeiro

⁴¹⁸ José Ricardo (Lino Lima): *Romanceiro do Povo Miúdo*, ed. cit., p. 83.

número em Fevereiro de 1939 e, através de alguma irregularidade, estendeu a sua publicação a Dezembro de 1941.

O artigo de abertura, com a assinatura de Abel Salazar que versava ainda genericamente sobre o papel da cultura, num esteio muito próximo dos jornais juvenis anteriores, apresentava-se com um verdadeiro plano de intenções da revista utilizando noções comuns aos jovens neo-realistas, nomeadamente esta definição da natureza e finalidade da actividade cultural:

*[...] a cultura tem por fim, não um enriquecimento erudito do indivíduo, mas uma consciencialização progressiva operada pelo Homem sobre si próprio, o Universo, e as relações do Homem com o Universo. Por ela, o Homem transforma-se gradualmente, sobrepondo-se constantemente e automaticamente ao seu determinismo próprio, da sociedade e da História; por ela o Homem, sem deixar de ser matéria e máquina, supera a matéria e a máquina.*⁴¹⁹

A revista, que se pretendia «mais do que uma opinião, uma fonte de opiniões»⁴²⁰, versou temas que iam da técnica à ciência, da psicanálise à biologia, da literatura às artes. Antecipou, deste modo, uma iniciativa mais radical, cuja ideia nasceu entre presos políticos do campo prisional de Angra do Heroísmo, com tudo quanto de revolucionário essa origem permite perceber que implica. Refiro-me à colecção intitulada «Biblioteca Cosmos», exemplo já clássico na história da cultura portuguesa contemporânea de sucesso editorial de massas. Dirigida por Bento de Jesus Caraça desde Maio de 1941, data do prefácio que abre o primeiro volume, até Junho de 1948, com que o editor data o texto anteposto ao último tomo, a iniciativa editorial teve, desde a embrionária ideia, um fundamento ideológico preciso⁴²¹.

⁴¹⁹ Abel Salazar: «A cultura e o pensamento actual», *Síntese* (Fev.), Coimbra 1939, ano I, p. 3.

⁴²⁰ Epígrafe da redac. à tradução de dois textos por A. Gouveia [Jofre Amaral Nogueira?]: «Positivismo e realismo», *Síntese*, n.º 5 (Abr.), Coimbra 1940, ano 2º, p. 1.

⁴²¹ Ver Ricardo Machaqueiro: «Os segredos do Cosmos», *Ler*, n.º 34 (Primavera), Lisboa 1996, pp. 102-109; *id.*: «Uma viagem pela Cosmos», *Expresso*, n.º 430 (20 Jul.), Lisboa 1996, pp. 26-27.

Manuel Rodrigues de Oliveira, jornalista desde 1928 e dirigente das Juventudes Comunistas no princípio de década de 30, foi preso em Abril de 1934 na sequência dos acontecimentos da Marinha Grande. Da prisão do Aljube foi transferido para o forte de Peniche, de onde transitou, por último, em Junho de 1935, para o presídio açoriano de S. João Baptista, em Angra do Heroísmo. Foi aí que o secretário-geral do Partido Comunista, Bento Gonçalves, sugeriu a Rodrigues de Oliveira reunir «poupanças» dos presos que, regressado à liberdade, viesse a utilizar em iniciativas de dinamização cultural. Libertado em Fevereiro de 1936, o jovem jornalista veio a associar-se à refundição da Editorial «Cosmos», por escritura de 27 de Outubro de 1939, com designação definitiva de Edições Cosmos e propriedade da Sociedade Tipográfica Editorial, Lda., com matriz de inscrição n.º 49 na Associação Portuguesa de Editores e Livreiros. Foi então que Rodrigues de Oliveira procurou o prestigiado director da Universidade Popular Portuguesa, ao Campo de Ourique, que o novel editor também em tempos frequentara.

A «Biblioteca Cosmos» não pode deixar de ser vista no contexto da intervenção intelectual em *defesa da cultura*, isto é de uma cultura política que nos *anos trinta* visou massificar o alcance da intervenção dos intelectuais e teve o seu momento alto entre os dois congressos internacionais de escritores de Paris e Valência/Madrid, realizados respectivamente em 1935 e 1937. A ideia, então lançada, entre outros, por Gide, para a elaboração de uma *enciclopédia do século XX* que preenchesse o papel revolucionário reconhecido ao famoso projecto de Diderot, foi de certa forma concretizada entre nós pela Biblioteca Cosmos ⁴²².

O texto justificativo dessa verdadeira universidade popular portátil ⁴²³, incluso na abertura do primeiro volume da colecção, definia com meridiana clareza a problemática

⁴²² L. A. Costa Dias: «Uma enciclopédia do século XX. Projecto e projecção da Biblioteca Cosmos», art. cit., p. 99.

⁴²³ Feliz designação que tomo de empréstimo a António Pedro Pita.

da acção cultural, nas suas fronteiras mais amplas, como específica das necessidades da actividade humana, coarctada ao indivíduo a consciência de si por força de uma divisão social do trabalho que o torna criatura alienada aos ditame da organização económica e social. Por isso, a grande tarefa de revitalização cultural deveria começar por

[...] *tornar acessível a todos aquilo que as condições materiais de vida e as necessidades profissionais da especialização tornam sempre difíceis, e por vezes mesmo impossível, adquirir*⁴²⁴.

Mas não se tratava *apenas* de colocar «a necessidade de saber» à simultânea disposição «de todas as inteligências e de todas bolsas», como expressamente indicava o editor no folheto de divulgação da Biblioteca⁴²⁵, embora tivesse este sido um dos segredos de sucesso em termos, digamos assim, empresariais; acompanhando de perto o «pensamento [que] nos guia» de Caraça, só o ideário marxista constituía, para o autor da colecção, resposta de conjunto aos problemas humanos porque tem por base «uma visão geral do mundo, mundo físico e mundo social, da sua construção, da sua vida e dos seus problemas» e esta é, por seu turno, uma «directiva [que] procede de uma determinada maneira de encarar a civilização, no seu estado presente e no seu desenvolvimento através dos tempos.»

A esta luz – não é demais sublinhar, à luz de uma nova visão *em si* do mundo que não pode deixar de se tornar uma visão *para si* desse mesmo mundo ao alcance «de todos os homens» –, os instrumentos que tornam «possível a todos» as bases de uma revitalização cultural, numa grande obra de socialização dos conhecimentos que é «uma corrente, *profunda e una*, de que todos participam», diferiam dos instrumentos tradicionalmente postos à disposição pelas noções elitistas da própria cultura. Estas

⁴²⁴ Bento Jesus Caraça: [Nota de Abertura] in M. Iline: *O Homem e o Livro*, Edições Cosmos, Lisboa 1941, pp. 5-10.

⁴²⁵ Nas páginas finais do vol. indicado na n. ant.

concebiam a actividade humana numa separação entre trabalho intelectual e trabalho material em que se não carece de consciência integral do mundo em que vivemos. Não pode aqui esquecer-se a obra de «formação» popular intentada pelos educadores idealistas, teórica puramente, que leva à formação privilegiada de uma mostra expurgada de homens bem pensantes que constituiriam um escol. Nesta obra, incluíam-se os «Cadernos da 'Seara Nova'», os «Cadernos Inquérito», mesmo boa parte da «Iniciação - Cadernos de Informação Cultural», de Agostinho da Silva, e outras iniciativas de educação que não superavam os propósitos pequeno-burgueses da I República.

Bento Caraça procurou justamente superar estas noções e práticas porque o mundo que acreditava estar a construir-se era *outro* e era *novo*:

Seja qual foi o resultado imediato da convulsão que o mundo presentemente atravessa, uma coisa é certa – que, uma vez passado o período agudo dessa convulsão (e parece que vamos entrar nele) há-de ser necessário recorrer a todas as energias do homem para fazer a reconstrução da sociedade.

O que tinha em vista era, portanto, obra de transformação ou, melhor, uma revolução social a partir da qual (e para a construção da qual, não como inevitabilidade cega, mas como possibilidade para a construção da qual importava «dar ao homem uma visão optimista de si próprio») o novo homem será verdadeiramente, quer dizer conscientemente, livre:

Então, com o estabelecimento de novas relações e novas estruturas, o homem achar-se-á no centro da sociedade numa posição diferente, com outros direitos, outras responsabilidades. É toda uma vida nova a construir, dominada por um humanismo novo.

É nisto que reside, em suma, a noção de homem culto que Bento de Jesus Caraça enunciou – a necessidade de fusão da teoria com a prática, um trânsito entre a teoria e a prática capaz de constituir uma *cultura integral*, pois «que o homem, sentindo que a cultura é de todos, participe, por ela, no conjunto de valores colectivos que há-de levar à criação da Cidade Nova.» E foi neste humanismo novo que residiu a própria coluna ideológica vertebral do Neo-Realismo – na utopia, em suma (e foi desta forma sugestiva que Bento Caraça rematou esse texto), «desse edifício luminoso que está por construir.»

PARTE III

O «VÉRTICE» DE UMA RENOVAÇÃO CULTURAL

Capítulo XII

Uma nova cultura emancipadora

Na sequência de uma via de formação ideológica de quadros – que foi, visivelmente, no plano interno, parte integrante da estratégia de influência crescente então delineada pelo Partido Comunista Português¹ – e da sua conjugação com formas de difusão pública ou «agitação» no campo da sociedade civil, está hoje documentado que, após a «reorganização de 1929», a entrada em funcionamento daquele que se sabe ter sido, até ao momento, o primeiro organismo de intelectuais comunistas ficou desde logo marcada pela tarefa de criação de um «jornal académico» ou «órgão da organização académica» que, entre 1931 e 1932, Bento de Jesus Caraça deveria promover². Embora esta missão possa não ter alcançado concretização imediata, é certo que, entre alguns projectos que o jovem professor e matemático (então, com cerca de trinta anos) esboçou por essa altura, contou-se, já em finais de 1931, a criação de bases administrativas e financeiras sólidas para uma editorial «Planos»³ e, em 1935, ainda prosseguia a intenção de publicar uma revista, que chegou a anunciar-se sob o título *Dialéctica*⁴. Mas a correspondência próxima não deixa de estabelecer-se com a fundação de um periódico que deve considerar-se pioneiro no terreno cultural e político próximo do ideário marxista. Trata-se do jornal *Globo* publicado no final de 1933, sob direcção de

¹ Vd. intervenção de «Queirós» no VII Congresso da Internacional Comunista em 1935, apud João Arsénio Nunes: *Da Política «Classe Contra Classe» às Origens da Estratégia Antifascista*, in AAVV.: *O Fascismo em Portugal*, cit., pp. 68-71; ainda do mesmo A., vd. «A formação da estratégia antifascista (1929-1935)», *História*, n.º 17 (Fev.), nova sér., Lisboa 1996, pp.

² A. Vilaça: «O núcleo de trabalhadores intelectuais do PCP em 1931-1932», *Vértice*, n.º 70 (Jan.-Fev.), Lisboa 1996, p. 56

³ Informações e documentos anexos a Bento de Jesus Caraça: *Cultura e Emancipação (1929-1933)*, ed. Campo das Letras, Porto 2002 (Edição Crítica da Obra Integral de Bento de Jesus Caraça, vol. 1), pp. 166-169

⁴ No âmbito dos *movimentos culturais juvenis dos anos trinta*, o jornal *Gládio*, n.º 1, Lisboa 1935, noticiou a próxima publicação da revista a dirigir por Caraça, que não veio a público.

Bento Caraça e José Rodrigues Miguéis, este último também referenciado nos documentos daquele organismo político de intelectuais, sabe-se que estivera associado igualmente a projectos jornalísticos que não lograram realizar-se ⁵.



Figura 9. Jornal *Globo*, nº 1 (1933)

«A pobreza da sua vida administrativa» ⁶ – segundo palavras desse semanário que poderão significar tanto a falta de experiência dos promotores como a dificuldade do seu desdobramento para uma actividade jornalística regular ou, mais aproximadamente, a falta de solidez financeira do projecto – permite em parte explicar a sua efémera existência, que não terá passado de dois números. Victor de Sá, tendo registado, porém, a publicação de três números ⁷, não deixou justamente de colocar este periódico na sequência próxima de um título homónimo, de 1930, que foi o «Hebdomadário de cultura, doutrina e informação»; com notável regularidade de publicação, a despeito de

⁵ Ver J. Pacheco Pereira: *Álvaro Cunhal. Uma Biografia...*, cit., vol. I, p. 42.

⁶ Ver [B. J. Caraça e J. R. Miguéis: «Editoriais», *Globo*, nº 1 (11 Nov.), Lisboa 1933, p. 8; apud. Bento de Jesus Caraça: *Cultura e Emancipação (1929-1933)*, ed. cit., pp. 169-172. Foi feita uma edição fac-similada deste jornal pelo Museu do Neo-Realismo, V. F. Xira 19.

⁷ Victor de Sá: *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical, 1936-1986*, Edit. Caminho, Lisboa 1991.

uma curta vida, este *Globo* fora dirigido por Jaime Brasil⁸, conhecido intelectual anarquista que veio igualmente a colaborar no *Globo* de 1933, a par do seu correligionário e romancista Ferreira de Castro. Ora, a herança, aliás explicitamente reclamada pelo novo *Globo*, de uma anterior publicação na órbita da intelectualidade anarquista e da esquerda republicana constitui já um tópico da maior relevância na genealogia das transformações intelectuais portuguesas, no sentido de discernir as raízes da recepção, difusão e desenvolvimento do ideário marxista em Portugal.

Numa análise, mesmo superficial, ao conteúdo deste jornal – no qual, entre outros, colaboraram Avelino Cunhal e Manuel Mendes –, assume particular relevo entre o seu temário um dos principais problemas que mobilizaram a intelectualidade portuguesa nos *anos trinta*, o perigo e ascenso do nazismo e, sobretudo, o expansionismo bélico dos fascismos europeus que permitiam vislumbrar uma nova guerra generalizada, contra os quais os artigos do jornal pretenderam exercer forte consciencialização, em primeiro lugar dirigida para o «papel dos intelectuais». Se a questão não foi ainda objecto de estudo detalhado entre nós, ela situa-se no mesmo plano europeu em que o pacifismo constituiu uma via de acesso ideológico para o comunismo ou foi, pelo menos, para muitos republicanos sem alinhamento político preciso no plurifacetado espectro da esquerda republicana, de aproximação ou afinidade com as posições do movimento comunista internacional⁹.

A referência a este jornal e, sobretudo, a convocação das figuras de Caraça e Miguéis assumem a maior importância no contexto de difusão do ideário marxista e das estratégias ideológicas da sua organização. Esse processo, lento e complexo, tivera um momento de decisiva visibilidade em finais de 1930 no verdadeiro *dossier* da dissidência de Rodrigues Miguéis em relação ao grupo *seareiro*, de que houvera sido elemento

⁸ Ver Daniel Pires: ob. e vol. cit., pp. 183-85.

⁹ L. A. Costa Dias, Helena Neves e A. Pedro Pita, nota complementar à organização de Bento de Jesus Caraça: *Cultura e Emancipação*, ed. cit. p. 186.

próximo desde muito jovem: os lances da polémica são sobejamente conhecidos ¹⁰ para que recorde apenas o significado da emergência do marxismo no campo intelectual nas condições de um debate sobre a *republicanização da república*. No caso de Miguéis, ainda, o radical debate sobre «a acção política e social dos intelectuais democratas do nosso tempo» no «trabalho duro da realização da democracia socialista pelo próprio povo» ¹¹ tivera ainda como antecedente uma reflexão sobre a ditadura, que se admitia como instrumento da «nação popular, trabalhadora» ¹² para atingir tal realização.

Segundo o autor, as tentativas republicanas haviam esbarrado nos partidos de perfil burguês (de que exceptuava vagamente a esquerda republicana), nos «mil interesses adquiridos com mil preconceitos resistentes», às «mãos que desbaratavam as energias da nação e comprometiam gravemente o nosso ideal». Haveria que proceder, pois, a uma inversão social do projecto político, convocando a própria Nação (maiúscula, pelo próprio autor):

A grande massa, operários, camponeses, pequenos proprietários, pequenos lavradores, industriais, escritores, artistas, professores, que sei eu! – formam no futuro uma forte organização para intervir no governo do Estado [...].

E, para Miguéis, tal organização carecia de uma força que não existia ainda (ou existia sob a forma de «esperança»), mas era a única capaz de constituir-se como estruturante: «a grande força oculta e generosa, por enquanto instintiva, espera talvez que chegue a sua hora.» ¹³

A assunção dos intelectuais a um radical trabalho renovador, não apenas em crescente número como arrastando figuras prestigiadas do meio, marca pois o início de

¹⁰ Ver A. P. Pita: *A Recepção do Marxismo pelos Intelectuais Portugueses (1930-1941)*, Oficina do Centro de Estudos Sociais, Coimbra 1989 (incl. docs. da polémica).

¹¹ José [Rodrigues] Miguéis: «Uma carta», *Seara Nova*, n.º 231 (29 Dez.), Lisboa 1930, p. 231.

¹² Rodrigues Miguéis: «Ditadura – e depois?», *Gente Nova*, n.º 2 (7 Maio), Coimbra 1927, ano I, pp. 3, 6.

¹³ *Id., ibid.*

importantes transformações culturais, tanto mais em virtude do relevo com que, seguindo uma rota de afinidades gramscianas no desenvolvimento do marxismo, o autor da (que se tornaria muito) célebre conferência sobre *A Cultura Integral do Indivíduo – Problema Central do Nosso Tempo*, de Abril 1933, atribuía à cultura um papel central na formação de uma consciência orientada para a acção. Assume, pois, importância a referência ao desenvolvimento de uma filosofia da cultura como *filosofia da praxis*, na medida em que o novo escopo conceptual dado por Caraça aos fenómenos culturais teve expressão prática imediata na transformação e revitalização da Universidade Popular Portuguesa a partir de 1929, com uma reorientação do quadro republicano *seareiro* e anarquista que a criara e a dominara até então. Para o seu novo director, cargo que deteve até à extinção dessa instituição em 1945, uma universidade popular permitiria (como um dos lugares em que a sociedade civil podia organizar aquilo que na terminologia de Gramsci era a actualidade do «bloco histórico») estabelecer o encontro dos intelectuais com as massas, no sentido de estimular o acesso destas à cultura, dar-lhes «estruturação orgânica»¹⁴. Ora, a cultura era, numa subtil e própria contribuição teórica da *filosofia da cultura* de Bento Caraça, o espaço de mediação da consciência emancipadora, capaz de formar homens cultos e fautores de *hegemonia*, para insistir nas aproximações gramscianas, apesar do pensador e político italiano ser entre nós então desconhecido; a cultura era, pois, o próprio lugar «indispensável» para uma totalização da vida.

Sem avançar, senão como hipótese que aqui não cabe desenvolver¹⁵, a possibilidade de Bento Caraça conceber uma síntese entre uma modernidade estética e um realismo consciente, certo é que o papel reservado à individualidade na sua *filosofia da cultura* encontra na arte – precisada como *belo consciente* e não simples contemplação

¹⁴ A expressão é de B. J. Caraça: [Nota de Abertura] in M. Ilina: *O Homem e o Livro*, ed. cit.

¹⁵ O tema será tratado em estudo introdutório a um dos volumes da edição crítica da Obra Integral de Bento de Jesus Caraça, em publicação.

(correlato da consciência, que se entendia como *conhecimento consciente* e não passivo depósito de saberes) –, uma função especializada em que o artista se coloca no mesmo pé de qualquer especialista. Esta referência permite, afinal, situar a ideia de que nenhuma contradição de fundo existia, à partida, entre arte moderna e arte social. Ora, em resultado (continuando a acompanhar o pensamento de Caraça), ao artista incumbe, como a qualquer homem de *saber*, conferir à sua obra um valor simultaneamente intelectual e moral¹⁶, dupla atitude que permite ao conjunto dessa obra contribuir para a construção e sedimentação do que designou por *património cultural comum da humanidade*.

Mesmo que não houvesse já, por testemunhos vários, conhecimento da enorme influência intelectual exercida durante as décadas seguintes pelo conferencista de *A Cultura Integral do Indivíduo*, o inquérito à imprensa cultural dos *anos trinta* colocou uma pista segura para avaliar a medida em que Bento Caraça foi patrono e mentor, por vezes directo, da jovem geração de escritores e artistas que nessa década não deixou de entender o papel da cultura «simultaneamente como meio e fim» de um humanismo moderno. Significava a própria condição dos homens intervirem na sua emancipação, possuidores de uma consciência emancipada, uma vez que o conhecimento era, por seu turno, ainda segundo Caraça, o motor da consciência e esta móbil profundo da transformação do mundo¹⁷. A necessidade e o imperativo de *intervir*, nas condições históricas dos *anos trinta*, partiram deste princípio renovador sobre o papel da cultura e constituíram a raiz de transformações no campo cultural português que a conjuntura histórica da segunda metade da década permitiu acelerar, conferindo à geração então emergente um estatuto (que a si mesma se atribuiu) superador.

Valerá caminhar aqui um pouco mais longe numa reflexão teórica para entender que, franqueado o segundo quartel do século XX, num quadro de desenvolvimento dos

¹⁶ Ver B. J. Caraça: *Galileu Galilei. Valor científico e moral da sua obra*, texto reunido no volume de *Biografias* a publicar proximamente na edição crítica da *Obra Integral* de Bento de Jesus Caraça.

¹⁷ Ver A. Pedro Pita e L. A. Costa Dias: *Bento de Jesus Caraça: um universo intelectual entre a emancipação e a cultura*, estudo introdutório in Bento de Jesus Caraça: *Cultura e Emancipação*, ed. cit., sobretudo pp. 17-31.

fenómenos de massificação na sociedade portuguesa que se abria a um cenário nacional¹⁸ (dos quais fizeram também parte a emergência do fascismo e de outras ideologias reaccionárias, bem como a decisiva difusão dos ideários comunistas, que estabeleceram uma relação privilegiada com as massas), a noção de cultura tendeu a manifestar-se como cultura política, no sentido em que, numa «mesma conjuntura, vivendo numa sociedade com normas idênticas, tendo conhecido as mesmas crises no curso das quais fizeram escolhas idênticas, grupos inteiros de uma geração partilham em comum a mesma cultura política que vai em seguida determinar comportamentos solidários face aos novos acontecimentos»¹⁹. Isso que é válido no «fenómeno de geração» é-o no confronto de gerações, que é, antes de mais, resultado da deslocação do quadro de «referências que constituem as bases» de uma cultura política «por efeito da modificação das circunstâncias», acentuando tanto mais a ideia de pertença a uma geração (que é ideia de pertença a uma experiência comum) como a de rejeição de experiências alheias, tidas por ineficazes nas novas circunstâncias.

Ora a geração que segue imediatamente a de Caraça e Miguéis, de entre os que inauguraram uma experiência de confronto das primeiras aprendizagens (a partir da anterior leitura pacifista e de empenhamento nos destinos da sociedade) com um agravamento das circunstâncias históricas que pareciam preparar novo conflito de proporções mundiais dramáticas que veio a confirmar-se, desde logo postularam, como Álvaro Salema, a necessidade de uma «translação espiritual» que (a metáfora assim sugere), à condição estrita de escritores e artistas em *rotação* sobre si mesmos, acrescentasse uma *deslocação do olhar* para o mundo circundante ou, de outro modo ainda, de transformação do *olhar* em *visão* do mundo. Em nome de uma «cultura nova»,

¹⁸ Para um período anterior, marcado pela emergência de uma cultura urbana, ver abordagem preliminar em L. A. Costa Dias: «O papel do impresso. A imprensa e a transformação do espaço público em Portugal (último quartel do século XIX – primeiro quartel do século XX)», *Estudos do Século XX*, n.º 6, Coimbra 2007, pp. .

¹⁹ Serge Bernstein: *La Culture Politique*, in Jean-Pierre Rioux, Jean-François Sirinelli: ob. cit., p. 383-84.

tivemos ocasião de referir²⁰, Salema explicitou abundantemente o carácter anti-burguês de que revestia o combate ao «anacronismo pitoresco» dos que se recusam a encarar «os acontecimentos do nosso tempo» e presos a velhas «concepções da vida e da cultura se refugiam ainda nas torres de marfim, manifestando na quietude do ideal ascético a sua inconfessada impotência». Uma *consciência vigilante* do seu tempo exige «a sondagem inquieta do mundo» que não compreende «só a claridade íntima com que se encara a vida [...] mas o entusiasmo heróico com que se iluminam as almas alheias.» Pois, o «homem integral» (expressão que absorve o pensamento de Caraça) não pode limitar-se à «capacidade de ver, de contemplar», mas atinge uma compreensão «que arranca da vida a opulência de todas as suas manifestações.»²¹

Uma arte viva consiste, pois, em «interpretar a superior riqueza da existência» - superior porque incorpora já uma síntese. Tal exige do artista uma relação entre o *eu* e o *outro* (melhor, o *nós* que tudo incorpora, sem esquecer a primeira pessoa):

*[...] partir do exame intensíssimo do eu, mas também saber partir do exame egotista para uma elevada noção do homem como elemento vivo da humanidade. A noção de indivíduo necessita de concluir na noção de pessoa; e a noção de pessoa incorpora os valores do homem que sabe conhecer-se e do homem que sabe conhecer todos os companheiros da jornada heróica da vida.*²²

Salema viria a insistir que tal era o *novo rumo* da arte «para a mocidade que surge com aspirações intelectuais», identificando a novidade «com o carácter enérgico e definitivo de “geração”». Então, a uma nova geração de escritores e artistas cabe actualizar a «imagem da vida» (repare-se, não fala em reproduzir a vida):

²⁰ Ver *supra*, pp. 136-37.

²¹ Álvaro Salema: «Consciência vigilante», *Foç do Guadiana*, n.º 22 (27 Out.), Vila Real de St.º António 1935, ano I, p. [1].

²² *Id.*: «Cultura proletária», *Foç do Guadiana*, n.º 18 (15 Set.), Vila Real de St.º António 1935, ano I, p. [1].

*Tomar a análise da interioridade como fim em si, pode concorrer para um parcial enriquecimento interior, mas nunca para uma visão completa da vida; para um poder de aprofundamento da própria consciência, mas nunca para uma atitude verdadeiramente humana.*²³

Assim, esclarece em que devia traduzir-se para o criador de arte a *translação espiritual* que a história exigia em geral:

Torna-se necessário uma espécie de desdobramento do espírito, que alcance na sua totalidade o interior e o exterior, que verifique a riqueza última do intelecto que divaga, e a riqueza muito mais intensa e forte da humanidade.

O *desdobramento* próprio da arte consiste, afinal, em «construir uma imagem da vida» que incorpora numa *totalidade* a riqueza íntima e sensível do artista e a riqueza mais vasta da humanidade; corresponde, em suma, a dar «expressão estética» ao que «o mundo que nos cerca» contém «como expressão humana». Para «uma geração que surge com uma consciência enérgica da vida» essa *totalidade* exprime-se com tanto mais consciência, tanto mais a arte faz parte da vida quanto mais o artista «toma o pulso mais ou menos agitado da época em que se sente nascer» e «olha para o futuro com a interrogadora decisão de o afeiçoar à sua maneira – mais belo, mais nobre e mais justo.» Pois o trabalho artístico, com o próprio reconhecimento dos limites de quanto «nos ultrapassa até ao infinito», não pode esquecer, ao contrário do pobre alucinado do conto de Dostoievski, «que tudo no mundo tem excessiva importância.»

Fonte de aprendizagem comum com profunda influência na geração que emergiu ao longo dos *anos trinta*, a *filosofia da cultura* exposta por Bento Caraça constituiu a própria transcrição de uma visão do mundo capaz de transmitir enormes certezas sobre a transformação do futuro; em consequência, da sua leitura desprende-se a codificação

²³ *Id.*: «Novo rumo», *Foz do Guadiana*, n.º 28 (23 Jan.), Vila Real de St.º António 1936, ano II, p. 11.

de uma linguagem que, aceite e reelaborada no curso dos acontecimentos dessa década e da seguinte, se traduziu em expressão dos modos de intervenção sobre a realidade. Neste sentido, pode dizer-se que a conferência sobre *A Cultura Integral do Indivíduo* foi um texto doutrinário central da cultura política dessa geração em plena formação intelectual e em tirocínio das práticas interventivas; e o seu conferente, figura de uma discretíssima e serena presença que não obstou – bem pelo contrário – ao peso do seu exemplo intelectual para a jovem geração. Não permitindo regatear para qualquer outro essa posição fundadora e recordando o que a sua geração lhe deveu, Mário Dionísio afirmou que uma evocação de Caraça representava «recuar ainda mais nesse tempo perdido» e, a partir, então, do seu legado, colocou-se «o daqueles que à sua volta soube congregar e o daqueles que, a seu exemplo, surgiram um pouco por toda a parte»²⁴.

Ainda que a filosofia da cultura de Caraça, carregada de subtilíssimas e sucessivas mediações que penso terem já sido demonstradas²⁵, possa não ter sido no seu tempo profundamente assimilada em toda a sua profundidade, a novidade ficou instaurada no essencial: sem no entanto se bastar a si mesma – uma vez que Caraça não esquecia «a resolução prévia, radical e séria» para o problema da completa emancipação do homem, e isso bastou para o distanciar do pensamento «com vaga tinta filantrópica», até então dominante –, à cultura era conferido o lugar «indispensável», sem o qual o «despertar colectivo das massas» nunca permitiria construir obra emancipadora, que é tarefa da «Humanidade inteira» e não obra burocrática deixada às elites, quaisquer que elas sejam. Por isso, a cultura englobava (porque pressupunha) tanto os problemas políticos, como sociais e económicos; não era simplesmente o terreno que restava, nas circunstâncias portuguesas da época, para expressar *de uma outra forma* o pensamento coarctado.

²⁴ Mário Dionísio: «Evocação de Bento Caraça», *Vértice*, n.º 412-414 (Set.-Nov.), Coimbra 1978, vol. XXXVIII, pp. 501-15.

²⁵ Remeto uma vez mais para o estudo introdutório que tive o prazer de partilhar com António Pedro Pita in Bento de Jesus Caraça: *Cultura e Emancipação*, ed. cit.

Em suma, para a questão que aqui importa, a *filosofia da cultura* caraciana potenciava o papel dos intelectuais, aos quais competia intervir numa «missão histórica» a partir e para além, simultaneamente, da condição de especialistas. O que, nas circunstâncias portuguesas, se traduziu em intervir na imediatidade de instrumentos de comunicação como a imprensa, criados, é verdade, com uma intensidade de ritmo e uma persistência que creio, finalmente agora, avaliadas na sua verdadeira dimensão, mas de modo precário em toda a extensão que a vigilância da censura implicou, até aos equívocos de linguagem a que a autocensura obrigava, tanto quanto aos excessos de simplismo teórico e voluntarismo prático que as condições de intervir a todo o custo permitem compreender.

Neste sentido, assistiu-se de facto a uma rápida deslocação da própria noção de cultura para uma nomenclatura codificadora da cultura política de uma geração de intelectuais a que competia no fundamental unir teoria e prática para construir, nessa urgência, o lugar da revolução. Num texto de ulterior rectificação às perspectivas seguidas no semanário *O Diabo* (constituindo um verdadeiro editorial da derradeira viragem na linha redactorial e sinal de uma última composição na estrutura interna do jornal), purgava-se um anterior conceito universal da cultura ²⁶, começando por banalizar-se na qualidade de «esotéricas complicações e eruditismos ociosos» o trabalho em que «pacientemente» se «fecunda» a análise da realidade (que o autor designa curiosamente por «informação»); rejeitando, pois, a produção de ideias «desarticulada da base social», uma vez que «o homem e as ideias são os dois termos da Cultura», o autor do texto reduz, no entanto, a eficácia dessas ideias a um valor normativo, com aplicação geral e imediata:

²⁶ Ver [Jorge Domingues]: «Europeização», art. cit.; *supra*, pp. 211, 224 e 227.

*Porque uma Cultura é, a um tempo, um conjunto de ideias e a realização prática dessas ideias, uma regra normativa e a sua própria execução.*²⁷

E, num texto correlato publicado em *Sol Nascente*, aí sob a assinatura de Piteira Santos (que pode muito bem ser o autor do editorial anterior), insistindo numa definição de cultura como antecâmara que prepara a «transformação da realidade nacional», associava o trabalho dos escritores e artistas como condição para a própria consagração futura da literatura e da arte:

*Criar uma arte e uma literatura e criar as condições objectivas para o triunfo dessa arte e dessa literatura.*²⁸

Numa tal perspectiva, só pode ser uma arte revolucionária, portanto, aquela que *objectiva*, como numa relação de causa a efeito, as condições reais que a mobilizam, a que se (com)funde com a vida e é desta uma representação fiel, capaz de se tornar visível aos olhos de todos como a «imagem da vida» reflectida num espelho; pois, ao artista, conforme Rodrigo Soares por essa altura repetiu, apenas «carece de comparar a “imagem da vida” com a própria vida» ou, de outro modo ainda, «de ter do mundo uma representação exacta». Ora, o contrário de uma tal *exactidão* na representação da vida (que o crítico procurava aplicar sobretudo ao romance) acontece às «personagens que certos romancistas fazem “viver” artificialmente, de modo diferente daquele como se vive na vida.»²⁹ Uma vez que ao artista basta ser homem («porque é sempre ele que escreve os poemas, concebe os romances, pinta os quadros, esculpe as estátuas ou constrói os sistemas filosóficos»³⁰), a sua criação deve prescindir «das verosimilhanças

²⁷ [Redacção]: «Cultura portuguesa e cultura universal», *O Diabo*, n.º 274 (23 Dez.), Lisboa 1939, ano VI, p. [1].

²⁸ Fernando Piteira Santos: «Cultura e juventude», *Sol Nascente*, n.º 36 (1 Maio), Porto 1939, ano III, p. 13.

²⁹ Rodrigo Soares: «A cultura e a vida. II», *Sol Nascente*, n.º 37 (1 Jun.), Porto 1939, ano III, p. 14.

³⁰ *Id.*, *ibid.*

literárias e de outras *jongleries* sem sentido»³¹. O extremismo de que Rodrigo Soares se fez porta-voz deu, deste modo, instalou no interior do próprio Neo-Realismo a crítica aos «formalismos» e ao «psicologismo», como parte integrante dos seus postulados estéticos. E sabemos já³² como este modo de formular a arte encontrou, não obstante algumas hesitações, a sua forma sistemática, em 1941, com a publicação do ensaio sobre *A Arte e a Vida* de António Ramos de Almeida, no qual a perspectiva especular da arte tomou forma exemplar numa metáfora da bola de neve.

No entanto, Mário Dionísio, desenvolvendo uma outra e simultânea perspectiva também no interior do Neo-Realismo, desconfiara cedo desta arte revolucionária, no sentido em que, devendo ser arte, essa não passava de panfleto; não obstante o trajecto de busca de um corpo conceptual – ou «gradual compreensão do realismo»³³ – que apenas uma década após viria a tomar plena forma ao estabelecer uma relação entre *a paleta e o mundo*, construía uma reflexão sobre a construção da obra de arte, sua própria e dos outros, e sobre estética em geral. Em finais de 1937, num tríptico de artigos que dedicou à obra de Jorge Amado até então conhecida, partindo justamente dos defeitos panfletários que notava nos primeiros romances do autor brasileiro, pretendeu afinal reflectir sobre «o inconveniente que pode trazer à obra realista a lamentável confusão entre realismo e realidade», esse «mesmo problema» que na pintura permite distinguir entre «criação e retrato»³⁴. O jovem Dionísio reflectia, aliás sem deixar de parafrasear as próprias fontes doutrinárias em que se movia, sobre o desvio de fundo que, em termos estéticos, representava o exagero de «realidade (talvez demasiada)» de tais soluções literárias:

³¹ *Id.*: «A cultura e a vida. III», *Sol Nascente*, n.º 38 (15 Ag.), Porto 1939, ano III, p. 5.

³² António Pedro Pita: *Leituras do Neo-Realismo*, in *Conflito e Unidade no Neo-Realismo Português*, Campo das Letras Edit., Porto 2002, p. 23.

³³ Mário Dionísio: «A propósito de Jorge Amado. I», *O Diabo*, n.º 164 (14 Nov.), Lisboa 1937, ano IV, p. 3.

³⁴ *Id.*: «A propósito de Jorge Amado. II», *O Diabo*, n.º 165 (21 Nov.), Lisboa 1937, ano IV, p. 7.

Parafraseando [quando em passo anterior já referira a leitura de *Carl*], a *literatura panfletária parece-nos uma doença infantil da literatura social*.³⁵

Aqui, a leitura de Lenine permitia-lhe avaliar as concepções simplistas que, em nome de uma arte revolucionária, se desenhavam então como soluções de um realismo social. Pouco após, o mesmo autor viria a apontar novo esclarecimento sobre «a tendência de certos artistas e críticos para a obra directamente revolucionária»³⁶, suspeitando, por um lado, da explicitação que, invocando a «opinião» de Marx, já havia criticado a propósito de Jorge Amado («quanto mais forçado for o intuito do autor, menos convincente será a obra»³⁷), como, em consequência, reafirmando a «necessidade de modificação formal» que a verdadeira obra de arte transporta como *invenção* de uma outra realidade que só o artista pode revelar e que, afinal, resultando de um todo orgânico em que o artista tem a consciência de ser homem, «deve surgir espontaneamente, sem programa, excepto o de exteriorizar uma nova estrutura» que já não é (e, portanto, não pode ser tida já como) a realidade de que partiu.

Mário Dionísio, desempenhando no entanto o papel de seu máximo expoente, não estava isolado nesta perspectiva estético-ideológica. Trata-se daquilo a que, já antes, Armando Martins chamara a «harmónica invenção sobre as pedras reais da vida que acontece», trabalho de harmonização que, sobretudo no romance, deve ser «mais» que um simples reflexo da vida, pois carece de «interpretação humana dessa vida vibrante, a direcção que leva ao prazer maior, a resposta satisfatória» do artista³⁸. Aliás, por essa altura, já o mesmo autor afirmara com a límpida clareza de um postulado sobre «Literatura humana»:

³⁵ *Id., ibid.* (a obra de Lenine)

³⁶ *Id.*: «Apontamento sobre a necessidade de ver claro», *Sol Nascente*, n.º 26 (15 mar.), Porto 1938, ano II, p. 7.

³⁷ *Id.*: «A propósito de Jorge Amado. II», cit.

³⁸ Armando Martins: «O romance e a vida real», *O Diabo*, n.º 185 (10 Abr.), Lisboa 1937, ano IV, p. 3. Armando Martins Janeira, nascido em 1914, só viria a publicar obra por volta de 1950.

*Toda a arte é uma deformação subjectiva da realidade – a literatura é um processo dessa deformação.*³⁹

Por lapidar, não passa ainda sem a observação de que, curiosamente, o jovem Martins labora a partir de conceitos *presencistas*, nomeadamente regionais, e este artigo verdadeiramente fundador sugere mesmo aproximações, opondo-se-lhe, ao célebre «Literatura viva» com que abriu a *Presença*, não tanto pelo título (mas por ele também) como pela lógica discursiva e vigor das ideias. Com a consciência plena de necessária superação do conceito de experiência *vital*, o jovem ensaísta opera uma mudança de focagem que não resisto a transcrever longamente para que se lhe capte a dinâmica da linguagem quando fala da importância da literatura:

Fixa o movimento dum grupo, dum indivíduo, fazendo-nos incarnar nele, viver a sua experiência – cada homem é uma vida em experiência –, abre-nos a variedade complexa de múltiplas existências por nós insuspeitadas em insuspeitadas formas de viver.

Pois, nesta medida, o artista pede o realismo, sim, tal como o define Jorge Domingues de uma forma sugestiva:

O que vê, o que ouve, o que vive, canaliza-o para a obra de arte com uma consciente intenção

– mas este *realismo consciente* ou *intencional* (expressões que Cochofel haveria de usar mais tarde, já numa reflexão distanciada e amadurecida) exige «uma determinada ordem», quer dizer um método e um trabalho específico de o impor artisticamente:

*Há um critério da parte do artista, um critério de interpretação e de resolução.*⁴⁰

³⁹ Mando Martins: «Literatura humana», *Sol Nascente*, n.º 4 (15 Mar.), Porto 1937,

⁴⁰ Jorge Domingues: «O real e o irreal em literatura», *O Diabo*, n.º 169 (19 Dez.), Lisboa 1937, ano IV, p. 5.

Também o jovem Manuel Filipe, embora sem o escopo conceptual de outros companheiros, insistira já no trabalho de mediação estética, na senda de Miguéis e Salema, aliás, em linha condutora que conduziria ao fôlego maior de Mário Dionísio. Prescindindo de remontar a alguns textos publicados pelo novel ensaísta e poeta desde 1934 (por incipientes, mas nem por isso menos interessantes para a reconstituição de um percurso ⁴¹), Filipe veio finalmente a sistematizar uma reflexão em quatro tópicos, a que terei de voltar mais adiante, sobre a tendência a imprimir aos esforços do artista (que designa por *criador de mitos*). Por ora, importa esclarecer que «o enunciado do problema», tal como o autor entendia colocar-se «na sociedade actual», consistia em «conciliar ao mesmo tempo o livre-arbítrio do pensamento e as necessidades sociais» por forma a «criar um novo conceito de arte que se imponha num determinado grupo social» ⁴². Porque há todo «um universo que se reconstrói», não pode pedir-se «que o indivíduo se despoje das suas qualidades sensíveis», sob pena de «restringir demasiadamente a missão do artista.»

Para lá das tarefas práticas da acção que constitui o imperativo do momento («sejam quais forem as exigências do meio»), a arte surge sempre como essa parcela de *reconstrução do universo* que, partindo de um pensamento irredutivelmente livre e individual, «nos revele o verdadeiro sentido do humano» com a autonomia própria do trabalho artístico.

E assim o artista deverá ser um pensador frenético, permanentemente revoltado, individualista, não capitulando nunca perante qualquer ideia, por mais audaciosa que ela seja. O artista deverá permanecer sempre artista... ⁴³

⁴¹ Ver, p. e., algumas colaborações de Manuel Filipe no jornal *Coimbra* e na *Página da Mocidade*, suplem. de *Seara Nova*, in Roteiro da Imprensa anexo.

⁴² Manuel Filipe: «Quais os fins para que devem tender, na sociedade actual, os esforços do artista?», *O Diabo*, n.º 171 (2 Jan.), Lisboa 1937, ano IV, p. 3-a.

⁴³ *Id.*, *ibid.*, p. 3-b.

Neste trabalho não há que confundir a arte com a realidade:

Arte e ação são duas projecções sobre o mundo, sobre este mundo exaltante e contraditório.

Distinguindo-as, para melhor compreender e vincular ao todo que a sua consciência pode apreender, «o artista – o verdadeiro artista – encontra sempre o seu caminho – realizar a sua obra segundo as leis do seu génio», sem que, por isso, possa dizer-se «que ele perderá a sua originalidade. Pelo contrário: ele criará com a consciência da sua função, da sua utilidade precisa.»⁴⁴ Há uma mesma realidade de fundo de que todo o artista parte antes de uma focagem própria do que o desperta:

O que justifica a tendência de alguns artistas para o «isolamento», para o «narcisismo», é sem dúvida a abundância tumultuosa e contraditória do mundo moderno.

Para outros, no entanto, o motivo de *vinculação* a esse mesmo mundo – diante «da angústia contemporânea, dos seus dolorosos sacrifícios, das suas trágicas interrogações, da sua torturante inquietação e das suas mais vivas esperanças» – encontra-se, como eco do enunciado feito por Miguéis sobre «o imenso sussurro de vozes inumeráveis», na consciência de que

*Nunca, como hoje, o tumulto das vozes exigiu tanto a sua presença.*⁴⁵

Compreende-se, pois, que seja justamente no horizonte de uma distinção precisa entre vocação e missão que se pode falar na «vontade de equilíbrio e de síntese»⁴⁶: se «a

⁴⁴ *Id., ibid.*, p. 3-c.

⁴⁵ *Id., ibid.*, p. 3-d.

⁴⁶ *Id., ibid.*, p. 3-a.

grande missão do artista de hoje é *construir*, tal não implica (não pode implicar, é esse o postulado central) afinal «deixar nunca de ser artista.»⁴⁷

Sem qualquer intuito de exaustividade, resta assinalar que pertenceu, curiosamente, a um jovem, muito jovem ensaísta (que nem sequer aliou à reflexão estética uma experiência artística própria) uma das páginas mais lúcidas então dedicadas ao fenómeno da arte, perdida nos escombros dessa imprensa cultural juvenil e, por isso, até hoje naturalmente ignorada. Trata-se de um pequeno ensaio de Egídio Namorado num jornal escolar em tempos fundado por Fernando Namora, no qual, pese embora centrar-se na criação poética, procede a uma leitura muito mais profunda da arte e do artista modernos e das múltiplas relações que o seu percurso estabeleceu na sociedade e na cultura portuguesas do século XX⁴⁸.

Ver-se-á pelos intuitos da conclusão que dela extraiu, o jovem Egídio começa por reivindicar como tese peremptória esta herança geral da sua geração:

A poesia moderna triunfou [...] e está integrada no momento actual.

Sem particularizar uma estética do chamado modernismo, refere-se em geral às *conquistas estéticas* da modernidade em cujo percurso invoca ter faltado compreensão da «grande massa do público», quer pela «ignorância das teorias estéticas» e pela incompreensão das «necessidades que impeliram a poesia para novos rumos», quer pelos excessos da criação «obscura ou demasiado intelectual e simbolista de alguns poetas» ou, simplesmente, pelos defeitos dos «maus poetas», num meio cultural a que não faltou «o silêncio ou o compadrio vergonhosos da pseudo crítica oficial». Ora, segundo o mais novo dos irmãos Namorado, a arte moderna, pelas próprias condições históricas em que surgiu – quando em «fins do século XIX e princípios do século XX, a vida agita-se,

⁴⁷ *Id., ibid.*, p. 3-d.

⁴⁸ Egídio Namorado: «Da poesia moderna», *Alvorada. Jornal de estudantes de liceu*, n.º 4 (15 Mar.), Coimbra 1938, ano III, 3ª ser., pp. 6, 8.

dinamiza-se, embrulha-se, e faz-se sentir a necessidade de remodelações e conclusões profundas» –, implicou uma posição perante as profundas transformações sociais e culturais, pelo que a criação artística «marca sempre uma atitude perante a sociedade: ou de indiferença ou de comunhão e integração.»

Neste sentido, estabelece a correspondência: «a condições de vida mais dinâmicas, devia corresponder uma forma mais plástica e expressiva» dado que, além do mais, na sua íntima relação com conteúdos novos, «a forma deve ser o fundo, constituir o ambiente que maior [força] expressiva dê à ideia.» E para que a forma seja coisa tão intrinsecamente do fundo, designa, a partir deste ponto, duas *condições* de realização da obra de arte: «A primeira condição é que o seu cultor seja verdadeiramente poeta», da qual decorre uma «segunda condição» que consiste afinal nessa simples necessidade do artista «escolher a forma própria à sua expressão poética e a forma adequada a cada assunto.»

Uma tal perspectiva subscreve, pois, a íntima relação entre a *expressão* e o *expresso*, conforme os conceitos afinal defendidos pelos corifeus da *Presença*⁴⁹, como pode ainda subscrever a ideia de que

*Literatura é pura e simplesmente um meio de expressão artística – como a pintura, a escultura, o cinema, a dança, a arquitectura, a música. E se cada uma das Artes tem a sua técnica e os seus pontos de vista próprios, a verdade é que todas partem do mesmo instinto e do mesmo dom: o instinto, o dom que todos os homens possuem (mas que só os Artistas conseguem exteriorizar poderosamente) de recriar o mundo através da sua própria individualidade.*⁵⁰

⁴⁹ «Toda a expressão é uma manifestação aos outros do expresso» (José Régio: *Em torno da expressão artística* [1940], in *Três Ensaios Sobre Arte*, Brasília Edit., 2ª ed., Porto 1980, p. 73; ver *id.*: *A expressão e o expresso*, ed. cit., p. 83).

⁵⁰ José Régio: *Breve introdução ou a Literatura, as Artes e a Arte*, in Petrus: *Os Modernistas Portugueses*, ed. C.E.P., Porto s.d., vol. I, p. 129.

Além do mais, Namorado havia introduzido um outro pressuposto na *condição* geral da arte constituir uma *expressão* própria que se não confunde com qualquer outro discurso, a saber:

A Arte não deve servir doutrinas nem formas políticas, mas para ser viva, palpitante, deve ser a voz duma época e duma forma social.

O triunfo da arte moderna é, portanto, o triunfo da expressão, mas esse êxito só pode completar-se com a inversão das insuficiências antes apontadas na relação da arte com o meio. Daí a identificação das novas tendências de renovação com uma viragem de ambiente capaz de assegurar uma profunda adesão geral à modernidade da arte, a sua universalização:

*A geração poética [princípante], alguns livros de poemas publicados recentemente autorizam a afirmá-lo, não desmerecerá da anterior, embora pareça tender para um desvio de rumo, tomando mais contacto com a vida, caminhando para uma maior objectivação.*⁵¹

De igual modo, aquela perspectiva subscreve outras condições de existência da obra de arte, como a de que ela é «a mensagem dum homem aos outros homens. E, para que tal mensagem não se perca, é indispensável o corte certo de todas as amarras, a pulverização de todos os preconceitos, a vitória, enfim, sobre a enorme e insidiosa rede de falsidades que o ameaçam...»⁵² Mais, para que se efective essa mensagem, a arquitectura doutrinária do *presencismo* colocou o artista – pois «o artista é homem» e, até ao acto de criação, «ainda é só homem» – como mediador «extraordinário» entre o homem e a realidade, numa relação em que nenhuma das parcelas «pode ser suprimida»,

⁵¹ *Id., ibid.* Corrigiu-se o que está entre parênteses rectos, onde se lê «ricipiente».

⁵² Adolfo Casais Monteiro: *A arte contra a ordem*, in *Considerações Pessoaís*, Imp. da Universidade, Coimbra [1933], p. 18.

admitindo mesmo amplas possibilidades de revalorização de uns sobre os outros aspectos:

*Conforme as épocas, as escolas e as atitudes críticas – se valorizam a individualidade humana (parcela homem), o dom da expressão (parcela artista) e a influência exterior (parcela realidade) na valorização da Obra realizada.*⁵³

Esta foi consabidamente uma herança que, desde a sua emergência, a jovem geração neo-realista tomou como sua mais próxima ou, se assim se preferir, como ponto de partida, aliás muito lucidamente desentranhado do seu interior:

*E chegamos àqueles que, para a geração da «Presença», eram os «novos»: Fernando Namora, Joaquim Namorado, João José Cochofel, Mário Dionísio. A «Presença» acabou pouco depois de aparecerem nas suas páginas as primeiras contribuições destes poetas, representantes da geração que mais nitidamente se lhe opôs [...]: embora adversa por alguma coisa, todavia, esta geração era afim da presencista.*⁵⁴

A verdade é que, na época, todo o protesto de absoluta liberdade para o artista feito pelo *presencismo*, a possibilidade de escolha de qualquer conteúdo com a só exigência de íntima adequação formal, foi, afinal, uma hipótese contrariada diante de uma nova geração de escritores que, reclamando para o artista a legitimidade de uma aproximação à realidade, sugeriam uma diluição da subjectividade enquanto tema central, num enfoque do drama humano. Ao mínimo sintoma polémico (limito-me a reforçar o que já foi com justos motivos entrevisto⁵⁵), os escritores da *Presença* irromperam contra «os rapazes» com a acusação de uma pretensa deslocação do terreno da arte para o da sociologia, de uma desvirtuação do artista ao contacto com o

⁵³ José Régio: *Lance de vista*, in *Páginas de Doutrina e Crítica da «Presença»*, Brasília Edit., Porto 1977, pp. 35-36.

⁵⁴ A. Casais Monteiro: *A Poesia da «Presença». Estudo e Antologia*, ed. Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro 1959, p. 39.

⁵⁵ Ver A. Pinheiro Torres: *O Movimento Neo-Realista na Sua Primeira Fase*, ed. cit., pp. 47 e ss.

quotidiano, de um contágio da inquietação própria do artista pelas inquietações do tempo. O confronto de José Régio com Mando Martins, nas colunas de *Sol Nascente*, e com António Ramos de Almeida, nas páginas de *O Diabo*, entre finais de 1937 e princípios de 1938, foi crucial para uma demarcação de posições gradualmente extremadas de que, de ambos os lados, se não saiu mais, mas de que saíram sobretudo os tópicos imediatos dos mais graves equívocos em que as tentativas de definição de um novo rumo para a arte iriam incorrer: se é verdade que tal confronto foi minado pela capciosa escolha dos termos do debate estético entre «arte pela arte» e «arte pela vida», «arte inútil» e «arte útil», literatura subjectivista e literatura objectivista e tudo mais que coube num *etcaetera* conflitual, o assaque de «preconceitos, dogmatismos e fanatismos» lançado a qualquer jovem ensaísta «(que suponho rapaz porque o desculparia muito menos se o não fosse)»⁵⁶ criou o cenário de fundo de um aparente conflito de gerações.

Capítulo XIII

Juventude e geração

Quando os ecos da conflitualidade haviam já criado o ruído polémico multiforme e com diversos intervenientes e argumentos que se conhece, a voz de Mário Dionísio ergueu-se de um modo *sui generis*, apontando os vícios do debate com o *presencismo*; antes de mais, o da agressiva acção movida pelos prosélitos da revista *Presença* contra o «despontar daqueles em cujo aparecimento não pode deixar de estar implícita, como sempre, a negação dos que os antecederam»⁵⁷. Numa das últimas colaborações dadas (ou, pelo menos, assinadas) em *O Diabo*, o jovem Dionísio insistia na necessidade de desvalorizar, no surto polémico estimulado pelos *presencistas* (que designa unicamente

⁵⁶ José Régio: «Carta ao Senhor Mando Martins», *Sol Nascente*, n.º 21 (15 Dez.), Porto 1937, ano I, p. 11.

⁵⁷ Mário Dionísio: «S.O.S. Geração em perigo», *O Diabo*, n.º 248 (24 Jun.), Lisboa 1939, ano VI, p. 4.

por *eles*), «a veemência que põem no ataque – ou na defesa» e «os meios de que lançam mão», quando, afinal,

Do alto da sua autoridade crítica, das regiões do absoluto, suspensos no espaço, esbofeteiam heroicamente uma geração... que ainda não existe.

No entanto, «a obra destes escritores teve a sua utilidade na evolução da nossa literatura, a criação da nossa literatura moderna»⁵⁸: isto é, «foi indispensável», tanto mais que as suas obras constituíram «o belo documento artístico duma época que elas representam», mas não haviam ainda surgido outras para confirmar que «a determinada época literária sucede sempre uma antagónica, inteiramente antagónica.» Pois, a nova «geração» não realizara *ainda* uma obra equiparável à dos escritores reunidos em torno da *Presença*, algo que, no seu conjunto e pelo seu valor, se lhes antepusesse como documento artístico de uma época cujos materiais tinham um sentido novo já existente, porém ainda não revelado artisticamente – eis a distinção que salta à primeira vista, embora exija posterior precisão o que de mais fundo se desprende da recusa de Mário Dionísio na configuração da ideia de geração literária.

Por ora, deve reter-se o sentido do *novo* que o jovem ensaísta entendia dever ser subtraído de um conflito de «questões [...] de pouca monta», quando se colocavam problemas fundamentais, manipulados em torneios de linguagem («Sim, a deturpação é que não é natural»⁵⁹), tais como «o problema da humanidade na Arte, da inutilidade da Arte, etc.» A verdadeira questão está, segundo pretende apurar Dionísio, em que a cultura se renova e *é* em correspondência com o conjunto de uma época; e, por isso, afirma que, para lá de qualquer conflito entre gerações, a crise está instaurada antes mesmo de surgir o *novo*:

⁵⁸ *Id., ibid.*, p. [1].

⁵⁹ *Id., ibid.*, p. 4.

O erro está em julgarem que a morte lhes vem das nossas mãos. O erro está em não verem que a morte está dentro deles próprios.

A ideia do *novo* a que o conceito de juventude se associou como sinónimo da própria renovação emergiu, no contexto dos movimentos culturais que desembocaram na designação do Neo-Realismo, antes de mais como perspectiva de recusa de um panorama, do ambiente. Impulso difuso, essa atitude inicial de recusa manifestou-se ainda sob a forma de uma inquietação que nos coloca inicialmente no terreno da espontaneidade ou, como a própria imprensa juvenil reconheceu, *sem programa*. Não obstante alguma confiança na revelação de valores, estes pareceram em algum momento «de tal modo dispersos, de tal modo disseminados e solitários, que se perdem na vacuidade absorvente do panorama geral.»⁶⁰ O sentido a imprimir a tais valores deveria ser eminentemente humanista (isto é contrário a uma «especialização» formal que arruma os indivíduos no «unilateralismo» de reprodução dos interesses sociais, sem margem para qualquer impulso especulativo ou a livre criação), promovendo enfim «os horizontes da cultura intelectual e moral» de «acentuado carácter universalista» que permita uma intervenção crítica.

Num ambiente de estagnação aparente, alguns jovens sentem-se chamados a potenciar energias criadoras a partir da sua individualidade livre, num elo estreito com as propostas de Bento Caraça cuja leitura ultrapassou seguramente a do auditório imediato da sua conferência. Numa das primeiras *páginas* em circulação pela província, pioneira no movimento de difusão de suplementos culturais, o jovem estudante de Medicina que a dirigia, Joaquim Seabra Dinis, dava corpo à ideia de uma formação integral do indivíduo como ponto de partida para a criação de uma comunidade culta, formulando um papel que nesse processo pode desempenhar a juventude:

⁶⁰ Luís Regala: «Juízo crítico sobre uma mentalidade outonal», *Coimbra. Jornal de Estudantes da Universidade*, n.º 2 (13 Dez.), Coimbra 1933, ano I, p. [1].

*Somos a mocidade que pretende conhecer e saber marcar o seu lugar na sociedade e na vida, pelo aperfeiçoamento ininterrupto do seu todo. [...] Somos daqueles que distinguem a cultura da civilização. Somos daqueles que consideram o acréscimo da civilização sobre a cultura a causa da escravidão actual do homem, e, por consequência, o desenvolvimento da cultura individual o caminho aberto da sua libertação.*⁶¹

Ora, ainda segundo o aprendizado bem explicitado em outro artigo que desdobra o editorial anterior na *página* de lançamento, a cultura é limpidamente definida como campo de mediação de uma obra emancipadora geral, pois compreende cada um dos indivíduos no esforço de transformação do conhecimento em consciência:

*O valor da cultura do indivíduo é-nos fornecido pelo modo como ele compreende a vida e pela maneira como actua na sociedade.*⁶²

Transpondo estas bases de uma filosofia da cultura (cuja fonte é por demais evidente, embora poucas vezes citada) para a parcela que à juventude cabe no despertar colectivo da consciência, Seabra Dinis actualiza finalmente, já por sua conta e risco, o terreno conceptual em que a formação juvenil pode dar corpo à passagem do espontâneo para a organização da espontaneidade, primeiro passo para o qual escreveu este manifesto:

A juventude é naturalmente inquieta. E a sua inquietação significa a manifestação dum mal-estar existente e a ânsia de um sonhado bem-estar.

O jovem de hoje é, sem dúvida, um significativo expoente dessa inquietação.

*Ele está formando a sua personalidade num ambiente estranho em que se entrecrocaram as forças mais discordantes.*⁶³

⁶¹ [Seabra Dinis]: «Quem somos – o que queremos» [Editorial], *Página Cultural*, n.º 1, suplem. in *A Ideia Livre*, n.º 319 (20 Out.), Anadia 1934, ano VII, p. 5.

⁶² Seabra Dinis: «Civilização e cultura», *Página Cultural*, n.º 2, suplem. in *A Ideia Livre*, n.º 322 (10 Nov.), Anadia 1934, ano VII, p. 5.

⁶³ *Id.*: «Temas de hoje», *Página Cultural*, n.º 26, suplem. in *A Ideia Livre*, n.º 376 (16 Nov.), Anadia 1935, ano VIII, p. 4.

A inquietação que começara por se mostrar indefinível num ambiente estranho transfigura-se pela consciência das forças que se entrechocam no momento e integra-se nelas, esclarecendo-se lentamente, antes de mais, como recusa de um mundo sacralizado no passado, como nestes versos muito juvenis, provavelmente os da estreia poética de Carlos de Oliveira, já com uma imagética poderosa neste *Grito*:

*Com este vento assim,
rotas as velas
o que vai ser de mim, o que vai ser de mim
neste mar sem fim,
nesta jangada podre
– tudo quanto ficou de velhas caravelas... [...]
Nas abóbadas côncavas
dos céus encapelados,
o eco da minha voz responde rude e ateu:
– Um pobre doido, sem caprichos seus,
à espera de que os homens se melhorem
e transfigurem Deus!⁶⁴*

Dono dos caprichos próprios, sem esperar qualquer e casual transfiguração do mundo por mãos alheias (ou divinas), o poeta pode erguer uma voz que ecoa nos limites precisos do mundo tal como existe, perscrutando, para além deles, o que os outros homens não transfiguraram idealmente. Não se tratava já de uma recusa apenas, nem de uma procura difusa de *algo* indefinível que chancelava a vaga inquietação de jovens, mas de uma antecipação do *novo* de que o artista deve estar na posse antes mesmo que os outros dele se apoderem.

Os ideais definiram-se, porém, num amadurecimento lento, experienciando aos poucos a natureza dos problemas; não eram ideais (pré)concebidos, mas construídos a

⁶⁴ Carlos de Oliveira: «Grito», *Página da Gente Moça*, n.º 6, ano I, suplem. in *A Ideia Livre*, n.º 455 (22 Maio), Anadia 1937, ano IX, p. 4.

passo (cada um pelo seu pé, no encontro de uns com os outros, relembro a expressiva indicação de Mário Dionísio) numa caminhada que a própria imprensa juvenil, mesmo quando já «certo é estar consagrado, pela experiência tentada, o método» de difusão generalizada, enunciou como característica do percurso até aí palmilhado: «não corresponde exactamente às necessidades e ao ideal prefigurado»⁶⁵, pois foi basicamente, na sua génese, um processo de conquista e de revelação, em público, de potencialidades. Por isso mesmo, a definição do *novo* foi de par com o processo de descoberta de *ser novo* num momento em que se entrecrocaram forças e perspectivas diferentes sobre o mundo:

E não se suponha que ser novo é ter menos de trinta anos ou, como nós, ter nascido durante a guerra.

Ser novo não é função da idade; ser novo é função do espírito [...].

*Ser novo é viver a sua época e depois, e sempre, progredir, aperfeiçoando-se, estudando-se na grande escola que é o mundo.*⁶⁶

É um facto que no final do período entre guerras surgiu no nosso país uma jovem geração de intelectuais – não somente numa acepção que, compaginando com o sentido moderno desse estatuto, ultrapassa os limites estritos do escritor e do artista e compreende um desdobramento do trabalho intelectual para uma acção política – colocada diante de uma nova questão central, a de um empenhamento militante que foi capaz de invadir todas as esferas de uma cultura política, inclusivamente na busca de soluções para uma literatura empenhada. Esses jovens sentiram-se mobilizados por um impulso de intervir nas circunstâncias históricas do seu tempo, de fixar o pensamento dessa intervenção e marcar as posições assumidas em nome de uma consciência ética e

⁶⁵ [Redacção]: «Em torno do problema da cultura», *Página da Gente Moça*, n.º [9], ano I, suplem. in *A Ideia Livre*, n.º 466 (7 Ag.), Anadia 1937, ano X, p. 5.

⁶⁶ A. Machado Franco: «Falam os novos», *Falam os Novos [Página dos Novos]*, n.º 1, ano I, suplem. in *Independência d'Águeda*, n.º 364 (23 Out.), Águeda 1937, ano XXX, p. [2].

mobilizadora de que se consideravam investidos como corpo social, à qual juntaram a utopia de uma sociedade nova.

Ora, nunca do quadro de compreensão ou justificação da sua própria emergência fez parte qualquer argumento de uma vitalidade biológica da juventude; desde os primeiros assomos, por vezes adolescentes, da imprensa de carácter escolar ⁶⁷ ao ulterior amadurecimento, já na colaboração em jornais de circulação nacional ⁶⁸, uma tal dissociação foi sempre claramente vincada, diante da convicção de que «a Idade que nasce nos nossos dias requer uma conjugação de esforços» e que tudo, em nome de uma perspectiva «utópica e desejada, passa a confundir-se com o próprio ritmo da vida.» ⁶⁹ O que marca uma tal idade é, pois, a ideia de «missão do Homem, a missão da Humanidade.»

Não há, portanto, margem para qualquer evocação de um desígnio especificamente redentor da juventude, mesmo quando, nos limites de um esforço de integração mobilizadora dos jovens no que poderia considerar-se o desígnio da história («porque vai nisso todo o sucesso ou falência do seu labor histórico»), a ideia «da vida que se renova» não confere mais que uma transitória posição num «movimento de eterna superação e partida». Tendeu, porém, a revelar-se, em alguns excessos discursivos, um determinismo simplista no modo de integrar a acção da juventude como algo que é já afirmado «natural e espontaneamente, sem que haja necessidade de a impor» ⁷⁰; daí, a passagem para um plano em que se considerava inscrito na ordem de uma mecânica social esse papel «histórico»:

⁶⁷ Ver p. e. Guy de Oliveira: «Do conceito de juventude», *Gleba*, n.º 2 (18 Dez.), Lisboa 1934, p. [1].

⁶⁸ Ver p. e. Frederico Alves: «A juventude e a missão cultural do homem», *O Diabo*, n.º 185 (10 Abr.), Lisboa 1938, ano V, p. 7.

⁶⁹ J. D. [Jorge Domingues]: «Imago mundi», *Gleba*, n.º 3 (25 Dez.), Lisboa 1934, p. 3.

⁷⁰ Carlos Relvas [Armando Bacelar]: «Juventude e história», *O Trabalho*, n.º 277 (26 Jan.), Viseu 1939, ano 6º, p. 4.

A mocidade é naturalmente chamada a desempenhar, no desenvolvimento das sociedades, um papel de elemento renovador, o que determina a sua atitude de inconformismo, [que] permanece factor de progresso humano.

Assim, posta num quadro de crise entre o que deve morrer e o que pode estar prestes a nascer, «quando os velhos resíduos das estruturas se revelam incapazes de dominar as realidades novas e tudo ameaça subverter-se no caos», a juventude chama a si a alavanca transformadora, «proclama a dignidade do homem e empreende, com o seu entusiasmo, a reconstrução do futuro.»⁷¹ Grande parte da imprensa juvenil dos *anos trinta*, sobretudo a que penetrou no interior do país sob o impulso de centenas de moços ávidos de participar num movimento irresistível, insistiu, com efeito, nesta sobrevalorização das energias jovens como expressão de um optimismo renovador que deve radicar-se na consciência das condições históricas gerais (não apenas portuguesas) de ascensão das forças fascistas e de generalização do clima de guerra (que veio a começar bem perto de nós); daí o sentido mobilizador em nome de uma jornada heróica de que os jovens seriam a primeira linha, motivo de admiração de todos aqueles que aspiraram a «ter menos de vinte anos», para utilizar a célebre fórmula de José Gomes Ferreira que nos deu, na época mesma, esta elucidação poética:

*Eu nasci para cumprir outro destino mais novo!
Ser homem apenas, sem sangue excepcional,
[...]
para que todos possam ver, na minha alma,
a dor comum finalmente revelada.*⁷²

⁷¹ Telmo Cruz: «Juventude e cultura», *Ensaios. Secção literária*, suplem. in *Renovação*, n.º 54 (11 Mar.), Vila do Conde 1939, ano II, p. [8].

⁷² José Gomes Ferreira: «Polémica», *O Diabo*, n.º 249 (1 Jul.), Lisboa 1939, ano VI, p. 5.

Para lá de um imaginário de aproximação *presencista* – o poeta que encarna a dor revelada (em voz) em nome de uma humanidade sofredora –, é a assunção a um destino novo que se valoriza e faz perder a excepcionalidade do sujeito. Uma tal vontade de se descobrir *novo*, num contágio por contiguidade com as energias jovens, encontra-se em outros poetas da mesma geração, como Armindo Rodrigues, que explodiu em desenfreada adesão, superada a individual presença fugidia (ou perdida) do sujeito só, em nome de uma nova criação do mundo:

*Pode a poeira dos meus ossos dispersar-se
e perder-se a memória
da minha presença fugidia
sem o meu sonho se realizar,
mas já a minha esperança o construiu
e sei que há-de arder sempre, inquieto e bruto,
noutros homens raivosos como eu,
até à criação do mundo.*⁷³

No plano estritamente cultural, se a perspectiva renovadora do pensamento e da criação artística não passou pela evocação de qualquer particularidade juvenil, a verdade é que os jovens escritores e artistas revelaram uma metamorfose de paradigmas sob o estandarte comum de uma arte moderna capaz de corresponder a uma sociedade moderna em transformação. É esse o sentido da série de *Cartas do Nosso Tempo* que Manuel Filipe endereçou, das colunas de *O Diabo*, a um interlocutor que não deixa de prefigurar o Régio que, das *Cartas Intemporais* lançadas da revista *Seara Nova*, tanta polémica haveria de desentranhar, como aliás o jovem Filipe não tinha dificuldade de entrever «causa de outras mais largas e aventurosas escrituras.»⁷⁴

⁷³ Armindo Rodrigues: «Criação do mundo», *O Diabo*, n.º 246 (10 Jun.), Lisboa 1939, ano VI, p. 5.

⁷⁴ Manuel Filipe: «Cartas do nosso tempo. II», *O Diabo*, n.º 166 (28 Nov.), Lisboa 1937, ano IV, p. 3.

Já em 1937, Manuel Filipe não tinha dúvidas em reduzir qualquer disputa entre «novos» e «velhos», antes de mais em abstracto, a «dois modos de ser que as nossas existências representam [e] já por diversas vezes se têm encontrado no decurso experimental da história». O tom irónico perpassa todo o texto epistolar. Pois a resposta (que de resposta se trata) não deixava de indiciar algumas palavras de acusação que se sabe terem sido então proferidas pelo poeta de *As Encruzilhadas de Deus* sobre «o “fanatismo” ou a “intolerância cruel” da juventude». Não obstante, o texto de Manuel Filipe colocava o aspecto concreto da questão em «uma mais rigorosa e actual classificação de valores»: ao tomar consciência da realidade complexa que a rodeava e na qual potenciou forças, a juventude deixava de considerar-se apenas uma promessa. Por isso, perguntava, para responder de pronto:

E o que vedes?

Jovens, verdadeiros jovens, cuja maior parte não ultrapassou ainda os vinte anos e que vêm de frente levantada e olhar claro oferecer aos demagogos, muitas vezes equívoc[ad]os, as belas e prometedoras forças de que eles mesmos se não tinham dado conta.

Pela sua parte, isto é em nome dos jovens cujo olhar era o seu, uma vez mais perguntava e respondia ainda:

O que é que a juventude vê à sua volta?

Uma desmoralização completa e quase oficial, uma luta infernal de interesses pessoais, um egoísmo feroz, os ideais eternos desprezados. Ajuntai a tudo isto uma crise económica deprimente e crónica. E tendes assim formado o ambiente em que a juventude de hoje deve exercer a sua acção.

Em estado de promessa, os jovens poderiam «sacrificar-se a um ideal qualquer que ele seja»; mas, adquirida a consciência de um ideal preciso – podendo mesmo «nunca ter lido um livro do sr. Charles Maurras nem conhecido uma palavra da dialéctica do

materialismo histórico», têm afinal uma comum «consciência das realidades sociais que definem e orientam o pensamento actual» —, o juvenil ensaísta podia então considerar que «a juventude é a força que anima e realiza a nossa época.» Por esse motivo concluía então que, também como norma estética, era de construção «a grande tarefa da época»:

Construir com um plano de conjunto que limite as forças criadoras num quadro amplamente social, fora das contingências das escolas, tendo a coragem de romper com todo o feiticismo das ideias e dos múltiplos “ismos”⁷⁵.

Porém, o melhor exemplo das mutações por que, no contexto da actividade cultural da juventude, os conceitos de arte e de artista estavam então a passar veio do interior do próprio campo modernista, fora, portanto, da imprensa que tenho recenseado rigorosamente no contexto dos *movimentos culturais juvenis dos anos trinta*, porém justaposto a estes e em pontos de aproximação com eles, mas no essencial como tentame superador do próprio *presencismo* numa geração mais nova que a da *Presença*. Valerá, por isso, auscultar este percurso singular.

Trata-se de *Momento*, uma revista que chegou a apresentar moldes vanguardistas desenvolvidos por um grupo que teve próximas relações com os jovens redactores de *Gleba*, onde pontuaram Mário Dionísio e Jorge Domingues. Fundada em 1932, teve no seu corpo redactorial, formado por Marques Matias e pelos irmãos Artur Augusto e José Augusto, o fulcro da orientação e da actividade do periódico que começou por designar-se como *Quinzenário literário e artístico* nos dois primeiros exemplares (mais em formato típico de jornal); numa segunda série, alterou o subtítulo para *Revista luso-brasileira* e, de modo mais radical, apresentada em moldes de revista graficamente adequada a um estilo moderno que se prolongou de 1933 a 1937⁷⁶. É esta a fase da publicação que interessa

⁷⁵ Manuel Filipe: «Quais os fins para que devem tender [...] os esforços do artista?», art. cit.

⁷⁶ Apesar de registo repartido por duas cotas diferentes nas colecções da Biblioteca Nacional, viu bem Daniel Pires (*Dicionário da Imprensa Periódica Literária*, ed. e vol. cit., pp. 243-245) a continuidade do título

acompanhar aqui, tanto mais que a sua última série não passou de um número isolado em 1938.



No seu mais prolongado período de publicação, a revista abre sob um signo iconoclasta, nomeadamente ao anunciar que «o novo é, por índole, avesso ao que está feito: acha que pode fazer melhor e que o caminho não é esse.»⁷⁷ A atitude compreende-se melhor numa crítica demolidora ao Salão dos Independentes, a propósito do qual sugere «necessário fazer uma distinção entre modernistas conscientes e inconscientes» cuja confusão vem dos «primeiros tempos de propaganda, em que era necessário chocar-se a sensibilidade do público»⁷⁸, reincidindo mais tarde, num artigo-manifesto, contra os que «se fingem modernistas e se dizem modernistas sem o serem», sejam «os pintamonos com ares de artistas» ou «os literatos vazios de sensibilidade criadora». Contra estes explicitava a necessidade de «organizar vasto plano de cooperação intelectual» entre «modernistas, alguns desconhecidos, como nós, e alguns sobejamente conhecidos como os outros», deixando de fora «certos colaços e certos dantas, bem como coelhos e leitões»⁷⁹... numa alusão a uma arte que tendera, por um lado, a academizar-se e, por outro, a instalar-se oficialmente. Neste reside o primeiro dos

nas suas várias séries, perdendo porém de vista a faceta editorial paralela ao periódico que assumiu a importância que o estudo agora revela.

⁷⁷ [Redac.]: «Abertura», *Momento*, n.º 1 (2ª quinz., Dez.), Lisboa 1933, ser. seg., p. [3].

⁷⁸ Artur Augusto: «Notas ao Salão dos Independentes», *Momento*, n.º 1 cit., p. [8].

⁷⁹ *Id.*: «Manifesto», *Momento*, n.º 6 (Nov.), 2ª sér., Lisboa 1934, p. [3].

aspectos que confere importância à revista, conduzindo à sua aproximação ao *presencismo*, assinalado tanto pela designação de *Manifesto da arte e crítica*, assumida no n.º 6 da revista, em Novembro de 1934, quanto pela publicação de um «especial» n.º 8, de Abril de 1935, em que aos novos se associaram colaborações de Casais Monteiro, Alberto de Serpa, António Navarro, Branquinho da Fonseca, José Régio e Miguel Torga, além de Fernando Pessoa, Carlos Queirós, Luís de Montalvor, entre outros; o número seguinte, já em Dezembro do mesmo ano, foi inteiramente dedicado a Pessoa e aos seus principais companheiros heterónimos.

Mas, num segundo aspecto, uma tal assunção de uma nova geração aos mestres dos anteriores movimentos não se processou sem visível dificuldade, numa simultânea tentativa de superação do próprio modernismo, cujo esforço deve destacar-se no percurso dos jovens intelectuais, artistas e escritores que despontaram nos *anos trinta*, nomeadamente em torno do conceito de *humanidade* na criação artística e de *utilidade* da obra de arte que este *Momento* igualmente acompanhou.

Numa perspectiva dominante na revista, o debate estabeleceu-se sob o pano de fundo da formulação de uma «arte moderna dominada pelo sentido trágico da vida, pela sondagem subconsciente do artista», numa concepção do que «é verdadeiramente a arte das multidões – a síntese biográfica de um momento em que o artista é o Verbo.» Daí a aproximação ao intuicionismo de calibre regiano, aliás decalcando o essencial do imaginário poético do grande mestre da *Presença*, deste modo:

[...] *o artista não vê, nem supõe – sofre. Exprime sempre a sua própria e única tragédia – é sempre e amplamente ele. E esta é a melhor forma de ser verdadeiramente, simultaneamente, multidão e Eleito, homem e Deus.*⁸⁰

⁸⁰ Marques Matias: «Do sentido de humanidade nos artistas modernos – breves apontamentos para um ensaio», *Momento*, n.º 7 (Jan.), Lisboa 1935, 2ª sér., p. [3].

As conotações especificamente regionais são neste autor evidentes, incluindo a imagética do Cristo crucificado em nome dos homens, sacrifício poético sublime que o artista *sofre* desde a profundidade do seu Eu. Aonde, então, alguma divergência de sentido? Logo em seguida, quando o mesmo autor acaba por presentir as insuficiências da intimidade pessoal, vista como tragédia individual, em face da vivência mais vasta do artista que não resiste ao drama colectivo. Porque nele tropeça:

*Sempre o homem receou tropeçar em si mesmo.*⁸¹

Cedendo afinal ao apelo da história, o jovem escritor presente uma consciência de que faz parte «de uma geração que duramente procura atingir-se para ficar mais perto do universal drama humano que é, em grande parte, o mais profundo da sua angústia raiz.»

Dispõe por isso a sua arte, mesmo numa filiação modernista, ao desenlace social como destino irreprimível:

Atingida e absorvida completamente a parte de cá da linha do horizonte, intensivamente e extensivamente profundado o mistério próximo, devassada até aos extremos limites a nossa tragédia, tornada em luz a nossa sombra, certo será, então, que soou a hora de partirmos (sabendo já o que levamos) à conquista do que fica para lá do nosso olhar, de nos dispormos a bem compreender aquilo em que não estamos [...], de nos tornarmos e à nossa poesia-expressão universalmente humanos.

Porém, o contraditório decisivo e radical proveniente deste grupo de jovens poetas e artistas partiu de alguém que veio a abandonar o corpo directivo e redactorial da revista e, em seguida, entrou na rota dos movimentos culturais juvenis que nos anos trinta conduziram ao Neo-Realismo, colaborando em várias publicações. Trata-se de José Augusto (da Silva) cuja irreverência no campo literário de partida terá levado

⁸¹ António Marques Matias: «Introdução aos “destinos da nova poesia”», *Momento*, n.º 10 (Fev.), Lisboa 1936, 2ª ser., p. [3].

Albano Nogueira a referir-se à «rebeldia dos irmãos Augusto». Com efeito, alinhavando algumas notas de definição de *uma arte mais humana*, José Augusto sente igualmente que *tropeça* no terreno da História ou, segundo suas palavras, toma consciência do «atropelo incessante» que ao artista impõe «o intenso dinamismo da vida de hoje». ⁸² Para o jovem ensaísta e poeta, a «realidade íntima» tem uma riqueza própria:

É aí que encontramos a descrição intuitiva das vidas que não chegamos a viver ou que vivemos sem termos sentido viver e, ainda, que adivinhamos uma vida que se viverá.

Ora, justamente, neste entrecocar de vidas,

A contemplação interior sendo prolongada pode levar ao sono. ⁸³

Por isso, a vida sujeita às solicitações e emboscadas da modernidade, com todas as suas contradições e opostas ou desencontradas manifestações, acaba por não deixar ao artista mais margem que a de «procurar traduzir a vida-movimento, luta, evolução» ⁸⁴. Impõe-se ao artista incorporar esse moderno sistema de *translação espiritual* – que corresponde, já o assinalai, ao processo de des-subjectivização do indivíduo sob a pressão do drama da história:

Ponhamos de lado o egocentrismo que nos faz querer ser ponto de referência de todo um sistema e atendamos na vida que é de facto o mundo em volta do qual nós em realidade gravitamos. ⁸⁵

Tal não significa abandonar «a força da contemplação interior», porque o campo de visão do artista não é o da «análise objectiva, fria, dos factos» que interessa, por

⁸² José Augusto: «Notas para uma arte mais humana», *Momento*, n.º 10 cit., p. [1].

⁸³ *Id.*, *ibid.*

⁸⁴ *Id.*, *ibid.*, pp. [1, 13].

⁸⁵ *Id.*, *ibid.*, p. [13].

exemplo, ao historiador (a que poderia ainda acrescentar o jornalista do imediato ou o cronista do documentário directo); antes interessa «a dissecação da vida e do mundo feita através de uma poderosa compleição de artista» – revelar artisticamente a «verdade dolorosamente humana»:

Conciliar portanto a vida de todos os dias, humana, dolorosa, banal, trágica, mas sempre viva, eterna com a nossa verdade íntima [–] eis o caminho que seguirei. É que a vida contém em si mais emoção e mais romance do que toda a vida interior, por mais rica que ela seja.

Foi na verdade este o *caminho* seguido pela geração de escritores e artistas que emergiu na década de 1930 sob a pressão da conjuntura histórica. Pois, *Momento* traduziu a tendência de aproximação da arte ao realismo da vida, sem no entanto abandonar o fulcro de uma interioridade última do artista, à maneira visionária, em que se pensa identificar a tragédia do outro na medida da sua própria, mas em que esta detém uma anterioridade, quase diria hierárquica, nos horizontes do homem, pois deve ser

*Atingida e absorvida completamente a parte de cá da linha do horizonte, intensivamente e extensivamente profundado o mistério próximo, devassada até aos extremos limites a nossa tragédia*⁸⁶.

Porém, dispõe-se a explorar (com resguardo de distância, é certo, como se de *algo fora* do alcance da vista se tratasse) o horizonte que o cerca, afirmando «que soou a hora de partirmos (sabendo já o que levámos) à conquista do que fica para lá do nosso olhar, de nos dispormos a bem compreender aquilo em que não estamos [...], de nos tornarmos e à nossa poesia-expressão universalmente humanos.» E, em breve, o mesmo autor, protestou distanciar-se do «cortejo de estéreis-ismos» das primeiras décadas do

⁸⁶ Marques Matias: Introdução aos “destinos da nova poesia”, *Momento*, n.º 10 cit., p. [3].

século ⁸⁷ como «manifestações de arte sem conteúdo humano» ⁸⁸, incluindo a «torre de marfim» da geração que nos precedeu». E, em nome de uma nova geração que sente o confronto da história com a cultura, proclamou:

No fundo de todos nós, há uma angústia viva, desenrola-se a nossa humaníssima tragédia. Mas para além de nós, há uma outra angústia, desenrola-se outra humaníssima tragédia.

Trata-se de um reconhecimento do drama histórico, segundo a perspectiva de que, se «ser profundamente humano é mergulhar-se exaustivamente na época em que se viveu», então «todo o Artista deve ter raízes na sua época e mergulhar profundamente em si e na vida – cumprir exaustivamente a sua missão humana.» Apesar das dificuldades em adequar a «actual posição de poesia para raros» com a falta de «um sentido didáctico imediato» capaz de destinar a arte «à formação de homens verdadeiramente humanos», é na voz de poeta que o autor acaba por clamar o seu definitivo cansaço da idolatria de si mesmo, com

Os meus olhos cansados de me ver ⁸⁹.

O cansaço corresponde, sintomaticamente, ao imediato trajecto da própria revista, interrompida a publicação durante um preciso ano, para editar um derradeiro número em Abril de 1937, sem mais unidade que a de uma declaração de intenções sobre um «classicismo» modernista contra os «exageros incompreensíveis dos pretensos artistas modernos» ⁹⁰, reunindo afinal colaborações ecléticas que descaracterizaram em definitivo uma revista já moribunda. Mas é importante não perder de vista que *Momento*

⁸⁷ *Id.*: «Destinos da literatura nova», *Momento*, n.º 11 (Abr.), Lisboa 1936, vol. II, p. [1].

⁸⁸ *Id.*, *ibid.*, p. [2].

⁸⁹ *Id.*: «Domingo» (poesia 4), *Momento*, n.º 11 cit., p. [5].

⁹⁰ [Redac.]: «Abertura», *Momento*, n.º 12 (Abr.), Lisboa 1937, vol. 2º, p. [1].

foi um raro exemplo: caso ímpar num contexto geral marcado por transformações mais radicais. Ora justamente, as mudanças operadas no interior de um juvenil campo *presencista*, que *Momento* representou, constituíram uma tentativa sem sucesso de superação de um posicionamento da arte e de uma atitude do artista dentro de moldes modernistas; pois o caminho no sentido de uma actualização ao comum e ao drama da história demonstrava a impossibilidade de qualquer metamorfose (por dentro) no próprio campo modernista tal como se manteve na sua tradicional expressão *presencista*, militantemente em confronto com os novos campos em emergência.

Cabe concluir: a inflação polémica criada pelos principais escritores de *Presença* e por eles alargada a outros órgãos, como *Seara Nova* e *Portucal* provocou e amplificou, nos termos em que foi produzida, uma fissura no universo cultural português alimentada sob o fundo falso de uma oposição de gerações que, a despeito de ter-se procurado combater a um nível mais esclarecido da falange juvenil, acabou por deixar marcas de irreparável antagonismo nas camadas mais profundas da imprensa juvenil de cariz neo-realista com ataques de feição jocosa ou mesmo referências de índole pessoal mais agressivas contra a «atitude de incompreensível abstencionismo» dos *presencistas* que se considerava «deplorável»⁹¹. Multiplicaram-se, pois, as acusações contra a «arte pela arte, arte habilidade e passatempo, metafísica» praticada pelos «diletantes, os “super-artistas”, os místicos»⁹² – e o contágio por contiguidade, no jogo de estratégias de uma hegemonização que preencheu bem os interstícios da época, chegou decidida e decisivamente aos que, havia pouco, ainda mal procuraram desenlaçar-se dos mais estreitos cânones modernistas, sustentavam já pôr «de lado o egocentrismo»⁹³ e as

⁹¹ Armando Bacelar: «A desumanização do homem através da arte», suplem. *Da Gente Moça*, n.º 4, in *O Trabalho*, n.º (24 Mar.), Viseu 1938, p.

⁹² [Redac.]: «Panorama», suplem. *Pensamento Jovem*, in *Jornal de Ílhavo*, n.º 258 (24 Dez.), Ílhavo 1939, ano VI, p. 4.

⁹³ José Augusto: «Notas para uma arte mais humana», *Momento*, n.º 10 cit., p. [12].

«manifestações de arte sem conteúdo humano», quando, «para além de nós , há uma outra angústia, desenrola-se outra humaníssima tragédia.»⁹⁴.

Capítulo XIV

Intelectuais e artistas

No curso do processo de formação do Neo-Realismo, sob a pressão de uma consciência do momento histórico a que correspondeu a elaboração do conceito de *homem culto* e a criação de condições para a formação de uma consciência colectiva, é a figura do intelectual que, em termos mais visíveis e de forma insistente e acutilante, parece ressumar ao plano mais relevante do campo cultural, quando este foi visto como amplo terreno em que estabelece a mediação entre a realidade e uma consciência (como visão) sobre ela. Assim, no mesmo passo em que era valorizado um discurso de referência à realidade imediata com vista a uma intervenção sobre tal realidade, os processos de representação realista na obra literária e artística, para alguns, não escapavam à mesma determinação imediata. Viu-se já como a desvalorização do génio artístico chegou, no limite, a sustentar-se em favor de uma reprodução documental por parte da obra literária⁹⁵, na defesa de um primado da informação, de uma apologia do conteúdo documental reproduzido, cuja eficácia abrangia tanto o género jornalístico como o romance ou o conto; uma tal posição aproximava-se mais das margens de uma *cultura proletária*, já então ultrapassada, ou de um *verismo* ao alcance de todo o intelectual no cumprimento desse estatuto, fora

⁹⁴ António Marques Matias: «Destinos da literatura nova», *Momento*, nº 11 cit., p. [2].

⁹⁵ V. supra, pp. 234.

de quaisquer «prazeres espirituais» e dirigindo-se apenas à comunidade de «problemas vitais da imensa multidão dos que trabalham.»⁹⁶

Se, no jogo de dualidades que vamos descobrindo no seio do Neo-Realismo, uma tal perspectiva não constituiu uma sua modalidade específica, não pode contudo escamotear-se o peso das consequências de uma sobrevalorização da missão do intelectual sobre o trabalho artístico, da intervenção cultural sobre a criação estética, que atingiu o limite numa banalização discursiva e na burocratização do lugar que deveria competir ao intelectual, como manifestava este passo de um arremesso epistolar contra o artista tipificado em Régio:

Tu não precisas de trabalhar para viveres. Lidas com os problemas humanos como lidas com os fenómenos humanos complicados que são os cigarros aromáticos que fumas, os fatos modernos com que te vestes. [...] Por isso quando saís à rua, o prazer puro ordena lá de dentro:

*— Vai por aqui.*⁹⁷

Ou ainda (para que toda esta dimensão se não escamoteie):

Tu nunca pegaste numa enxada, nem transpiraste sequer a conduzir uma mala...

E, de esta aceção caricatural do intelectual *condutor-de-malas*, resultaria a impossibilidade de «um sonhar estético» qualquer que fosse, pois esse não seria mais que um «processo de fugir» do mundo real⁹⁸. Mais, nesse *tipo de intelectuais* incapazes de transformar o suor em lágrimas – por oposição aos que deveriam «expor com clareza», sem «artifício», na criação de uma arte que só é verdadeiramente humana se a ligar um vínculo directo, imediato à realidade comezinha –, entendeu-se que era na própria «força de rebuscarm

⁹⁶ Carlos Serra: «Carta a um intelectual», *O Diabo*, n.º 269 (18 Nov.), Lisboa 1939, ano VI, p. [8].

⁹⁷ *Id.*, *ibid.*

⁹⁸ *Id.*, *ibid.*

formas possíveis de expressão» que residia o seu afastamento da humanidade da arte que deveriam realizar⁹⁹.

Ora, no esquema de dualidades (ou, de outro modo, na simultânea *unidade e conflito* que António Pedro Pita veio justamente a consignar em título na reunião da sua «arqueologia» ensaística sobre o tema) nas quais se formou e que, ao cabo, caracterizaram o Neo-Realismo português, pode uma pesquisa mais exaustiva detectar que a primazia da figura do intelectual sobre a do artista não cobriu todo o espectro das formulações teóricas e, cedo, aliás, a figura do artista foi definida conforme a especificidade e autonomia da arte. Desde cedo, insiste-se. Adolescente ainda, Egídio Namorado inscrevia num jornal escolar, não havia muito fundado por Fernando Namora e então por si dirigido, esta aspiração específica do artista:

*Um artista, fazendo arte, marca sempre uma atitude perante a sociedade [...]. A Arte não deve servir doutrinas nem formas políticas, mas para ser viva, palpitante, deve ser a voz duma época e duma forma social.*¹⁰⁰

Centrando a sua abordagem na criação poética, sem deixar de explicitar que o seu horizonte de análise cobria «todos os campos de Arte», proclamava o triunfo público da arte moderna, ainda que o fosse «pelo menos entre aquela parte do público que lê conscientemente e está integrada no momento actual» – aspecto que não representa uma restrição, mas é a constatação, compaginada com a filosofia da cultura caraciana, de que estamos perante aquele *grau de integração* do conhecimento numa esfera que compreende os especialistas e um público culto que da obra desses adquiriu um *conhecimento consciente*.

Antes de mais, esse triunfo da poesia moderna dizia respeito ao próprio trabalho artístico que consiste, em suma, em conferir valor expressivo à obra de arte, uma vez

⁹⁹ Álvaro Cunhal: «Um certo tipo de intelectuais», *O Diabo*, n.º 224 (7 Jan.), Lisboa 1939, ano V, p. 3.

¹⁰⁰ Egídio V. Namorado: «Da poesia moderna», *Alvorada*, n.º 4 (15 Mar.), Coimbra 1938, ano III, 3.ª série, p. 6.

que, às modernas «condições de vida mais dinâmicas, devia corresponder uma forma mais plástica e expressiva» portadora de «valor comunicativo»; daí que, no trabalho criador do poeta moderno (cuja «primeira condição necessária é que o seu cultor seja verdadeiramente poeta» a que junta o artifício técnico de «escolher a forma própria à sua expressão poética e a forma adequada a cada assunto»),

*A poesia deve brotar espontânea[,] a forma deve ser o fundo, constituir o ambiente que maior valor expressivo dê à ideia.*¹⁰¹

Específica, a linguagem artística é, ademais, *necessária*, segundo sustentou o jovem Manuel Filipe – não se confundindo com outra forma de discurso, é uma *outra* « projecção » sobre a «mesma trágica realidade»¹⁰². Com o máximo relevo deste modo dado às possibilidades de realização artística, o juvenil ensaísta e poeta afirma mesmo que, nas «mais variadas formas» do pensamento manifestar a sua liberdade,

O artista é sempre aquele que procura realizar-se. A sua vida será, portanto, uma permanente luta.

Ora, quando a *crise* do mundo moderno exige, na perspectiva do jovem autor, estabelecer a mais «estreita relação existente entre o individualismo do artista e o grupo no qual ele exerce a sua acção» e, no mesmo passo, «a grande incitação da época» está em *construir*, há a esperar «que o artista – o verdadeiro artista – encontre sempre o seu caminho – realizar a sua obra segundo as leis do seu génio –, mesmo que lhe seja necessário sacrificar ao interesse da colectividade uma parte do tempo que ele, egoisticamente, não tem querido conceder-lhe.» Tal é o passo que corresponde já (ou deve corresponder) ao esforço do artista em integrar no comum a parcela da sua obra

¹⁰¹ *Id., ibid.*

¹⁰² Manuel Filipe: «Quais os fins para que devem tender, na sociedade actual, os esforços do artista?», *O Diabo*, nº 171 (2 Jan.), Lisboa 1937, ano IV, p. 3.

capaz de alargar esse universo maior que é, na conhecida expressão de Bento Caraça, o *património cultural comum*. E é tanto mais exigente esse esforço do artista quanto maior for a consciência de que a arte reflecte também a *crise* da sociedade moderna de que um dos paradoxos é «a verdadeira agonia da arte – agonia na bela significação que lhe deu Unamuno». Assim, constata, por um lado:

O que justifica a tendência de alguns artistas para o «isolamento», para o «narcisismo», é sem dúvida a abundância tumultuosa e contraditória do mundo moderno.

Mas também «nunca, como hoje, o artista se sentiu tão vinculado a esse mundo» e só a ele, portanto, pode pedir-se uma outra voz:

Que o artista seja, pois, o maravilhoso intérprete da angústia contemporânea, dos seus dolorosos sacrifícios, das suas trágicas interrogações e das suas mais vivas esperanças. Nunca como hoje o tumulto das vozes exigiu tanto a sua presença.

Abrindo-se ao *sussurro das vozes inumeráveis*, conforme a bela expressão de Miguéis, era moderno o artista que encontrava nas formas de representação específicas da arte a própria construção humanizada do mundo moderno, «sem deixar nunca de ser artista.» Aliás, ao verdadeiro *sentido do humano* na arte importava mesmo que «o artista deverá ser um pensador frenético, permanentemente revoltado, individualista, não capitulando nunca perante qualquer ideia, por mais audaciosa que ela seja.» Pois era essa a condição *irreduzível* da arte, assim mesmo expressa: «O artista deverá permanecer sempre artista...»

¹⁰³ Um pouco mais tarde, nem mesmo exacerbado pelo contexto polémico em que se inseria (aliás, com expressa «intenção»¹⁰⁴), o jovem Manuel Filipe viria a insistir nessas «duas coisas completamente distintas» que são, por um lado, a «responsabilidade do

¹⁰³ *Id.*, *ibid.*

¹⁰⁴ *Id.*: «Cartas do nosso tempo. III», *O Diabo*, n.º 196 (26 Jun.), Lisboa 1938, ano V, p. 7.

escritor perante a sua obra» e, por outro, indissociadamente, «a que o escritor assume, voluntária ou involuntariamente, perante a sociedade.» Uma vez mais, estamos perante um legado fundamental de Bento Caraça que consiste em reconhecer um *valor artístico* tanto mais rico quanto a obra é portadora de um *valor moral*.

Em suma, a novidade introduzida por esta discussão não andou tanto em torno da validade, da necessidade e da originalidade da obra de arte e, portanto, da especificidade do trabalho artístico; ver-se-á melhor em seguida, finalmente, ao analisar em que condições e opções estéticas, debaixo de que tendências ou escolas os escritores e artistas que fundaram o chamado Neo-Realismo realmente operaram. A questão que aqui entenderam introduzir foi afirmar esse truísmo, já assinalado por Pinheiro Torres¹⁰⁵, «de que fora da sociedade o homem perde o estatuto de ser humano» e, nesta direcção, insistiram em descobrir as relações sociais do escritor e do artista que, particularmente à época, se abriam e na frente das quais se discernia a «poderosa rede de limitações» à *execução* e à *autonomia* de criação dos artistas e escritores que o jovem Filipe colocou com a possível clareza:

*Só precariamente eles poderão realizar a sua obra, tanto quanto lho permita a sua fantasia individualista. Quando, afinal, o que nós queremos é que o escritor tenha o seu lugar nitidamente marcado e a sua função definida.*¹⁰⁶

Assim colocado, procedia ao reconhecimento dos «perigos» de arregimentação da arte, entendida justamente como pano de fundo então estabelecido tanto para a subordinação quanto para a persecução do espírito criador. E daí mesmo o perigo, exacerbado a partir do auge polémico que a posteridade se encarregou de carregar a tintas mais fortes, da aproximação de atitudes de uma «numerosa cáfila dos conformistas e adutores» que um conjunto significativo de autores do Neo-Realismo nascente

¹⁰⁵ A. Pinheiro Torres: *O Neo-Realismo Literário Português*, ob. cit., p. 22.

¹⁰⁶ Manuel Filipe: «Cartas do nosso tempo. III», art. cit.

colocou em plano de destaque, para com isso sustentar que, nas condições precisas em que agia como criador, o artista não podia deixar de incorporar uma mais vasta consciência intelectual.

De este ponto partiu um outro truísmo, o de descobrir a partilha da arte com um público mais amplo, começando por chamar os problemas contemporâneos da realidade social aos próprios materiais da criação artística, deste modo tornada um lugar de identidade ou, melhor, de identificação (não de resolução pela arte) da contemporaneidade de tais problemas. Procurando em correspondência com o quadro histórico «determinar o actual ritmo evolutivo da arte», o mesmo Manuel Filipe ambicionava «criar um novo conceito de arte que se imponha num determinado grupo social» porque uma tal definição constituía uma importante contribuição da arte para «criar uma nova ordem espiritual que nos revele o verdadeiro sentido do humano» e que, em arte, constituísse a revelação de tipos humanos num meio real, visando a conquista «dum tipo humano “universal”.» E para que essa «grande revolução artística do nosso tempo» se realizasse cumpria ao artista atingir «novas experiências» com a liberdade e a imaginação «dum grande movimento renovador pelo qual se fixará a nossa verdadeira *imagem contemporânea*.»¹⁰⁷

Ora a construção de uma tal *imagem* da realidade – não a sua réplica – exigia valores estéticos e não outros, mais ainda exigia a libertação de normas em nome do próprio compromisso da arte com «a grande incitação da época»:

*Construir com um plano de conjunto que limite as forças criadoras num quadro amplamente social, fora das contingências das escolas, tendo a coragem de romper com todo o feiticismo das ideias e dos múltiplos “ismos”, que são bem pobres coisas ao lado da perenidade da vida.*¹⁰⁸

¹⁰⁷ *Id.*: «Quais os fins para que devem tender [...]», art. cit.

¹⁰⁸ *Id.*, *ibid.*

A inserção de um tal «movimento renovador» numa contemporaneidade global (não apenas em relação à arte moderna em que, desde cedo, tal movimento procurou filiar-se) é claramente atestada, num sentido superador, «em função do homem romântico escravo da natureza, escravo das ideias e das teorias livrescas, escravo da ambiência em que vivia.»¹⁰⁹ Pois, deve ler-se numa tal exploração de perspectivas, a complexidade e as contradições da sociedade *moderna* impunham, em face dos sinais de crise da civilização, uma reflexão sobre as rupturas e as continuidades no universo contemporâneo de que a arte deveria comungar. E compreende-se, finalmente, que este era um capítulo a encetar e foi efectivamente encetado por aqueles que, a despeito do peso do seu papel enquanto intelectuais, na urgência do momento, pretendiam ser profundamente artistas e pensar autonomamente a arte.

Capítulo XV

Neo-romantismo e neo-realismo

Em plena encruzilhada de caminhos que os derradeiros *anos trinta* ofereceram à reflexão do Neo-Realismo nascente, quando a polémica instalada tendera a desviar uma arte comprometida para terrenos puramente militantes, conduzindo o espectro doutrinário sobre a criação artística para um combate ao formalismo, ao subjectivismo e ao individualismo a que Pinheiro Torres já chamou a via «burocrática» para soluções «estéticas», o jovem Joaquim Namorado publicou dois artigos de índole ensaística cuja contiguidade de assunto não foi entendida na época. Antes de tudo, pelos motivos mais superficiais, o título do primeiro ensaio – *Do Neo-Realismo. Amando Fontes*¹¹⁰ – pareceu

¹⁰⁹ *Id., ibid.*

¹¹⁰ In *O Diabo*, n.º 223 (31 Dez.), Lisboa 1938, ano V, p. 3; reunido por António Pedro Pita (org.) em Joaquim Namorado: *Obras. Ensaios e Críticas*, Ed. Caminho, Lisboa 1994, pp. 59 e ss.

então resolver a designação ainda não encontrada para o *novo humanismo* cujos fundamentos ideológicos vinham delineando o novo movimento cultural, baptismo accidental que nunca repugnou, aliás, a Namorado deter a paternidade.

Que a designação de *neo-realismo* não servia, contudo, para um correcto entendimento dos moldes em que a criação artística interessava a novos valores estéticos, foi-o expressa e reincidentemente afirmado por Mário Dionísio que, em olhar já bem retrospectivo, insistiu em que «nunca concordei com a designação de neo-realismo, que se deve a uma infeliz inspiração de momento do Joaquim Namorado»¹¹¹. Fora de facto saudada à época, nomeadamente (e efusivamente) por Pinto Loureiro, como especiosa invenção, mas não creio ter correspondido a qualquer intuito prévio do mais velho dos irmãos Namorado, se ao primeiro ajustarmos, como deve ser feito, o segundo texto crítico-ensaístico cujo relacionamento não pode deixar de ser finalmente estabelecido.

Tomar como exemplo de uma segunda *descoberta do Brasil* – na frisante expressão usada no artigo – a criação do autor de *Os Corumbas* e *Rua do Siriry*, permitia a Joaquim Namorado reconhecer na obra de Amando Fontes «este sentido do romance moderno» que, «não só no nosso país como em toda a parte», recuperava um «certo realismo e naturalismo francês, embora se devam afirmar *diferenças* profundas.»¹¹² Não se tratava, pois, salvo algumas imprecisões do nosso jovem ensaísta e poeta, de fazer o realismo outra vez, mas de estabelecer um *critério* actualizado para a arte contemporânea em revelar a realidade contemporânea que parecia ter culminado numa perspectiva geral de crise, a «*necessidade* dum arte realista e social» como método capaz de exprimir em literatura uma tal revelação:

¹¹¹ Mário Dionísio: *Autobiografia*, ed. cit., p. 28.

¹¹² Joaquim Namorado: *Do neo-realismo. Amando Fontes*, in *Obras. Ensaios e Críticas*, ob cit., p. 60 (subl. meus).

Esta necessidade de realidade gerou um vasto movimento neo-realista que cresce em todos os continentes e se pode julgar iniciado em Gorki .

O romancista russo era autor com que Namorado privava, mesmo no domínio da teoria estética que abundantemente referenciava nos seus escritos crítico-ensaísticos – foi o que bem lembrou Piteira Santos, procurando esclarecer melhor os fundamentos da paternidade do termo lançado pelo autor de *Poesia Necessária*:

*Ele soube que o «neo-realismo» [...] radicava num revolucionário neo-romantismo. Para o proclamar abonou-se em Gorki: «o heroísmo da realidade exige o romantismo».*¹¹³

A referência a um *neo-romantismo* é, aliás, do próprio Namorado que, em expressa continuação (vulgarmente inorada) do artigo até agora referido, veio a publicar, cerca de dois anos depois e em diverso local, um outro texto que completa o anterior a ao qual deu o título: *Do Neo-Romantismo. O sentido heróico da vida na obra de Jorge Amado*¹¹⁴. Este abre justamente com uma afirmação lapidar que, por si mesma, nega o pretense intuito de baptismo que lhe foi atribuído:

As duas grandes tendências do romance moderno são o neo-realismo e o neo-romantismo.

115

Sem rigor conceptual que a imaturidade (ou imediatidade) da reflexão estética então necessariamente evidenciava em geral, o novel ensaísta e poeta definia esse novo *romantismo revolucionário* como conjunto de valores extra-estéticos que no campo artístico insistiu em incorporar-se de novo: aquilo sobre que incide o *método* de revelação da

¹¹³ Fernando Piteira Santos: *Lembrando Joaquim Namorado*, in AA.VV.: *Incomodidade Necessária*, ed. Câm. Mun. de Coimbra, Coimbra 1991, p. 59.

¹¹⁴ In *Sol Nascente*, n° 43-44 (Fev.-Mar.), Porto 1940, ano IV, pp. 22-23; reunido por António Pedro Pita (org.) em Joaquim Namorado: *Obras. Ensaios e críticas*, ed. cit., pp. 63 e ss.

¹¹⁵ Joaquim Namorado: *Do neo-romantismo. O sentido heróico da vida na obra de Jorge Amado*, in *Obras. Ensaios e Críticas*, ob cit., p. 63.

realidade e lhe dá escopo como «algo de mais concreto, real e inegável» ou, se se preferir, como novo modo de encarar o real, era «a existência duma nova concepção do mundo, duma nova maneira de viver, duma outra consciência»¹¹⁶ e, em simultâneo, «a projecção no futuro, a perspectiva larga no tempo, das condições do presente»¹¹⁷ – «é pois a expressão dum imenso heroísmo», o *objecto* do Neo-Realismo. Isto mesmo, veio a ser clarificado num célebre depoimento de Mário Dionísio, anos mais tarde, ao explicar «a necessidade da coexistência de realismo e de romantismo para a existência de neo-realismo», isto é:

*Por um lado, a narração da verdade, da verdade sem deturpação, tal como só pode vê-la e amá-la um homem ascendente; por outro lado, e simultaneamente, o sonho – sem o qual nenhuma obra pode viver e actuar, o sonho melhor de todos os sonhos – que é o que parte do real e tende para ele.*¹¹⁸

Mais exactamente, uma «síntese das duas escolas», como Dionísio ainda por essa altura insistiu num texto (não assinado) que lhe deve indubitavelmente ser atribuído¹¹⁹, operando sobre elas o *aufheben* dialéctico que consiste em destruir e conservar – rejeitando, antes de mais, o aspecto em que aquelas constituíram «expressões artísticas do mesmo grupo social» e, como seria de esperar, reclamando-as para uma nova perspectiva sociológica em que se «não procura dar só a realidade, mas também transformá-la» e, de esta perspectiva ideológica fundamental, não podia deixar de «realçar o heroísmo da luta daqueles que são os meios da sua transformação» como «heroísmo de um grupo de que os seus maiores valores são apenas uma afirmação mais clara.» Síntese, portanto, no sentido em que *objecto* e *método* se implicam numa relação de intrínseca necessidade: «de uma parte[,] abraçar a realidade para a descrever tal qual é, de

¹¹⁶ *Id., ibid.*, p. 64.

¹¹⁷ *Id., ibid.*, p. 65.

¹¹⁸ «Que é o neo-realismo? Declarações do escritor Mário Dionísio», *O Primeiro de Janeiro*, nº 2 (3 Jan.), Porto 1945, ano 77, p. 3.

¹¹⁹ [Mário Dionísio]: «Consultório cultural», *O Globo*, nº 32 (15 Out.), Lisboa 1944, ano II, p. 11-12.

outra, sonhar uma realidade diferente para que se volta.»¹²⁰ Percebe-se, em consequência, que a realidade em arte *é* o resultado que dela obtém uma consciência do real e, portanto, a sua descrição *tal qual é* para o artista não pode deixar de compreender um jogo de mediações que confere ao artista um trabalho único em que a concepção dos valores estéticos resulta da determinação de valores extra-estéticos.

Aquilo de que está a falar-se foi basicamente a afirmação de que a nova arte pretendia incorporar das grandes tendências contemporâneas uma perspectiva total do homem – dado que o Neo-Realismo, continuando a acompanhar a reflexão de Mário Dionísio, estava «interessado, sim, para reenquadrar o homem no seu todo social, em concretizar a sua visão do mundo»¹²¹. E, mais ainda, reafirmava-se uma linha desde cedo introduzida, a de que «o neo-realismo não pretende apenas ser a síntese desta[s] escolas, mas de todas, porque é característico do novo humanismo, como afirmei, o aproveitamento de “toda a herança do passado”»¹²². Por estes motivos, a perspectiva que, do seio do Neo-Realismo, sustentou uma autonomia da arte nunca arredou o olhar dos processos expressivos e, no fundamental, persistiu na adequação da forma ao conteúdo a partir das *conquistas estéticas* das mais variadas correntes, em particular das inovações expressivas da arte moderna.

Ora aqui mesmo reside a origem da dualidade fundamental do Neo-Realismo português – na ideia de que, nas condições da evolução histórica da sociedade, «a tarefa imediata que se põe ao neo-realismo é a do reenquadramento do homem no seu plano social» e, portanto, de um inevitável enriquecimento de conteúdos humanos naqueles aspectos sociais que eram «até há pouco considerados insusceptíveis de interesse artístico»¹²³, meios sociais, tipos de personagens, situações e relações, problemáticas psicológicas novos. Dualidade fundamental nas possibilidades da arte no sentido em

¹²⁰ *Id., ibid.*, p. 12.

¹²¹ *Id.*: «Que é o neo-realismo», depoim. cit.

¹²² *Id.*: «Consultório cultural», art. cit, p. 12.

¹²³ *Id.*: «Que é o neo-realismo», depoim. cit.

que, das consequências que daqui puderam extrair-se, a mediação artística foi diferentemente, contraditoriamente mesmo, encarada por uns como tarefa de pura objectividade, como se de uma simples reprodução da realidade se tratasse, mas por parte de outros não pôde deixar de conceber-se essa mediação como «o momento do subjectivo» que é «indispensável» a todo o verdadeiro artista, em suma:

*Um novo objectivismo nasce, síntese de duas atitudes opostas perante o real, um novo objectivismo – eis a novidade, no qual entra indispensavelmente, o momento do subjectivo. A nova literatura não pode ser senão a expressão estética deste novo objectivismo.*¹²⁴

Pois um tal *objectivismo* novo, a despeito do empirismo de uma reprodução estreita da realidade conforme pretendido pelo impulso de alguns para uma arte-documento, só pode consumir-se numa síntese em que, à *consciência* ou *intenção* do artista sobre os materiais de que parte, ele tem de ajustar uma expressão estética adequada aos instrumentos do seu génio individual. Trabalho de invenção. Aliás, autenticado desde as primeiras abordagens estéticas dos novos autores como processo de «inquietação», por exemplo nas palavras de Armando Martins com a límpida clareza de uma «harmónica invenção sobre as pedras reais da vida que acontece» às quais o artista entrega «a interpretação humana dessa vida vibrante» e, a partir dessa, «a direcção que leva ao prazer maior, a resposta satisfatória» que é já uma *outra* realidade, o real reinventado¹²⁵. Ora, para essa reinvenção que a arte, nesta perspectiva, representava, o mesmo autor era conduzido à conclusão de que uma arte empenhada em trazer essa «novidade maravilhosa do nosso tempo, dar-lhe um fim humano», deveria proceder à mais completa reinserção nas grandes conquistas estéticas:

¹²⁴ In Luiz Pacheco: «Uma entrevista com Mário Dionísio», *O Globo*, n.º 44 (15 Abr.), Lisboa 1945, ano II, p. 3.

¹²⁵ Armando Martins: «O romance e a vida real», *O Diabo*, n.º 185 (10 Abr.), Lisboa 1937, ano IV, p. 3.

*O nosso tempo tem a soberba excelência de seguir todas as escolas: o mesmo é, não cumprir de forma exclusiva nenhuma delas.*¹²⁶

Era então amplamente reconhecido, ainda os primeiros livros, incipientes obras, mal secaram as tintas de impressão, que a criação artística da «juventude de hoje [...] é atraída para as fórmulas modernas.»¹²⁷ Para estes autores – conjunto significativo de jovens autores que atravessaram o período de formação do Neo-Realismo, mau grado a disparidade de entendimento do fenómeno artístico que tem sido acentuado como dominante, ou mesmo prevalecente e, portanto, mais longamente estudado –, para esses, dizia, o compromisso da arte faz-se adentro da própria arte e não segundo fórmulas burocráticas introduzidas de «fora do serviço da arte». Isto é dizer, no limite, como reafirmou Mário Dionísio num artigo de esclarecimento sobre o processo representação realista:

*E é neste compromisso constante com a realidade sem esquecer o mundo íntimo de cada um que está a verdadeira novidade, a verdadeira nota fundamental do realismo dos nossos dias que desponta por toda a parte com um ar tão combativo e realista, apesar de partir e de se nutrir, tecnicamente, com a mais aguda consciência dos pontos mais altos do irrealismo.*¹²⁸

Ora, desde um dos seus primeiros textos de fundo e mais famosos, arrancado em plena polémica com os escritores *presencistas*, o jovem Mário Dionísio entrou nessa liça para proclamar uma *geração em perigo*, em nome dos que sustentavam «a negação dos que os antecederam». Mas tê-lo-á feito em nome de uma nova *geração*?

Para além de ter ficado claro, segundo creio, que as perspectivas defendidas por Dionísio foram largamente coincidentes com uma verdadeira corrente dentro do

¹²⁶ *Id.*: «Ideias centrais da literatura actual», *O Diabo*, n.º 196 (26 Jun.), Lisboa 1938, ano V, p. 3.

¹²⁷ Armando Ventura Ferreira: «Considerações em volta da poesia moderna», *O Diabo*, n.º 222 (24 Dez.), Lisboa 1938, ano V, p. 4.

¹²⁸ Mário Dionísio: «Realismo», *O Globo*, n.º 3 (30 Jun.), Lisboa 1946, II sér., ano IV, p. 6.

próprio Neo-Realismo que teve a sua origem no período da sua formação aqui estudado, a verdade é que, pelo menos nesse que foi o teórico maior e mais consequente do movimento, a constância de posições está entre as características por si sustentadas do ponto de vista doutrinário. Pois no artigo agora em questão ¹²⁹ – que não parece, aliás, ser apenas dirigido aos *presencistas*, se não também, de forma subtilíssima, aos que, no próprio campo cultural neo-realista, resvalavam em falsos argumentos lançados na polémica e conduziram a arguição para posições dogmáticas –, a desvalorização de uma querela geracional pretende sublinhar, sim, a importância das condições de uma adequação geral da arte ao tempo e ao lugar em que se desenvolve.

O jovem ensaísta começa justamente por marcar, para lá das «questões [que] são de pouca monta», aquelas sobre que, sendo «problemas fundamentais», como «o problema da humanidade na Arte, da utilidade da Arte, etc.», se torna «impossível» discutir – já que, para o jovem autor, todo o fenómeno social e humano mergulha em uma historicidade e, portanto, a discussão completa e fundamentada sobre o fenómeno artístico não pode ser colocada em abstracto mas na sua máxima concreticidade. Daí, ironiza sobre o papel do legado *presencista* ao recolocar em contexto histórico a criação literária dos seus representantes: «penso que a obra desses escritores teve a sua utilidade na evolução da nossa literatura, na criação da nossa arte moderna», sem deixar, de outro modo, de conceder «a utilidade que as suas obras tiveram e o belo documento artístico duma época que elas representam» – mas numa época que «passou». ¹³⁰ Mais ironiza, ainda, sobre a emergência de «meia dúzia de indivíduos que começam a aparecer, apenas unidos por um mínimo de pontos de vista comuns», provocar tão violenta reacção por parte dos escritores da «Geração» *presencista* que

¹²⁹ *Id.*: «S.O.S. geração em perigo», *O Diabo*, nº 248 (24 Jun.), Lisboa 1939, ano VI, pp. [1], 4.

¹³⁰ *Id.*, *ibid.*, p. [1].

*Do alto da sua autoridade crítica, das regiões do absoluto, suspensos no espaço, esbofeteiam heroicamente uma geração... que ainda não existe.*¹³¹

Pois deve mesmo entender-se que se não pretendia existir como *geração literária*, com um programa estético capaz de substituir uma outra que «julga a morte próxima!...» Por isso, insistia o jovem Dionísio:

O erro está em julgarem que a morte lhes vem das nossas mãos. O erro está em não verem que a morte está dentro deles próprios.

Para os jovens escritores, não estavam em causa os valores estéticos da *Presença* (acaso esses pudessem ser encarados em si mesmos), senão valores estéticos despidos de valores humanos e sociais que vêm «não de simples aplauso», mas de um apelo «de camaradagem, de companhia, vindos de toda a parte, de toda uma Humanidade que está ávida de Cultura, de uma Humanidade de que os escritores se têm esquecido, de que os escritores se têm querido esquecer.»¹³²

A questão ficaria, anos mais tarde, definitivamente esclarecida, já no ocaso do seu período de formação, ao reafirmar-se não ser o «neo-realismo uma nova escola literária ou artística» – porquanto não constituía qualquer *momento*, com características e ideias específicas que acrescentam possibilidades expressivas, uma «nova “maneira” de projectar os seus ideais e as suas necessidades» no percurso de um *movimento geral* que reflecte na arte uma mesma «classe de homens» em uma mesma «estrutura da sociedade» –, mas procurava ser uma síntese ou reelaboração dos melhores valores estéticos sob novos ideais e necessidades capazes de gerar um novo movimento:

¹³¹ *Id., ibid.*, p. 4.

¹³² *Id., ibid.*

*Por isso mesmo, o neo-realismo não é uma nova escola, mas uma corrente geral, e mundial, que abarca todas as artes e cujas directrizes estão de há muito marcadas por alguns dos maiores escritores da nossa época.*¹³³

Constituindo uma descontinuidade que recupera continuidades, considera ainda Mário Dionísio «que o que caracteriza o neo-realismo não é a técnica usada (ele deve por enquanto abarcar todas, visto que as novas só podem criar-se através do lento aproveitamento, em síntese, das linguagens existentes), nem os motivos que o atraem de preferência.» A despeito da admiração dos jovens escritores pelas qualidades estéticas dos prosélitos da *Presença* (e sabemos mesmo como a sua leitura constituiu um aprendizado, deleite em clubes de leitura privados ou públicos, por vezes com manifestações de irresistível peregrinação¹³⁴), o Neo-Realismo não podia «de alguma maneira “continuar” o modernismo», porquanto nele não cabia «fazer reviver, sob qualquer outro ângulo, a ideologia que o modernismo encarna» e que não é mais que essa «ideologia individualista que informa a arte desde o Renascimento, em geral, e, em particular, a ideologia decadente de todas as escolas modernas»¹³⁵. Assim, de modo peremptório:

Quer dizer: a raiz do neo-realismo é inicialmente de pura natureza ideológica.

Se dele quiséssemos fazer uma «classificação geral», utilizando para tanto toda a poderosa conceptualização e a nomenclatura designativa com que operava Mário Dionísio, colocando-o no plano da evolução do grandes *movimentos* culturais, poderíamos dizer do neo-realismo, como *momento* que se pretendia fundador, que «o seu plano será o mesmo das antigas epopeias, das canções de gesta e da literatura e arte concretizadoras»

¹³³ *Id.*: «Que é o neo-realismo?», declar. cit.

¹³⁴ Ver, p. e., o testemunho de Fernando Namora: *Um cavaleiro de esperanças*, in *Um Sino na Montanha*, ed. cit., pp. 223 e ss.

¹³⁵ Mário Dionísio: «Que é o neo-realismo?», declar. cit.

de uma época *já* a devir. Numa tal perspectiva de compreensão histórica da arte (que era portadora de um optimismo utópico ou, melhor, como bem viu Pinheiro Torres, eutópico ¹³⁶), o Neo-Realismo procurou fundir um *romantismo revolucionário* e um *realismo consciente*, objecto e método num processo de criação que tem por base uma ideologia – um modo de encarar a realidade que nega na perspectiva de uma outra realidade. Detentor, pois, deste optimismo fundacional e fundamental, o jovem Dionísio não pôde, desde cedo, deixar de olhar para o passado mais recente da literatura portuguesa que era o de um declínio da Geração *presencista* e sobre esta cortar o cordão umbilical no ponto que lhe convinha:

*Nada receie. A arte continuará de boa saúde, apesar do fim dessa Geração. Apesar de?
Não: devido a isso mesmo.* ¹³⁷

¹³⁶ A. Pinheiro Torres: *O Neo-Realismo Literário Português*, ob. cit., p. 25.

¹³⁷ *Id.*: «S.O.S. geração em perigo», art. cit.

CONCLUSÃO

Quando, em 1945, pondo remate ao processo de gestação de um campo cultural que veio a ser designado por Neo-Realismo, surgiu nos escaparates (e, ainda por entre mãos, assegurou uma difusão volante, eficaz na época) uma revista ostentando o título *Vértice*, os nomes que nela figuravam como principais colaboradores mal haviam surgido nas livrarias, conquanto há já cerca de meia década frequentavam com assiduidade as publicações periódicas e nelas se revelaram. Jovens ainda, alguns deles vinham agora a assinar livros de poesia, romance, conto, por vezes ensaios, surgidos muitos deles em colecções literárias como *Novo Cancioneiro* e *Novos Prosadores* que, além da sua consagração como poetas, ficcionistas e ensaístas, lhes asseguraram definitiva projecção pública. Ora, *Vértice* foi – e viria ainda a confirmar-se – o ponto culminante e lugar sistematizador desse processo de renovação cultural que tivera início nos movimentos culturais de cariz juvenil, ao longo da década de 1930, desenvolvidos em torno de publicações periódicas, melhor diria gravitando em torno de jornais e revistas que, das mais incipientes experiências escolares, passaram aos projectos mais arrojados e duradouros e foram atraindo grupos de jovens animados por «um mínimo de pontos comuns» de que falou Mário Dionísio.

A formação mesma do Neo-Realismo está contida na designação de «movimentos culturais juvenis dos *anos trinta*», feliz expressão de Joaquim Namorado, aqui retomada com o propósito sistemático de auscultar, desnudando-os, os modos de revelação em público, no seu próprio contexto de aparecimento e amadurecimento, dessa geração de jovens que teve por primeiro *ponto comum* uma irresistível vontade de renovação da

cultura. Larga maioria desses nem passaram à posteridade como escritores ou artistas, constituindo tal facto um dos primeiros indicadores de que, mais do que uma corrente artística, estamos perante um movimento geral de participação na vida cultural e em novas estruturas culturais de sociabilidade, quando o anseio de renovação se misturava com uma cultura política antifascista cujos fundamentos ideológicos numa filosofia da história de índole marxista representaram uma confiança na própria história. Esta componente antifascista de que tal movimento foi naturalmente imbuído, mercê do clima histórico geral, tanto no plano internacional como nacional, não deixou de contaminar com a *urgência* política uma clarividência dos aspectos especificamente artísticos – motivo pelo qual os debates sobre estética instauraram clivagens entre os homens de intervenção essencialmente ensaística e aqueles que perseguiram e, com efeito, prosseguiram no caminho da criação artística, revelando dualidades que, coabitando porém, criaram contradições que foram a natureza do próprio Neo-Realismo como «estado de polémica»¹ e com um «estatuto ambíguo»². O voluntarismo da acção imediata, os desígnios tácticos estritamente políticos, as obediências orgânicas foram acentuando aquilo que, de trás, vinha já sendo uma superficial ou adulterada assimilação do marxismo que informava o pensamento dominante no Neo-Realismo, resvalando por vezes em dogmatismos corrosivos: historicismo e determinismo constituiu, em surda coexistência, a dualidade doutrinária de fundo.

No longo percurso atravessado pela imprensa juvenil dos *anos trinta*, em campo aberto a todas as novidades e curiosidades exploratórias, vários foram os elementos estranhos a uma rigorosa fundamentação marxista e a um seu aprofundamento que assumiram consequências no plano artístico: a persistência de posições anarquistas e, mais notórias, as muitas aproximações a um positivismo mecanicista contribuíram

¹ A. P. Pita: *Conflito e Unidade no Neo-Realismo Português. Arqueologia de uma Problemática*, ed. Campo das Letras, Porto 2002, passim.

² Eduardo Prado Coelho: *O estatuto ambíguo do “neo-realismo” português*, in *A Palavra Sobre a Palavra*, Portucalense Edit., Porto 1972.

fortemente para tentações de populismo artístico e de reprodução documental como processo estético. Neste sentido, a ideia de espelhar a realidade foi de par com a superficialidade de perspectiva sobre a realidade social e a ideia de uma imediatidade útil da arte na sua reprodução.

Se não cabe num estudo de história cultural analisar os níveis de concretização literária e artística atingidos pelos principais escritores e artistas do movimento (tanto mais que as soluções estéticas implicadas foram já convenientemente analisadas ³), não parece difícil, porém, aceitar ou mesmo reconhecer que o conjunto da *obra* realizada pelos maiores expoentes do Neo-Realismo, não obstante hesitações iniciais que denunciam aquelas dualidades, nos coloca, ao cabo, perante artistas na medida exacta da liberdade de criação que se poderia esperar de grandes criadores cujo lugar de relevo na cultura portuguesa contemporânea foi inegavelmente alcançado. Em suma (e à distância que hoje permite ver mais clara e desapassionadamente), os seus processos expressivos não se confundem, do mesmo modo que foram diversos os materiais de que partiram, os problemas que levantaram, as especificidades que introduziram, as realidades que pretenderam sugerir sem com isso pretender resolvê-las – cada um encontrou o seu próprio caminho numa diversidade cujo ponto comum foi a revelação do homem, assumida a consciência, como acentuou Mário Dionísio, de que

O neo-realismo não se «debruça» sobre o povo, mistura-se com ele a ponto das suas obras não serem mais que uma das muitas vozes dele. ⁴

Quando este jovem ensaísta proferiu tal declaração, já o título da revista *Vértice* dera os seus primeiros passos, entre 1942 e 1944, pelas mãos de outro grupo de jovens estudantes, sem outras ambições que uma pacífica revelação de valores literários e sem

³ Carlos Reis: *O Discurso Ideológico do Neo-Realismo Português*, cit.

⁴ Mário Dionísio: «Que é o neo-realismo?», declar. cit.

expectativas de influência pública (ou com circunscrito impacto no meio académico), situação que foi, aliás, assumida nos tópicos programáticos de lançamento:

*Este primeiro número envia-se a um grupo escolhido e limitado de pessoas que consideramos interessados em assuntos de cultura e arte.*⁵

Se o segundo número da revistinha, quase um ano após o seu aparecimento, foi já assegurado pela Livraria Portugália de Augusto dos Santos Abranches, cuja porta no Largo da Sé Velha era desde há muito invadida pelos jovens coimbrões e de lá partiram inúmeras iniciativas culturais que deram corpo ao Neo-Realismo – a verdade é que o grupo fundador manteve até 1945, com a agravante de insanáveis dificuldades financeiras, uma publicação cujo reconhecido «aspecto dispersivo» em vão conseguiu combater, pois esse resultava afinal da ausência (que era, aliás, uma explícita recusa) do que se designava por «normas estratificadas de apresentação e orientação»⁶. De outro modo dito, *Vértice* não almejava uma linha coerente, para não dizer homogénea ou amadurecida, ao menos, no contacto de *pontos comuns*, não passando de um exemplo serôdio das publicações juvenis de meados dos *anos trinta*, nas suas primeiras expressões, de âmbito meramente escolar.

Não é ainda o momento de empreender uma história de *Vértice*, de uma reconstituição dos seus modos de funcionamento interno e de uma aproximação ao seu percurso na vida cultural portuguesa⁷, porém cabe aqui situar no contexto do movimento periódico anterior o aparecimento da revista então dirigida por Raul Gomes, que acabou por repartir os seus custos de edição com as poupanças de Eduardo Lourenço, não obstante este ter então sido discretíssimo colaborador. Desfasada de um

⁵ [Redacção: «Abertura», *Vértice*, nº 1 (Maio), Coimbra 1942, ano I, p.[1].

⁶ [Redacção]: «Segundo número», *Vértice*, nº 2 (Fev.), Coimbra 1943, ano 2, p. [1].

⁷ Os inúmeros materiais, entre os quais avulta um Espólio Editorial, além de documentos ainda dispersos conquanto localizáveis, estão ainda à espera de consulta para um tal estudo.

tempo cuja potência era já acção – quando o movimento Neo-Realista se desenvolvera ao longo de experiências sucessivamente enriquecidas no campo editorial e dava já os passos decisivos de um campo literário autónomo –, esta fase inicial de *Vértice* reunia uns quantos colaboradores que se afirmavam, por exemplo, em combate aberto ao «espírito moderno» de «especulações vagas» por abandono da metafísica, ou ainda, em outro local, destacavam, nos mais recentes autores brasileiros, nomeadamente modernos, o que consideravam ser o interesse *racial* das suas obras ⁸.

Porém, durante prolongada crise de subsistência após a publicação de dois números, durante a qual um parco terceiro fascículo pouco mais representou que a manutenção do título ⁹, corriam já negociações de Raul Gomes e Eduardo Lourenço com os seus colegas de curso em Histórico-Filosóficas, Egídio Namorado e Carlos de Oliveira, para a entrega da propriedade editorial na contrapartida de pagamento das dívidas da revista, conforme declaração de intenções assinada em Março de 1945 pelo novo grupo editor, ao qual acediam os jovens Arquimedes da Silva Santos, Carlos de Oliveira, João José Cochofel, Joaquim Namorado e Rui Feijó. Mas já em Fevereiro saíra o primeiro fascículo de uma nova série de *Vértice*, sem alardes públicos de qualquer programa de princípios ou manifesto, apenas com a importância advinda das novas colaborações e dos novos colaboradores.

Mantendo nominalmente a função de director, em breve Raul Gomes veio a afastar-se para o Porto, terminado o curso em Coimbra, deixando escassa colaboração nas páginas da revista; Eduardo Lourenço, longe que sempre manifestamente estivera dos ideários da nova geração (e um acaso fortuito o atravessou no seu caminho), partiu em definitivo para o percurso da sua heterodoxia. Este último, além de algumas colunas de crítica que assinou nos fascículos subsequentes de *Vértice*, figura ainda como

⁸ Raul Gomes: «Horizontes da filosofia», *Vértice*, n.º 2, cit., pp. 77-81; *id.*: «O elemento racial na literatura brasileira», *id.*, pp. 85-89.

⁹ *Vértice*, n.º 3 (Fev.), Coimbra 1944, ano 3.

participante no primeiro *Livro de Actas das Reuniões Semanais da Redacção* da revista (único registo administrativo sobrevivente dos primeiros anos ¹⁰), até ao momento em que terá por completo recuperado o investimento anterior. Num ápice, a participação na revista de jovens escritores e artistas que se reclamaram de uma nova cultura retoma a anterior dinâmica, interrompida em 1940, de que *Vértice* foi o elo final da cadeia; mas, já como lugar e momento de consagração do longo movimento da imprensa cultural juvenil que constituiu a própria génese do Neo-Realismo, foi a sua própria síntese e, neste sentido, se tornou o órgão oficioso do movimento cultural, das suas próprias dualidades (de que as polémicas «internas» foram lapsos eruptivos que as confirmam), mas também de heterogeneidades tão amplas que incluíram formas tangentes ou aproximações que em rigor não cabem no Neo-Realismo. Mas esta é já uma outra história, ainda por fazer.

¹⁰ Vila Franca de Xira, MNR, Espólio Edit. da Revista *Vértice*, s/cota (por trabalhar arquivisticamente, este espólio não foi ainda objecto de pesquisa sistemática).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Crítérios hermenêuticos

Por opção no modo de encarar as fontes, segundo facilmente se depreende na ordenação seguinte, não se procede a qualquer bibliografia analítica nas publicações periódicas que se consideram, pela sua natureza, parte do *corpus* de fontes primárias compreendidas nos limites cronológicos deste estudo, revertendo para a mais exaustiva selecção nesta matéria e a mais recentemente feita por Erich Kalwa: *Philosophisch-Weltanschauliche und Ästhetische Grundpositionen des Portugiesischen Neo-Realismus: ein Beitrag zur Theoriebildung*, Francoforte 1996, pp. 216-235.

Desse modo, igualmente, pelos conceitos aqui implícitos, a bibliografia de autores contemporâneos do período histórico em análise é em regra considerada pelo interesse coevo da natureza interventora, testemunhal, memorialística, polemista, ficcional ou poética dos textos, considerados portanto como fontes primárias, à excepção daquela cuja atitude científica de que resulta a obra em referência deve compreender-se como criação disciplinar específica, independentemente de eventual desactualização.

Dada a importância conferida às publicações periódicas como objecto de estudo no contexto do presente trabalho de investigação, os suplementos ou páginas literárias de um título principal vão referenciadas pelo título dependente.

A informação bibliográfica compreendida entre parênteses rectos respeita a dados não expressos nas fontes primárias ou na bibliografia científica consultada, ou ainda a extremas cronológicas das consultas pertinentes para o presente estudo.

FONTES PRIMÁRIAS**1. ARQUIVOS****1.1. ARQUIVOS PÚBLICOS**

Lisboa, A.N.-T.T.

Arquivo da ex-PIDE/DGS.

[Arquivo de Censura]. Remessa n.º 761.

Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro.

Lisboa, B. N., Arquivo de Cultura e Literatura Portuguesa Contemporânea

E15 *Espólio de Adolfo Casais Monteiro.*

E23 *Espólio de João José Cochofel.*

N19 *Espólio de Álvaro Salema.*

N52 *Espólio de Políbio Gomes dos Santos.*

Lisboa, Fundação Mário Soares, Arq. Mário Soares

Espólio de Bento de Jesus Caraça.

Espólio de Manuel Mendes.

Cascais, Museu da Música Portuguesa

Espólio de Fernando Lopes Graça.

V.F. Xira, Museu do Neo-Realismo, Centro de Documentação

A1 *Espólio Literário de Manuel da Fonseca.*

A2 *Espólio Literário de Soeiro Pereira Gomes.*

A3 *Espólio Literário de Armindo Rodrigues.*

A5 *Espólio Literário de Joaquim Namorado.*

A6 *Espólio Literário de José Ferreira Monte.*

A7 *Espólio Literário de Leão Penedo.*

A9 *Espólio Literário de Álvaro Feijó.*

A13 *Espólio Literário de Manuel Campos Lima.*

B1 *Espólio Editorial do Jornal «O Diabo».*

B2 *Espólio Editorial do Jornal «Horizonte».*

B3 *Espólio Editorial da Revista «Vértice».*

1.2. ARQUIVOS PRIVADOS

Espólio Literário de Alves Redol, col. António Mota Redol.

Espólio Literário de Armando Bacelar.

Espólio Literário de Luís Albuquerque, col. particular.

Espólio Literário de Mário Braga.

Espólio Literário de Mário Dionísio, col. Maria Letícia Clemente da Silva.

Espólio Literário de Raúl Gomes.

[Documentos da Universidade Popular Portuguesa], col. Rogério de Moura.

2. FONTES IMPRESSAS

AA.VV.: *O Diabo. Dois Anos de Publicação*, s.e., Lisboa 1937.

ALVES, Ricardo António (org.): *100 Cartas a Ferreira de Castro*, ed. Câm. Mun. Sintra/Gab. Est. Históricos e Documentais/Museu Ferreira de Castro, Sintra 1992.

— *Ferreira de Castro - Roberto Nobre. Correspondência (1922-1969)*, Edit. Notícias/Câmara Municipal de Sintra, Sintra 1994.

ANTUNES, José Freire (org.): *Salazar e Caetano. Cartas Secretas. 1932-1968*, ed. Círculo de Leitores, Lisboa 1993.

Constituição Política da República Portuguesa, Imprensa Nacional, Lisboa 1936.

Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar (1931-1939), ed. Comissão do

Livro Negro sobre o Regime Fascista/Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa 1987.

Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar (1940-1941), ed. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista/Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa 1989.

Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar (1942), ed. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista/Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa 1990.

Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar (1934-1950), ed. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista/Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa 1990.

Os Estudantes no Regime Fascista, ed. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista/Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa 1983.

GONÇALVES, Assis: *Relatórios para Oliveira Salazar (1931-1939)*, ed. Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista/Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa 1981.

Livros Proibidos pelo Regime Fascista, ed. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista/Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa 1981.

MARQUES, Maria Alegria; et al. (org.): *Correspondência de Rodrigues Lapa. Seleção (1929-1985)*, ed. Minerva, Coimbra 1997.

Presos Políticos no Regime Fascista. I (1932-1935), ed. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista/Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa 1981.

Presos Políticos no Regime Fascista. II (1936-1939), ed. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista/Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa 1982.

Presos Políticos no Regime Fascista. III (1940-1945), ed. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista/Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa 1984.

A Política de Informação no Regime Fascista, ed. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista/Presidência do Conselho de Ministros, 2 vols., Lisboa 1980

SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL: *O Estado Novo. Princípios e Realizações*, 2ª ed., Edições SPN, Lisboa 1940.

— «*Um Instrumento de Governo*». *25 Anos de Acção. 1933-1958*, ed. S.N.I., Lisboa 1958.

SÉRGIO, António: *Correspondência para Raul Proença*, Publ. D. Quixote, Lisboa 1987.

3. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

3.1. PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Anuário Estatístico, ed. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa [1930-1941].

Assembleia Nacional: *Diário das Sessões*, Lisboa 1935-[1946].

Boletim de Bibliografia Portuguesa, ed. Biblioteca Nacional, Lisboa 1935-[1941].

Colecção Oficial de Legislação Portuguesa [1930-1941], Imprensa Nacional, Lisboa 1937-1954.

Diário do Governo, I sér., Imprensa Nacional, Lisboa 1926-1941.

3.2. JORNAIS E REVISTAS

Ação Literária, supl. in *Mocidade: publicação quinzenal*, Ponte de Sor [1939].

Afinidades: revista de cultura luso-francesa, Faro/Lisboa 1942-1946.

Ágora: revista de cultura universitária, Coimbra 1935-1936.

Alma Académica: revista quinzenal de letras, Porto 1935-1938.

Alma Nova: quinzenário académico, literário e desportivo, Braga 1935-1936.

Altitude: boletim de literatura e arte, Coimbra 1939.

Alvorada: quinzenário cultural dos estudantes do Liceu José Falcão, Coimbra 1935-1938.

Atlântico: revista luso-brasileira, Lisboa 1942-1950.

Avante!: órgão central do Partido Comunista Português, s.l. 1931-[1941].

Boletim Literário: página de cultura moça, supl. in *A Regeneração: semanário defensor dos interesses dos concelhos do norte do distrito de Leiria*, Figueiró dos Vinhos [1940].

Cadernos da Juventude: ensaio, novela, poesia, inquérito, Coimbra 1937 [ed. Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra 1997 (ed. facsimilada)].

Coimbra. Jornal de estudantes universitários, Coimbra 1933-35

Comércio dos Novos, supl. in *O Comércio da Póvoa de Varzim: jornal republicano e defensor dos interesses locais*, Póvoa de Varzim [1939].

Crónica: mensal das artes, ciências, literatura e crítica, supl. in *Jornal da Figueira*, Figueira da Foz [1938].

Cultura e Arte, supl. in *O Comércio do Porto*, Porto [1953-1960].

Da Gente Moça, supl. in *O Trabalho: semanário republicano*, Viseu [1938-1939].

Da Última Geração, supl. in *Revista Transtagana: publicação mensal de natureza cultural, literária e recreativa*, Évora [1939].

O Diabo: semanário de literatura e crítica, Lisboa 1934-1940.

Diário Popular, Lisboa [1942-1960], Supl.

DL Magazine, supl. in *Diário de Lisboa*, Lisboa [1958-1960].

Do Espírito Literário, supl. in *Ecos do Sul: quinzenário regionalista e noticioso*, Vila Real de St.º António [1938-1939].

Ecos dos Jovens, supl. in *Ecos de Sintra*, Sintra [1938-1939].

Ensaio: quinzenário da academia liceal, Coimbra 1932.

Ensaio: secção literária, supl. in *Renovação: pela terra - pelo Estado Novo*, Vila do Conde [1938-1939].

Esfinge, Lisboa 1929

Foz do Guadiana: periódico independente e de propaganda regionalista, Vila Real de St.º António 1935-1936.

Gazeta de Coimbra, Coimbra [1938-1946].

- Gazeta Musical e de Todas as Artes*, Lisboa 1950-[1960].
- Gládio: semanário de literatura e crítica*, Lisboa 1935.
- Gleba: semanário de literatura e crítica*, Lisboa 1934-1935.
- O Globo: hebdomadário de cultura, doutrina e informação*, Lisboa 1930.
- Globo*, Lisboa 1933 [ed. Câmara Municipal de V. F. Xira/Museu do Neo-Realismo, V. F. Xira 1996 (ed. facsimilada)].
- Globo: actualidades crítica divulgação cultural*, Lisboa 1943-1950.
- Goal: semanário ribatejano desporto arte literatura*, Vila Franca de Xira 1933.
- Heraldo: semanário republicano, regionalista e de cultura*, Lousada [1936-1938].
- Horizonte: quinzenário cultural*, Lisboa 1942-1943.
- Horizonte: jornal das artes*, Lisboa 1946-1947.
- Ideia Livre (A): semanário republicano e defensor dos interesses da Bairrada*, Anadia [1936-1941].
- O Jovem: jornal da jovem geração portuguesa*, 1930-1936.
- O Jovem Militante*, 1931-1934.
- Lácio: panfleto de arte*, Lisboa 1938.
- Ler: jornal de letras, artes e ciências*, Lisboa 1952-1953.
- Liberdade: semanário republicano*, Lisboa 1928-1935.
- Lume Novo: página quinzenal da gente moça*, supl. in *Aurora do Lima: bi-semanário independente*, Viana do Castelo [1939].
- Manifesto: revista de arte e crítica*, Coimbra 1936-1938.
- Mensageiro do Ribatejo: semanário regionalista*, Vila Franca de Xira [1936-1939].
- Mensagem*, supl. in *Jornal de Lagos: semanário de informação e propaganda regionalista*, Lagos [1939].
- Mocidade: publicação quinzenal*, Ponte de Sor [1936-1940].
- Mocidade Académica: revista cultural*, Lisboa 1935-1936.
- Mocidade Livre: cultura, renovação*, Lisboa 1931

Momento: revista luso-brasileira: arte, cultura, crítica, Lisboa 1933-1938

Movimento: arte, crítica, poesia, literatura, Lisboa 1938.

Movimento: quinzenário da geração universitária, Lisboa 1939.

Mundo Literário: semanário de crítica e informação literária, científica e artística, Lisboa 1946-1948.

Nova Luz, Coimbra 1942.

Novo Horizonte, Avelar 1931-1936.

Ocidente, Lisboa 1938-[1960].

Outro Ritmo: revista mensal de letras, artes, divulgação científica, filosofia, sociologia, crítica, crónicas, desporto, cinema, Porto 1933.

Página Cultural do Jornal de Ílhavo, supl. in *Jornal de Ílhavo: semanário literário e noticioso*, Ílhavo [1940].

Página Cultural: publicação eclética, supl. in *A Ideia Livre: semanário republicano e defensor dos interesses da Bairrada*, Anadia [1934-1936].

Página da Gente Moça, supl. in *O Barreiro: semanário regionalista*, Barreiro [1938-1939].

Página da Gente Moça, supl. in *O Cávado: semanário republicano e regionalista*, Esposende [1939].

Página da Gente Moça, supl. in *A Ideia Livre: semanário republicano e defensor dos interesses da Bairrada*, Anadia [1937-1939].

Página da Mocidade, supl. in *Seara Nova: revista de doutrina e crítica*, Lisboa [1934-1935].

Página dos Jovens, supl. in *Ecos de Sintra*, Sintra 1939

Página dos Novos, supl. in *Independência de Águeda: semanário republicano*, Águeda [1937-1940].

Página Literária, supl. in *Jornal de Elvas*, Elvas [1937-1938].

Página Literária, supl. in *Mensageiro do Ribatejo: semanário regionalista*, Vila Franca de Xira [1939].

Página Literária: de mês em mês, supl. in *Ecos do Alcoa: semanário regionalista ao serviço da nação e do concelho de Alcobaça*, Alcobaça [1937].

- Páginas Literárias*, supl. in *Gazeta de Coimbra*, Coimbra [1938].
- Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*, Lisboa 1941-[1960].
- Pensamento Jovem: cultura, literatura, crítica*, supl. in *Jornal de Ílhavo: semanário literário e noticioso*, Ílhavo [1939-1940].
- Pensamento: revista quinzenal de divulgação social e científica, arte e literatura*, Porto 1930-1940.
- Portucale: revista de cultura*, Porto [1930]-1950.
- Presença*, Coimbra 1927-1940 [Contexto Edit., Lisboa 1993 (ed. facsimilada)].
- Primeiro de Janeiro (O)*, Porto [1940-1960].
- Prisma: revista académica*, Lisboa 1933.
- Quid?*, Lisboa 1933.
- Revista de Portugal*, Coimbra 1937-1940.
- Revista Transtagana: publicação mensal de natureza cultural, literária e recreativa*, Évora [1940].
- Seara Nova: revista quinzenal de doutrina e crítica*, Lisboa [1926-1961].
- Secção Literária*, supl. in *A Ideia Livre: semanário republicano e defensor dos interesses da Bairrada*, Anadia [1938-1939].
- Síntese: revista mensal de cultura científica, literária, artística*, Coimbra 1939-1941.
- Sol (O): semanário de letras artes ciências desportos*, Lisboa 1942.
- Sol Nascente: quinzenário de ciência, arte e crítica*, Porto 1937-1940.
- Suplemento de Cultura*, in *Democracia do Sul: diário republicano*, Évora [1938-1939].
- Suplemento Literário*, in *Diário de Lisboa*, Lisboa [1934-1939].
- Temas Culturais*, supl. in *O Trabalho: semanário republicano*, Viseu [1939-1940].
- Trapézio: movimento de arte positiva*, supl. in *Pensamento: órgão do Instituto de Cultura Socialista*, Porto [1936].
- Variante: revista literária e artística*, Lisboa 1942-1943.
- Vértice: revista de cultura e arte*, Coimbra 1942-[1960].
- Via Latina*, Coimbra 1941.

Vida Literária, supl. in *Diário de Lisboa*, Lisboa [1958-1960].

Voz Académica (A), Aveiro 1935-1938.

Voz da Mocidade (A): quinzenário da juventude, Lisboa 1936.

4. FONTES LITERÁRIAS

4.1. OBRAS LITERÁRIAS

AA.VV.: *Dez Novelas. Dez Novelistas*, ed. Miguel Cruz, Lisboa 1934.

ALMEIDA, António Ramos de: *Sinal de Alarme*, s.n., Coimbra 1938.

— *Sinfonia de Guerra*, Edições Sol Nascente, Porto 1939.

COCHOFEL, João José: *Búzio*, ed. Atlântida, Coimbra 1940.

— *Descoberta*, Coimbra Edit., Coimbra 1945.

DIONÍSIO, Mário: *O Dia Cinzento*, Coimbra Edit., Coimbra 1944 (col. Novos prosadores).

— *As Solicitações e Emboscadas*, ed. Atlântida, Coimbra 1945.

FONSECA, Branquinho da: *Porta de Minerva*, 2ª ed., Portugália Edit., Lisboa s.d., (col. Contemporânea, 25) [1ª ed., 1947].

FONSECA, Manuel da: *Rosa dos Ventos*, ed. do A., Lisboa 1940.

— *Cerromaior*, Edit. Inquérito, Lisboa 1943.

GOMES, Soeiro Pereira: *Obra Completa*, Edit. Caminho, Lisboa 1992 [org., pref., notas de Luís Augusto Costa Dias].

GONÇALVES, Orlando: *O Melros Cantam na Primavera*, ed. N.A./Orion, s.l. 1986.

LANÇA, Carlos Alberto; TENREIRO, Francisco José (org.): *Autores Modernos Portugueses*, s.n., Lisboa 1942.

NAMORA, Fernando: *Relevos*, ed. Portugália, Coimbra 1937.

— *As Sete Partidas do Mundo*, ed. Portugália, Coimbra 1938.

- *Mar de Sargaços*, ed. Atlântida, Coimbra 1939.
- *Fogo na Noite Escura*, Coimbra Editora, Coimbra 1943 (col. Novos prosadores, 1).
- *Fogo na Noite Escura*, 11ª ed., Livr. Bertrand, Amadora 1995 (Obras de Fernando Namora).
- *Casa da Malta*, Coimbra Edit., Coimbra 1945.
- OLIVEIRA, Carlos de: *Casa na Duna*, Coimbra Edit., Coimbra 1943 (col. Novos prosadores, 2).
- *Alcateia*, Coimbra Edit., Coimbra 1944 (col. Novos prosadores, 7).
- *Mãe Pobre*, Coimbra Edit., Coimbra 1945.
- REDOL, Alves: *Glória uma Aldeia do Ribatejo*, Companhia Edit. Minho, Barcelos 1938.
- *Gaibéus*, Companhia Edit. Minho, Barcelos 1939.
- *Avieiros*, ed. Portugália, Lisboa 1942.
- *Fanga*, ed. Inquérito, Lisboa 1943.
- RÉGIO, José: *Poemas de Deus e do Diabo*, 5ª ed., Portugália Editora, Lisboa 1958.
- *As Encruzilhadas de Deus. Poema*, 6ª ed., Portugália editora, Lisboa 1970 (Ob. comp.).
- TIAGO, Manuel [Álvaro Cunhal]: *Até Amanhã, Camaradas!*, Edições Avante, Lisboa 1974 (Col. resistência).
- TIAGO, Manuel: *Cinco Dias, Cinco Noites*, Edições Avante, Lisboa 1975 (Col. resistência, 6).
- TORRES, Alexandre Pinheiro (org., pref. e notas): *Novo Cancioneiro*, Edit. Caminho, Lisboa 1989.

4.2. BIOGRAFIAS, MEMÓRIAS, DEPOIMENTOS

AA.VV.: *Incomodidade Necessária*, ed. Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra 1991.

- ALBUQUERQUE, Luís de: «Uma carta», *Vértice*, n.º 428-429 (Jan.-Fev.), Coimbra 1980, vol. XL.
- «Registo do tempo», *JL. Jornal de Letras Artes e Ideias*, n.º 294 (23-29 Fev.), Lisboa 1988.
- «Memórias da Vértice. Duas histórias com Carlos de Oliveira», *Vértice*, n.º 1 (Abr.), Lisboa 1988, II sér.
- AMADO, Luís Dias: «Depoimento», *Avante!*, n.º 230 (22 Jun.), Lisboa 1978, VII sér.
- Arquimedes da Silva Santos. Caminhos de uma Vida*, ed. Grupo de Teatro Esteiros/Museu do Neo-Realismo, s.l. 2000.
- d'ARCOS, Joaquim Paço: *Memórias da Minha Vida e do meu Tempo*, Guimarães Editores, vol. 3, Lisboa 1973.
- BABO, Alexandre: «Trinta anos depois», *Seara Nova*, n.º 1.496 (Jun.), Lisboa 1970.
- «A 1ª edição dos “Esteiros”», *Avante!* n.º 310 (27 Dez.), Lisboa 1979, VII sér.
- *Recordações de um Caminheiro*, ed. O Escritor, Lisboa 1993.
- BACELAR, Armando: «Manuel de Azevedo», *Diário de Lisboa*, n.º 21.511 (19 Jul.), Lisboa 1984, ano 64.
- *Memorandum*, s.l. 1992 [dact.].
- *Memória dos Tempos Idos*, Sep. de *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, n.º 13 (1994-95), Vila Nova de Famalicão 1996.
- BOM, João Carreira; MAUPERRIN, Maria José (entrev.): «Joaquim Namorado: “Estaline só é problema para os anticomunistas”», *Expresso*, n.º 495 (24 Abr.), Lisboa 1982 (suplem. *A Revista*).
- BRASIL, Jaime: *Ferreira de Castro – a Obra e o Homem*, Edit. Arcádia, Lisboa 1961.
- CABRAL, Alexandre: *Memórias de um Resistente*, Editorial Inova, Porto 1970 (Col. metamorfoses 6); 2ª ed., Livros Horizonte, Lisboa 1980.

- «Memória de um camarada», *Avante!*, n.º 310 (27 Dez.), Lisboa 1979, VII sér.
- CAETANO, Marcelo: *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª ed., Editorial Verbo, Lisboa 1985.
- CAMPINO, Joaquim: *Histórias Clandestinas*, Edições Avante, Lisboa 1990 (col. Resistência).
- CATARINO, Francisco Horta: *Falando do Revirálho*, ed. do A., Lisboa s.d.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de: *O Obscurantismo Salazarista*, ed. Seara Nova, Lisboa 1974.
- CARVALHO, Manuel de Almeida: «Para a história do neo-realismo em Portugal», *Jornal de Letras e Artes*, n.º 94 (17 Jul.), Lisboa 1963, ano II.
- Cinquenta Anos de Cultura Viva*, supl. in *Seara Nova*, n.º 1.512 (Out.), Lisboa 1971.
- COCHOFEL, João José: *Opiniões com Data*, Edit. Caminho, Lisboa 1990.
- COELHO, Lino Santos: *Memórias de um Rebelde. Testemunhos do Terror Fascista*, ed. Em Marcha, Lisboa 1981.
- CUNHAL, Álvaro: *Algumas Experiências de 50 Anos de Luta do PCP*, Edições Avante, Lisboa 1975.
- «Bento de Jesus Caraça morreu há 30 anos», *Avante!*, n.º 231 (22 Jun.), Lisboa 1978, VII sér.
- «Depoimento de José Rodrigues Miguéis», *Gazeta Musical e de Todas as Artes*, n.º 109-110 (Abr.-Mai.), Lisboa 1960, ano X, 2ª sér.
- «Diálogo com Manuel da Fonseca», *Gazeta Musical e de Todas as Artes*, n.º 100-101 (Jul.-Ag.), Lisboa 1959, ano IX, 2ª sér.
- «Diálogo com Vergílio Ferreira», *Gazeta Musical e de Todas as Artes*, n.º 112-113 (Jul.-Ag.), Lisboa 1960, ano X, 2ª sér.
- «Diálogo com Alves Redol», *Gazeta Musical e de Todas as Artes*, n.º 118 (Jan.), Lisboa 1961, ano X, 2ª sér.

DIONÍSIO, Mário: «Depoimento», *Vértice*, n.º 365-366 (Jun.-Jul.), Coimbra 1974, vol. XXXIV.

— «Para a história da resistência portuguesa», *Diário de Notícias*, n.º 39.105 (5 Mar.), Lisboa 1975, ano 111.º

— «Evocação de Bento Caraça», *Vértice*, n.º 412-414 (Set.-Nov.), Coimbra 1978, vol. XXXVIII.

— «Na homenagem a Socero Pereira Gomes», *Diário de Lisboa*, n.º 20.139 (26 Dez.), Lisboa 1979, ano 59.º

— «Carlos de Oliveira. Contextos esquecidos», *JL. Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 10 (7-20 Jul.), Lisboa 1981, ano I.

— «Homenagem a Joaquim Namorado», *Diário de Lisboa*, n.º 21.067 (31 Jan.), Lisboa 1983, ano 62.º

— «Sete recordações», *Vértice*, n.º 473-475 (Jul.-Dez.), Coimbra 1986, vol. XLVI.

— «Memória do Joaquim», *JL. Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 235 (5-11 Jan.), Lisboa 1987, ano VI.

— *Autobiografia*, ed. O Jornal, Lisboa 1987.

— «Actividade incansável», *JL. Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 535 (6-12 Out.), Lisboa 1992, ano XII.

FARIA, António Dutra: *Diário de um Intelectual Comunista*, Edições Acção, Lisboa s.d. [193-].

FERNANDES, Maria Luísa Garcia (org.): *Abel Salazar. Retrato em Movimento*, ed. Campo das Letras, Porto 1998.

FERNANDES, Vasco da Gama: *Depoimento Inacabado*, ed. PE-A, Lisboa 1974.

FERRAZ, Artur Ivens: *A Ascensão de Salazar. Memórias de Ivens Ferraz*, ed. O Jornal, Lisboa 1988 [Prefácio e notas de César de Oliveira].

- FERREIRA, José Gomes: «O meu mestre secreto: Raúl Brandão», *Gazeta Musical e de Todas as Artes*, n.º 122-123 (Mai.-Jun.), Lisboa 1961, ano X, 2ª sér.
- «O neo-realismo é o maior movimento literário da nossa época», *Seara Nova*, n.º 1.403 (Set.), Lisboa 1962, ano XL.
- *A Memória das Palavras I. Ou o Gosto de Falar de Mim*, 4ª ed., Moraes Edit., Lisboa 1979 (Obras Completas de José Gomes Ferreira).
- *Relatório de Sombras. Ou a Memória das Palavras II*, Moraes Edit., Lisboa 1980 (Obras Completas de José Gomes Ferreira).
- FERRO, António: *Salazar. O Homem e a Sua Obra*, ed. Empresa Nacional de Publicidade, s.l. 1933.
- FIRMO, Manuel: *Nas Trevas da Longa Noite. Da Guerra de Espanha ao Campo do Tarrafal*, Publ. Europa-América, Lisboa 1978.
- FRANCISCO, José: *Episódios da Minha Vida Familiar e de Militante Confederal (1899-1982)*, Edições Sementeira, Lisboa 1982.
- GODINHO, José Magalhães: *Falas e Escritos Políticos*, Moraes Edit., Lisboa 1981 (Col. Temas e problemas).
- *Os estudantes de Lisboa e a ditadura militar-fascista*, [testemunho] in *Os Estudantes no Regime Fascista*, ed. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista/Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa 1983, 72-97.
- *Pedaços de uma Vida*, Pégaso Editores, Lisboa 1992.
- *Quando Falar e Escrever Era Perigoso (Antes do 25 de Abril)*, Publ. Europa-América, Lisboa s.d.
- GOMES, Raúl: «Sobre os primeiros tempos de *Vértice*», *Vértice*, n.º 450-451 (Set.-Out./Nov.-Dez.), Coimbra 1982, vol. XLII.

- GONÇALVES, Egito: «Uma época negra», *JL. Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 377 (26 Set.-2 Out.), Lisboa 1989.
- GOUVEIA, Fernando: *Memórias de um Inspector da PIDE. 1 - A Organização Clandestina do PCP*, ed. Roger Delraux, Lisboa 1979.
- GRAÇA, Fernando Lopes: *Um Artista Intervém. Cartas com Alguma Moral*, Ed. Cosmos, Lisboa 1974.
- JORGE, Joaquim Pires: *Com uma Imensa Alegria. Notas Autobiográficas*, Edições Avante!, Lisboa 1984 (Col. resistência).
- LAPA, Rodrigues: *As Minhas Razões. «Memórias de um idealista que quis endireitar o mundo...»*, Coimbra Edit., Coimbra 1983.
- LEAL, Cunha: *Coisas de Tempos Idos. As Minhas Memórias*, 2 vols., Edições Leandro, Lisboa 1966-67.
- LOPES, Óscar: «Um simples depoimento, com um voto final», *Avante!*, n.º 370 (12 Fev.), Lisboa 1981, VII sér.
- «Fernando Namora e meio século de neo-realismo», *Avante!*, n.º 789 (9 Fev.), Lisboa 1989, VII sér.
- LOURENÇO, Eduardo: «Como vivi a (pequena) história do neo-realismo», *Expresso*, n.º 499 (22 Mai.), Lisboa 1982 (suplem. *A Revista*).
- MELO, Manuel da Costa e: *Memórias Cívicas*, Livraria Almedina, Coimbra 1988.
- MELO, Rose Nery Nobre de (org.): *Mulheres Portuguesas na Resistência*, ed. Seara Nova, Lisboa 1975.
- MENDES, José Manuel (int.): *Encontros com Fernando Namora*, 2ª ed., Livr. Bertrand, Amadora 1981.
- MENDONÇA, António, et al.: «Entrevista com Armando Castro», *Vértice*, n.º 4 (Jul.), Lisboa 1988, II sér.

- MIGUÉIS, José Rodrigues: «Lembranças de Raul Brandão», *Gazeta Musical e de Todas as Artes*, n.º 122-123 (Mai.-Jun.), Lisboa 1961, ano X, 2ª sér.
- *Começo e fim de uma aventura*, in *Uma Aventura Inquietante*, 4ª ed., Edit. Estampa, Lisboa 1982, pp. 273-78 (Obras Completas de José Rodrigues Miguéis).
- MONCADA, Luís Cabral de: *Memórias ao Longo de uma Vida (Pessoas, Factos, Ideias)*, Editorial Verbo, Lisboa 1992.
- MONSARAZ, Alberto de: *Respiração Mental. O Problema da Censura*, Biblioteca do Pensamento Político, 2ª ed., Lisboa 1972.
- MOURA, Virgínia; MORGADO, José: «Na morte do Prof. Ruy Luís Gomes. Abril vencerá!», *Avante!*, n.º 567 (8 Nov.); 568 (15 Nov.), Lisboa 1984, VII sér.
- NAMORA, Fernando: *Um Sino na Montanha. Cadernos de um Escritor*, 5ª ed., ed. Bertrand, Lisboa 1979.
- *Galeria*, in *A Nave de Pedra. Cadernos de um Escritor*, Livr. Bertrand, Amadora 1981 (Obras de Fernando Namora).
- *Autobiografia*, ed. O Jornal, Lisboa 1987.
- *Jornal Sem Data. Cadernos de um Escritor*, Bertrand Editora, Venda Nova 1988.
- *Prefácio*, in *Casa da Malta*, 13ª ed., Publ. Europa-América, Lisboa 1988.
- NAMORADO, Joaquim: «Breves notas sobre a personalidade e a obra de Redol», *Vértice*, n.º 322-323 (Nov.-Dez.), Coimbra 1970, vol. XXX.
- *Tradições e Circunstâncias de um "Romance" Coimbrão*, ed. Com. Conc. de Coimbra do PCP, Coimbra 1984 (Olhares sobre Coimbra, 1).
- *Um romance visto de dentro* (pref.), in Fernando Namora: *Fogo na Noite Escura*, 14ª ed., Publicações Europa-América, Mem Martins 1988, pp. 9-28.
- NOGUEIRA, Franco: *Salazar. Os Tempos Áureos (1928-1936)*, Atlântida Editora, Coimbra 1977.

— *Salazar. As Grandes Crises (1936-1945)*, 3ª ed., ed. Livraria Civilização Editora, Porto 1986.

NUNES, Manuel: *As Memórias de um Agente da Polícia. O Chefe Pereira dos Santos Conton-me a Sua Vida*, Ed. Marítimo-Colonial, Lisboa 1945.

PACHECO, Óscar: *Os Que Arrancaram em 28 de Maio*, Edit. Império, Lisboa 1937.

PATO, Octávio: «Experiências da luta juvenil antifascista», *Juventude*, n.º 3 (Jul.), Lisboa 1978.

— «O MUD Juvenil do fim da guerra à campanha de Humberto Delgado», *Juventude*, n.º 11 (Abr.), Lisboa 1981.

PERALTA, António Luís (entrev.): «Joaquim Namorado a O Jornal: “Só a ortodoxia é uma aventura”», *O Jornal*, n.º 415 (4-10 Fev.), Lisboa 1993, ano VIII.

PERDIGÃO, Rui: *O PCP Visto por Dentro e por Fora*, Editorial Fragmentos, Lisboa 1988.

PEREIRA, José Pacheco e ROSAS, Fernando: «Apontamentos duma entrevista com Firminiano Cansado Gonçalves», *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 0 (Jul.), Porto 1983.

PEREIRA, Pedro Theotonio: *Memórias*, 2ª ed., 2 vols., Editorial Verbo, Lisboa 1973.

PIRES, José Cardoso: «Uma data com memória», *Avante!*, n.º 370 (12 Fev.), Lisboa 1981, VII sér.

REDOL, Alves: «Apontamentos de romancista», *Gazeta Musical e de Todas as Artes*, n.º 100-101 (Jul.-Ag.), Lisboa 1959, ano IX, 2ª sér.

— *Breve memória para os que têm menos de 40 anos ou para quantos já esqueceram o que aconteceu em 1939*, in *Gaibéus*, 6ª ed., Publ. Europa-América, Mem Martins 1965 (Obras de Alves Redol).

— «Alinhavos para uma auto-biografia», *Vértice*, n.º 258 (Mar.), Coimbra 1965, vol. XXV.

- *Nota preambular*, in Arquimedes da Silva Santos: *Cantos Cativos*, Livros Horizonte, Lisboa 1986.
- REIS, Manuela Câncio: *Eles Vieram de Madrugada*, Edit. Caminho, Lisboa 1981.
- *Passagem. Uma Biografia de Soeiro Pereira Gomes*, Edit. Caminho, Lisboa 2007.
- RICARDO, José [Lino Lima]: *Romanceiro do Povo Miúdo. Memórias e Confissões*, Edições Avante!, Lisboa 1991.
- ROCHA, Pedro: *Escrito com Paixão*, Edit. Caminho, Lisboa 1991.
- RODRIGUES, Armindo: *Autobiografia sucinta de Armindo Rodrigues*, in *O Poeta Perguntador*, Edit. Caminho, Lisboa 1979 (Col. «o campo da palavra», 6).
- *Um Poeta Recorda-se. Memórias de uma Vida*, Edições Cosmos, Lisboa 1998.
- RUSSEL, Miguel W.: *Recordações dos Anos Difíceis*, Edições Avante, Lisboa 1976 (Col. resistência).
- SACRAMENTO, Mário: *Diário. Envelhecer (Jornal e Memórias)*, ed. Limiar, Porto 1975.
- SANTANA, Emídio: *Memórias de um Militante Anarco-Sindicalista*, ed. Perspectivas & Realidades, Lisboa s.d.
- SANTOS, Arquimedes da Silva Santos: «Carta à redacção de Vértice», *Vértice*, n.º 452 (Jan.-Fev.), Coimbra 1983, vol. XLIII.
- «José Ferreira Monte. Lembrança de um poeta militante», *Vértice*, n.º 464-465 (Jan./Fev.-Mar./Abr.), Coimbra 1985, vol. XLV.
- «Lembrando a Vértice de 1954», *Vértice*, n.º 4 (Jun.), Lisboa 1988, 2ª sér.
- [SANTOS, Fernando Piteira]: «Política de A a Z. Uma geração que esteve na resistência», *Diário de Lisboa*, n.º 21.502 (9 Jul.), Lisboa 1984, ano 64.
- «Política da A a Z. Era uma vez ‘O Diabo’», *Diário de Lisboa*, n.º 21.636 (17 Dez.), Lisboa 1984, ano 64.

- SARAIVA, António José: «O meu afastamento», *Expresso*, n.º 499 (22 Maio), Lisboa 1982 (suplem. *A Revista*).
- SARDOEIRA, Ilídio: «E as derrotas só existem aquelas que se aceitam», *Vértice*, n.º 412-414 (Set.-Nov.), Coimbra 1978, vol. XXXVIII.
- SEABRA, Augusto M. (entrev.): «Mário Dionísio: "Fui sempre anti-stalinista"», *Expresso*, n.º 495 (24 Abr.), Lisboa 1982 (suplem. *A Revista*).
- «O nome é Álvaro Cunhal», *Expresso*, n.º 495 (24 Abr.), Lisboa 1982 (suplem. *A Revista*).
- SEABRA-DINIS, Joaquim: «Sobre Carlos de Oliveira», *Vértice*, n.º 450/451 (Set.-Out./Nov.-Dez.), Coimbra 1982, vol. XLII.
- SÉRGIO, António: *Correspondência para Raul Proença*, Publ. D. Quixote, Lisboa 1987 (col. Memória portuguesa, 2).
- SOARES, António José: *Saudades de Coimbra*, 3 vols., Coimbra 1985.
- SOARES, Mário: *Portugal Amordaçado. Depoimento Sobre os Anos do Fascismo*, ed. Arcádia, s.l. 1974.
- TORGA, Miguel: *Diário. Vols. I-VIII (1941-1959)*, 2ª ed. integral, Publ. Dom Quixote, Lisboa 1999.
- VENTURA, Cândida: *O Socialismo Que Eu Vivi*, ed. O Jornal, Lisboa 1984.
- VILAÇA, Alberto: *De Memória em Punho. Histórias que Abril Soltou*, ed. Minerva, Coimbra 1992.
- *O M. U. D. Juvenil em Coimbra. História e Estórias*, ed. Campo das Letras, Porto 1998.
- ZILHÃO, António de Sequeira: «O Prof. Bento Caraça e a formação consciente da juventude», *Diário de Lisboa*, n.º 21.515 (24 Jul.), Lisboa 1984, ano 64.

4.3. ENSAIOS, POLÉMICAS E TEXTOS POLÍTICOS

ALMEIDA, António Ramos de: *A Arte e a Vida*, Livr. Joaquim Maria da Costa, Porto 1941 (col. Cadernos azuis, 2).

— *A Nova Descoberta do Brasil*, Edit. Fenianos, Porto 1944.

ANDRADE, João Pedro de: *A Poesia da Moderníssima Geração (Génese de uma Atitude Poética)*, Livraria Latina Editora, Porto 1943.

— *Ambições e limites do «neo-realismo» português*, in Petrus (ed.): *Os Modernistas Portugueses. Escritos Públicos, Proclamações e Manifestos*, ed. C.E.P., Porto s.d. [1961], vol. VI (Col. textos universais).

BACELAR, Armando: «Sobre o neo-realismo», *Vértice*, n.º 238 (Jul.), Coimbra 1963, vol. XXIII.

BENDA, Julien: *La Trahison des Clercs*, ed. Bernard Grasset, Paris 1927.

BRAGA, Mário: *As Ideias e a Vida. Crónicas e Artigos*, ed. Atlântida, Coimbra 1958; 2ª ed., Atlântida Editora, Coimbra 1965.

— *As Ideias e a Vida. 2º*, Atlântida Editora, Coimbra 1965.

BRASIL, Jaime: *Os Jovens Escritores Portugueses e o Movimento Chamado «Neo-Realista»*, ed. O Primeiro de Janeiro, Porto 1945.

CARAÇA, Bento de Jesus: [Nota de abertura], in M. Iline: *O Homem e o Livro*, Edições Cosmos, Lisboa 1941 (Biblioteca cosmos, 1).

— *Conferências e Outros Escritos*, Edit. Minerva, Lisboa 1970.

— *Cultura e Emancipação*, ed. Campo das Letras, Porto 2002 (Obra Integral de Bento de Jesus Caraça, Ed. Crítica, 1).

CARDIA, Sottomayor (org.): *Seara Nova. Antologia. Pela Reforma da República (1) 1921-1926; Pela Reforma da República (2) 1921-1926*, ed. Seara Nova, Lisboa 1971-1972, 2 vols.

- CARVALHO, Amorim de: *Actualidade e modernidade. Para um conceito de modernidade*, in Petrus (ed.): *Os Modernistas Portugueses. Escritos Públicos, Proclamações e Manifestos*, ed. C.E.P., Porto s.d. [1961], vol. VI.
- COCHOFEL, João José: *Prefácio*, in Álvaro Feijó: *Poemas*, Portugália Editora, Lisboa 1961.
- *Iniciação Estética. Críticas e Crónicas*, Editorial Caminho, Lisboa 1992 [1ª ed. de *Iniciação Estética*, Publicações Europa-América, Lisboa 1958 (Col. saber 36, secção IV cultura literária e artística)].
- COSTA, Emílio: *Karl Marx*, Livraria Peninsular Edit., Lisboa 1930.
- *Destino do Proletariado Intelectual*, ed. Seara Nova, Lisboa 1935 (col. Cadernos da Seara Nova).
- *Ascensão, Poderio e Decadência da Burguesia*, ed. Seara Nova, Lisboa 1939.
- CUNHAL, Álvaro: *A Questão Agrária em Portugal*, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 1968 (col. Perspectivas do homem, ciências sociais, 27).
- CURTO, Ramada: *Consciência*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa 1939.
- DIONÍSIO, Mário: *Ficha 14*, ed. do A., Lisboa 1944.
- *Conflito e Unidade na Arte Contemporânea*, Iniciativas Editoriais, Porto 1958.
- *A Paleta e o Mundo*, 2ª ed., Publicações Europa-América, Mem Martins 1973-1974, 5 vols. [1ª ed., ed. Europa-América, Lisboa 1955].
- *Manuel da Fonseca* (pref.), in Manuel da Fonseca: *Poemas Completos*, 2ª ed., Portugália Editora, Lisboa 1963 (Col. Poetas de hoje).
- *Prefácio*, in Alves Redol: *Barranco de Cegos*, 3ª ed., Publ. Europa-América, Mem Martins 1970 (Obras de Alves Redol).
- *O «poeta militante»* (pref.), in José Gomes Ferreira: *Poeta Militante. Viagem do Século Vinte em Mim*, 3ª ed., Moraes Editores, Lisboa 1983.

- FERRO, António: *Catorze Anos de Política do Espírito*, Edições SNI, Lisboa 1948.
- *Política do Espírito. Prémios Literários (1934-1947)*, Edições SNI, Lisboa 1950.
- FREITAS, Lima de: *Pintura Incómoda*, Publicações D. Quixote, Lisboa 1965 (Col. vector, 02).
- FRIEDMANN, Georges: *La Crise du Progrès. Esquisse d'Histoire des Idées. 1895-1935*, 2^a ed., ed. Gallimard, Paris 1936.
- GONÇALVES, Bento: *Duas Palavras*, Edições Cinquentenário PCP, s.l. 1971.
- *Palavras Necessárias*, 4^a ed., Editorial Inova, Porto 1974.
- GONÇALVES, Cansado: *A Traição de Salazar*, Iniciativas Editoriais, Porto 1975 (Col. século XX-XXI).
- GODINHO, Vitorino Magalhães: *A Crise da História e as Suas Novas Directrizes*, Empresa Contemporânea de Edições, Lisboa 1946 (Col. construindo, 18).
- GRAMSCI, Antonio: *Cadernos do Cárcere*, Civilização Brasileira, 2^a ed., Rio de Janeiro 2001, vols. 1-3 (Edição Crítica).
- GUTERMANN, Norman; LEFEBVRE, H.: *La Conscience Mystifiée*, ed. Gallimard, Paris 1936.
- MAGALHÃES-VILHENA, Vasco: *Progresso. História Breve de uma Ideia*, ed. do A., Coimbra 1939 (2^a ed., Editorial Caminho, Lisboa 1979).
- *António Sérgio. O Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa*, ed. Seara Nova, Lisboa 1964 (Col. argumentos, 1).
- MONTEIRO, Adolfo Casais: *Considerações Pessoais*, Impr. da Universidade, Coimbra [1933].
- *A Poesia da «Presença». Estudo e Antologia*, ed. Ministério de Educação e Cultura, Rio de Janeiro 1959 (Col. «letras e artes», 7).

- *O País do Absurdo. Textos Políticos*, ed. República, Lisboa 1974 (Coleções e documentos, 3).
- *O Que Foi e o Que Não Foi o Movimento da Presença*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa 1995 (col. Temas portugueses, org., pref. e notas de Fernando J. B. Martinho).
- NAMORA, Fernando: *Esboço Histórico do Neo-Realismo*, sep. de *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa 1961, Cl. Letras, t. VII.
- «A nova geração literária portuguesa», *Algar*, n.º 1 (Jan.), Condeixa-a-Nova 1996 (apresent. e notas de Luís Augusto Costa Dias).
- NAMORADO, Egídio: *Ponto de Vista. Ensaios*, ed. do A., Coimbra 1958 (Col. textos vértice).
- «Situação do neo-realismo em Portugal», *Vértice*, n.º 189 (Jun.), Coimbra 1959, Vol. XIX.
- «Situação do neo-realismo», *Vértice*, n.º 221 (Fev.), Coimbra 1962, Vol. XXII.
- NAMORADO, Joaquim: *Vida e Obra de Federico Garcia Lorca*, Edit. Saber, Coimbra 1943.
- «Da dissidência presencista ao neo-realismo. I», *Vértice*, n.º 279 (Dez.), Coimbra 1966, Vol. XXV.
- «As ideias de Gramsci sobre literatura e arte», *Vértice*, n.º 318 (Jul.), Coimbra 1970, vol. XXX.
- *História da Revista Vértice e a Sua Participação na Luta Contra o Fascismo*, sep. de *Philologica Pragensia*, n.º 1, Praga 1980, ano 23.
- *Le Néo-Réalisme Portugais, Résistance et Combat au Salazarisme*, sep. de *Philologica Pragensia*, n.º 2, Praga 1980, ano 23.

- *Um Romance Visto de Dentro* [prefácio], in Fernando Namora: *Fogo na Noite Escura*, 14^a ed., Publ. Europa-América, Mem Martins 1988 (Obras de Fernando Namora).
- *Ensaio e Críticas. I Uma Poética da Cultura*, Editorial Caminho, Lisboa 1994 (Obras de Joaquim Namorado).
- NOGUEIRA, Jofre Amaral: *Um Humanismo à Nossa Medida*, Editorial Inova, Porto s.d.
- ORTEGA Y GASSET, José: *La Rebelión de las Masas*, ed. Revista de Occidente, Madrid 1930.
- *La Deshumanización del Arte y Otros Ensayos Estéticos*, 8^a ed., ed. Revista de Occidente, Madrid 1964.
- *En Torno a Galileo. Esquema de las Crisis*, ed. Espasa-Calpe, Madrid 1965 (col Austral).
- PETRUS [Pedro Veiga] (coord.): *Os Modernistas Portugueses. Escritos Públicos, Proclamações e Manifestos*, ed. C.E.P., Porto s.d. , 2 vol. (col. Textos universais).
- PLEKHANOV, Georges: *A Arte e a Vida Social*, Moraes Edit., Lisboa 1977.
- PROENÇA, Raul: *Páginas de Política*, ed. Seara Nova, Lisboa 1972, 4 vols. (Obra Política de Raul Proença).
- RÉGIO, José: *Páginas de Doutrina e Crítica da «Presença»*, Brasília Edit., Porto 1977 (Obras completas).
- *Três Ensaio sobre Arte*, 2^a ed., Brasília Edit., Porto 1980 (Obras completas).
- SÁ, Victor de: «O neo-realismo no surto actual da ensaística portuguesa», *Vértice*, n.º 234-236 (Mar.-Mai.), Coimbra 1963, vol. XXIII.
- SACRAMENTO, Mário: *Ensaio de Domingo*, Coimbra Editora, Coimbra 1959.
- *Ensaio de Domingo II*, Editorial Inova, Porto 1974.
- *Ensaio de Domingo III*, ed. Vega, Lisboa 1990 (Col. Outras obras).
- *Há uma Estética Neo-Realista?*, 2^a ed., ed. Vega, Lisboa 1985 (Col. vega universidade).
- SALAZAR, Abel: *O Que é a Arte?*, Arménio Amado Ed., Coimbra 1940.

— *A Crise da Europa*, Edições Cosmos, Lisboa 1942 (col. Biblioteca cosmos, 31; Povos e civilizações, 2).

SALAZAR, António de Oliveira: *Discursos e Notas Políticas. 1928-1934*, Coimbra Edit., Coimbra 1935.

— *Discursos e Notas Políticas. 1935-1937*, Coimbra Editora, Coimbra 1937.

— *Discursos e Notas Políticas. 1938-1943*, Coimbra Editora, Coimbra 1943.

— *Discursos e Notas Políticas. 1943-1950*, Coimbra Editora, Coimbra 1951.

SALEMA, Álvaro: *Tempo de Leitura*, Moraes Edit., Lisboa 1982 (col. Margens do texto).

SÉRGIO, António: *Antologia Sociológica*, Editorial Inquérito, Lisboa 1956-1957, 10 vols.

— *Ensaio*, Livr. Sá da Costa Edit., Lisboa 1971-1974, 7 vols. (Obras completas, ed. crítica).

SERRÃO, Joel (org.): *António Sérgio. Uma Antologia*, Livros Horizonte, Lisboa 1984 (Col. horizonte universitário 39).

SIMÕES, João Gaspar: *Temas*, Edições Presença, Coimbra 1929.

— *O Mistério da Poesia. Ensaio de Interpretação da Génese Poética*, Impr. da Universidade, Coimbra 1931.

— *Novos Temas. Ensaio de Literatura e Estética*, Edit. Inquérito, Lisboa 1938 (col. Ensaio contemporâneos, 1).

— *História do Movimento da «Presença». Seguida de uma Antologia*, Atlântida Livr. Edit., Coimbra [1958].

SOARES, Rodrigo [Fernando Pinto Loureiro]: *Por um Novo Humanismo*, ed. Portugália, Porto 1947.

MAGALHÃES VILHENA, Vasco de: *A Arte e a Vida Social*, sep. de *Divulgação Musical*, Lisboa 1936, vol. 4.

— *Progresso. História Breve de uma Ideia*, s.n., Coimbra 1939.

- *Unidade da Ciência. Introdução a um Problema*, s.n., Coimbra 1941.
- *Filosofia e História*, Publ. Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra, [Coimbra] 1943, sep. de *Biblos*, vol. XIX, tomo I.
- *Filosofia e Cultura*, Coimbra Edit., Coimbra 1944, sep. de *Brasília*, vol. III.

B. BIBLIOGRAFIA

1. HISTÓRIA E SOCIOLOGIA DA CULTURA

- AAVV : *Les Années Trente. De la Crise à la Guerre*, Édit. du Seuil, s.l. 1990 (Col. Points ; histoire, 129).
- ALTHUSSER, Louis: *Pour Marx*, ed. François Maspero, Paris 1968 (col. Théorie, 1).
- *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, 3ª ed., Edit. Presença/Martins Fontes, Lisboa 1980 (col. Biblioteca universal presença, 10).
- AGOSTINHO, João: «Ideologia e hegemonia em António Gramsci», *Seara Nova*, n.º 1.579 (Maio), Lisboa 1977.
- BARTHES, Roland: *Escritores, Intelectuais, Professores e Outros Escritos*, Edit. Presença, Lisboa 1975 (col. Biblioteca de ciências sociais).
- *O Grau Zero da Escrita*, Edições 70, Lisboa 1984 (Col. signos, 3).
- BODIN, Louis: *Os Intelectuais*, ed. Arcádia, Lisboa 1971 (col. Biblioteca arcádia de bolso, 127).
- BOURDIEU, Pierre: *Ce Que Parler Veux Dire. L'Économie des Échanges Linguistiques*, ed. Fayard, s.l. 1989.
- *Les Règles de l'Art. Genèse et Structure du Champ Littéraire*, 2ª ed., Édit. du Seuil, s.l. 1998 (Col. points, essais; 370).
- *O Poder Simbólico*, 4ª ed., ed. Difel, Algés 2001.
- *Questions de Sociologie*, [reed.], Les Éditions du Minuit, Paris 2004 (Col. reprise).

- BRADBURY, Malcolm e MacFARLANE, James: *Modernism 1890-1930*, Penguin Books, London 1991 (col. Penguin literary criticism).
- CHARLE, Christophe : *Naissance des «Intellectuels». 1880-1900*, Les Édit. de Minuit, Paris 1990.
- CHARTIER, Roger : *A História Cultural Entre Práticas e Representações*, 2ª ed., ed. Difel, Lisboa 2002 (col. Memória e sociedade).
- *As Utilizações do Objecto Impresso*, ed. Difel, Algés 1998 (col. Documento e ensaio).
- «La nouvelle histoire culturelle existe-t-elle?», *Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, n° 31 (Abr.), Paris 2003.
- DENIS, Benoît : *Littérature et Engagement de Pascal à Sartre*, Édit. Du Seuil, Manchecourt 2000 (col. Points; essais, 407).
- DUBOIS, Jacques: *L'Institution de la Littérature*, Fernand-Nathan Éditions Labor, Brussels 1978.
- DUCLERT, Vincent: «Les intellectuels. Un problème pour l'histoire culturelle», *Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, n° 31 (Abr.), Paris 2003.
- FAURE, Christian: *Le Projet Culturel de Vichy. Folklore et Révolution nationale. 1940-1944*, Lion 1989.
- FERREIRA, Alberto: *Real e Realidade / 1*, Editorial Inova, Porto s.d. (Col. as palavras e as coisas, 7).
- FIGUEIREDO, Fidelino de: *Do conceito de geração*, in *Ideias de Paz*, Portugália Editora, Lisboa 1966, pp. 40-49 (Col. problemas).
- FOCILLON, Henri: *A Vida das Formas*, Edições 70, Lisboa 1988.
- FOUCAULT, Michel: *As Palavras e as Coisas*, Edições 70, Lisboa 1988 (col. Signos, 47).
- GUILLÉN, Claudio: *Literature as System. Essays Toward the Theory of Literary History*, Princeton University Press, Princeton 1971.

- HABERMAS, Jürgen: *L'Espace Publique. Archéologie de la Publicité comme Dimension Constitutive de la Société Bourgeoise*, ed. Payot, Paris 1993.
- *O Discurso Filosófico da Modernidade*, ed. Dom Quixote, 3ª ed., Lisboa 2000 (col. Nova enciclopédia, 1).
- JULLIARD, Jacques; WINOCK, Michel (dir.): *Dictionnaire des Intellectuels Français. Les Personnes, les Lieux, les Moments*, Edit. du Seuil, Paris 1996.
- KALIFA, Dominique: *La Culture de Masse en France. 1860-1930*, ed. La Découverte, Paris 2001, vol. 1.
- LAFETÁ, João Luiz: *1930: A Crítica e o Modernismo*, 2ª ed., Duas Cidades Edit, S. Paulo 2000 (Col. espírito crítico).
- LOPES, Óscar: *Abordagem ao realismo de experiência portuguesa*, in *Ler e Depois. Crítica e Interpretação Literária/1*, 3ª ed., Editorial Inova, Porto 1970 (Col. civilização portuguesa, 1).
- LUKÁCS, Georg: *Significado Presente do Realismo Crítico*, ed. Cadernos de Hoje, Lisboa 1964.
- *A crise da filosofia burguesa*, in Arsénio Mota (coord.): *Perspectivas. Colectânea de Ensaíos*, ed. Nova Realidade, Porto 1967 (Col. nova realidade, 4).
- *Introdução a uma Estética Marxista. Sobre a Categoria da Particularidade*, Edit. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 1968 (Col. perspectivas do homem, 33).
- *Philosophie de l'Art (1912-1914)*, Édit. Klincksieck, Paris 1981 (col. L'esprit et les formes).
- LURÇAT, Jean, et alli: *La Querelle du Réalisme*, Édit. Sociales Internationales, Paris 1936 (Col. «commune»).
- MARÍAS, Julián: *Obras*, vol. VI, Edic. de Revista de Occidente, Madrid 1970.

- MARTINHO, Fernando J. B.: *Questões prévias de periodização literária*, in *Tendências Dominantes da Poesia Portuguesa da Década de 50*, Edições Colibri, Lisboa 1996 (Col. autores portugueses; sér. Ensaio, 3).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich: *Obras Escolhidas*, Edições Avante, Lisboa 1983-1985, 3 vols.
- MENDES, João: *Teoria Literária*, Edit. Verbo, Lisboa 1980.
- MESCHONNIC, Henri: *Les États de la Poétique*, Presses Universitaires de France, Paris 1985 (Col. écriture).
- MOURÃO-FERREIRA, David: *Tópicos de Crítica e de História Literária*, ed. União Gráfica, Lisboa 1969 (Col. Ensaístas portugueses).
- NETTO, J. Paulo: «Lukács e a crítica da filosofia burguesa», *Seara Nova*, n.º 1.584 (Out.), Lisboa 1977; n.º 1.586 (Dez.), Lisboa 1977; n.º 1.587 (Jan.), Lisboa 1978; n.º 1.588 (Fev.), Lisboa 1978.
- ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean-François: *Les Intellectuels en France de l’Affaire Dreyfus à nos Jours*, 2ª ed., ed. Armand Colin, Paris 1992
- PINA, Álvaro: *Realismo e Comunicação. Ensaios de Teoria e Crítica Literária*, Edições Ró, Cacém 1981.
- *Realismo e História*, Livros Horizonte, Lisboa s.d.
- PITA, António Pedro e ANDRÉ, João Maria: «Historicismo e anti-historicismo. Resposta de Gramsci a Althusser», *Seara Nova*, n.º 1.588 (Fev.), Lisboa 1978; n.º 1.589 (Mar.), Lisboa 1978.
- RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.): *Pour une Histoire Culturelle*, Édit. Du Seuil, Paris 1997 (Col. l’univers historique).
- *Le Temps des Masses*, in *Histoire Culturelle de la France*, Édit. du Seuil, Paris 1998, tom. IV.

ROCHA, Clara: «Gerações, gerações, gerações...», *Nova Renascença*, n.º 21 (Jan.-Mar.),
Porto 1986, vol. VI.

ROCHER, Guy: *Sociologia Geral*, 2ª ed., ed. Presença, Lisboa 1977, 5 vols.

SERRÃO, Joel: «Anatomia de uma geração», *Ler. Livros e Leitores*, n.º 0 (Out.-Inv.),
Lisboa 1987.

SILVA, João Esteves da: *Para uma Teoria da História de Althusser a Marx*, ed. Diábril,
Lisboa 1975-1976, 2 vols.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e: *Teoria da Literatura*, 6ª ed., ed. Livraria Almedina,
Coimbra 1984, vol. I.

SIRINELLI, Jean-François: *Génération Intellectuelle. Khâgneux et normaliens dans l'entre-deux-guerres*, ed. Fayard, Paris 1988.

VILAR, Pierre: *História Marxista, História em Construção. Ensaio de Diálogo com Louis Althusser*, Edit. Estampa, Lisboa 1976 (col. Teoria, 33).

WINOCK, Michel: «*Esprit*» *des Intellectuels dans la Cité (1930-1950)*, 2ª ed., Edit. du Seuil,
Paris 1996 (Col. Points; histoire, 200).

— *Le Siècle des Intellectuels*, Edit. du Seuil, Paris 1999 (Col. Points; histoire, 613).

2. CONTEXTO HISTÓRICO PORTUGUÊS E SUAS RELAÇÕES

AAVV: *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio*, ed. A Regra do Jogo, Lisboa 1982.

AAVV: *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, Editorial Fragmentos,
Lisboa 1987, 2 vols.

AAVV: *Salazar e o Salazarismo*, ed. D. Quixote, Lisboa 1989.

AZNAR SOLER, Manuel (org.): *I Congreso Internacional de Escritores para la Defensa de la Cultura: Paris, 1935*, ed. Conselleria de Cultura, Educació i Ciència de la Generalitat Valenciana, Valência 1987.

- AZNAR SOLER, Manuel; SCHNEIDER, Luis Mario (org.) : *II Congreso Internacional de Escritores para la Defensa de la Cultura: (Valenci-Madrid-Barcelona-Paris, 1937)*, [2º ed.], ed. Conselleria de Cultura, Educació i Ciència de la Generalitat Valenciana, Valência 1987, 3 vols.
- CABRAL, Manuel Villaverde: «Sobre o fascismo em Portugal», *Análise Social*, n.º 48, Lisboa 1976, vol. XII, 2ª ser..
- *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Desenvolvimento Económico*, ed. A Regra do Jogo, Lisboa 1979.
- CAMPINOS, Jorge: *Ideologia Política do Estado Salazarista*, Portugália editora, Lisboa 1975.
- CRUZ, Manuel Braga da: *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa 1980.
- *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, ed. D. Quixote, Lisboa 1986.
- *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Edit. Presença, Lisboa 1988
- DELGADO, Iva: *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Publicações Europa-América, Lisboa s.d.
- FARINHA, Luís: *O Revivalho. Revoltas Republicanas Contra a Ditadura e o Estado Novo. 1926-1940*, Edit. Estampa, Lisboa 1998 (col. Histórias de Portugal, 39).
- HOBSBAWM, Eric: *A Era dos Extremos. Breve História do Século XX. 1914-1991*, 2ªed., Edit. Presença, Lisboa 1998.
- LUCENA, Manuel: *A Evolução do Sistema Corporativo Português. O Salazarismo*, Editorial Presença, Lisboa 1976.
- MARQUES, A. H. de Oliveira: *História de Portugal*, Palas Editores, Lisboa 1986, vol. III.
- MATOS, Luís Salgado de: «Lisboa 1920 – Vida sindical e condição operária», *Análise Social*, n.º 67-69, Lisboa 1981, vol. XVII, 2ª sér.

- MEDINA, João (dir.): *História Contemporânea de Portugal*, Amigos do Livro Edit., Lisboa 1985, 4 vols.
- (dir.) O «Estado Novo», in *História de Portugal*, Edilivro, Lisboa 1993, vols. XII e XIII.
- MORAIS, João; VIOLANTE, Luís: *Contribuição para uma Cronologia dos factos Económicos e Sociais. Portugal 1926-1985*, Livros Horizonte, Lisboa 1986.
- NUNES, João Arsénio: «Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-33)», *Análise Social*, n.º 67-69, Lisboa 1981, vol. XVII, 2ª sér.
- *A Formação do Estado Fascista em Portugal à Luz da Correspondência Diplomática Britânica (1926-1933)*, in AAVV: *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, Editorial Fragmentos, Lisboa 1987, vol. I.
- «Salazar e os fascismos», *Vértice*, n.º 13 (Abr.), Lisboa 1989, II sér.
- NUNES, João Paulo Avelãs: «O conceito de “fascismo” na história recente de Portugal», *Vértice*, n.º 52 (Jan.-Fev.), Lisboa 1993, II sér.
- OLIVEIRA, César: *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, ed. O Jornal, Lisboa 1987
- *Salazar e o Seu Tempo*, ed. O Jornal, Lisboa 1991.
- PAULO, Heloísa: *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*, Livraria Minerva, Coimbra 1994 (col. Minerva história, 11).
- PEREIRA, José Pacheco (int. e notas): «Acta da Conferência do PCP de Abril de 1929», *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 2 (Jan.-Abr.), Lisboa 1984.
- PAIS, José Machado: *A Crise do Regime Liberal Republicano: Algumas Hipóteses Explicativas*, in AAVV: *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, Edit. Fragmentos, Lisboa 1986, vol. I.
- Partido Comunista Português. 60 Anos ao Serviço do Povo e da Pátria*, Edições Avante, Lisboa 1982.

- PINTO, António Costa: *A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936). A Juventude Nacionalista nos Primórdios do Estado Novo*, Lisboa 1980.
- *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais*, Edit. Estampa, Lisboa 1992.
- «As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional», *Análise Social*, n.º 116-117 (2º-3º), Lisboa 1992, vol. XXVII.
- *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal. 1914-1945*, Editorial Estampa, Lisboa 1994.
- RAMOS, Rui: *A Segunda Fundação (1890-1926)*, in José Mattoso (dir.): *História de Portugal*, Edit. Estampa, s.l. 2001, vol. 6.
- REIS, António (dir.): *Portugal Contemporâneo*, Publicações Alfa, Lisboa 1990, vols. III e IV.
- ROSAS, Fernando: «"Putschismo" e oposição nos anos 40», *História*, n.º 50 (Dez.), Lisboa 1982.
- *O Estado Novo nos Anos Trinta*, Edit. Estampa, Lisboa 1986 (col. Imprensa universitária).
- «A crise do liberalismo e as origens do "Autoritarismo Moderno" e do Estado Novo em Portugal», *Penélope*, n.º 2 (Fev.), Lisboa 1989.
- «Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo», *Vértice*, n.º 13 (Abr.), Lisboa 1989, II sér.
- *Portugal entre a Paz e a Guerra. Estudo do Impacte da II Guerra Mundial na Economia e na Sociedade Portuguesa (1939-1945)*, Editorial Estampa, Lisboa 1990 (Imprensa universitária 83).
- *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* (coord.), in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.): *Nova História de Portugal*, Edit. Presença, Lisboa 1992, vol. XII.

— *O Estado Novo (1926-1974)*, in José Mattoso (dir.): *História de Portugal*, Edit. Estampa, Lisboa 1994, vol. 7.

ROSAS, Fernando; BRITO, Brandão de (dir.): *Dicionário de História de Portugal*, Liv. Bertrand, Lisboa 1996.

SCHWARTZMAN, Simon, et al.: *Tempos de Capanema*, Paz e Terra/Editora FGV, São Paulo 2000.

TORGAL, Luís Reis: «Salazarismo, Fascismo e Europa», *Vértice*, n.º 52 (Jan.-Fev.), Lisboa 1993, II sér.

— «O “Estado Novo” em Portugal. Reflexões sobre o seu significado», *Estudos Ibero-Americanos*, n.º 1, Porto Alegre 1997, vol. XXIII.

3. SOCIEDADE, IDEOLOGIA E CULTURA EM PORTUGAL

AAVV.: *Estudos sobre António Sérgio*, ed. Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de Hist. da Univ. de Lisboa, Lisboa 1988 (Cad. Clio, 2).

AA.VV.: *O Marxismo no Limiar do Ano 2000*, Edit. Caminho, Lisboa 1985 (col. Biblioteca Universidade Popular).

ACCIAIUOLI, Margarida: *Exposições do Estado Novo. 1934-1940*, Liv. Horizonte, s.l. 1998.

ALVES, Ana Maria: *Miguéis seareiro* (posf.), in José Rodrigues Miguéis: *O Pão Não Cai do Céu*, 6ª ed., Edit. Estampa, Lisboa 1989 (col. Ob. Comp. de Rodrigues Miguéis).

AMARO, António Rafael: *A Seara Nova nos Anos 20 e 30 (1921-1939). Memória, Cultura e Poder*, ed. Univ. Católica Portuguesa, Viseu 1995.

— «A Seara Nova e a resistência cultural e ideológica à Ditadura e ao Estado Novo», *Revista de História das Ideias*, vol. 17, Coimbra 1995.

AMARO, Luís (coord.): *Modernismo e Vanguarda*, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1984 (Cadernos da «colóquio/letras» 2).

Os Anos 40 na Arte Portuguesa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1982, 6 vols.

Arte Portuguesa nos Anos 50, Câmara Municipal de Beja/Fundação Calouste Gulbenkian, s.l. 1992.

BANDEIRA, Filomena: *A Universidade Popular Portuguesa nos Anos 20 – Os Intelectuais e a Educação do Povo: Entre a Salvação da República e a Revolução Social*, F.C.S.H./Univ. Nova de Lisboa, Lisboa 1994, 2 vols. (Dissertação de Mestrado, polic.).

BAPTISTA, Jacinto: *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora... Para uma História do Diário Sindicalista A Batalha (1919-1927)*, Livr. Bertrand, Lisboa 1977.

— *A “Seara Nova”, Raúl Proença e António Sérgio*, in João Medina (dir.): *História Contemporânea de Portugal. Primeira República*, Amigos do Livro Edit., Lisboa 1985, tom. II.

BARRENTO, João: *Realismo, Materialismo, Utopia: Uma polémica 1935-1940*, Moraes Edit., Lisboa 1978.

BRANCO, João de Freitas: *A música em Portugal nos anos 40*, in AAVV: *Os Anos 40 na Arte Portuguesa. A Cultura nos Anos 40*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1982, vol. 6.

CABRAL, Manuel Villaverde: «The Seara Nova group (1921-26 and the ambiguities of portuguese liberal elites», *Portuguese Studies*, London 1988, sep. a vol. 4.

— «The aesthetics of nacionalism: modernism and authoritarianism in early twntieth-century Portugal», *Luzo-Brazilian Review*, n.º 1, London 1989, vol. XXVI.

CANELO, Maria José Mendes: *A Construção Poética da Nação. Modernismo e Nacionalismo nas Revistas Literárias do Início do Século XX*, F.L.U.C, Coimbra 1997 (Dissertação de Mestrado, polic.).

- CARLOS, Luís Adriano: *O Classicismo Modernista de José Régio*, Sep. de *Revista da Faculdade de Letras*, vol. 8, Porto 1991, 2ª sér.
- CARVALHO, Paulo Archer: «De Sardenha a Salazar: o nacionalismo entre a euforia mítica e a formidável paranóia», *Revista de História das Ideias*, vol. 17, Coimbra 1995.
- CARVALHO, Rómulo de: *História do Ensino em Portugal*, ed. Fund. Calouste Gulbenkian, Lisboa 1986, cap. XIX.
- CASTRO, Armando: *Para a história do pensamento marxista em Portugal*, in *O Marxismo no Limiar do Ano 2000*, Edit. Caminho, Lisboa 1985.
- «Os cinquenta anos da “Seara Nova”», *Vértice*, n.º 333 (Out.), Coimbra 1971, vol. XXXI.
- COSTA, João Bénard da: *Imagens do cinema português dos anos 40*, in AAVV: *Os Anos 40 na Arte Portuguesa. A Cultura nos Anos 40*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1982, vol. 6.
- CUNHA, Norberto Ferreira da: *Génese e Evolução do Ideário de Abel Salazar*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa 1997.
- DIAS, Augusto da Costa: *A Crise da Consciência Pequeno-Burguesa em Portugal. O Nacionalismo Literário da Geração de 90*, 3ª ed., Edit. Estampa, Lisboa 1977 [2ª ed., Portugália Edit., Lisboa 1964].
- *Panorama Geral das Ideologias. 1890-1910*, in Óscar Lopes: *História da Literatura Portuguesa III. Literatura Portuguesa*, Editorial Estúdios Cor, Lisboa 1973, vol. 2 (Col. História ilustrada das grandes literaturas VIII).
- DIAS, Luís Augusto Costa: «Da implosão à explosão do sujeito. Viagem da subjectividade entre o Modernismo e o Surrealismo. 1», *Estudos do Século XX*, n.º 1, Coimbra 2001.
- «“Missão histórica” e o “papel dos intelectuais” na filosofia da cultura de Bento de Jesus Caraça. Do momento da consciência à consciência do momento», in *Revista*

- de História das Ideias*, vol. 24, Coimbra 2003.
- *O Louco e o Arlequim. Marginalidade e Vanguarda Estética na Crise Final da I República*, in *1º Congresso Internacional de Cultura Humanístico-Científica «Miguel Bombarda e as Singularidades de uma Época»*, Coimbra 2003, a publ. em actas.
- DIONÍSIO, Eduarda: *A Vida Cultural Durante a República*, in João Medina (dir.): *História Contemporânea de Portugal. Primeira República*, Amigos do Livro Editores, Lisboa 1985, tom. II.
- FARIA, Telmo Daniel: «O comunismo: um anátema estado-novista», *Revista de História das Ideias*, vol. 17, Coimbra 1995.
- FRANÇA, José-Augusto: *A Arte em Portugal no Século XX*, Livraria Bertrand, Lisboa 1974.
- *A Arte e a Sociedade Portuguesa no Século XX*, 2ª ed., Lisboa 1980.
- *Os anos 40 na arte portuguesa*, in *Os Anos 40 na Arte Portuguesa*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1982, vol. 1.
- «Serão pedidas contas a esta geração», in AAVV: *Os Anos 40 na Arte Portuguesa. A Cultura nos Anos 40*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1982, vol. 6.
- *Os Anos Vinte em Portugal*, Edit. Presença, Lisboa 1992.
- FREIRE, João: *Anarquistas e Operários (Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: o Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940)*, Ed. Afrontamento, Porto 1942.
- GARNEL, Maria Rita Lino: «O poder intelectual dos médicos. Finais do século XIX – inícios do século XX», *Revista de História das Ideias*, vol. 24, Coimbra 2003.
- *A Consolidação do Poder Médico: a Medicina Social nas Teses da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (1900-1910)*, in *1º Congresso Internacional de Cultura Humanístico-Científica «Miguel Bombarda e as Singularidades de uma Época»*, Coimbra 2003, a publ. em actas.

- GODINHO, José Magalhães: «O movimento estudantil de 1928», *Tempo Livre*, n.º 4 (Fev.-Mar.), Lisboa 1978, ano I.
- GONÇALVES, Rui Mário: *Pintura e Escultura em Portugal. 1940-1980*, Lisboa 1980.
- *Artes plásticas. Nova criatividade, novo espírito crítico*, in AAVV: *Os Anos 40 na Arte Portuguesa. A Cultura nos Anos 40*, vol. 6, Fund. Calouste Gulbenkian, Lisboa 1982.
- *A década do silêncio. 1951-1960*, in *Arte Portuguesa nos Anos 50*, Câmara Municipal de Beja/Fundação Calouste Gulbenkian, s.l. 1992.
- GREGÓRIO, Nídia, et al: *Ideologia, Cultura e Mentalidade no Estado Novo. Ensaio Sobre a Universidade de Coimbra*, ed. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra 1993.
- GUIMARÃES, Fernando: *Linguagem e Ideologia*, Editorial Inova, Porto 1972 (col. Civilização portuguesa).
- *Simbolismo, Modernismo e Vanguardas*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa 1982 (col. Temas portugueses).
- *O Modernismo Português e a Sua Poética*, ed. Lello, Porto 1999 (col. Obras de referência)
- HENRIQUES, Raquel Pereira: *António Ferro. Estudo e Antologia*, Publicações Alfa, Lisboa 1990 (Col. Testemunhos contemporâneos).
- LLORENTE, Angel: *Arte e Ideología en el Franquismo (1936-1951)*, ed. Visor, Madrid 1995 (col. La balsa de la Medusa 73).
- LOPES, Fernando Farelo: «A revista *Pela Grei* (doutrina e prática política), *Análise Social*, n.º 72-73-74, vol. XVIII, Lisboa 1982.
- *O liberalismo decadente da Seara Nova (algumas hipóteses)*, in AA.VV.: *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio*, ed. A Regra do Jogo, Lisboa 1982.
- LOPES, Óscar: *Panorama* [dos anos 40 a 49], in Costa Barreto (org.): *Estrada Larga. Antologia dos Números Especiais do "Cultura e Arte" de "O Comércio do Porto"*, vol. 3,

- Porto Editora, Porto s.d.
- *Panorama* [do ano 49 e anos seguintes], in Costa Barreto (org.): *Estrada Larga. Antologia dos Números Especiais do "Cultura e Arte" de "O Comércio do Porto"*, vol. 3, Porto Editora, Porto s.d.
- *Época Contemporânea*, in Óscar Lopes e António José Saraiva: *História da Literatura Portuguesa*, 15^a ed., Porto Editora, Porto 1989.
- (org.): *História da Literatura Portuguesa III. Época Contemporânea*, Editorial Estúdios Cor, Lisboa 1973, vol. 2 (Col. História ilustrada das grandes literaturas VIII).
- LOURENÇO, Eduardo: *A ficção dos anos 40*, in AAVV: *Os Anos 40 na Arte Portuguesa. A Cultura nos Anos 40*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1982, vol. 6.
- *Tempo e Poesia*, Relógio d'Água Edit., Lisboa 1987.
- LUCENA, de Manuel: «Interpretações do salazarismo: notas de leitura crítica – I», *Análise Social*, n.º 83, Lisboa 1984, vol. XX.
- MADEIRA, João: *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais (dos Anos Trinta a Inícios de Sessenta)*, Editorial Estampa, Lisboa 1996 (col. Histórias de Portugal 24).
- «O PCP e a validade universal da experiência soviética», *História*, n.º 2 (Maio), Lisboa 1998, ano XX (nova sér.).
- MADEIRA, João et al: *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência Política*, ed. A Esfera dos Livros, Lisboa 2007.
- MAGALHÃES-VILHENA, Vasco de: *António Sérgio. O Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa*, ed. Seara Nova, Lisboa 1964 (col. Argumentos, 1).
- *António Sérgio e a filosofia*, ed. Cosmos, Lisboa 1960.
- *Em Torno da Génese do Idealismo Filosófico de António Sérgio*, ed. Sep. Academia das Ciências, Lisboa 1976.

- MAIOR, Dionísio Vila: *Introdução ao Modernismo*, ed. Almedina, Coimbra 1996.
- MARTINHO, Fernando J. B.: *Tendências Dominantes da Poesia Portuguesa da Década de 50*, Edições Colibri, Lisboa 1996 (Col. autores portugueses; série ensaio, 3).
- MEDINA, João: *O Pelicano e a Seara. Integralistas e Seareiros juntos na Revista Homens Livres*, ed. António Ramos, Lisboa 1978.
- MÓNICA, Maria Filomena: *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Edit. Presença/Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa 1978.
- MOURÃO-FERREIRA, David: *Para uma «arrumação» da poesia portuguesa dos anos 40*, in AAVV: *Os Anos 40 na Arte Portuguesa. A Cultura nos Anos 40*, ed. Fund. Calouste Gulbenkian, Lisboa 1982, vol. 6.
- NEVES, Mário: *José Rodrigues Miguéis. Vida e Obra*, Edit. Caminho, Lisboa 1990 (Col. nosso mundo).
- NUNES, Arsénio: «O marxismo e os intelectuais portugueses», *Vértice*, n.º 24 (Mar.), Lisboa 1990, 2ª sér.
- NÓVOA, António: *A «Educação Nacional»*, in Fernando Rosas (coord.): *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Edit. Presença, Lisboa 1992 (*Nova História de Portugal* 12).
- Ó, Jorge Ramos do: *Modernidade e tradição. Algumas reflexões em torno da Exposição do Mundo Português*, in AAVV: *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarquia. 1926-1959*, Editorial Fragmentos, Lisboa 1987, vol. II.
- *Salazarismo e Cultura*, in Fernando Rosas (dir.): *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Edit. Presença, Lisboa 1992 (*Nova História de Portugal*, 12).
- *Os Anos de Ferro. O Dispositivo Cultural Durante a «Política do Espírito». 1933-1949*, Edit. Estampa, Lisboa 1999.
- OUIETTE, VÍTOR: *Los Intelectuales Españoles y el Naufragio del Liberalismo (1923-1936)*, 2 vols., ed. Pre-Textos, Valência 1998.

PAULO, Heloísa: *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*, Livr. Minerva, Coimbra 1994 (Col. minerva-história, 11).

«O PCP nos anos 30. Reposição da verdade histórica», *Avante!*, n.º 776 (10 Nov.), Lisboa 1988, ano 58.º, sér. VII.

PEREIRA, José Carlos Seabra: *Do Fim-de-Século ao Modernismo*, in Carlos Reis (dir.): *História Crítica da Literatura Portuguesa*, ed. Verbo, Lisboa 1995, vol. 7.

— *O Neo-Romantismo na Literatura Portuguesa. 1900-1925*, F.L.U.C., Coimbra 1999 (Dissertação de Doutoramento, polic.).

PEREIRA, José Pacheco: *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política. «Daniel», o Jovem Revolucionário (1913-1941)*, ed. Temas e Debates, Lisboa 1999, vol. I.

— *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política. «Duarte», o Dirigente Clandestino*, ed. Temas e Debates, Lisboa 2001, vol. II.

PITA, António Pedro: «Bento de Jesus Caraça e o problema da cultura», *Vértice*, n.º 426-27 (Nov.-Dez.), Coimbra 1978, vol. 38.

— «Duas faces da razão (Nota sobre a polémica entre António Sérgio e Jofre Amaral Nogueira)», *Revista de História das Ideias*, n.º 5 - 1, Coimbra 1983.

— *A Recepção do Marxismo pelos Intelectuais Portugueses (1930-1941)*, Oficina do Centro de Estudos Sociais, Coimbra 1989.

— «Para situar a filosofia da Cultura de Bento de Jesus Caraça», *Revista da Universidade de Coimbra*, n.º 37, Coimbra 1992.

— «O marxismo na constituição ideológica e política do Partido Comunista Português», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 40 (Out.), Coimbra 1994.

PITA, António Pedro e DIAS, Luís Augusto Costa: *Bento de Jesus Caraça: um universo intelectual entre a emancipação e a cultura* (estudo introdutório), in Bento de Jesus Caraça: *Cultura e Emancipação (1929-1933)*, ed. Campo das Letras, Porto 2002 (Ob.

- Integ. de Bento de Jesus Caraça, 1; Ed. Crítica).
- PORTAS, Nuno: *Arquitetura e Urbanística na década de 40*, in AAVV: *Os Anos 40 na Arte Portuguesa. A Cultura nos Anos 40*, ed. Fund. Calouste Gulbenkian, Lisboa 1982, vol. 6.
- PORTELA, Artur: *Salazarismo e Artes Plásticas*, ed. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa 1982 (Col. Biblioteca breve).
- REBELLO, Luiz Francisco: *O Teatro nos Anos 40*, in AAVV: *Os Anos 40 na Arte Portuguesa. A Cultura nos Anos 40*, ed. Fund. Calouste Gulbenkian, Lisboa 1982, vol. 6.
- REIS, António: *Raúl Proença. Biografia de um Intelectual Político Republicano*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa 2003, 2 vols. (col. Temas portugueses).
- REIS, Carlos: *A Produção Cultural Entre a Norma e a Ruptura*, in António Reis (dir.): *Portugal Contemporâneo*, Publ. Alfa, Lisboa 1990, vol. IV.
- RODRÍGUEZ, Alberto Pena: *El Gran Aliado de Franco. Portugal y la Guerra Civil Española: Prensa, Radio, Cine y Propaganda*, Edicions do Castro, Corunha 1998.
- RODRIGUES, Elói: «As Juventudes Comunistas (1921-1936)», *Vértice*, n.º 50 (Set.-Out.), Lisboa 1992, 2ª sér.
- RODRIGUES, Urbano Tavares: *Realismo, Arte de Vanguarda e Nova Cultura*, 2ª ed., ed. Nova Crítica, Porto 1978.
- ROSAS, Fernando: *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976)*, Edit. Notícias, Lisboa 2003 (Biblioteca de história).
- SÁ, Victor de: *A Historiografia Sociológica de António Sérgio*, 1ª ed., ed. Instituto de Cultura Portuguesa, Amadora 1979 (col. Biblioteca breve 34).
- SANTOS, Alfredo Ribeiro dos: *A Renascença Portuguesa – um Movimento Cultural*, ed. Fund. Engº António Almeida, Porto 1990.
- SENA, Jorge de: *Estudos de Literatura Portuguesa – I*, Edições 70, Lisboa 1981.

- *Estudos de Literatura Portuguesa – II*, Edições 70, Lisboa 1988.
- *Estudos de Literatura Portuguesa – III*, Edições 70, Lisboa 1988.
- SERRÃO, Joel: *Renascença Portuguesa*, in *Temas de Cultura Portuguesa*, Portugália Edit., Lisboa 1965.
- «Aproximação ao pensamento de Raúl Proença», *Seara Nova*, n.º 1.512 (Out.), Lisboa 1971, supl. *Cinquenta Anos de Cultura Viva*.
- *Os anos 40. Condicionais gerais. Um testemunho. Uma aproximação*, in AAVV: *Os Anos 40 na Arte Portuguesa. A Cultura nos Anos 40*, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1982, vol. 6.
- *Brevíssima introdução ao ensaísmo sergiano*, in Joel Serrão (org.): *António Sérgio. Uma Antologia*, Livros Horizonte, Lisboa 1984 (Col. horizonte universitário 39).
- SIMÕES, João Gaspar: *50 Anos de Poesia: do Simbolismo ao Surrealismo*, ed. Movimento, Lisboa 1967 (col. Movimento/ensaio, 2).
- «Síntese doutrinária para um programa seareiro», *Seara Nova*, n.º 1.391-1.392 (Set.-Out.), Lisboa 1961, ano XL.
- TORGAL, Luís Reis: *História e Ideologia*, Livraria Minerva, Coimbra 1989.
- *A Universidade a Ditadura e o Estado Novo (1926-1961). Notas de uma Investigação Colectiva*, in *Universidade(s). História, Memória, Perspectivas*, Coimbra 1991, vol. 5 (Actas do Congresso História da Universidade).
- TRINDADE, Luís: *O Espírito do Diabo. Discursos e Posições Intelectuais no Semanário O Diabo*, ed. Campo das Letras, Porto 2004.
- VILAÇA, Alberto: «O núcleo de trabalhadores intelectuais do PCP em 1931-32», *Vértice*, n.º 70 (Jan.-Fev.), Lisboa 1996, 2ª sér.
- *Para a História Remota do PCP em Coimbra. 1921-1946*, Edições Avante!, Lisboa 1997 (Col. resistência).

— *Resistências Culturais e Políticas nos Primórdios do Salazarismo. Realidades Coimbrãs e Outras*, ed. Campo das Letras, Porto 2003 (col. Campo da história 13).

4. PROBLEMÁTICAS GERAIS DO NEO-REALISMO

ALVARENGA, Fernando: «A ideologia neo-realista na página “Arte” do diário A Tarde em 1945», *O diário*, n.º 1881 (13 Dez.), Lisboa 1981, ano 6.

— *Breve Memorial da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) e Associação Portuguesa de Escritores (APE) no X Aniversário da APE*, ed. Associação Portuguesa de Escritores, Mem Martins 1983.

— «O fim social da arte no ano em que morreu Fernando Pessoa», *Letras e Letras*, n.º 1 (Dez.), Lisboa 1987.

— *Afluentes Teórico-Estéticos do Neo-Realismo Visual Português*, ed. Afrontamento, Porto 1989.

— «José Régio e a estética neo-realista», *Vértice*, n.º 75, Lisboa 1996, 2ª sér.

ANDRADE, João Pedro de: *Neo-Realismo; Novo Cancioneiro*, in Jacinto do Prado Coelho (dir.): *Dicionário de Literatura*, 4ª ed., ed. Figueirinhas, Porto 1973, vol. 3.

AZEVEDO, Fernando de: «O neo-realismo na 2ª Exposição Geral de Artes Plásticas», *Colóquio Artes*, n.º 48 (Mar.), Lisboa 1981.

BAPTISTA-BASTOS: «O neo-realismo português e a narrativa cinematográfica. 1», *Seara Nova*, n.º 1.387-1.388 (Mai.-Jun.), Lisboa 1961, ano XXXVII.

— «O neo-realismo português e a narrativa cinematográfica. 2», *Seara Nova*, n.º 1.391-1.392 (Set.-Out.), Lisboa 1961, ano XL.

— *O Filme e o Realismo*, Editora Arcádia, Lisboa 1962.

BELCHIOR, Maria de Lurdes. «A poesia neo-realista», *Palestra*, n.º 14, 1962.

— *Poesia Portuguesa Contemporânea. A «Geração de 40»*, in *Os Homens e os Livros II. Séc. XIX e XX*, Editorial Verbo, Lisboa 1980.

BRUCKNER, Heidrun: «Sobre o neo-realismo - I. A herança da tradição», *Vértice*, n.º 390-391 (Set.-Out.), Coimbra 1976, vol. XXXVI.

— «Os fundamentos materiais e intelectuais do neo-realismo - II. A problemática social e psicológica na obra de Fernando Namora», *Vértice*, n.º 392-393 (Jan.-Fev.), Coimbra 1977, vol. XXXVII.

— «Os fundamentos materiais e intelectuais do neo-realismo - III. Três aspectos do Estado Novo», *Vértice*, n.º 398-299 (Jul.-Ag.), Coimbra 1977, vol. XXXVII.

CABRAL, Manuel Villaverde: «Contribuição à polémica do neo-realismo», *Gazeta Musical e de Todas as Artes*, n.º 114-115 (Set.-Out.), Lisboa 1960, ano X.

CALHEIROS, Pedro: *Néo-Réalisme ou Néo-Naturalisme*, ed. Centre Culturel Portugais, Paris 1984.

CASTELO, Cláudia: *O Diabo*, in Álvaro Barreto e Maria Filomena Mónica: *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto 1999, suplem. VII.

CASTRO, Ernesto M. de Melo e: *As Vanguardas na Poesia Portuguesa do Século XX*, ed. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Amadora 1980 (col. Biblioteca breve).

COELHO, Eduardo Prado: *O Reino Flutuante. Exercícios Sobre a Razão e o Discurso*, Edições 70, Lisboa 1972 (Col. signos).

— *O estatuto ambíguo do “neo-realismo” português*, in *A Palavra Sobre a Palavra*, Portucalense Edit., Porto 1972 (Col. códigos).

— «A política dos rios», *Expresso*, n.º 495 (24 Abr.), Lisboa 1982 (suplem. *A Revista*).

CRUZEIRO, Celso: «Alves Redol e alguns dos problemas do neo-realismo português», *Vértice*, n.º 322-323 (Nov.-Dez.), Coimbra 1970, vol. XXX.

- DIAS, Augusto da Costa: *Literatura e Luta de Classes. Soeiro Pereira Gomes*, Edit. Estampa, Lisboa 1975.
- DIAS, Luís Augusto Costa: *Breve Introdução a uma Leitura da Obra de Soeiro Pereira Gomes* (pref.), in Soeiro Pereira Gomes: *Obra Completa*, Edit. Caminho 1992.
- «Alguns contextos de um texto inédito de Namora», *Algar*, n.º 1 (Jan.), Condeixa-a-Nova 1996.
- «Contribuição preliminar para o conceito de “geração de 1937”», *Vértice*, n.º 75 (Dez.), Lisboa 1996, 2ª sér.
- *Os Movimentos Culturais Juvenis na Formação do Neo-Realismo: Características e Tendências de Evolução (1935-1945)*, in *Neo-Realismo. Reflexões sobre um Movimento*, Actas do Encontro, ed. C.M.V.F.X., V. Franca Xira 1999.
- «Um Imenso Sussurro de Vozes Inumeráveis...». *A Imprensa Cultural Juvenil na Década Portuguesa de 1930*, *Vértice*, n.º 93 (Dez.), Lisboa 2000, 2ª sér.
- *Manuel da Fonseca e o ciclo histórico do Neo-Realismo português* (pref.), in Manuel da Fonseca: *O Vagabundo na Cidade*, Edit. Caminho, Lisboa 2001.
- *Uma Anti-Seara em «Seara Nova»*, ed. Ceis20/Univ. Coimbra, Coimbra 2002 (Cadernos do ceis20, 3).
- *Modernismo e arte social – Tópicos de um (des)encontro na formação do neo-realismo português*, in *Portugal-Brasil. Uma Visão Interdisciplinar do Século XX*, Actas do Colóquio, ed. Quarteto, Coimbra 2003.
- FERREIRA, Ana Paula: «Do neo-realismo como equívoco ou os equívocos do neo-realismo», *Vértice*, n.º 21 (Dez.), Lisboa 1989, 2ª sér.
- FERREIRA, Vítor Vladimiro: «1946-1956. O fascismo contestado por artistas neo-realistas», *História*, n.º 29 (Mar.), Lisboa 1981.

- GUIMARÃES, Fernando: *A Poesia da Presença e o Aparecimento do Neo-Realismo*, 2ª ed., Brasília Editora, Porto 1981.
- LACAZE, Gérard: «Joaquim Soeiro Pereira Gomes e o seu romance Engrenagem», Boletim Cultural da C. M. de Vila Franca de Xira, n.º 4, V. F. Xira 1989-90.
- LISBOA, Eugénio: *Poesia Portuguesa do «Orpheu» ao Neo-Realismo*, ed. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa 1980 (col. Biblioteca breve).
- LOURENÇO, Eduardo: «A ficção dos anos 40 ou o neo-realismo e o resto», *JL. Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 32 (11-24 Mai.), Lisboa 1982.
- *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista*, 2ª ed., Publicações D. Quixote, Lisboa 1983.
- «Do comunismo (português) como cultura», *Nova Renascença*, n.º 45-47, Lisboa 1992.
- MARGARIDO, Alfredo: «Uma geografia da ficção neo-realista», *Diário Popular*, n.º 12.709 (14 Dez.), Lisboa 1978, ano XXXVII (supl. *Letras e Artes*).
- «A origem social dos escritores neo-realistas», *Diário Popular*, n.º 12.772 (1 Mar.), Lisboa 1979, ano XXXVII (supl. *Letras e Artes*).
- MARTINHO, Fernando J. B.: *A 2ª geração neo-realista*, in *Tendências Dominantes da Poesia Portuguesa da Década de 50*, Edições Colibri, Lisboa 1996 (Col. autores portugueses; série ensaio, 3).
- MENDES, José Manuel: «Para uma compreensão de Alves Redol», *Vértice*, n.º 322-323 (Nov.-Dez.), Coimbra 1970, vol. XXX.
- *Por uma Literatura de Combate. Textos de Crítica Literária*, Livraria Bertrand, Amadora 1975.
- «Mesa redonda. Um realismo sem margens?» [João José Cochofel, Alexandre Pinheiro Torres e Eduardo do Prado Coelho], *Seara Nova*, n.º 1.425 (Jul.), Lisboa 1964, ano XLIII.

- NEVES, Mário: *José Rodrigues Miguéis. Vida e Obra*, Edit. Caminho, Lisboa 1990 (col. Nosso mundo).
- PEDROSO, Alberto: «Bento Caraça e a extinção do MUD», *Vértice*, n.º 6 (Set.), Lisboa 1988, 2ª sér.
- PINA, Álvaro: *Soeiro Pereira Gomes e o Futuro do Realismo em Portugal*, Editorial Caminho, Lisboa 1977.
- PITA, António Pedro: *Conflito e Unidade no Neo-Realismo Português. Arqueologia de uma Problemática*, ed. Campo das Letras, Porto 2002.
- QUADROS, António: *Valor e crise do neo-realismo*, in *A Existência Literária*, ed. Sociedade de Expansão Cultural, Lisboa 1959.
- REIS, Carlos: *Textos Teóricos do Neo-Realismo Português*, Seara Nova/Edit. Comunicação, Lisboa 1981.
- *O Discurso Ideológico do Neo-Realismo Português*, Livraria Almedina, Coimbra 1983.
- RIBAS, Tomaz: *O neo-realismo e o romance português de tal tendência*, in Costa Barreto (org.): *Estrada Larga. Antologia dos Números Especiais do Suplemento “Cultura e Arte” de “O Comércio do Porto”*, Porto Editora, Porto s.d. [1956] , vol. 1.
- RODRIGUES, Urbano Tavares: *Um Novo Olhar sobre o Neo-Realismo*, Moraes Editores, Lisboa 1981.
- SERRÃO, Joel: «A novelística social na década de 40 - esboço de problematização», *Colóquio Letras*, n.º 9 (Set.), Lisboa 1972.
- SILVA, Garcez da: *Alves Redol e o Grupo Neo-Realista de Vila Franca*, Edit. Caminho, Lisboa 1990.
- *A Experiência Africana de Alves Redol*, Edit. Caminho, Lisboa 1993.
- SOUSA, Ernesto de: *A Pintura Portuguesa Neo-Realista (1943-53)*, ed. Artis, Lisboa 1965.

TORRES, Alexandre Pinheiro: *Romance: o Mundo em Equação*, Portugália Editora, Lisboa 1967 (Col. portugália).

— *O Neo-Realismo Literário Português*, Moraes Editores, Lisboa 1977 (Col. Temas e problemas).

— *O Movimento Neo-Realista em Portugal na Sua Primeira Fase*, 2^a ed., ed. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa 1983 (col. Biblioteca breve, 10).

— *Introdução*, in AAVV: *Novo Cancioneiro*, Edit. Caminho, Lisboa 1989.

VASCONCELOS, Taborde de: *O novo cancioneiro*, in Costa Barreto (org.): *Estrada Larga. Antologia dos Números Especiais do "Cultura e Arte" de "O Comércio do Porto"*, Porto Editora, Porto s.d. , vol. 3.

5. IMPRENSA PERIÓDICA, ACTIVIDADE EDITORIAL E CENSURA

AA.VV.: *Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do Pensamento Contemporâneo*, Livros Horizonte, Lisboa 2003.

ANDRADE, Carlos Santarém: *Vértice. Índice de Autores. 1942-1986*, ed. Vértice, Coimbra 1987.

— *Apresentação*, in *Cadernos da Juventude*, ed. Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra 1997 (ed. fac-similada).

ANDRADE, Luís Crespo de: *Sol Nascente. Da Cultura Republicana e Anarquista ao Neo-Realismo*, ed. Campo das Letras, Porto 2007.

AZEVEDO, Cândido de: *Mutiladas e Proibidas*, Edit. Caminho, Lisboa 1997.

— *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*, Edit. Caminho, Lisboa 1999.

BARREIRA, Cecília: «As revistas em Portugal: em jeito de travessia», *JL. Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 91 (3-9 Abr.), an. IV, Lisboa 1984, p. 25.

- CARVALHO, Alberto A. de e CARDOSO, A. Monteiro: *Da Liberdade de Imprensa*, Edit. Meridiano, Lisboa 1971.
- DIAS, Luís Augusto Costa: «Uma enciclopédia do século XX. Projecto e projecção da Biblioteca Cosmos», *Revista Portuguesa de História do Livro*, n.º 10, Lisboa 2002, Ano V.
- «por força da... força». *A Fascização da Censura entre o Advento da Ditadura Militar e a Construção do Estado Novo*, in AAVV.: *4 Olhares Sobre a Cultura*, ed. Cooperativa Cultural Popular Barreirense, Barreiro 2006.
- FORTE, Isabel: *A Censura de Salazar no Jornal de Notícias. Da Actuação da Comissão de Censura do Porto no Jornal de Notícias Durante o Governo de António Oliveira Salazar*, Edições Minerva, Coimbra 2000.
- FRANÇA, José-Augusto: «Bandarra e Outros. 1934-1936», *Revista de História das Ideias*, n.º 17, Coimbra 1995.
- FRANCO, Graça: *A Censura à Imprensa (1820-1974)*, Universidade Católica Portuguesa/Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa 1993 (Col. symbolon).
- GAMA, J. A. Azevedo: *O Periódico Académico Republicano «Liberdade» no Contexto da Oposição Estudantil ao Regime: 1928-1935*, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Lisboa 1987 (Dissert. Mestrado, polic.).
- GUIMARÃES, Fernando: *Simbolismo, Modernismo e Vanguardas*, I.N.-C.M., Lisboa 1982 (col. Temas portugueses).
- MACHAQUEIRO, Ricardo: «Os segredos do Cosmos», *Ler*, n.º 34 (Primavera), Lisboa 1996.
- «Uma viagem pela Cosmos», *Expresso*, n.º 430 (20 Jul.), Lisboa 1996.
- MELO, António: «A revista da “nossa geração”», *Público*, n.º 1.030 (30 Dez.), Lisboa 1992, ano 3.

- PIRES, Daniel: *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1941-1974)*, ed. Grifo, Lisboa 1996-2000, 3 vols.
- «Revistas e jornais culturais portugueses do século XX», *Vértice*, n.º 244-245 (Jan.-Fev.), Coimbra 1964, vol. XXIV; a n.º 258 (Mar.), Coimbra 1965, vol. XXV.
- RAMOND, Viviane: *A Revista Vértice e o Neo-Realismo Português*, Angelus Novus Ed., Coimbra 2008.
- ROCHA, Clara: *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Vila da Maia 1985.
- RODRIGUES: Graça Almeida: *Breve História da Censura Literária em Portugal*, Lisboa 1980.
- SÁ, Victor de: *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical, 1936-1986*, Edit. Caminho, Lisboa 1991.
- SAMPAIO, José Rosa: *Cem anos de imprensa periódica no concelho de Monchique (1890-1990)*, [s.n., S.l.] 1990.
- SANTO, Fernando Rodrigues: *Ciência e Ideologia nas Revistas da Universidade de Coimbra. 1930-1942*, F.L.U.C., Coimbra 1996 (Dissertação de Mestrado, polic.).
- SANTOS, Alfredo Ribeiro dos: «Revistas do Porto. “Sol Nascente”. As polémicas de Abel Salazar, *Comércio do Porto*, n.º 192 (16 Dez.), Porto 1980, ano CXXVI (suplem. Cultura e arte).
- TENGARRINHA, José: *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª ed., Edit. Caminho, Lisboa 1989.
- VARGUES, Isabel Nobre: «A afirmação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes?», *Revista de História das Ideias*, vol. 24, Coimbra 2003.
- «Tesoura, rolha e lápis: os tempos da censura e do combate pelas liberdades de expressão e de imprensa em Portugal», *Estudos do Século XX*, n.º 7, Coimbra 2007.

VERÍSSIMO, Maria Helena O. A.: *A Classe dos Jornalistas nos Anos 30/40*, Inst. Sup. Ciências do Trabalho e Empresa, Lisboa 1998 (Dissertação de Mestrado, polic.).